

ATAS / ANAIS

10º COLÓQUIO DA LUSOFONIA (7º COLÓQUIO ANUAL)



0. ISBN 978-989-95891-0-0

BRAGANÇA, PORTUGAL 2 - 5 DE OUTUBRO 2008

1. APOIOS



2. PARCERIAS:

3. UNIVERSIDADE MACKENZIE, SP, BRASIL;
4. ESEB/IPBRAGANÇA;
5. ESES/IPSETÚBAL,
6. ASS. CULTURAL PRÓ Academia Galega da Língua Portuguesa



NOTA INTRODUTÓRIA

Quando em 2001 preparamos o início destes COLÓQUIOS ANUAIS da LUSOFONIA - sob a égide do então nosso patrono EMBAIXADOR PROFESSOR DOUTOR JOSÉ AUGUSTO SEABRA - queríamos provar que era possível sermos INDEPENDENTES e descentralizar a realização destes eventos e que era possível realizá-los sem sermos subsidiodependentes. O ponto de partida foi a descentralização da discussão da língua portuguesa e as problemáticas da língua portuguesa no mundo. De 2002 em diante os Colóquios têm-se realizado em Bragança devido à sua insularidade em termos culturais. Portugal, como toda a gente sabe, é um país macrocéfalo; existe Lisboa e o resto continua a ser paisagem. É muito raro os locais do interior, mais remotos, como Bragança, poderem ter acesso a debates de considerável importância sobre o futuro da língua.

Por outro lado, estes colóquios já se afirmaram (sem custos para o Ministério da Cultura, Instituto Camões e outras entidades portuguesas) como a única realização regular, concreta e relevante em Portugal nos últimos anos sobre esta temática. Os Colóquios são independentes de quaisquer forças políticas ou institucionais e asseguram essa sua "independência" através das inscrições dos participantes contando com o apoio, ao nível logístico, da autarquia que aposta na divulgação e realização deste importante evento anual. Debate-se a problemática da língua portuguesa no mundo, em articulação com outras comunidades como agentes fundamentais de mudança.

Queremos reiterar o carácter vincadamente independente dos Colóquios, interessados em alargar parcerias e protocolos sem serem subsidiodependentes, de forma a podermos descentralizar a realização destes eventos e assegurando essa sua "independência" através do simbólico pagamento das inscrições dos participantes. Claro que contamos com a indispensável parceria da Câmara ao nível logístico. Este importante evento é totalmente concebido e levado a cabo por uma rede organizativa de voluntários. Esta independência permite a participação de um leque alargado de oradores, sem temores nem medo de represálias dos patrocinadores institucionais sejam eles governos, universidades ou meros agentes económicos.

Simultaneamente, ao contrário de conferências e simpósios similares mas de formato tradicional em que as pessoas chegam, debitam o seu trabalho, e partem com uma ata posteriormente elaborada cheia de boas intenções e conclusões que não se concretizam, estes Encontros inovaram e em 2002, introduziram o hábito (hoje prática normal) de entregarem CD das Atas no início das sessões, e em 2007 nos Açores entregaram em livro as Atas/Anais no ato de acreditação de presenças. Estes Colóquios podem ser (ou não) marginais em relação às grandes diretrizes teóricas aprovadas nos gabinetes de Lisboa ou de Brasília, mas têm servido para inúmeras pessoas aplicarem a prática experiências doutros colegas à realidade do seu quotidiano de trabalho com resultados surpreendentes e bem acelerados. Visa-se aproveitar a experiência (profissional e pessoal) de cada um dentro da sua especialidade / temas em debate, para que os restantes possam depois partir para o terreno, para os seus locais de trabalho e de residência e utilizarem esses instrumentos que já deram resultados noutras comunidades.

Criámos uma rede informal que permite um livre intercâmbio de experiências e vivências, prolongado ao longo destes anos. Em 2004 fizemos a campanha que ajudou a salvar o Ciberdúvidas; em 2005 presidimos ao lançamento do Observatório da Língua Portuguesa integrado na CPLP; em 2006 lançámos as pedras para a criação da Academia Galega da Língua Portuguesa. Em 2007 assistiu-se à atribuição do 1º Prémio Literário da Lusofonia da Câmara Municipal de Bragança. Em 2008 iniciámos as parcerias com Universidades e Politécnicos rumo à concretização desse grande projeto que é a Diciopédia Contrastiva ou Dicionário Contrastivo da Língua Portuguesa dos Colóquios da Lusofonia e Dicionário de Açorianismos, formalizado no 2º Encontro Açoriano da Lusofonia em S. Miguel no ano de 2007. Em 2008 iniciámos uma campanha para criar uma cadeira de Estudos (e Literatura) Açorianos.

Os nossos oradores "típicos" não buscam mais uma conferência para juntar aos seus currículos, antes estão interessados em partilhar as suas ideias, projetos, e criar sinergias com universidades, politécnicos e outras entidades e pessoas nos quatro cantos do mundo. São eles que voluntariamente já arrancaram com o ambicioso projeto da Diciopédia nas suas horas livres, sem buscarem fama ou proveito, antes irmanados deste nosso ideal de "sociedade civil" capaz e atuante, tal como nós que organizamos voluntária e gratuitamente estes colóquios. Somos – todos juntos – capazes de atingir aquilo que as burocracias e as hierarquias muitas vezes não podem ou não querem. Acreditámos que somos capazes de fazer a diferença. Os nossos oradores "típicos" juntam-se aos colegas no primeiro dia de trabalhos, partilham as suas refeições, as suas comunicações, os passeios, e despedem-se no último dia como se de amigos se tratasse. É isso que nos torna distintos de qualquer outro colóquio ou simpósio.

Por último, a componente lúdico-cultural permite induzir uma confraternização cordial, aberta, franca e informal entre oradores e participantes presenciais, em que do convívio saem reforçados os elos entre as pessoas, a nível pessoal e profissional. Os participantes podem trocar impressões, falar e partilhar projetos, ideias e metodologias, fazer conhecer as suas vivências e pontos de vista, mesmo fora do ambiente mais formal das sessões. Pretendemos aproximar povos e culturas no seio da grande nação dos lusofalantes, independentemente da sua nacionalidade, naturalidade ou ponto de residência, todos unidos pela mesma língua.

O tema central de 2008 é a Língua Portuguesa e os Crioulos: um enriquecimento biunívoco. Iremos manter uma sessão dedicada à tradução que é também uma forma de divulgação cultural. Veja-se o recente exemplo de Saramago que já vendeu mais de um milhão de livros nos EUA, e onde é difícil a penetração de obras de autores de outras línguas e culturas e teremos uma simbólica homenagem a António Vieira e a Vitorino Nemésio.



TEMAS 2008:

1. Língua Portuguesa e Crioulos: um enriquecimento biunívoco

- 1.1. O Português como matriz dos crioulos no mundo
- 1.2. Os Crioulos e a sua influência nas variantes de Português no mundo
- 1.3. Ensino dos Crioulos
- 1.4. O estado das variantes do Português.
- 1.5. Línguas Minoritárias e Multiculturalismo
- 1.6. A Lusofonia no mundo, análise e perspetivas.
- 1.7. O Ensino da Língua Portuguesa como forma de preservação cultural
- 1.8. Interculturalidade e Diversidades Culturais no seio da Lusofonia.

2. Homenagem contra o esquecimento:

- 2.1. 4º Centenário do PADRE ANTÓNIO VIEIRA
- 2.2. 1º Centenário de VITORINO NEMÉSIO

3. Tradução: Estudos de Tradução

- 3.1. A tradução e o novo acordo ortográfico
- 3.2. O Ensino de tradução, o mercado de trabalho e a inovação tecnológica

Este ano será atribuído o II Prémio Literário da Lusofonia



COMISSÕES

CIENTÍFICA

Professora Doutora REGINA Helena de BRITO, Universidade Mackenzie, São Paulo, BRASIL [parceria]

Professor Doutor LUCIANO PEREIRA, Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Setúbal, PORTUGAL [parceria]

Professor Doutor JOÃO SOBRINHO TEIXEIRA, Presidente do IPB, Instituto Politécnico de Bragança, PORTUGAL [parceria]

Dr. ÂNGELO CRISTÓVÃO, Associação de Amizade Galiza-Portugal, Associação pró Academia Galega da Língua Portuguesa, Galiza [parceria]

Dra. HELENA CHRYSTELLO, Mestre, Escola EBI 2,3 Maia, S. Miguel, Açores

Dr CHRYS CHRYSTELLO [University of Brighton, UK, ACL (Ass for Computational Linguistics) Mentor, + Helsinki University, Finland (Reviewer Translation Studies Dept Pub)]

EXECUTIVA Presidida por Dr. CHRYS CHRYSTELLO coadjuvado pelos Vice-Presidentes

Dr. ÂNGELO CRISTÓVÃO, Associação de Amizade Galiza-Portugal, Associação pró Academia Galega da Língua Portuguesa, Galiza

Dra. HELENA CHRYSTELLO, Mestre, Escola EBI 2,3 Maia, S. Miguel, Açores

APOIO LOGÍSTICO Departamento Sociocultural Da Câmara Municipal De Bragança, Dra. Fátima Fernandes, Dra. Fátima Martins

SECRETARIADO Presidido por Dra. HELENA CHRYSTELLO (Mestre) EBI 2,3 Maia, S. Miguel, Açores

Telefone: (351) 296 446940 E-fax (E-mail fax): + (00) 1 630 563 1902

Chrys (+351) 919287816 - Helena (+351) 916755675

LISTA DE ORADORES SELECIONADOS [ORDEM ALFABÉTICA, PRIMEIRO NOME PRÓPRIO]

Nome	INSTITUIÇÃO	TÍTULO	Tema
ALEXANDRE BANHOS	AGAL GALIZA	CARATERIZAÇÃO DE CRIoulos. O CASO GALEGO UM MODELO DE CRIOLIZAÇÃO?	1.2
ÁLVARO A. CARETTA	UNIVERSIDADE DE S. PAULO BRASIL	AS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS DA LÍNGUA PORTUGUESA NA CANÇÃO POPULAR BRASILEIRA	1.8
ANABELA MIMOSO	UNIVERSIDADE LUSÓFONA	ANTÓNIO VIEIRA – AUTOR EXPRESSO DE OBRAS ALHEIAS	2.1
ÂNGELO CRISTÓVÃO	AGLP, GALIZA	O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA	1.6
ANTÓNIO GIL HERNÁNDEZ	AGAL, GALIZA	CRIULO INSTITUCIONALIZADO CONTRA PORTUGUÊS GALEGO (OU PORTUGUÊS DA GALIZA): REFLEXÕES DESDE O NOME DADO À GALIZA PELAS INSTITUIÇÕES DO “REINO DE ESPANHA”	1.6
ARTUR ALONSO NOVELHE	CLUBE DOS POETAS VIVOS, GALIZA	UM NOVO OLHAR SOBRE A POESIA GALEGA	1.6
CARLA GUERREIRO	ESE IPB BRAGANÇA	MIA COUTO E O GATO E O ESCURO - A ESCRITA “BRINCRIADA” DE UM AUTOR LUSÓFONO	1.6
DULCE PEREIRA	UNIVERSIDADE DE LISBOA (FLUL).	CONTRIBUTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO CRIULO DE CABO VERDE E DO PORTUGUÊS: INSTRUMENTALIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E ENSINO	1.3
EDMA A. SATAR	FPCE UNIVERSIDADE DE LISBOA	A IMPORTÂNCIA DA RECOLHA DO LÉXICO DAS LÍNGUAS NACIONAIS DE MOÇAMBIQUE	1.2
EDSON FERREIRA MARTINS E M ^a JOÃO MARÇALO	UNIVERSIDADE DE ÉVORA UNIVERSIDADE DE ÉVORA,	DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E IDENTIDADE NACIONAL EM MONTEIRO LOBATO: CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DO PORTUGUÊS DO BRASIL E DO PORTUGUÊS EUROPEU	1.6
ELIS DE ALMEIDA CARDOSO	UNIVERSIDADE DE S. PAULO, BRASIL	O LÉXICO DA PERIFERIA: UMA ANÁLISE DE UM DOS DIALETOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	1.6
Evanildo Cavalcante BECHARA	ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS	O novo acordo ortográfico	1.4
GISLANE SIQUEIRA	UNIVERSIDADE MACKENZIE, BRASIL	ORGANIZAÇÃO DISCURSIVA: ONTEM E HOJE	2.1
H. SALLES DA FONSECA	A BEM DA NAÇÃO (BLOGUE)	ÉTICA LUSÓFONA E SENTIDO DE ESTADO	1.6
HELENA LIMA AFONSO	UNIVERSIDADE DE LISBOA (FLUL).	A LÍNGUA PORTUGUESA E OS FENÓMENOS DE INTERFERÊNCIAS LINGUÍSTICAS EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE	1.1
IRENILDE PEREIRA DOS SANTOS	UNIVERSIDADE MACKENZIE BRASIL	ATLAS LINGUÍSTICOS BRASILEIROS E ATIVIDADE DISCURSIVA: CONTRIBUIÇÕES AO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA	1.7
JOÃO CRAVEIRINHA	ESCRITOR ARTISTA MOÇAMBICANO	ENSAIO SOBRE VARIAÇÃO DIATÓPICA DO PORTUGUÊS EUROPEU (P.E.) EM ÁFRICA	1.4
JOÃO MALACA CASTELEIRO	ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA	O novo acordo ortográfico em ação	1.4
JOSÉ MANUEL BARBOSA	CLUBE DOS POETAS VIVOS, GALIZA	ALGUNS Aspetos A SALIENTAR DA (PRÉ-)HISTÓRIA DA LÍNGUA	1.6
M ^a D’AJUDA ALOMBA RIBEIRO E GISANE SOUZA SANTANA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ UESC BAHIA/BRASIL	UMA LÍNGUA, VÁRIAS CULTURAS: O ENSINO DA LITERATURA DA REGIÃO SUL-BAIANA COMO FORMA DE PRESERVAÇÃO CULTURAL	1.7
M ^a DO CÉU FONSECA E M ^a JOÃO MARÇALO	UNIVERSIDADE DE ÉVORA	A TRADIÇÃO DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA NA EXPANSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA	1.6
M ^a HELENA ANACLETO-MATIAS	ISCAP INST ^o SUP CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO PORTO	O PAPEL DO ENSINO DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA NA DEFESA DO MULTICULTURALISMO	1.7
M ^a JOSÉ Reis GROSSO	UNIVERSIDADE DE LISBOA	A LÍNGUA PORTUGUESA: ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE OUTROS MODOS DE ESTAR E DE SER	1.7

Programa do colóquio da lusofonia

M ^a ZÉLIA BORGES E REGINA H. DE BRITO	UNIVERSIDADE MACKENZIE S. PAULO, BRASIL	O PORTUGUÊS DO BRASIL: UMA VARIANTE DO PORTUGUÊS LUSITANO	1.6
MÁRCIA REGINA ENCARNÇÃO	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO BRASIL	ESTUDOS DE FATOS LINGÜÍSTICOS EM REGIÕES LITORÂNEAS BRASILEIRAS	1.8
MARY ELIZABETH CERUTTI-RIZZATTI	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UFSC BRASIL	APROPRIAÇÃO DA ESCRITA E CULTURA: UMA DISCUSSÃO SOBRE O LETRAMENTO ESCOLAR.	1.7
REGINA H. DE BRITO E M ^a ZÉLIA BORGES	UNIVERSIDADE MACKENZIE S. PAULO, BRASIL	CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONCEITO DE LÍNGUA CRIOLA	1.2
ROSÁRIO GIRÃO E MANUEL J. SILVA	UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA	EVOCAÇÃO PLURAL DE VITORINO NEMÉSIO: SE BEM ME LEMBRO	2.2
ZAIDA PEREIRA	UNIVERSIDADE DO ALGARVE CLNUL	O PORTUGUÊS NA GUINÉ-BISSAU: TENDÊNCIAS NA VARIAÇÃO	1.1

Temos a presença de representantes de
 ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS,
 ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA,
 ACADEMIA DE LETRAS DE BRASÍLIA,
 AGAL GALIZA;
 UNIVERSIDADE MACKENZIE DE SÃO PAULO,
 UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO BRASIL,
 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ DA BAHIA, BRASIL,
 UNIVERSIDADE DE NOTTINGHAM do REINO UNIDO,
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, BRASIL,
 ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA,
 UNIVERSIDADE DE LISBOA,
 UNIVERSIDADE DE ÉVORA,
 UNIVERSIDADE LUSÓFONA,
 INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO, INSTITUTO POLITÉCNICO PORTO,
 UNIVERSIDADE DO MINHO,
 UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO,
 UNIVERSIDADE DO ALGARVE,
 ASSOCIAÇÃO PRÓ ACADEMIA DA LÍNGUA PORTUGUESA,
 CIBERDÚVIDAS,
 CLUBE DOS POETAS VIVOS,
 MOVIMENTO INTERNACIONAL LUSÓFONO E
 BLOGUE A BEM DA NAÇÃO.



HORÁRIO

Devido ao elevado número de oradores, o total de cada apresentação é de 20 minutos, havendo 15 minutos para debate com a assistência no final da sessão. Somos rigorosos com o cumprimento destes limites. Se exceder o tempo está a prejudicar outros e a atrasar os trabalhos. No caso de haver atraso reduz-se o intervalo seguinte.

Dia 2 outubro

09.00	Acreditação de participantes
09.30	Cerimónia Oficial de Abertura dos trabalhos: Discurso de Abertura do Presidente da Comissão Executiva dos Colóquios (Chrys Chrystello) Presidente da Câmara Municipal de Bragança (Eng.º Jorge Nunes), Professor Adriano Moreira (Presidente da Academia de Ciências de Lisboa), Professor Malaca Casteleiro e Professor Artur Anselmo (Academia de Ciências de Lisboa), Professor Evanildo Bechara (Academia Brasileira de Letras), Presidente do Instituto Politécnico de Bragança (Professor João Sobrinho Teixeira), escritor e artista plástico João Craveirinha, Dr. Ângelo Cristóvão (Comissão Pró Academia Galega da Língua Portuguesa), inclui Assinatura de protocolos de parceria com os colóquios
10.30	Pausa Para Café 15 Minutos Sessão De Autógrafos João Craveirinha, Dulce Pereira E Helena Anacleto-Matias
	Sessão 1 Moderador Chrys Chrystello
10.45	ORADOR 1 JOÃO CRAVEIRINHA ENSAIO SOBRE VARIAÇÃO DIATÓPICA DO PORTUGUÊS EUROPEU (P.E.) EM ÁFRICA
11.15	ORADOR 2/3 JOÃO MALACA CASTELEIRO / EVANILDO BECHARA O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO 1990
12.30	ORADOR 4 HENRIQUE SALLES DA FONSECA, ÉTICA LUSÓFONA E SENTIDO DE ESTADO
13.00	PAUSA PARA ALMOÇO
	SESSÃO 2 MODERADOR: ÂNGELO CRISTÓVÃO
15.15	ACREDITAÇÃO DE PARTICIPANTES
15.30	ORADOR 5 GISLANE SIQUEIRA, ORGANIZAÇÃO DISCURSIVA: ONTEM E HOJE

Programa do colóquio da lusofonia

15.50	ORADOR 6 ANABELA MIMOSO ANTÓNIO VIEIRA – AUTOR EXPRESSO DE OBRAS ALHEIAS
16.10	ORADOR 7/8 ROSÁRIO GIRÃO E MANUEL J. SILVA EVOCAÇÃO PLURAL DE VITORINO NEMÉSIO: SE BEM ME LEMBRO
16.30	DEBATE
16.45	PAUSA PARA CAFÉ 15 MINUTOS SESSÃO DE AUTÓGRAFOS JOÃO CRAVEIRINHA, DULCE PEREIRA E HELENA ANACLETO-MATIAS
	SESSÃO 3 MODERADOR: ROSÁRIO GIRÃO
17.15	ORADOR 9/10 REGINA DE BRITO E M ^a ZÉLIA BORGES, CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONCEITO DE LÍNGUA CRIOLA
17.35	DEBATE
17.55	PAUSA PARA JANTAR
21.15	RECITAL DE MÚSICA FOLCLÓRICA DE RIANXO, GALIZA – “VAI DE RODA” ATIVIDADE PARALELA

DIA 3 PASSEIO LÚDICO-CULTURAL:

08.30	TRANSPORTE DA RESIDENCIAL CLASSIS, AV. JOÃO DA CRUZ, PARA A CIDADELA
09.00	09.00-11.30 HORAS VISITA À CIDADELA, IGREJA DE STA MARIA, CASTELO, MUSEU MILITAR E DA MÁSCARA
11.30	PARTIDA PARA MIRANDA DO DOURO
12.45	ALMOÇO RESTAURANTE DO PLANALTO MIRANDÊS, RUA 1º DE MAIO, N.º 25 MIRANDA DO DOURO € 10.00 EUROS,
14.15	VISITA À SÉ, CERIMÓNIA DA CAPA DE HONRAS NA CÂMARA DE MIRANDA DO DOURO, VISITA MUSEUS E BIBLIOTECA
19.00	PAUSA PARA JANTAR LIVRE

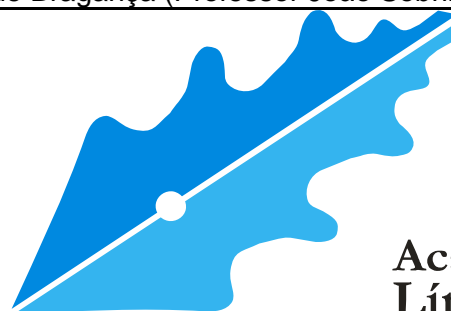
DIA 4 DE OUTUBRO

09.15	ACREDITAÇÃO DE PARTICIPANTES
	SESSÃO 4 MODERADOR: JOÃO CRAVEIRINHA OU ANTÓNIO GIL HERNÁNDEZ
09.30	ORADOR 12 EDMA SATAR, A IMPORTÂNCIA DA RECOLHA DO LÉXICO DAS LÍNGUAS NACIONAIS DE MOÇAMBIQUE
09.50	ORADOR 13 ZAIDA PEREIRA O PORTUGUÊS NA GUINÉ-BISSAU: TENDÊNCIAS NA VARIAÇÃO
10.10	ORADOR 14 DULCE PEREIRA, CONTRIBUTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO CRIULO DE CABO VERDE E DO PORTUGUÊS: INSTRUMENTALIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E ENSINO
10.30	ORADOR 15 HELENA LIMA AFONSO, A LÍNGUA PORTUGUESA E OS FENÓMENOS DE INTERFERÊNCIAS LINGUÍSTICAS EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE
10.50	DEBATE
11.15	PAUSA PARA CAFÉ 30 MINUTOS
	SESSÃO 5 MODERADOR: ANABELA MIMOSO
11.45	ORADOR 16 ÂNGELO CRISTÓVÃO, O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA
12.05	ORADOR 17 ANTÓNIO GIL HERNÁNDEZ, CRIULO INSTITUCIONALIZADO CONTRA PORTUGUÊS GALEGO (OU PORTUGUÊS DA GALIZA): REFLEXÕES DESDE O NOME DADO À GALIZA PELAS INSTITUIÇÕES DO “REINO DE ESPANHA”
12.25	ORADOR 18 CARLA GUERREIRO, MIA COUTO E O GATO E O ESCURO – A ESCRITA “BRINCRIDA” DE UM AUTOR LUSÓFONO
12.45	DEBATE
13.00	PAUSA PARA ALMOÇO
15.15	ACREDITAÇÃO DE PARTICIPANTES
	SESSÃO 6 MODERADOR CARLA GUERREIRO OU HELENA ANACLETO-MATIAS
15.30	ORADOR 19/20 EDSON FERREIRA MARTINS E M ^a JOÃO MARÇALO, DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E IDENTIDADE NACIONAL EM MONTEIRO LOBATO: CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DO PORTUGUÊS DO BRASIL E DO PORTUGUÊS EUROPEU
15.50	ORADOR 21 ELIS DE ALMEIDA CARDOSO, O LÉXICO DA PERIFERIA: UMA ANÁLISE DE UM DOS DIALETOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO
16.10	ORADOR 22/23 M ^a ZÉLIA BORGES / REGINA H. DE BRITO O PORTUGUÊS DO BRASIL: UMA VARIANTE DO PORTUGUÊS LUSITANO
16.30	DEBATE
16.45	PAUSA PARA CAFÉ 30 MINUTOS
	SESSÃO 7 MODERADOR: M^a ZÉLIA BORGES
17.15	ORADOR 24 ÁLVARO CARETTA, AS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS DA LÍNGUA PORTUGUESA NA CANÇÃO POPULAR BRASILEIRA
17.35	ORADOR 25 MÁRCIA REGINA TEIXEIRA DA ENCARNAÇÃO ESTUDOS DE FATOS LINGUÍSTICOS EM REGIÕES LITORÂNEAS BRASILEIRAS
17.55	ORADOR 26 ALEXANDRE BANHOS, CARATERIZAÇÃO DE CRIULOS. O CASO GALEGO UM MODELO DE CRIOLIZAÇÃO?
18.15	DEBATE
18.30	PAUSA PARA JANTAR
21.15	POESIA E MÚSICA “CLUBE DOS POETAS VIVOS” GALIZA - ATIVIDADE PARALELA

DIA 5 DE OUTUBRO

09.15	ACREDITAÇÃO DE PARTICIPANTES
	SESSÃO 8 MODERADOR: M^a D’AJUDA ALOMBA RIBEIRO
09.30	ORADOR 27 IRENILDE PEREIRA DOS SANTOS, ATLAS LINGUÍSTICOS BRASILEIROS E ATIVIDADE DISCURSIVA: CONTRIBUIÇÕES AO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA
09.50	ORADOR 28 M ^a JOSÉ REIS GROSSO, A LÍNGUA PORTUGUESA: ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE OUTROS MODOS DE ESTAR E DE SER
10.10	ORADOR 29 JOSÉ MANUEL BARBOSA, ALGUNS ASPETOS A SALIENTAR DA (PRÉ-) HISTÓRIA DA LÍNGUA

10.30	DEBATE
10.45	PAUSA PARA CAFÉ 30 MINUTOS
	SESSÃO 9 MODERADOR: M^a DO CÉU FONSECA
11.15	ORADOR 30 ARTUR ALONSO NOVELHE, UM NOVO OLHAR SOBRE A POESIA GALEGA
11.35	ORADOR 31/32 M ^a D'AJUDA ALOMBA RIBEIRO E GISANE SOUZA SANTANA, UMA LÍNGUA, VÁRIAS CULTURAS: DIÁLOGOS CULTURAIS NA LITERATURA DE JORGE AMADO
11.55	ORADOR 33 M ^a HELENA ANACLETO-MATIAS, O PAPEL DO ENSINO DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA NA DEFESA DO MULTICULTURALISMO
12.15	DEBATE
12.30	PAUSA PARA ALMOÇO
15.00	ACREDITAÇÃO DE PARTICIPANTES
	SESSÃO 10 MODERADOR ALEXANDRE BANHOS
15.15	ORADOR 34/20 M ^a DO CÉU FONSECA E M ^a JOÃO MARÇALO, A TRADIÇÃO DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA NA EXPANSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA
15.35	ORADOR 35 MARY ELIZABETH CERUTTI-RIZZATTI APROPRIAÇÃO DA ESCRITA E CULTURA: UMA DISCUSSÃO SOBRE O LETRAMENTO ESCOLAR
15.55	DEBATE
16.10	PAUSA PARA CAFÉ 30 MINUTOS
16.30	SESSÃO 11 MODERADOR CHRYS CHRYSTELLO. DEBATE FINAL E PROPOSTAS FUTURAS: ANTÓNIO GIL HERNÁNDEZ, EVANILDO BECHARA, JOÃO CRAVEIRINHA, JOÃO MALACA CASTELEIRO
17.45	Cerimónia de entrega do 2º prémio literário da lusofonia
18.30	Encerramento das sessões com o Presidente da Câmara Municipal de Bragança (Eng.º Jorge Nunes), Professor Evanildo Bechara da Academia Brasileira de Letras, Professor Malaca Casteleiro da Academia de Ciências de Lisboa, Presidente do Instituto Politécnico de Bragança (Professor João Sobrinho Teixeira), escritor João Craveirinha e demais entidades



Academia Galega da
Língua Portuguesa

MODERADORES DAS SESSÕES:

Chrys Chrystello, dia 2 10.45	PROGRAMA DA SESSÃO INAUGURAL
Ângelo Cristóvão, dia 2 15.30	Dia 6 de outubro Centro Galego de Arte Contemporânea Santiago de Compostela, 6 de outubro de 2008
Rosário Girão dia 2 17.00	10:00 Oferenda floral no Panteão de Galegos Ilustres (Igreja de São Domingos de Bonaval), com atuação do grupo de música tradicional "Vai de Roda".
António Gil Hernández, dia 4 09.30	11:00 Início da sessão da manhã. Mesa de oradores: - Discurso de recepção do Diretor do CGAC, Doutor Manuel Oliveira - Discurso de boas-vindas, pelo Presidente da AGLP - Intervenção das autoridades políticas do Governo Galego - Prof. Doutor Artur Anselmo, da Academia das Ciências de Lisboa - Prof. Doutor Evanildo Bechara, da Academia Brasileira de Letras - Prof. Doutor Malaca Casteleiro, da Academia das Ciências de Lisboa - Doutor João Craveirinha, Moçambique
João Craveirinha, dia 4 09.30	13:00 Intervenção do Presidente da AGLP. Leitura dos nomes dos académicos, apresentação do primeiro número do <i>Boletim da AGLP</i> e inauguração das atividades da Academia.
Anabela Mimoso, dia 4 11.45	13.30 Programa musical - A professora Isabel Rei interpretará: - "Deu-La-Deu", suite para guitarra composta por Rudesindo Soutelo em honra da Academia Galega da Língua Portuguesa - Obras para guitarra do espólio do escritor e compositor Marcial Valladares - Interpretação do <i>Hino da Galiza</i> , com o Grupo de música tradicional "Vai de Roda"
M ^a Helena Anacleto-Matias dia 4 15.30	14:30 Jantar no Restaurante "O Dezasseis"
Carla Guerreiro dia 4 15.30	21:00 Ceia em restaurante da cidade.
M ^a Zélia Borges dia 4 17.15	Ass. Cultural Pró Academia Galega da Língua Portuguesa,
M ^a d'Ajuda Alomba Ribeiro dia 5 09.30	http://www.aglp.net
M ^a do Céu Fonseca dia 5 11.15	Rua Castelão, 27 – Aptº 128 15900 Padrão (Galiza)
Alexandre Banhos, dia 5 15.30	Pró Academia Galega da Língua Portuguesa" < pro@aglp.net >

Presidente Da Câmara Municipal De Bragança
 Professor Adriano Moreira
 Professor Artur Anselmo
 Professor Evanildo Bechara
 Professor Malaca Casteleiro
 Doutor João Craveirinha
 Presidente Do Instituto Politécnico De Bragança
 Representante Da Associação Pró-Academia Galega Da Língua Portuguesa
 Demais Oradores, Participantes Presenciais
 Exmas. Senhoras e Senhores

Desde há seis anos que inicio estes colóquios partilhando um pouco da história desta terra, que segundo alguns foi fundada por Brigo IV, rei de Hispânia, no ano de 1096 a.C. O Abade de Baçal, porém, reputa essas afirmações lendárias. Pode ter-se chamado Celobriga no tempo dos Celtiberos, depois Brigância¹. Houve outras Brigancias: Bregenz² na Áustria, Brianza³ na Itália, Brigantia na Gália Cisalpina (hoje Briançon), e também Brigantia, cidade da Vindelícia⁴, entre os Alpes e o Danúbio⁵. A Civitas Brigantium no atual Reino Unido dividiu-se nos reinos de Elmet, Craven, e Brigantia, num eixo entre York e Catterick no século V. Todas essas Brigantiae devem ter origem celta. À primeira povoação de origem neolítica, depois um centro romano na zona atual da Sé, seguiram-se invasões bárbaras e guerras entre mouros e cristãos e a Bragança primitiva desapareceu enterrada até aos nossos dias cujos vestígios recuperados podem observar na sala de exposições neste piso.

Em meados do século X, (contemporaneamente, ao repovoamento de Guimarães pelo conde Ermenegildo Gonçalves e sua consorte Mumadona) as terras de Bragança eram senhoriadas por seu irmão o conde Paio Gonçalves, passando depois para os Mendes. Em julho de 1128 senhoriava-a Fernão Mendes, cunhado de Afonso Henriques, que um documento desse ano mostra integrado no apoio ao movimento de independência.

Nascida em território do Mosteiro Beneditino de Castro de Avelãs, Bragança tem o primeiro foral em 1187 sendo o castelo construído nessa época.

Em 1199, Bragança esteve cercada pelo rei Afonso IX de Leão depois de este ter repudiado sua esposa, infanta D. Teresa, filha de D. Sancho I.

Quando D. Afonso IV (1325-57) subiu ao trono confiscou os bens do mais velho dos seus irmãos ilegítimos, D. Afonso Sanches que moveu guerra ao monarca e invadiu Portugal pela fronteira de Bragança, pondo tudo a ferro e fogo. Naquele reinado são atribuídas à vila as terças das igrejas da região "para reparamento dos muros".

A Torre de Menagem demorou 30 anos a concluir sendo de arquitetura gótica, distinguindo-se pela elegância as janelas em ogiva, ameias e seteiras e as suas linhas apresentam semelhanças com castelos ingleses do mesmo período.

Na campanha de 1369, de Henrique I de Castela contra D. Fernando, Bragança foi dominada pelos castelhanos e só voltou à posse portuguesa com o tratado de Alcoutim em 1371.

D. Fernando ofereceu-a de dote a uma cunhada, irmã de D. Leonor Teles e foi dada como ducado em 1442, a um filho natural de D. João I, ficando então na posse da Casa de Bragança, sendo primeiro duque D. Afonso (filho ilegítimo de D. João I e genro do Condestável, Nuno Álvares Pereira).

Foi uma das mais importantes casas reais da Europa. A cidade desenvolveu-se com os Judeus, e em 1455, é-lhe concedida uma feira franca, o que revela bem a importância do burgo.

Em 1464, a pedido do 2º Duque D. Fernando de Bragança, recebe de D. Afonso V, o foral de cidade e a partir daí cresceu depressa, ao abrigo do seu castelo de três hectares defendidos por uma linha de muralhas.

Entre dois dos torreões, rasga-se a Porta de Santo António, de volta redonda, defendida por uma barbacã, na qual se situa a Porta da Vila, ogival. Na face oposta a Porta da Traição, saída de recurso de volta para os campos.

Na face sul, no chamado Poço d'el-rei, construção de defesa duma cisterna, se viria a edificar a famosa *Domus Municipalis*. É um pentágono irregular, de arquitetura única e de origem misteriosa, algures entre o século XII e o XV, sendo o seu estilo românico civil tardio, mas há quem lhe dê uma raiz romana. Foi um importante reservatório de água, com um subterrâneo composto por uma cisterna abobadada, a "Sala d'Água", fazendo a cachorraria interior e exterior converter as águas pluviais para a cisterna e sua nascente. O piso térreo sem divisões tem uma bancada de granito ao longo das paredes - a "Casa da Câmara" - que serviu como lugar de reunião dos "homens bons" do concelho a partir do século XVI. Poderá ter albergado os peregrinos que rumavam a Santiago de Compostela, onde nós rumaremos no domingo à noite por outras razões igualmente válidas.

Em 1580, aquando da segunda crise dinástica portuguesa pela morte do cardeal-rei D. Henrique, foi uma das primeiras terras que patrioticamente reconheceram a realeza do Prior do Crato, D. António. Em 1762, sofreu o assalto das tropas espanholas do Marquês de Sarria e em 1808, ergueu-se contra o invasor napoleónico. Hoje ergue-se valorosamente contra a desertificação humana, o desinteresse político, o afastamento dos centros de poder, com iniciativas como estes Colóquios.

A Cidadela de Bragança que visitaremos amanhã, dia 3, é um dos núcleos muralhados mais harmoniosos e bem preservados de Portugal

Tem um perímetro de 660 metros muralhados, quinze torres ou cubelos e outros tantos panos de muro, com a espessura média de dois metros, três portas (duas Portas de Santo António e a Porta do Sol) e dois postigos (a Porta da Traição e o postigo do Poço do Rei). Toda a cerca é ameada e define uma planta ovalada que apresenta o seu interior orientado segundo dois eixos viários. Destes, é a rua da Cidadela que faz o antigo traçado entre as duas portas. À esquerda encontra-se um pequeno quarteirão, interrompido pelo espaço onde se localiza o Pelourinho e que antigamente foi ocupado pela igreja de S. Tiago. Ao centro fica o principal aglomerado populacional, que tem no seu topo a Igreja de Santa Maria (ou de Nossa Senhora do Sardão), de origem românica, do século XVI, onde se misturam o estilo renascença e o barroco, pela sua reconstrução no século XVIII. Esta é também a época da pintura que se pode ver no teto da igreja.

Adossada exteriormente à muralha na sua face norte, acha-se a Torre da Princesa, que é tudo quanto resta do paço do alcaide, cenário de tragédias íntimas. Delas sobressaem a da infanta D. Sancha, irmã de Afonso Henriques, humilhada pelo adultério do marido e senhor da terra, Fernão Mendes, e a de D. Leonor, infeliz esposa, e injusta vítima. Foi nesta Torre que D. Jaime, o 4º Duque de Bragança aprisionou a mulher, D. Leonor que de tão linda, ele não deixava que mais nenhum homem a olhasse, por isso, quando se retirou com a Corte para Lisboa, assassinou-a. Não vos falarei das várias versões da lenda da Torre da Princesa e dos seus amores proibidos, pois dela se ocupa a nossa página na internet.

A enorme Torre de Menagem no lado norte é um imóvel quadrangular de 17 m de lado e 34 m de altura, dotado de sapata de cerca de 6 m de altura. O acesso era feito por uma ponte levadiça para a porta que se encontra bem alta. Atualmente faz-se por uma estreita escadaria exterior, de pedra, adossada à face setentrional de um corpo saliente que serve de couraça à própria torre. Na face sul, a meia altura, está adossada uma pedra de armas com os emblemas da Casa de Avis, sinete do monarca que promoveu a edificação. Dos elementos decorativos mais interessantes contam-se as graciosas fiadas de ameias que lhe coroam o eirado e duas

1 (in Dr. Rocha Martins 1889 http://www.caestamosnos.org/tematicas/Distritos_Concelhos_Portugal_Braganca.htm)

2 <http://en.wikipedia.org/wiki/Bregenz>

3 <http://en.wikipedia.org/wiki/Brianza>

4 <http://en.wikipedia.org/wiki/Vindelicia>

5 <http://michel-desfayes.org/villegaule.html>

elegantes janelas góticas maineladas, na face sul e na face leste. Nas aberturas e nos cunhais, o material utilizado é o granito, com alguns blocos siglados, enquanto no recheio predomina a alvenaria de xisto. Nos ângulos superiores destacam-se quatro guaritas cilíndricas.

Com a extinção, em 1958 do Batalhão de Caçadores n.º 3 que ocupava o castelo, este alberga atualmente o Museu Militar, nos cinco pisos da Torre de Menagem. Todo o equipamento bélico de antanho é tão inofensivo quando comparado com as novas armas de destruição maciça. Começamos pela cripta para descer a acanhada escada de caracol até às antigas masmorras. No fundo, a cisterna e o tenebroso ergástulo (cárcere). Espreitando pelas ameias, imaginámos os defensores, alheados da inolvidável paisagem, dando as boas-vindas aos forasteiros atacantes com grandes caldeirões de azeite a ferver. No primeiro piso, na Sala do Gungunhana⁶, há artefactos de diversos povos africanos e a história do célebre chefe tribal que ousou desafiar o poder colonial em Moçambique. No segundo piso, as exposições sucedem-se por ordem cronológica, em 14 divisões, desde a Sala D. Afonso Henriques até à Sala da Primeira Guerra, onde estão patentes armamentos utilizados na época. Às cotas de malha medievais seguem-se as bestas e armaduras quinhentistas, as espadas e mosquetes do século XVII, as carabinas e sabres e as armas do primeiro conflito mundial.

A poente do castelo há um pelourinho com uma escultura zoomorfa "A Porca da Vila," um fuste de coluna de granito, cravado no dorso de uma escultura que lhe serve de pedestal representando um berrão. Os berrões eram um ídolo pré-histórico, cujo culto era característico dos povos transmontanos. O monumento é encimado pelo escudo das armas de Bragança e um capitel do qual partem quatro braços de extremidades decoradas com carrancas. Lá eram amarrados e castigados os réus de grandes delitos da época medieval.

Esta antiga Bragança olha com orgulho do alto da sua cidadela todos quanto a ignoram sem a conhecerem. Hoje, já sem a sua importância militar e estratégica não perdeu as suas raízes rurais. No Centro da Cidadela, nas pequenas hortas crescem figueiras, cerejeiras e legumes, sob a presença altiva do *Parque Natural de Montesinho*⁷ que se avista do cimo das muralhas. Como a paisagem é rude e bravia, numa abordagem fugaz dir-se-ia que aqui só há fraguado. A mais importante revolução pacífica ocorreu quando os judeus plantaram amoreiras nos interstícios das fragas e nos séc. XV e XVI, conseguiram o milagre de fazer de Bragança um importante centro fabricante de veludos, damascos, e outros tecidos de luxo. Infelizmente, a Inquisição esteve particularmente ativa em Bragança tendo vitimado 734 artesãos. O sábio Abade de Baçal acrescenta que nem todos se deixaram apanhar e a maioria (três mil) fugiu. Os teares fecharam, a produção dos belos veludos de Bragança cessou por completo seguindo-se um longo e sombrio período de decadência.

Saindo da Cidadela para a Igreja de São Bento (padroeiro da cidade) uma pintura do teto é atribuída ao pintor religioso Bustamante, sendo uma relíquia do barroco nordestino. Mais abaixo, a Igreja de São Vicente, primitivamente românica do séc. XIII que foi reconstruída no século XVII. O pórtico de acesso é renascentista, mas no interior há uma capela rica em talha dourada e uma abóbada pintada e igualmente dourada. À volta da nave há azulejaria do século XVII; com um painel alusivo à proclamação, do general Sepúlveda em 1808, contra a ocupação napoleónica. Mais tarde foi convertida em hospital militar e em asilo.

Foi na igreja de S. Vicente segundo reza a tradição, que teve lugar o casamento secreto abençoado pelo deão da Sé da Guarda, do príncipe e futuro Rei D. Pedro com a dama galega Inês de Castro. A mesma tradição conta ainda que a rainha Santa D. Isabel ao dirigir-se para Trancoso para casar com D. Dinis pernoitou na Igreja de São Francisco (a quem posteriormente doou grandes bens) que era um convento, segundo a tradição edificado na presença de São Francisco de Assis.

Merecem observação a Capela da Casa da Misericórdia, com um retábulo de talha dourada do século XVII, e a velha Igreja de Santa Clara (conventual), onde novamente se confundem o estilo renascentista com o barroco, e que possui uma apreciável pintura no teto, datada do século XVIII. Na Rua Abílio Beça veem-se casas de portais estreitos, herança dos judeus que aqui se refugiaram. Aqui fica o célebre Museu Abade de Baçal⁸ que se prolonga por dois andares e pelo jardim do antigo Paço dos Bispos. Contém notáveis obras de arte, desde alabardas da época de Bronze, esculturas zoomórficas pré-romanas a móveis dos séculos XVII e XVIII, retratos, pinturas, faianças que o carinho do abade de Baçal transformou num dos melhores do país.

O cruzeiro da Praça da Sé, aqui mesmo em frente é referência central da cidade datando de 1689, reconstituído em 1931 A velha Sé-Catedral, de fachada simples, com portal renascentista de influência barroca, interior com retábulo de talha dourada e um arco triunfal dominado pelo brasão da cidade é um templo quinhentista doado aos Jesuítas, que aqui instalaram um colégio em 1560. Depois, foi doado à Mitra de Miranda, depois tarde transferida para Bragança. O estilo renascença se deixou infiltrar pelo barroco, sendo de apreciar as suas janelas trabalhadas e, no interior, um rodapé de azulejo do século XVII, um retábulo de talha dourada e o teto da sacristia, apainelado e pintado com o arco renascentista - um arco triunfal - dominado pelo brasão da cidade. A igreja liga-se ao claustro onde funcionava o colégio jesuíta, mais tarde adaptado a liceu onde a minha mãe teve a honra de estudar há 75 anos.



O Museu Ibérico da Máscara e do Traje, que visitaremos dia 3, foi inaugurado em fevereiro de 2007, resultando de um projeto transfronteiriço entre Bragança e Zamora com o objetivo de perpetuar a tradição dos rituais. Instalado na cidadela, conta com um espólio de quarenta e seis trajes e sessenta máscaras representativos de vinte e nove localidades, dezoito portuguesas e onze espanholas, de quarenta e seis artesãos. Bragança também criou aqui em frente no centro histórico um Centro de Arte no antigo Solar Sá Vargas, antigo Banco de Portugal. O Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, nome de uma das mais importantes pintoras portuguesas, que tem interpretado o pulsar das gentes da região. Resulta de um projeto do arquiteto Souto Moura para o qual a pintora disponibilizou setenta pinturas e desenhos, de 1982 a 2005, doando alguns. A escolha foi da própria artista e de João Fernandes, diretor do Museu de Serralves, que irá coordenar as exposições futuras.

Esta velha urbe transmontana tem mais ainda para oferecer ao visitante um passeio pela Estrada do Turismo de frondosas árvores, com a cidade a seus pés numa espetacular policromia, antes de subir ao cabeço de São Bartolomeu, local duma pequena ermida, de onde se desfruta um panorama inesquecível. Depois, regressa-se à cidade onde o comboio chegou em 1906. O Espaço Museológico de Bragança na área da antiga estação ferroviária, atual Central de Camionagem, ocupa a antiga cocheira de carruagens da que foi estação término da linha do Tua. A exposição inclui diverso material ferroviário da Companhia Nacional de Caminhos de Ferro.

Em 2004 foi inaugurado o novo Centro Cultural Municipal de Bragança, onde nos encontramos, que veio dar uma nova vida ao edifício de há 400 anos. O espaço reconstruído dá agora lugar a novas valências "orientadas para a promoção de atividades artísticas e culturais, como a escultura, a pintura, dança, fotografia, literatura, teatro, música, artesanato, entre outras".

⁶ Ngungunhane, Mdungazwe Ngungunyane Nxumalo, N'gungunhana, Gungunhana ou Reinaldo Frederico Gungunhana (*Gaza*, c. 1850 — *Angra do Heroísmo*, 23 de dezembro de 1906) foi o último imperador do *Império de Gaza*, no território que atualmente é Moçambique, e o último monarca da *dinastia Jamine*.

⁷ <http://www.bragancanet.pt/vinhais/vslomba/pnm.htm>

⁸ <http://viajar.clix.pt/com/tesouros.php?lid=316&lg=pt>

7. 2. O TRATADO DE BABE

Antes de sairmos da história devemos visitar o Tratado mais desconhecido da História de Portugal e que por aqui teve lugar em 1387. Babe remonta a épocas indefinidas na entrada do planalto de Lombada. A sul do castro da Sapeira, passava a estrada romana de Braga a Astorga, havendo estelas funerárias e um marco milenário romanos a prová-lo. Esta aldeia está ligada à nacionalidade através do Tratado de Babe. D. João I de Portugal ofereceu auxílio ao duque de Alencastre, João de Gaudi, para provocar a divisão das forças e tropas de Castela. O Inglês desembarca na Corunha, seguindo para Melgaço, onde se avistou com D. João, estipulando as condições do auxílio que comportava o casamento da sua filha Filipa com o rei. As tropas do Duque seguem para Bragança, e no Porto consuma-se o casamento. Em março de 1387 o mosteiro de Castro de Avelãs⁹ recebeu como hóspede o duque com a sua comitiva, no planalto de Babe no âmbito do casamento de D. Filipa de Lencastre com o rei português. O duque fazia-se acompanhar por um milhar de guerreiros veteranos da famosa batalha de Crécy¹⁰. Aqui é negociado aquele que seria o Tratado de Babe, que obrigava o dito Duque a abdicar de quaisquer direitos que pudesse vir a ter sobre a coroa portuguesa. Milhares de pessoas ali acamparam, dentre eles o Santo Condestável. Portugal pouco lucrou com este acordo, já que o Duque inglês, não obteve a divisão das forças castelhanas.

8. 3. AS FESTAS DO NATAL (E AS MÁSCARAS DIABÓLICAS)

Entre os concelhos de Freixo de Espada à Cinta, Miranda do Douro e Bragança, intervém um tipo especial de mascarados no ciclo das Festas do Natal: os "caretos", "chocalheiros", "zangarrões" - "mascarões". Atuam como meros mendicantes ao serviço da igreja, percorrendo as localidades a recolher esmolas, na companhia dos respetivos mordomos. Em Bemposta (Mogadouro) essas personagens saem nos "dias do chocalheiro", a 26 de dezembro a 1 de janeiro, a partir da meia-noite. Máscara e indumentária são pertença da aldeia e ficam à guarda da igreja. O cargo de "chocalheiro" é leiloado todos os anos pelo mordomo da festa. Na companhia dos mordomos, o "chocalheiro" percorre a freguesia batendo a todas as casas e recolhendo as esmolas. Entra nas casas e delas leva o que bem entende, especialmente chouriços. A sua atuação na rua é insólita e temida, sobretudo pelas mulheres solteiras, com quem permite liberdades licenciosas, e também pelo rapazio, que foge espavorido, gritando com todas as forças: "Vem aí o "chocalheiro" - Vem aí o diabo!". De facto exhibe vários atributos conotados com o diabo, além da máscara, o fato tem uma série de listas brancas e vermelhas, uma caveira pintada nas costas, um rabo de crinas comprido, uma bexiga de porco pendente do capuz e uma figura de serpente a tiracolo. A tradição local consagra a superstição de que, se alguém morre no dia em que ele deambula pelas ruas, vai para o inferno. Assumindo uma natureza diabólica, a sua aparição impõe pelo terror a presença de um ser que se coloca fora da lei e das convenções, que escapa às normas quotidianas e autoriza o que é interdito. Apareciam como uma entidade mágica, sombria, inquietante, mas necessária. A sua aceitação justifica-se por conter um sentido vago de proteção da comunidade, sendo através deles que se normalizam certas forças estranhas e difusas que nesse período se creem desencadeadas.

9. 4. COLÓQUIOS

Vamos por fim, falar sobre o 7º Colóquio Anual da Lusofonia depois desta longa digressão pela História, apenas porque creio que sem a conhecermos seremos incapazes de preservar a nossa língua e cultura. O atual impacto mundial da língua portuguesa existe sobretudo por ação dos outros. A R. P. da China prepara os seus melhores quadros para dominarem a língua portuguesa e desta forma conquistarem os mercados lusofalantes. Irá depender sobretudo do esforço brasileiro em liderar, que a Lusofonia poderá avançar, levando a reboque os países africanos ainda cheios de complexos do colonizador português. A língua é alimentada de forma diferente de acordo com as realidades sociais, económicas, culturais, etc., dos países onde está instituída que estão geograficamente distantes uns dos outros. Ela pode ser o veículo de aproximação entre os países lusófonos e as comunidades lusofalantes.

Como me dizia Henrique Salles da Fonseca: Um escritor é, por definição, um pensador. Ao escrever o que pensa, o escritor traz para a praça pública a sua ideia e põe-na à consideração dos leitores. Ou seja, põe os leitores a pensar. Ora, pensar é um exercício muito menos praticado do que o desejado pois há muita gente que age automaticamente aos estímulos que lhe chegam. O pensamento multiplica as ligações entre os neurónios e é precisamente a densidade dessa rede que permite ao cérebro aumentar as capacidades originais. O Professor António Damásio, autor do livro "O erro de Descartes" – demonstrou que o cérebro de um adulto analfabeto é significativamente diferente (menor capacidade) do de um letrado (maior capacidade). O desenvolvimento das sociedades tem a ver com a capacidade mental dos seus membros e não com os exauríveis recursos naturais. Vejam-se os casos do Japão em comparação com Angola, da Suíça com o Afeganistão ou ainda o caso de Singapura. Isto permite-nos extrapolar que o escritor é o motor do desenvolvimento.

Quando em 2001 iniciámos estes Colóquios sob a égide do nosso saudoso primeiro patrono Embaixador Professor Doutor José Augusto Seabra - queríamos provar que era possível descentralizar a realização destes eventos sem sermos subsidi dependentes. Portugal é um país macrocéfalo; cada ano que passa existe mais Lisboa e o resto confina-se apenas à paisagem. Com a saída de serviços vitais, o êxodo de pessoas e subsequente a diminuição da população escolar, a falta de emprego, e todos os poderes decisórios radicados em Lisboa, cidades como Bragança estão por vezes mais perto de Madrid do que da capital. Tentando lutar contra essa tendência, conseguiu-se que estes colóquios se tornassem, graças à nossa persistência, na única iniciativa, concreta e regular em Portugal nos últimos seis anos sobre esta temática. Caracterizam-se pela sua completa independência de quaisquer forças políticas ou institucionais o que permite viabilizar a participação de um leque alargado de oradores, desassombrados, sem peias, sem temores nem medo de represálias dos patrocinadores institucionais, sejam eles governos, universidades ou meros agentes económicos. Contamos desde a primeira hora com o apoio logístico essencial da Câmara Municipal de Bragança que o divulga e a ele se associa.

Os encontros e conferências de formato tradicional são reuniões de boas intenções com a posterior publicação de Atas de conclusões, mas nós inovámos e introduzimos em 2002, algo hoje normal, o hábito de entregar CD com as Atas no início das sessões. Estes Colóquios independentemente das grandes diretrizes aprovadas nos gabinetes de Lisboa ou de Brasília têm servido para inúmeras pessoas aplicarem o saber doutros colegas à realidade do seu quotidiano de trabalho, aproveitando a experiência profissional e pessoal de cada um dentro da sua especialidade e dos temas que estão a ser debatidos, para que os restantes possam depois partir para o terreno, para os seus locais de trabalho e utilizarem esses instrumentos que já deram resultados noutras comunidades. Verificou-se a criação de uma rede informal que permitiu um livre intercâmbio de experiências e vivências, ao longo dos anos. Por outro lado, as atividades paralelas e a sua componente lúdica-cultural permitem uma confraternização cordial, aberta, franca e informal entre oradores e presenciais, caracterizada por almoços e jantares e passeios lúdico-culturais em que do convívio saem reforçados elos que se irão manter. Todos os anos os participantes têm podido trocar impressões, falar de projetos, partilhar ideias e metodologias, fazer conhecer as suas vivências e pontos de vista, fora das sessões, alargando esta rede informal dos colóquios.

Em 2004 fizemos a campanha que ajudou a salvar o **Ciberdúvidas**, em 2005 assistimos ao lançamento do **Observatório da Língua Portuguesa** integrado na CPLP, em 2006 lançamos a primeira pedra para a criação da **Academia Galega da Língua Portuguesa**, em 2007 o 1º **Prémio Literário da Lusofonia** patrocinado pela Câmara e fomos os primeiros a discutir e lançar as bases da discussão pública que viria a culminar na assinatura do Acordo Ortográfico. Em 2008 já demos continuidade à discussão sobre o Acordo ortográfico no 3º Encontro Açoriano da Lusofonia e à concretização desse grande projeto que é a **Diciopédia ou Dicionário Contrastivo da Língua Portuguesa e Dicionário de Açorianismos**, saindo deste Colóquio para assistir a esse ato histórico que é o primeiro ato oficial da **Academia Galega da Língua Portuguesa** nascida de muitos labores com o apoio destes Colóquios. Este ano iremos falar da **"Língua Portuguesa e Crioulos: um enriquecimento biunívoco"**. Além de vários subtemas, teremos uma **Homenagem contra o esquecimento** pelo 4º centenário do PADRE ANTÓNIO VIEIRA e pelo 1º centenário de VITORINO NEMÉSIO, além do habitual tema de Estudos de Tradução, com cerca de quarenta oradores do Brasil, Portugal, Moçambique e Galiza.

Temos representantes da Academia Brasileira de Letras (1), Academia de Ciências de Lisboa (1), da AGAL Galiza (1); Universidade Mackenzie de São Paulo (5), Universidade de São Paulo Brasil (4), Universidade Estadual de Santa Cruz da Bahia, Brasil (2), Universidade de Nottingham Reino Unido, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil (1), Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança (1), Universidade de Lisboa (5), Universidade de Évora (2), Universidade Lusófona (2), Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico do Porto (1), Universidade do Minho (2), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (1), Universidade do Algarve (1), Associação pró Academia da Língua Portuguesa (3), Clube dos Poetas Vivos (2), Movimento Internacional Lusófono (1) e do blogue A Bem da Nação (1).

Os nossos oradores "típicos" não buscam mais uma conferência para juntar aos seus currículos, antes estão interessados em partilhar as suas ideias, projetos, e criar sinergias com universidades, politécnicos e outras entidades e pessoas nos quatro cantos do mundo. São eles que voluntariamente já arrancaram com o ambicioso projeto da Diciopédia nas suas horas livres, sem buscarem fama ou proveito, antes irmanados deste nosso ideal de "sociedade

⁹ <http://www.bragancanet.pt/patrimonio/avelas.htm>

¹⁰ [http://wapedia.mobi/pt/Batalha de Cr%C3%A9cy](http://wapedia.mobi/pt/Batalha_de_Cr%C3%A9cy)

civil” capaz e atuante, tal como nós que organizamos voluntária e gratuitamente estes colóquios. Somos – todos juntos – capazes de atingir aquilo que as burocracias e as hierarquias muitas vezes não podem ou não querem. Acreditamos que somos capazes de fazer a diferença.

Os nossos oradores “típicos” juntam-se aos colegas no primeiro dia de trabalhos, partilham as suas refeições, as suas comunicações, os passeios, e despedem-se no último dia como se de amigos se tratasse. É isso que nos torna distintos de qualquer outro colóquio ou simpósio e é isso que vamos repetir este ano. Queria alertar-vos para o facto dos CD entregues aos oradores conterem todas as atas de anos anteriores, bem como fotos desses colóquios, uma vasta coleção de fotos de Bragança, e projetos iniciados ou apoiados pelos Colóquios incluindo a Diciopédia, o Dicionário de Açorianismos, a criação da cadeira de estudos Açorianos, uma coleção de imagens bem-humoradas da língua portuguesa sob o título de Portugal no seu melhor e outros que vos manterão ocupados durante horas a fio depois destes dias de atividade. Muito obrigado.

ATAS COMPLETAS, COM BIODADOS E TRABALHO FINAL

1. ALEXANDRE BANHOS CAMPO

Nascido na Galiza no 1954. Desde 1984 é associado da AGAL e tem participado com regularidade nas atividades da mesma, sendo por duas vezes membro do Conselho da AGAL, em junho deste ano foi eleito Presidente da AGAL. Desde os começos dos anos 70 do século passado está ligado a movimentos culturais e de ativismo social a prol da língua e dos direitos humanos dos galegos e nomeadamente os direitos linguísticos, havendo sido membro de múltiplas associações culturais, políticas e sociais ocupando nas mesmas diversidade de cargos. Alexandre Banhos Campo é Licenciado em Ciências Políticas e em Sociologia (especialidade de demografia e população) pela Universidade Complutense (Madrid). Foi membro em várias ocasiões do Conselho da AGAL, ocupando neste momento a sua Presidência. Tem participado em múltiplos encontros e congressos a ver com a língua, em muitos deles como relator. Desde há 33 anos está entre outras cousas, comprometido com o ativismo cultural fazendo parte de muitas associações e iniciativas culturais com todo tipo de responsabilidades, tendo publicado trabalhos relacionados com estas matérias. É master em Gestão da Formação de Qualidade pela UNED, e especialista em Gestão Económico-financeira pela Universidade de Compostela. De janeiro de 2000 a agosto de 2005 formou parte da Comissão Geral de Formação Continuada para os Empregados Públicos de todas as administrações e áreas do estado espanhol e da Comissão Permanente da dita Comissão Geral, assim como dos órgãos diretivos neste campo da Federação Espanhola de Municípios e Províncias (FEMP). É membro do Comité Latino-americano de Administração para o desenvolvimento (CLAD) tendo participado em vários dos seus congressos, e de outros eventos e organismos. Atualmente é membro da comissão de expertos do INAP no campo da formação. Tem também desenvolvido um importante trabalho como professor tanto no campo da formação de empregados públicos como na formação cultural dinamizadora do ativismo cultural que alicerça a consciência nacional e a da pertença a lusofonia.

O CASO GALEGO UM MODELO DE CRIOLIZAÇÃO? ALEXANDRE BANHOS, PRESIDENTE AGAL (GALIZA)

0. CARATERIZAÇÃO DE CRIoulos.

1 - Como nascem os crioulos:

Durante os séculos XVI a XVIII, as potências coloniais europeias no novo mundo, estabeleceram sistemas de trabalho intensivo, com muita mão-de-obra importada, e dedicadas de jeito fundamental ao monocultivo exportador para as metrópoles. Essa mão-de-obra que chegava basicamente do continente africano sob um regime de escravatura tinha na sua origem múltiplas línguas distintas entre si, ainda que a imensa maioria delas eram pertencentes à família Bantu e por suposto que eram absolutamente desconhecedores das línguas dos seus amos, línguas que iam ser as de comunicação e das ordens no âmbito das fazendas.

Os novos trabalhadores não tinham condições favoráveis ao aprendizagem da língua de poder no novo continente, e a proporção das pessoas que conheciam bem a língua dominante, é dizer as populações europeias colonizadoras, não ia nunca ao além, nesses altura de estarem entre o 10 e o vinte per cento da população. Os contactos linguísticos eram muito restritos e sem grande amplitude e as línguas da mão-de-obra eram o suficientemente numerosas e distintas para dificultar a aparição dum crioulo Bantu ou sistema de língua franca entre a mão-de-obra. A crioulização não é um fenómeno restrito e próprio das populações africanas da América, é um fenómeno universal e que se estende a todas as etnias e culturas que se achem em idêntica situação, sejam chineses, japoneses, ou coreanos trazidos as ilhas Havai, ou população europeia submetida a idênticas situações.

Os crioulos nascem nesse ambiente em duas etapas, a dos primeiros falantes, o que em inglês se denomina pidgin; etapa com grande variabilidade interna dum falante a outro e no que se integram as palavras da nova língua que mal se adquire, e nalgumas ocasiões montam-se sobre as estruturas linguísticas que os indivíduos têm das suas línguas originárias. Os falantes de pidgin são pessoas grandes limitações comunicativas e a sua comunicação limitada é de grande pobreza. O crioulo propriamente dito, corresponde-se a segunda ou mais bem terceira geração de falantes de filhos de falantes pidgin.

As línguas as pessoas aprendem-nas de crianças e apreende-se a língua do meio no que se nasce, e na que os adultos se exprimem com devida competência. As crianças nesse ambiente das fazendas tem umas dificuldades incríveis para interiorizarem uma forma de língua, de aí a variabilidade vocabular que se produz entre crioulos com muito iguais estruturas simples. O elemento de construção - socialização do crioulo procede da interação das crianças nas suas atividades criando uma koiné comunicativa.

As línguas crioulas têm semelhanças estruturais, a sua simplificação estrutural e da grande igualdade entre todas as línguas crioulas no mundo, independente de qual seja a língua inicial. Esta simplificação estrutural e semelhança foram apontadas por Hugo Schuchardt no século XIX. No XX especialmente desde os anos 60 são muitos os professores que tem dedicado esforço aos estudo dos crioulos, mas destacaram sobre todos os discípulos de Jakobsen e Noam Chomsky, ante o facto de achar-se ante estruturas que pareciam corresponder a um estágio originário da língua que inicialmente não resultava muito doado de explicar. Os gramáticos transformacionais vieram a demonstrar que sendo como são as estruturas das línguas crioulas no mundo, mais semelhantes entre si umas as outras, que as estruturas de qualquer outra língua, há que acabar afirmando que os crioulos foram os inventos dos filhos dos falantes dos pidgin, e que as semelhanças dado o isolado dum a respeito de outras só pode se dever a condições criativas inatas da mente humana.

2- Os crioulos não são o resultado da imposição linguística, mas da sua falta. As potências coloniais não tinham todas o mesmo comportamento na imposição linguística a respeito das populações nativas e da mão operária fazendeira:

Povos como os ingleses ou os castelãos figerom grande esforço em incorporar a todas estas pessoas a língua standard do dominador que pronto funcionou como língua teto do crioulo e espelho no que este se olhava, por pôr um exemplo, a fundação de centros de ensino, universidades o estabelecimento da imprensa, na colonização Castela da América, está presente quase desde o primeiro momento¹¹. Isso fiz que se produziram curiosas divergências no campo dos crioulos de base portuguesa com respeito a outros crioulos, de aí que para alguns dos primeiros estudiosos da crioulização, o português seria o antepassado comum de todos os crioulos por umas características genéticas especiais que se lhe supunham a nossa língua.

3- Os crioulos como língua:

Nos crioulos o primeiro a estudar e se estes tem uma língua que funciona como teto dos mesmos e na qual eles se miram, e se nessa relação dialética o crioulo funciona como língua subordinada familiar, e ao dar-se, o processo da escola, inicia-se não poucas vezes o caminho para a extensão a toda a população da língua padrão, e o que está a passar no Cabo Verde depois da independência, onde ao darem ao português a condição de língua nacional, no sentido que este termo tem depois da revolução francesa, faz retroceder o crioulo apesar da sua vitalidade, cousa que não fizera nunca o Salazarismo e nem se quer formulara a possibilidade.

¹¹ A primeira universidade foi fundada em 1538 na espanhola, atual Santo Domingo, 1551 e Peru, México; 1595 Filipinas, 1610 Córdova Argentina, 1653 Rosário Argentina, 1728, Havana Cuba. No Brasil a primeira universidade fundada com continuidade foi a da Bahia fundada no 1808. A primeira imprensa começou a funcionar em 1536 na América castelhana, e pronto haveria casas de impressores em todas as províncias e vireinatos; a primeira do Brasil começa em 1807

<http://lanic.utexas.edu/project/etext/llil/cpa/spring05/missa/souza.pdf>

[HTTP://PT.WIKIPEDIA.ORG/WIKI/IMPRESA_NO_BRASIL](http://pt.wikipedia.org/wiki/Imprensa_no_Brasil)

Antes de 1600 há já literatura em castelhano realizada por nativos americanos da que é um bom exemplo o Inca Garcilaso, um dos alunos da Escola de índios nobres do Peru

De esses processos vem não pouca da lama que se dá nas relações portuguesas-brasileiras.

Os crioulos desde o ponto de vista da eficácia comunicativa e da capacidade para exprimir o mais complexo pensamento, são línguas ótimas que no tem nada e invejar a nenhuma outra língua; que os crioulos acabem convertendo-se de facto em línguas de seu independentes da língua a que fazem referência na base vocabular, depende de questões de facto alheias aos próprios falantes, como são o prestígio, o posicionamento da elites crioulas no âmbito da cultura dominante, é dizer na medida em que as elites formam parte da língua teto, e se sentem inseridas nela; eis o modelo do Haiti que funcionou ao contrário do citado anteriormente de cabo Verde, de facto em Haiti não ficou elite que conheceu o francês ao além dos padres.

4- Que se passa quando o crioulo fica sob uma língua nacional distinta daquela a que fazia referência:

O caso mais estudado atualmente dentro da nossa língua é o do crioulo chamado *papiamento* de Curaçau; a língua teto sob a que se encontra e o holandês. Que se passa com o *papiamento*: que é uma língua que incorpora cada dia termos em holandês, língua na que chegam as novas realidades do dia-a-dia.

O *papiamento* segue a ter a vitalidade mas não como língua universal de toda a população e sim como língua restrita a um modo de vida tradicional, na medida na que esse modo de vida vai entrando em crise ou é destruído, o *papiamento* esvaece-se. Quando sobre um crioulo se estabelece uma língua teto distinta da língua teto com a que tinha uma relação criativa o crioulo, se caminha sempre cara duas vias:

a) O aparecimento dum movimento nacionalista ligado ao crioulo que reclama este como língua nacional, frente a língua teto do poder imposto.

b) Ou um processo diglósico não estritamente fergusoniano, onde o crioulo fica reduzido ao modo de vida tradicional e na medida em que o âmbito cultural desse sistema de vida tradicional é vivo, o crioulo continua a viver, mas sempre com a espada de Demoles da crise desse sistema de vida. Crise que não é por ser crioulo mas por não ser língua universal, ou língua teto referencial no processo de "convívio" de línguas com separação funcional, seja do castelhano e o inglês, do lapão e finês, do ossético e russo, ou do português da Galiza e o espanhol.

5- Podem os crioulos se converter em língua de seu, em língua nacional

Não há nada que empece a um crioulo se converter numa língua de seu, numa língua "nacional" e com as condições que são próprias duma língua nacional, dos crioulos mas conhecidos que tem alcançado esta situação, o mais próximo dela é o de Haiti, ainda que o auto-ódio que se tenham para sim próprios, os mulatos dirigentes do país, e a insegurança na sua condição de elite, faz que o francês ainda jogue algum papel. Há muitas línguas que nas suas origens eram muito próximas estruturalmente a um crioulo, ou um crioulo, por ex. a língua inglesa.

6- É o galego um crioulo? Poderíamos falar das falas portuguesas da Galiza como uma forma de crioulo.

O galego nom é um crioulo, é dizer nom tem as características de crioulo, nom foi criado por falantes dum pidgin, foi o resultado da criação original dos moradores do noroeste da Península Ibérica com o fermento do latim, ao longo de quatro séculos até que este aparece como uma língua perfeitamente estruturada no século X. Esse galego, que é o português mesmo na origem não é uma língua de estruturas simples que caracteriza aos crioulos e sim uma língua bem complexa. Porém hoje em dia pode-se falar de crioulação da língua, de erosão forte e constante a respeito da língua teto dominante, o castelhano; de perda de estruturas complexas e de simplificação das mesmas, de incorporação e de naturalização maciça de termos castelhanos que são naturalizados como próprios.

7- Como está o português da Galiza, perspetivas de futuro:

O português da Galiza acha-se com certa vitalidade no mundo tradicional, nos escassos restos que ainda ficam do mesmo; com grave crise no resto do espaço social, na medida em que os mundos culturais em que se desenvolvem a língua popular e a imposta por Espanha (Castela) são distintos, adquirindo, a cada passo mais, o castelhano, uma grande universalização e interiorização. Como nos casos dos crioulos com outra língua teto distinta da língua geradora na origem do crioulo, gerou-se um elemento "nacionalista" que regionalizado no estado espanhol, apresenta o modelo de língua regional, é dizer o diglósico e "crioulizado" como proposta de modelo de língua nacional, ainda que resulte inviável por muitas razões, e a primeira e mais importante por que nele nom se sentem refletidas nenhuma elites.

O Português da Galiza tem um desafio muito grande ante ele, reintegrar-se no espaço comum da língua, a começar pela sua imagem externa, a sua farda ortográfica, gerar um modelo urbano culto no que se podam inserir as elites regionais, vivificar-se com o português internacional que não é mais que o galego mesmo, e assim aí poderá conservar grande parte da sua fasquia original que muito pode aportar ao português internacional e a lusofonia toda. De nom apanhar este caminho a sociedade galega, a Galiza será em não muito tempo um território onde o espanhol simplex estará plenamente interiorizado, e o português da Galiza ficará sem espaços sociais que se exprimem nessa língua, e nom passará muito além dum remorso, nem mais nem menos que o que se vive com o occitano atualmente na Provença.

8- Na Galiza há planificação LINGÜÍSTICA? Tem um FIM?

Para qualquer postura e ação de sucesso a respeito do futuro do português da e na Galiza, e fundamental o que se chama Planificação linguística (Language Planning), e nesse sentido é fundamental saber que é o que se está fazendo na Galiza, e que forças estão detrás duma opção ou de outras.

Vou responder contundentemente a questão: Na Galiza existe planificação linguística, inserida no sistema legal espanhol e adaptada a este onde o reconhecimento de línguas distintas do castelhano está cheio de pejas, pois a única língua que tem carácter oficial no estado é o castelhano. Na Galiza produz-se uma planificação, que vem tendo lugar desde praticamente os primórdios da autonomia; planeamento que foi definido pelo sociolinguista catalã Lluís Aracil como modelo estupefaciente de substituição linguística A sociedade da Galiza aceita que se faz muito "sobre e para a língua dos galegos e galegas" entrementes se substitui sem pausa. A cousa chegou a ser tão irreal tão problemática que essa substituição estupefaciente é aceite por as forças nacionalistas galegas com mais incidência social (Bloco Nacionalista Galego), que esquecerom as palavras de Castelão *de que a Galiza é o que é, única e somente por razão da língua.*

9. Bibliografia:

- Andrade, E., D. Pereira & A. Mota. (orgs.) 2000 Crioulos de Base Portuguesa. Braga: APL
- António Gil 1989: O conceito de diglossia segundo Ch. A. Ferguson, e a sua pertinência para a Comunidade Lusófona da Galiza. Um caso de diglossia por deslocação" (artigo elaborado juntamente com o Prof. Dr. Henrique Rabunhal), in: Nós, núm.13-18 (janeiro - dezembro), Ponte Vedra - Braga, 27 págs.
- Arends, J. & al. (eds.) 1995 Pidgins and Creoles. An Introduction. Amsterdão: John Benjamin's Publishing Company.
- Baxter, A. 1996 "Línguas Pidgin e Crioulas".In I. H. Faria & al. (orgs.). Introdução à linguística Geral e Portuguesa. Lisboa: Ed. Caminho, pp. 535-549.
- Cooper, Robert and Fishman, Joshua. 1974. "The Study of Language Attitudes" International Journal of the Sociology of Language. 3: 5-19.
- De Camp. David. 1971. "Toward a Generative Analysis of a Post-Creole Speech Community." Pidginization and Creolization of Languages. Hymes, Dell (ed.) Cambridge: Cambridge University Press.
- Denison, Norman. 1977. "Language Death or Language Suicide?" International Journal of the Sociology of Language. 12: 13-22.
- Dimmndal, Gerrit J. 1989. "On Language Death in Eastern Europe." Investigating Obsolescence: Studies in Language Contraction and Death. Nancy Dorian (ed.). Cambridge: Cambridge University Press.
- Degraff, M. (org.) 1999 Language Creation and Language Change – Creolization, Diachrony and Development. Cambridge: The MIT Press.
- Dorian, Nancy. 1981. Language Death: The Life Cycle of a Scottish Gaelic Dialect. Philadelphia, Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.
- Ferguson, Charles. 1959. "Diglossia" Word is pp 325-340
- Fishman, Joshua. 1964. "Language Maintenance and Shift as Fields of Inquiry" linguistics 9: 32-70. 1985, The rise and Fall of Ethnic Revival: Perspectives on Language and Ethnicity, Berlin, Mouton
- Herzfeld, Anita. 2002. Mekaytelyuw: la lengua criolla de Limón. Costa Rica: Universidad de Costa Rica
- Holm, John, Pidgins and Creoles, Cambridge, Cambridge University Press, 1989,
- Jones-Jackson. Patricia. 1987. When Roots Die: Endangered Traditions on the Sea Islands. Athens Georgia: University of Georgia Press.
- Língua Portuguesa", coord. por M. H. Mateus e A. Villalva. Lisboa: Caminho.
- Purcell, Trevor. 1993. W. Banana Fallout: Class, Color and Culture among West Indians in Costa Rica. Los Angeles: Center for Afro-American Studies Publications, University of California.
- Romaine, Suzanne. 1989. Bilingualism. Oxford, England: Blackwell
- Romaine, Suzanne. 1988 Pidgin and Creole Languages. N. York: Longman.
- Rougé, J.-L. 2004 Dictionnaire étymologique des créoles portugais d'Afrique. Paris: eds. Karthala.
- Sapir, E. (1921) A Linguagem. Introdução ao Estudo da Fala. RJ.: Livr. Acadêmica, 1971.
- Tarallo, F. & Alkmin, T. Falares crioulos: línguas em contato. São Paulo: Ed. Ática, 1987.
- Weinreich, Uriel. 1968. Languages in Contact: Findings and Problems. The Hague: Mouton.

2. ÁLVARO ANTÔNIO CARETTA

Álvaro Antônio Caretta é doutorando em Linguística pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Bacharel em Português e Linguística, licenciado em Português e mestre em Linguística, é professor licenciado do Centro Universitário Ibero-Americano, onde ministra disciplinas de Língua Portuguesa. Autor de diversos artigos científicos, escreve também para revistas especializadas em estudos sobre língua e comunicação. Atualmente desenvolve pesquisas sobre o gênero da canção popular brasileira, já apresentando como resultado o capítulo "Análise discursiva da canção popular", que integra o livro *Modelos de análise linguística* (no prelo), e dedica-se à redação de sua tese de doutorado.

AS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS DA LÍNGUA PORTUGUESA NA CANÇÃO POPULAR BRASILEIRA

ÁLVARO ANTÔNIO CARETTA, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (BRASIL)

Este trabalho tem como objetivo estudar as variações linguísticas da língua portuguesa no cancioneiro popular brasileiro. Sabe-se que a canção popular é uma das manifestações mais expressivas de uma língua. A canção brasileira, particularmente, é um gênero em que a língua portuguesa manifesta, além de sua beleza sonora, a sua riqueza linguística. A diversidade de gêneros musicais da canção popular brasileira concorre com a variedade linguística presente em suas letras. As variações histórica, geográfica e social estão impressas nas letras dos antigos sambas, dos baiões nordestinos e do funk carioca. Adotando um ponto de vista discursivo sobre esse fenômeno sociolinguístico, observaremos como essa variedade linguística, relacionada ao gênero musical, é representativa também de um posicionamento ideológico do enunciador. Na canção, o casamento com a melodia confere à língua um caráter artístico, logo fundamentalmente estilístico. O estilo do enunciador é determinado por suas escolhas lexicais, pela relação do elemento linguístico com o melódico e pela entonação. Esse processo revela uma avaliação social da parte do enunciador, que estabelece um posicionamento discursivo. A canção popular brasileira é uma das formas mais representativas da lusofonia, não só por disseminar a nossa língua pelo mundo, mas também por guardar essa rica diversidade linguística, histórica, geográfica, social e, principalmente, ideológica. Nas canções, a língua cantada veste-se de gala para encantar.

1) 22 De abril de 1500

Os livros de História contam que ela atravessou o vasto oceano e, nessa data, desembarcou em terras indígenas de além-mar, levada nas caravelas, pela boca dos homens. Daquele Porto Seguro, na Ilha de Vera Cruz, Pero Vaz de Caminha manuscreeveu-a em uma carta a El-Rei. Mas não foi apenas por meio da fala ou da escrita que a Língua Portuguesa desceu a terra. As canções entoadas pelos portugueses trouxeram-na envolta em belas melodias lusitanas. Em terras brasileiras, a Língua Portuguesa descreveu uma singular trajetória. Hoje, após cinco séculos, como língua materna de mais de 180 milhões de falantes, (em um país de grande diversidade cultural e social), apresenta uma admirável riqueza, seja falada, escrita ou cantada.

2) As manifestações da língua

A língua pode manifestar-se basicamente de três formas: pela fala, pela escrita ou pelo canto. Como se sabe, a fala é oral, enquanto a escrita é visual. Já o canto, apesar de ser oral, apresenta características bem peculiares, visto que se trata de uma expressão artística sincrética que relaciona a língua e a música. A língua falada é exercida nas atividades prosaicas do dia a dia: conversas familiares, bate-papos de bar, transações comerciais etc. Realizada por meio de uma expressão sonora, ela é frequentemente mais informal, por estar "na boca do povo", e apresenta uma variedade bastante grande. A língua escrita não é apenas uma representação gráfica da fala como fora na sua criação. Ela adquiriu características próprias em consequência de seu uso em diversos campos de atividade, como o jornalístico, o científico, o jurídico e, principalmente, o literário. A língua cantada é veiculada por meio de canções, enunciados artísticos compostos por letra e música. Muito cultivada na poesia dos trovadores, ela perdeu prestígio frente ao avanço da poesia e da prosa escritas. No entanto, já no século XX, com o advento da gravação sonora, a língua cantada ampliou a sua área de atuação social. Hoje ela está presente em diversos campos da atividade humana: na música, no cinema, na teledramaturgia, na publicidade, nos cultos religiosos, no cotidiano, etc.

3) A língua portuguesa na canção popular brasileira

A canção popular brasileira constituiu-se fundamentalmente pela fusão dos ritmos africanos, que chegaram ao Brasil nos porões dos navios negreiros; e europeus, importados através das danças, como a polca no século XIX. Nesse século, o lundu e a modinha foram os primeiros gêneros musicais brasileiros que obtiveram sucesso. A consolidação da canção popular brasileira ocorreu na primeira metade do século XX, com o samba, graças ao advento do disco e do rádio.

Os compositores populares brasileiros das primeiras décadas do século XX foram mestres em relacionar a prosódia da língua portuguesa ao ritmo sincopado das melodias brasileiras. A origem popular desses cancionistas impedia-lhes o acesso irrestrito à língua e à poesia cultas. A matéria-prima mais próxima era a própria língua falada no cotidiano. A poesia romântica e a parnasiana, modelos na época, não se adaptavam às características sincopadas dos ritmos populares, como o maxixe e o samba, que exigiam temas e linguagem prosaicos. Esses compositores, entre eles Sinhô e Noel Rosa, viram na fala do cotidiano um repertório ilimitado para a letra de suas canções, ou seja, por meio de um trabalho artístico musical lapidavam a pedra bruta e transformavam-na em joia.

O modelo poético da letra de canção e da poesia tem características próprias. O cancionista busca a adequação do texto linguístico ao melódico, pressuposto que orienta o trabalho artístico com a letra; já o poeta tem como fim a própria língua. Apesar de a letra buscar na oralidade a sua matéria-prima, a canção exige um tratamento poético da fala. Nos diálogos cotidianos, o componente sonoro da língua é tratado em função da significação desejada; já na canção, ele deve ser obrigatoriamente artístico, determinado pelas características rítmico-melódicas do componente musical e pelas formas poéticas: rimas, assonâncias e aliterações. Pelo fato de os compositores buscarem na língua falada grande parte da matéria-prima para suas letras, a canção popular brasileira apresenta uma riqueza linguística representativa das variantes linguísticas do português falado no Brasil. Como já identificara Noel Rosa, no samba "Não tem tradução": "Tudo aquilo que o malandro pronuncia, / com voz macia, / é brasileiro, já passou de português".

4) As variantes linguísticas

Os estudos sociolinguísticos demonstraram que a língua apresenta variações determinadas por condições temporais, espaciais, socioculturais e estilísticas. As marcas linguísticas que apontam a época, o local, o contexto social e o estilo da enunciação podem ser observadas, entre outras características, na escolha lexical e na pronúncia das palavras por parte do enunciador. As variantes temporais ou diacrônicas são perceptíveis no uso de vocábulos e expressões em determinadas épocas. Por exemplo, a expressão "subir a serra", em meados do século XX, era usada para dizer que uma pessoa ficou bastante irritada com algum fato. Atualmente ela pode significar voltar do litoral ou visitar uma cidade nas montanhas. As variantes espaciais ou diatópicas aparecem nas marcas linguísticas de regiões distintas. Certos vocábulos são utilizados ou pronunciados diferentemente em regiões diversas. A ocorrência do vocábulo "mandioca", em São Paulo, enquanto no Rio de Janeiro usa-se "aipim" e no Nordeste brasileiro, "macaxeira", é um exemplo. Na pronúncia das palavras, a variação espacial é bastante evidente. Enquanto em determinadas regiões urbanas, como na cidade de São Paulo, pronuncia-se "porta" com o fonema /r/, nas regiões rurais desse mesmo estado pronuncia-se de forma retroflexa e no Rio de Janeiro com o fonema /R/.

A variação sociocultural ou diastrática refere-se às categorias indicadoras dos diferentes grupos sociais, segmentados por faixa etária, nível de instrução escolar, posição social, profissão etc. As gírias mostram de forma bastante evidente esse processo. "Tereza" é um nome próprio feminino, mas no contexto social dos detentos nomeia uma corda utilizada em fugas. As variações estilísticas ou diafásicas marcam o estilo do enunciador. Os recursos da comunicação linguística são manipulados segundo as condições oferecidas por sua intenção, pela situação de comunicação, pela relação com o ouvinte e pelo gênero do enunciado. Como exemplo, podemos contrapor o estilo de uma conversa ao telefone com um amigo íntimo ao estilo de uma confissão frente a um padre.

5) As vozes sociais

Segundo as propostas de Mikhail Bakhtin (1993), podemos compreender como "vozes sociais" ou "línguas sociais" os sistemas semiótico-sociológicos com os quais um determinado grupo humano diz o mundo. O pensador russo compreendia a linguagem não como um sistema de categorias gramaticais abstratas homogêneo, mas como uma realidade axiologicamente saturada e estratificada. A estratificação da linguagem não se refere apenas às variantes temporais, espaciais, sociais e estilísticas dos falantes. Ela é estabelecida também pelos índices sociais de valor, pela saturação da linguagem pelas axiologias sociais.

Segundo Faraco (2003: p.56):

(...) o Círculo de Bakhtine, na década de 1920, vai apontar para uma estratificação não propriamente e apenas de formas gramaticais (o signo pode ser materialmente o mesmo), mas para uma estratificação dada por diferentes axiologias, dada pelo processo sociohistórico de saturar a linguagem de índices sociais de valor.

Pensando-se dessa forma, o sistema da língua é atravessado por valores sociais advindos das diferentes realidades sócio-históricas dos falantes. Assim, as variantes da língua podem ser compreendidas como vozes sociais que estão em constante diálogo, apoiando-se, contrapondo-se, mesclando-se, compondo o que Bakhtin designou como heteroglossia.

6) A língua e os gêneros musicais

A canção é um gênero discursivo constituído fundamentalmente pela relação entre uma letra e uma melodia. O componente melódico é determinado pelo gênero musical escolhido – samba, baião, marcha, frevo, funk etc. - que determinará vários aspetos da canção, como o ritmo, a linguagem e os temas trabalhados pelo cancionista. A letra e a melodia devem ser compatíveis, logo o componente linguístico adapta-se às características do gênero musical. Uma característica da relação entre os gêneros musicais e a língua portuguesa é o fato de as letras das canções apresentarem variantes linguísticas compatíveis com o local, a época e o grupo social de onde provém o ritmo. Por exemplo, o samba nos morros cariocas nos anos 30, o baião nordestino da década de 50 e o funk das favelas nos anos 90 apresentam letras que expressam as variantes linguísticas e a visão de mundo própria dos falantes da língua portuguesa desses locais, dessas épocas e desses grupos sociais.

Os gêneros musicais são portadores de um discurso - o samba é a voz do morro; o baião, a do sertão; e o funk, a das favelas, logo as variantes linguísticas presentes nas letras das canções são representações linguísticas desses discursos.

6.1 O samba

A partir de 1850, na Cidade do Rio de Janeiro foi crescendo uma população de negros e mestiços vindos de várias partes do Brasil, principalmente da Bahia. As “tias” baianas, descendentes dos escravos, tiveram um importante papel na perpetuação da cultura negra, principalmente do candomblé e do samba. O vocábulo "samba" é uma corruptela de "semba", dança de origem africana, provavelmente do Congo ou de Angola, de onde vieram a maior parte dos escravos para o Brasil. Entre essas tias baianas, destaca-se a figura de Tia Ciata que residia na Cidade Nova entre os anos de 1899 e 1924. Vários sambas foram realizados em sua casa, nos quais os cantadores improvisavam versos, entre eles os que foram gravados, no ano de 1917, por Donga e Mauro de Almeida, sob o título de "Pelo telefone", considerado o primeiro samba lançado em disco.

Por volta de 1925, no bairro Estácio de Sá, surgiu um novo estilo de samba, criado para ser cantado nos desfiles dos blocos carnavalescos. Sua característica principal era uma rítmica sincopada diferente do samba amaxiado da casa de Tia Ciata. Os sambistas do Estácio, entre eles Ismael Silva e Bide, juntamente com outros compositores e cantores, como Noel Rosa e Francisco Alves, incumbiram-se de levar esse novo samba para o rádio. Com o sucesso atingido, suas composições tornaram-se um modelo para os sambistas de todas as épocas. Podemos observar algumas características linguísticas dos sambas da década de 30, na canção “Eu vou pra Vila”, de Noel Rosa, gravada em 1931.

Eu Vou Pra Vila
Não tenho medo de bamba
Na roda de samba
Eu sou bacharel
Andando pela batucada
Onde eu vi gente levada
Foi lá em Vila Isabel...

Na Pavuna tem turuna
Na Gamboa gente boa
Eu vou pra Vila
Aonde o samba é da coroa.

Já saí de Piedade
Já mudei de Cascadura
Eu vou pra Vila
Pois quem é bom não se mistura

Quando eu me formei no samba
Recebi uma medalha
Eu vou pra Vila
Pro samba do chapéu de palha.

A polícia em toda a zona
Proibiu a batucada
Eu vou pra Vila
Onde a polícia é camarada.

Nesse samba, o “Poeta da Vila” faz um tributo ao seu bairro natal, Vila Isabel. O caráter prosaico da letra já pode ser percebido na expressão que dá título à canção, “Eu vou pra Vila”. A ocorrência da forma “pra”, resultado de uma apócope da vogal /a/ na preposição “para”, é uma marca do português falado no Brasil. Consta na literatura biográfica de Noel Rosa que essa expressão foi extraída da língua coloquial, como mostram Máximo e Didier (1990: p. 137):

“Noel explica que tem um compromisso importante (...)
- Pra onde você vai? Pergunta alguém.
- Eu vou pra Vila.

Já a caminho de casa, num banco vazio do Vila Isabel-Engenho Novo, suas próprias palavras ficam a martelar-lhe a mente: 'Eu vou pra Vila...eu vou pra Vila...' Começa a cantarolar uma melodia, música e versos saindo-lhe ao mesmo tempo, no bonde, tarde da noite. No dia seguinte, com a ajuda do violão, fará um novo samba." As escolhas lexicais do enunciador revelam a intenção de inserir o seu discurso no interdiscurso do samba carioca na década de 30, que tinha na apologia da malandragem um de seus temas preferidos.

Com o uso de gírias, o enunciador delimita e ocupa um espaço discursivo no contexto social e musical da época. No primeiro verso "Não tenho medo de bamba", aparece o vocábulo "bamba". Segundo o Dicionário Aurélio, esta palavra provém de "mbamba", do quimbundo. Em 1930, nos morros cariocas, era uma gíria que designava o homem valentão, ou ainda, aquele que era autoridade em determinado assunto. Ao rimar "samba" com "bamba", no segundo verso, o enunciador remete a uma relação social valorizada entre os sambistas. Essa variante estilística e sociocultural da língua, a rima de "samba" com "bamba", é reveladora não só do estilo dos sambistas da década de 30, mas também de uma ideologia que orienta a axiologização do universo do samba. O bom sambista deve ser bamba para ter prestígio no seu grupo social. Noel Rosa vai mais além, afirmando ser "bacharel".

Outras palavras ainda remetem às origens africanas do samba brasileiro, como "batucada", que designa uma reunião popular, geralmente nas ruas, onde se toca o samba em instrumentos de percussão, com ou sem acompanhamento vocal. Expressões populares da época estão presentes na letra, como "turuna", de origem tupi, que designa um negro forte, poderoso e valentão; "gente levada" e "gente boa": Importa observar que o enunciador procura situar o seu discurso no contexto de um determinado grupo social: o bambas do samba à época. Para isso, utiliza o ritmo do samba em sua composição e seleciona palavras do léxico desse grupo social. Essa competência musical e linguística atribui-lhe autoridade para pronunciar o seu discurso e, mais ainda, mostrar que Vila Isabel é um reduto de sambistas de respeito, onde o samba é "da coroa", em referência à Princesa Isabel.

Ao posicionar-se em concordância com o discurso dos "bambas", naturalmente o enunciador situa-se em oposição ao discurso da ordem instituída. No começo do século XX, os sambistas e os batuqueiros eram duramente reprimidos, o que levou a um estigma de que esses artistas populares eram vadios e malandros. No entanto, Noel Rosa subverte essa oposição e mostra que em Vila Isabel até a polícia é camarada.

6.2 O Baião

Essa dança popular nordestina era inicialmente executada pelos sanfoneiros nos forrobodós do sertão. O baião consagrou-se na música popular brasileira urbana por meio de Luiz Gonzaga. Em 1946, esse ilustre fruto do sertão pernambucano gravou o primeiro baião, chamado simplesmente de "Baião", em parceria com Humberto Teixeira, cuja letra dizia, "Eu vou mostrar pra vocês/ Como se dança o baião/ E quem quiser aprender/ É só prestar atenção". Tratando de temas do homem nordestino, o baião tornou-se em pouco tempo uma moda avassaladora. Em 1949, dizia o periódico Radar, "A ordem agora é baião - coqueluche nacional de 1949", e o Diário Carioca afirmava, "o baião vem fazendo estremecer todo o vasto império do samba, e já agora não se poderá mais negar a influência decisiva desse gênero musical na predileção do povo". Por ser um gênero musical popular nordestino, o baião incumbiu-se de disseminar as características da língua portuguesa falada no Nordeste brasileiro, como podemos observar na canção Vozes da Seca, de 1953.

Vozes da Seca (Luiz Gonzaga / Zé Dantas)

*Seu doutô os nordestino têm muita gratidão
Pelo auxílio dos sulista nessa seca do sertão
Mas doutô uma esmola a um homem qui é são
Ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão
É por isso que pidimo proteção a vosmicê
Home pur nós escuído para as rédias do pudê
Pois doutô dos vinte estado temos oito sem chuvê
Veja bem, quase a metade do Brasil tá sem cumê
Dê serviço a nosso povo, encha os rio de barrage
Dê cumida a preço bom, não esqueça a açudage
Livre assim nós da ismola, que no fim dessa estiage
Lhe pagamo intê os juru sem gastar nossa corage
Se o doutô fizé assim salva o povo do sertão
Quando um dia a chuva vim, que riqueza pra nação!
Nunca mais nós pensa em seca, vai dá tudo nesse chão
Como vê nosso distino mercê tem nas vossa mãos*

O tema trabalhado nessa canção é bastante recorrente na cultura nordestina: a seca. O enunciador, representado por um nordestino, dirige-se a um deputado chamado de "seu dotô". O uso desse vocativo, pronunciado dessa forma, expõe uma hierarquia social. A expressão "seu dotô" é bastante comum na língua falada, tanto no Nordeste quanto no Sudeste do Brasil, devido à migração, e expressa uma relação de respeito ou até de submissão. A outra forma, "vosmicê", usada para dirigir-se ao político, é um arcaísmo, ainda presente em algumas poucas regiões rurais. O enunciador, por meio de sua variante linguística, estabelece também uma oposição entre o seu discurso e o dos habitantes do sul do país, "os sulista". Vemos nessa construção duas ocorrências linguísticas interessantes: a ausência da desinência "s", indicadora de plural, no substantivo, característica da língua falada; e a escolha do substantivo que divide o Brasil em Norte e Sul. Em verdade, essas características são representativas de uma saturação linguística das axiologias de um grupo social. O termo "sulista" pode designar os habitantes da região sul do Brasil, no entanto, "os sulista" pronunciado por um falante nordestino pode, como no contexto dessa canção, trazer outros significados: os privilegiados pela bonança, os solidários com os desprovidos pela seca ou os donos do poder.

A letra dessa canção é repleta de marcas linguísticas dos falantes da região Nordeste. A sequência de apócopas nas palavras "pudê", "cumê", "chuvê" e de desnasalizações em "barrage", "estiage", "açudage" e "corage", estabelecendo rimas, mostra bem a característica das canções populares de trabalhar com a língua falada de forma poética. O uso das variantes linguísticas da língua oral da região nordestina é um traço do discurso do enunciador dessa canção que, juntamente com o manifesto desejo de não querer depender das "esmola" dos "sulista", concorre para a imagem de homem sofredor, mas batalhador e orgulhoso. Esse discurso, condensado nas expressões "seu dotô" e "os sulista", variações linguísticas da região Nordeste do Brasil, é típica de gêneros musicais nordestinos como o baião.

6.3 O funk

De origem americana, no Brasil o funk adquiriu características bem particulares. A partir da década de 80, no Rio de Janeiro, os bailes funk realizados nas comunidades das favelas começaram a fazer sucesso e foram lançadas músicas em português. As letras de funk abordavam temas do dia a dia nas favelas: violência, pobreza, tráfico; porém, devido à repressão da polícia e às exigências do mercado fonográfico, as músicas tornaram-se mais dançantes e as letras, mais sensuais. Essa nova fase do funk tornou-se sucesso em todo o país e conquistou lugares antes dominados por outros ritmos. Entre os estilos de funk, existe o "proibidão", que surgiu durante a década de 90 nas favelas do Rio de Janeiro. Comercializado, divulgado e distribuído de forma clandestina, esses funks exaltam os chefes do tráfico, o consumo de drogas, as fações e os atos criminosos. A canção com que trabalharemos, "Rap das Armas", faz parte da trilha sonora do filme "Tropa de Elite", lançado em 2007, que tem como tema a atuação do BOPE (Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar carioca), no combate à criminalidade nas favelas.

Rap das armas (Cidinho e Doca)

Parapapapapapapapa
Parapapapapapapapa
Paparapaparapapara clack bum
Parapapapapapapapa

Morro do Dendê é ruim de invadir
Nóis, com os alemão, vamo se diverti
Porque no Dendê eu vô dizer como é que é
Aqui não tem mole nem pra DRE
Pra subir aqui no morro até a BOPE treme
Não tem mole pro exército civil nem pra PM
Eu dou o maior conceito para os amigos meus
Mais Morro Do Dendê também é terra de Deus

Fé em Deus, DJ
Vamo lá

Parapapapapapapapa (...)

Vem um de AR15 e outro de 12 na mão
Vem mais um de pistola e outro com 2 oitão
Um vai de URU na frente escoltando o camburão
Tem mais dois na retaguarda mas tão de Glock na mão
Amigos que eu não esqueço nem deixo pra depois
Lá vem dois irmãozinho de 762
Dando tiro pro alto só pra fazer teste
De ina-ingratek, pisto-uzi ou de winchester
É que eles são bandido ruim e ninguém trabalha
De AK47 e na outra mão a metralha
Esse rap é maneiro eu digo pra vocês,
Quem é aqueles cara de M16
A vizinhança dessa massa já diz que não aguenta
Nas entradas da favela já tem ponto 50
E se tu toma um pá, será que você grita
Seja de ponto 50 ou então de ponto 30
Mas se for alemão eu não deixo pra amanhã
Acabo com o safado dou-lhe um tiro de pazã
Porque esses alemão são tudo safado
Vem de garrucha velha dá dois tiro e sai voado
E se não for de revólver eu quebro na porrada
E finalizo o rap detonando de granada

Parapapapapapapapa, valeu
Paparapaparapapara clack bum

Esse funk é chamado de “rap das armas” devido à sua semelhança com o rap por explorar mais a dicção falada do que a cantada e por tratar de temas políticos e sociais. O refrão dessa canção é uma sequência de onomatopeias que reproduzem o som de disparos de metralhadora, cujo som é compatível com a rítmica do funk produzida por DJs. A interrupção “clack bum” imita o engatilhamento e o disparo de uma arma de grosso calibre. No verso “Nóis, com os alemão, vamo se diverti”, inicialmente notamos a presença da gíria “alemão” que designa os policiais. A escolha desse termo deixa implícito o conflito entre os habitantes dos morros, em sua maioria de cor parda, com os policiais, chamados de “alemão”. Alemão, em regiões onde prevalecem habitantes de ascendência africana, serve para designar a pessoa de ascendência europeia, devido à pele, os olhos e os cabelos serem claros.

A ocorrência dessa gíria, que guarda uma forte carga ideológica, é uma variante linguística advinda da língua oral desse grupo social. A pronúncia das formas “Nóis” (ditongação), “vamo”, “diverti” (apócoses) e, principalmente, a concordância informal de “vamo se diverti” são marcas da língua falada nessa canção. Outra característica linguística do gênero funk proibidão é o uso de siglas referentes ao universo policial: “BOPE” e “PM”.

O nome de armas também é bastante recorrente no léxico do funk: “AR 15”, “762”, “AK47”, “M16” (tipos de fuzil), “12” (espingarda de grosso calibre), “oitão” (revólver calibre 38), “ponto 50” (metralhadora antiaérea), ponto 30 (tipo de carabina), Glock (tipo de pistola automática), “metralha”, “ina-ingratek”, “winchester”, “pisto-uzi” (neologismo que se refere a um tipo de pistola), “garrucha” “granada”, entre outras. A proliferação desses termos é um indicador da realidade dos habitantes das favelas onde o narcotráfico impera. A valorização do discurso da criminalidade e do poder por meio da violência é manifesta no funk, que amplifica a voz das favelas cariocas.

7. Considerações finais

Pelo fato de os compositores populares buscarem na língua falada grande parte da matéria-prima para suas letras, a canção popular brasileira apresenta uma riqueza linguística representativa das variações do português falado no Brasil. Nas canções com que trabalhamos, vimos que gêneros musicais distintos, característicos de regiões e épocas específicas, lidam com um material linguístico próprio. Isso se deve ao fato de que a canção trabalha

fundamentalmente com a língua falada, advinda das situações do cotidiano. A partir do pressuposto de que a língua é mensageira de um discurso, procuramos reconhecer, nas variações linguísticas presentes na letra de canções populares desses gêneros, as diferentes vozes sociais.

Enfocando a seleção lexical e a pronúncia das palavras, vimos que essas características linguísticas, além de constituírem variantes espaciais, temporais, socioculturais e estilísticas, são representativas de uma axiologização do mundo por parte dos falantes. Esse aspeto pode ser observado na comparação entre três vocábulos presentes nas canções analisadas: “bamba”, no samba, “Seu dotô”, no baião e “os alemão” no funk, palavras e expressões com características linguísticas particulares e portadoras de uma ideologia de determinados grupos sociais. Desde aquele dia 22 do mês de abril de 1500, até os tempos hodiernos, a Língua Portuguesa diversificou-se bastante em terras brasileiras. O feliz casamento com as melodias das canções populares possibilitou-lhe ser, ao mesmo tempo, espontânea como na fala e artística como na poesia.

Bibliografia

- Bakhtin, Mikhail. (1993) *Questões de Literatura e de Estética (A teoria do romance)*. São Paulo: Editora Unesp.
- Dreyfus, Dominique. (1997) *Vida do Viajante: A Saga de Luiz Gonzaga*. São Paulo: Editora 34.
- Faraco, Carlos Alberto. (2003) *Linguagem e Diálogo: as Ideias Linguísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar Edições.
- Essinger, Sílvio. (2005) *Batidão: Uma História do Funk*. Rio de Janeiro: Editora Record
- Máximo, João; Didier, Carlos. (1990) *Noel Rosa: Uma Biografia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Pretti, Dino. (1977) *Sociolinguística: os Níveis de Fala*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- _____. (2004) *Estudos de Língua Oral e Escrita*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- Severiano, Jairo. (2008) *Uma História da Música Popular Brasileira das Origens à Modernidade*. S. Paulo: Editora 34.
- Tatit, Luiz. (1996) *O Cancionista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- _____. (2004) *O Século da canção*. Cotia: Ateliê Editorial.

3. ANABELA BRITO MIMOSO

Anabela Brito Mimoso é doutora pela FLUP em Cultura Portuguesa e docente no Doutoramento em Educação na Universidade Lusófona do Porto.

ANTÓNIO VIEIRA – AUTOR EXPRESSO DE OBRAS ALHEIAS ANABELA BRITO MIMOSO, UNIVERSIDADE LUSÓFONA DO PORTO

Durante a cruzada levada a cabo contra a Inquisição, foram atribuídos ao Pe. António Vieira alguns escritos que circularam com o seu nome, nomeadamente as Notícias recônditas do modo de proceder a *Inquisição em Portugal com os seus prezos*, documento histórico valiosíssimo para percebermos os meandros do funcionamento dos cárceres inquisitoriais. Pretendemos explorar em que contexto foram feitas estas atribuições a Vieira. Teremos em conta, sobretudo, o conteúdo desta obra, relacionando-o com a biografia do seu presumível autor, bem como com o momento histórico vivido então.

1. Como é sabido «Vieira foi um *homo universalis*: calcorreou a Europa, como político; congeminou salvar economicamente Portugal com o retorno dos judeus e seus bens a Portugal; pregou na corte de Cristina da Suécia, em Roma; cartou-se com personalidades de grande relevo e conhecia como poucos a sociedade do seu tempo; foi pregador áulico e missionário no Brasil» (BELCHIOR; 1997: 17). Foi ainda um incansável escritor até ao fim da vida, conforme João Lúcio de Azevedo reconhece na Introdução da sua edição das *Cartas*: «Aos 90 anos, valetudinário, cego e quase surdo, dita ainda cartas onde o inquieta a morte iminente de Carlos II de Espanha, e dá arbítrios sobre a situação económica do Brasil» (1997: IX). Da sua extensa obra, alguns textos chegaram até nós escritos pelo próprio autor. «Em autógrafo guardam-se alguns capítulos da *História do Futuro*, alguns fragmentos do *Livro Antepreimeiro da História do Futuro*, a *Defesa perante o tribunal do Santo Ofício* completa e, por fim, a impressionante coleção de cartas, tão meritoriamente editadas por João Lúcio de Azevedo» (Smulders; 1997: 54).

No entanto, se a atribuição das *Cartas* parece consensual, a fazer fé nas palavras de Lúcio de Azevedo, também delas «corriam já particularmente cópias manuscritas, conservando essas fielmente as impressões e confidências do autor» (1997: XI). Há, porém, outro grupo de cartas de que não se sabe se são do próprio punho do jesuíta, ou de alguém que terá passado a limpo algum rascunho ou a quem Vieira terá ditado o texto. Para além do mais, dado que a sua caligrafia era incerta (Azevedo; 1997: XIV) a atribuição de textos manuscritos a Vieira torna-se algo difícil de estabelecer.

Particularmente difícil é a atribuição dos sermões, pois deles não chegaram até nós autógrafos. De facto, ainda em vida de Vieira circulavam obras impressas que lhe eram atribuídas, sem que ele fosse responsável pela sua criação. É o caso curioso dos sessenta sermões apógrafos publicados em Madrid em tradução castelhana em 1662, 1664 e 1678 (recorde-se que a edição *Príncipe* dos sermões, preparada pelo próprio autor, data de 1679 – Lisboa, Miguel Deslandes). Segundo o próprio Vieira esclarece, desses, apenas nove lhe pertenciam:

«Estes sermões reconhece o autor por seus, mais pela matéria que pela forma, que em muitos está totalmente prevertida [sic] e adulterada [...] E assim nestes, como nos demais há muitas cousas diminuídas, muitas acrescentadas, muitas mudadas, não falando em infinitos outros erros, ou do texto, ou da tradução, ou da sentença e sentido natural» (*apud Smulders; 1997: 55*).

Daqui se depreende que em vida de Vieira circulavam com o seu nome vários sermões que pouco deviam ao seu autor. Estas versões poderiam ter sido manuscritas por quem assistia às suas pregações (ou delas ouvira falar) ou poderiam ainda ter como base os apontamentos que Vieira usava na pregação (veja-se sobre o assunto o artigo citado de Smulders). Mas, como diria M^a de Lourdes Belchior: «A obra [do Pe. António Vieira] é imensa; a vida longa» (1997: 13), pelo que ainda sobra lugar nelas para a inclusão de textos de autoria duvidosa.

Tanto mais que Vieira foi também um homem empenhado na situação social dos menos favorecidos, como está bem patente nestas palavras de João Marques: «Inclinado por um imperativo de natureza psicológica atraída pela ação, o que seduzia o P.e António Vieira era a intervenção combativa no “mundo do mundo”, embora sem nunca perder de vista a finalidade última do orador evangélico: transformar espiritualmente o “lodo da terra” pela força metanóica da palavra sagrada. Se nas voltas dos desvairados caminhos, por onde se repartiu, nunca pôde “professar o ofício de pregador” de forma continuada, sempre manteve essa agudíssima atenção às realidades do tempo, como pretexto e em seus contextos, que a roda da fortuna o pressionou a conhecer e a envolver-se» (1997: 117). Aliás, as preocupações de António Vieira com a política do seu tempo são visíveis na sua epistolografia, nos sermões, nos tratados teológicos e políticos que estão peçados de informações históricas que não têm sido suficientemente exploradas. O período em que esteve em Roma (1669-1675) é particularmente fecundo, como provam as muitas cartas de cariz político escritas ao amigo Duarte Ribeiro de Macedo.

Os tempos também propiciavam esta incursão nos destinos do país e na defesa de condições de vida de certas minorias. Sobretudo na dos judeus. A coroação de D. João IV em 15 de dezembro de 1640 e a restauração da monarquia nacional que se lhe seguiu não trouxeram boas expectativas à causa judaica. Efetivamente, durante a monarquia dual tinham-se os castelhanos revelado bem mais benévolos que os portugueses. Depois da aclamação do novo rei, muitos judeus haviam encontrado refúgio em Espanha, onde o Santo Ofício era menos severo. Por cá, os patriotas não se cansavam de denunciar as calamidades provocadas pelo apoio aos judeus dado nesses tempos: a perda das armadas que tinham sido equipadas com o dinheiro dos perdões, a perda da honra de quem tinha sido favorável à causa judaica eram razões mais que evidentes de que Deus reprovava os favores às gentes “da nação”. Basta lembrar o livro do Pe. António Carvalho de Parada, *Justificação dos portugueses sobre a ação de libertarem seu reino da obediência a Castela* (1643), sobretudo os capítulos VIII (Quis introduzir neste Reyno a Ley de Moysés) e IX (Continua-se a sem razão de quererem meter neste Reyno Judiarias), bem como a *Filippica Portuguesa contra la invetiva castellana* (1645) de Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo.

Foi neste estado de espírito da nação que se reuniram as Cortes de 1641. Vários capítulos foram aí apresentados contra os Judeus, nomeadamente pelo Braço popular. O Estado Eclesiástico e o Estado da Nobreza foram mais comedidos nas suas reivindicações. Paralelamente a Inquisição opunha-se ao édito da graça, tão ansiosamente aguardado pelos cristãos-novos, acusando estes de posições antipatrióticas, como as de auxílio aos holandeses na guerra do Brasil e as de apoio militar a Filipe IV em troca de regalias, apontando-os como responsáveis pela conjura de 1641 contra o novo rei. Este ato de traição tinha sido, efetivamente, perpetrado pelo arcebispo de Braga, D.

Sebastião de Matos Noronha, que nunca vira com bons olhos a Revolução do 1º de dezembro. Conseguiu aliciar o marquês de Vila Real, o conde de Armamar e muitas outras individualidades, nobres ou não, incluindo o próprio Inquisidor Geral. Foi o contador da fazenda, Luís Ferreira de Barros, contactado por Pedro de Baeça, tesoureiro da alfândega, quem acabou por denunciar a conjura.

Não se deveria andar muito longe da verdade na denúncia da implicação dos judaizantes nesta traição, já que o dito Baeça, alegadamente em conluio com mais dois cristãos-novos, teria oferecido um milhão e trezentos mil cruzados para a sedição. No entanto, para além de Baeça, mais nenhum cristão-novo foi formalmente julgado de conspiração. Também não há indícios de que D. João IV tenha visto neste ato uma posição coletiva dos filojudeus. A realidade é que D. João IV parecia inclinado se não a favorecer os judeus, pelo menos a não os oprimir em demasia. O que é compreensível, atendendo à sua posição política ainda periclitante. De acordo com o seu caráter, o rei mostrava-se evasivo nas suas respostas, dúbio nas suas ações. De facto, os judeus de Lisboa tinham oferecido apoio financeiro à nova monarquia em troca de proteção, conforme se poderá inferir da denúncia feita por apoiantes da nova monarquia como, por exemplo, António de Sousa Macedo na *Lusitania Liberata* (Londres, 1644). Por isso mesmo, em Roma, os emissários aí enviados pelo rei, se bem que sem sucesso, para prestarem em seu nome obediência ao Papa esforçavam-se por desmentir que o novo rei tinha a intenção de atrair a Portugal os judeus exilados.

Chegado da Baía em 1641, logo em 1642, um conflito, aparentemente inócuo, haveria de fazer saltar para a ribalta António Vieira. Os jesuítas tinham à terça-feira um mercado em que superintendiam. O comprador da Inquisição desentendeu-se com o almotacé (estudante da Universidade), apresentou queixa e o almotacé foi preso e julgado. O litígio que opunha a Universidade aos inquisidores durou, chegou mesmo a Roma, pois o rei tomara o partido dos inquisidores. Ora, quando em conselho, na presença do próprio rei se discutia quem teria razão, António Vieira tomou então a palavra em nome dos jesuítas. Tinha acabado de arranjar um poderoso inimigo. A ação política de António Vieira começa então. No ano seguinte (1643) recebe o rei um escrito anónimo, supostamente da autoria do jesuíta, chamando-lhe a atenção para a necessidade de recorrer ao poder económico dos “de nação”:

«Portugal não se pode conservar sem muito dinheiro, e, para o haver, não há meio mais eficaz que o do comércio, e para o comércio não há outros homens de igual cabedal e indústria aos de nação. E porque são duas as cousas que desnaturalizaram deste reino os homens de negócio – ou as culpas de que estão acusados na Inquisição ou o receio com que as cousas de fé se tratam em Portugal -, para que com segurança possam tornar para ele, Vossa Majestade lhes deve dar real palavra de procurar admitir o perdão que eles alcançaram do papa acerca do passado, e para o futuro a moderação do rigor que Sua Santidade julgar ser mais conveniente se guarde nas Inquisições deste reino, como se tem feito em outros da Cristandade, principalmente no de Castela» (*apud H.P., 1934: 392*).

Mas o escrito foi recolhido pelo Santo Ofício e o rei não ousou dar-lhe deferimento. Paralelamente dá início a uma ação em favor da criação de duas companhias de comércio: uma para o Brasil e outra para a Índia. Em 1646 é enviado em missão diplomática a França e Holanda. Das boas relações que Vieira tinha com os judeus, nomeadamente os que viviam na Holanda, nos dá conta a Carta VI (ed. de João Lúcio de Azevedo), de 20 de abril de 1646:

«Foi tão igual a grande mercê que VV. M.cês me fizeram, e tão igual o afeto que em todos experimentei, que, quando particularmente considero, o que devo a cada um me parece maior, e assim não quero fiar a significação do meu agradecimento a diversas cartas, porque a diferença de palavras não argua desigualdade na obrigação. Conforme este conhecimento me têm todos e cada um de VV. M.cês, tão desejoso como obrigado a seu serviço, esperando e pedindo a VV. M.cês me queiram ocupar em tudo que for dele, estando mui certos que, até onde chegar o pouco que possuo, mostrarão as obras a verdade deste meu ânimo» (1997: 88).

Promete-lhes conseguir o regresso dos judeus, logrando da parte deles apoios para a guerra com Castela. Quando regressa é chamado a dar o seu parecer sobre um memorial em que os judeus apresentavam as suas principais reclamações - dispensa de confisco, abolição do segredo de testemunhas, igualdade de direitos às dignidades e benefícios, criação das companhias de comércio. Em 1649, logra, finalmente, ver aceite a sua ideia da criação da Companhia Geral do Estado do Brasil que, embora tivesse caráter económico, assumia obrigações militares, na medida em que a Companhia tinha a obrigação de aprontar 36 navios de guerra com que daria comboio aos barcos mercantes que transitavam entre o Brasil e a Metrópole. Embora tivesse tido uma vida acidentada e os seus capitais tivessem sido incorporados na coroa em 1664 (já no reinado de Afonso VI), a sua criação revela bem o poder persuasivo de Vieira sobre o novo rei.

Finalmente o aparecimento de um édito proibindo o confisco dos bens dos presos da Inquisição, embora tenha tido um resultado pouco significativo para os cristãos-novos, em muito veio contribuir para acicatar os ânimos dos inquisidores que logo procuraram que o papa o anulasse. Efetivamente, o papa enviou uma bula ao rei em que lhe conferia apenas o direito de apontar para quem reverteriam os bens confiscados aos presos. D. João IV declarou que deles fazia doação aos familiares dos presos (Azevedo, 1989: 132). Valeu-lhe a excomunhão depois de morto.

Morto D. João IV, em 1656, António Vieira e a causa judaica perderam o apoio que tinham. Por outro lado, o restabelecimento da pena dos bens confiscados não melhorara a situação económica do Santo Ofício, sendo comum o recurso aos bens que os presos tinham deixado em depósito, pelo que quando os réus eram inocentados raramente recuperavam os bens apreendidos. É nesta conjuntura que as vicissitudes políticas iriam dar aos inquisidores o ensejo para apanharem o seu grande opositor, António Vieira. Em 1662 seria ele desterrado para o Porto por ter participado na conjura para colocar no trono o Infante D. Pedro. Em pouco tempo (1663) seria chamado a Coimbra pela Inquisição. O escrito *Esperanças de Portugal, quinto império do mundo, primeira e segunda vida de el-rei D. João IV*, texto profético, inspirado nas profecias de Bandarra, constituiria a base jurídica que sustentaria a perseguição de António Vieira pelo Santo Ofício. Seria condenado em 1667 à reclusão em umas das Casas da Companhia, «com privação de voz ativa e passiva para sempre» (Azevedo, 1989: 288).

O golpe de estado e a regência de D. Pedro (1667) não vieram melhorar muito a situação de todos os que eram apanhados nas malhas da Inquisição. De uma consulta feita ao Desembargo do Paço resultou um violento libelo contra os judeus que conduziu ao decreto de 22 de junho de 1671 que, de acordo com as aspirações populares, visava a expulsão de todos aqueles a quem tinha sido dada a liberdade depois de terem confessado e abjurado. Abrangia este decreto três gerações de cristãos-novos: todos os que tinham saído em autos, desde o último perdão geral, seus filhos e netos. As vítimas protestaram por escrito. Este escrito, como outros de idêntico teor, é atribuído ao Padre António Vieira (que desde 1669 estava de novo em Roma): *Papel que fez o Padre António Vieira, estando em Roma, a favor dos cristãos-novos*. Porém, o decreto de 22 de junho não favorecia a Inquisição que protestou, pois via assim perdida uma grande parte da sua clientela. Acabou por não entrar em vigor.

Logo no início de 1673 constou ter aparecido a ideia de um perdão geral que, uns diziam ter sido obtida em Roma por António Vieira. A sugestão tinha partido de um outro jesuíta, Baltasar da Costa, e fora feita ao confessor do rei, ele próprio também da Companhia. Visava a medida obter em troca o apoio financeiro dos cristãos-novos. Houve levantamento popular nas ruas de Lisboa e o Conselho Geral do Santo Ofício, obviamente que a recusou. Os cristãos-novos não estavam parados. Em Roma faziam-se valer de todas as influências para obterem do papa um indulto. A Inquisição reagiu e pretendeu também para si o direito de enviar delegados à corte pontifícia e lograr a submissão de D. Pedro aos ditames dos Conselhos do Santo Ofício. Desta decisão resultou mais um protesto e mais um escrito também atribuído a António Vieira – *Memorial a favor da nação hebreia*.

Este escrito, no parecer de Lúcio de Azevedo, será da autoria de algum jesuíta interessado também na defesa dos direitos dos cristãos-novos (1989: 304). Esta luta de influências na cúria romana iria ser acérrima. A Santa Sé pede contas sobre o modo como são julgados os cristãos-novos em Portugal. Ora, é precisamente neste contexto que irá aparecer um outro documento também atribuído a António Vieira: *Notícias recônditas do procedimento das inquisições de Espanha e Portugal com seus prezos*.

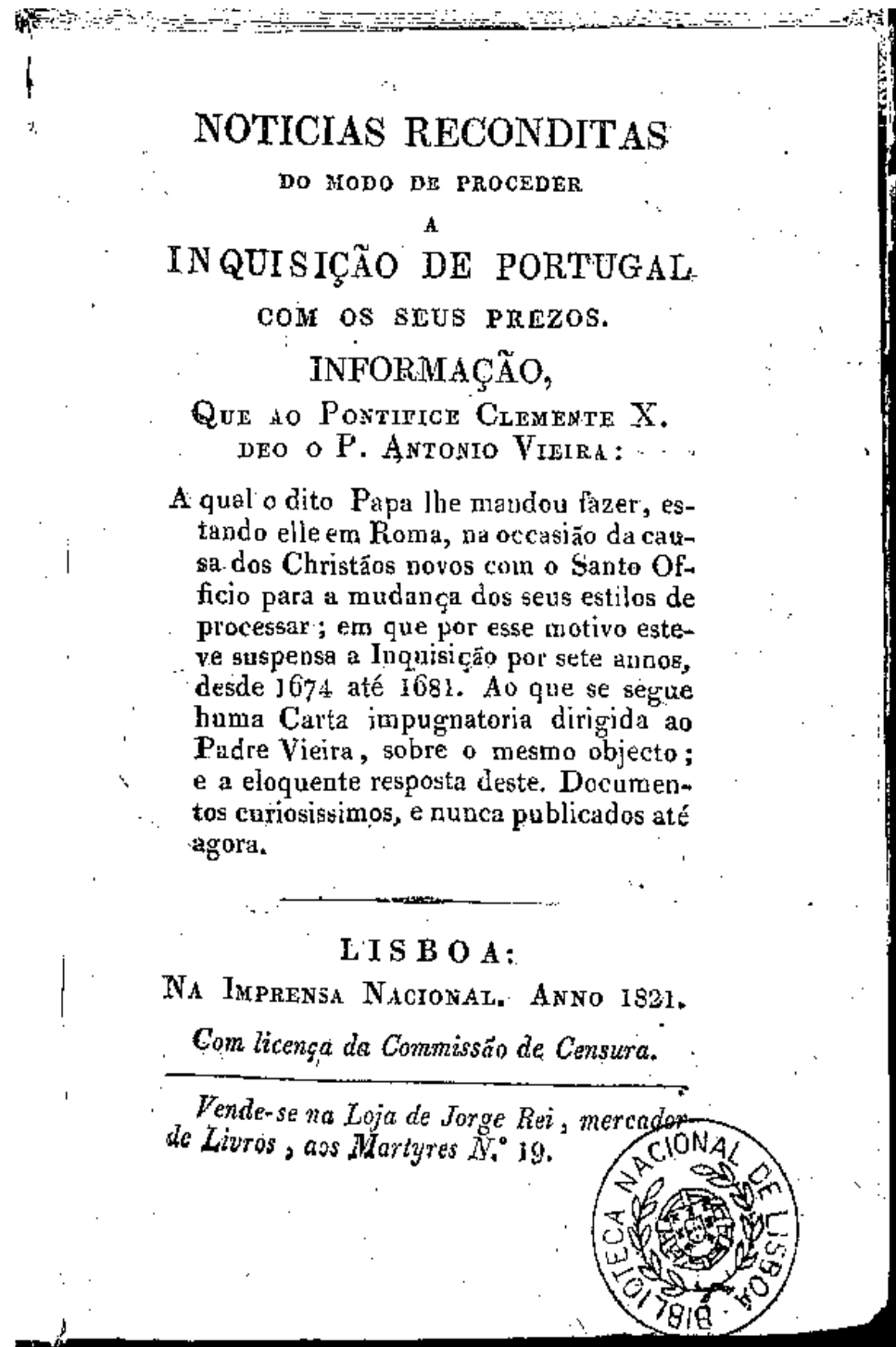
2. As *Notícias* foram divulgadas em muitas cópias, e seriam impressas em Londres, em 1722 (1). A obra terá sido levada para Roma por David Neto, rabino de origem portuguesa (Azevedo, 1989: 308). Circulou sempre com o nome de António Vieira e acreditou-se que era dele. De facto, durante vários anos, algumas contestações escritas lhe foram feitas, sempre dirigidas contra Vieira. No entanto, a edição que se conserva na Biblioteca Nacional, embora de 1821, dá-se como edição *Príncipeps*, conforme se poderá ler na capa que a seguir se inclui. Segundo Inocêncio (1973: 293), haverá ainda, pelo menos, uma outra edição datada de 1750. Este bibliófilo esclarece também:

«Devo declarar, que em algumas antigas colleções manuscriptas de obras attribuidas ao P. Vieira anda na verdade o referido opúsculo, indicado como tal, ao passo que em um livro que possuo, copiado em 1748, e que contém várias composições com o nome do dito padre, e muitas outras não suas, vem esta como anonyma, e de auctor desconhecido» (*ibidem*).

Donde se conclui que em meados do séc. XVIII a sua autoria já não era pacificamente aceite.

Escrita depois de 16 de novembro de 1673 (última data referida no seio da obra), provavelmente, dever-se-á à pena ou à ideia de Pedro Lupina Freire. Este conhecida por dentro a Inquisição, já que tinha sido seu colaborador. Aliás, tinha mesmo sido degredado por cinco anos para o Brasil, como castigo por haver divulgado segredos do Santo Ofício. Despeitado, conhecedor dos segredos da casa, podia ser muito útil à causa dos cristãos-novos em Roma. Aí se encontrava com Vieira em 1673 (e aí escreverá a *Clavis Prophetarum*). O facto de não ser muito dotado para a escrita, não obsta a que tivesse sido ele a fornecer alguns dados que outro(s) depois terá(terão) polido. Esse outro poderia ser Vieira ou um cristão-novo qualquer. Ou um certo Lampreia, Promotor na Inquisição de Évora, conforme o bispo do Pará, D. Frei João de S. José de Queirós, conta (Azevedo, 1989: 310). Mas teremos

também de considerar que Vieira não desconhecia propriamente os meandros da Inquisição, não só pela sua experiência direta em Coimbra, como também pelo relato de muitos cristãos-novos, familiares e apoiantes que com ele terão contactado.



A obra terá tido bastante repercussão na Cúria, pois, em 1674, o Papa envia um Breve aos inquisidores em que os intimava a suspender os autos de fé, sentenças e processos, tréguas que duraram sete anos. Esta medida suscitaria mais escritos: o *Desengano Catholico sobre a causa da gente da nação hebraea*, que seria atribuído também a Vieira, e que suscitaria resposta da parte dos seus adversários: *Engano judaico contra desengano catholico de um reo enganoso e enganado*, texto cheio de alusões a «vieiras». A esta resposta surgiu uma contrarréplica que, segundo Lúcio de Azevedo, também não deve ser imputado a Vieira, bem como não deve ser o *Memorial proclamatório a Innocencio XI*, igualmente incluído nas obras inéditas de Vieira. Em aditamento às *Notícias* circulou um escrito em que se denunciavam muitos abusos da Inquisição – *Reflexões sobre um papel intitulado Notícias recônditas* – documento este mais tardio. O facto é que regressado Vieira em 1675, morto Clemente X, em 1676, os cristãos-novos perderam a sua causa.

3. Conforme consta da capa a obra está dividida em três partes: em 165 artigos se dão “notícias” da facilidade com que uma denúncia levava à prisão qualquer pessoa, judaizante ou não, cristã-nova ou cristã-velha, das torturas aí padecidas, das precárias condições de encarceramento e dos simulacros de julgamento; segue-se da carta “impugnatória” - um libelo contra os judeus – dirigida por «um amigo» a Vieira e, finalmente, a contra resposta alegadamente de Vieira, que é um interessante exercício de retórica que visa demonstrar que a Inquisição não defende o país da heresia, antes prejudica todos: judeus, cristãos-novos e cristãos-velhos.

Não admira que o texto incomodasse muita gente, pois põe a nu, desde a primeira hora, a fragilidade da “justiça” do Tribunal:

«Pronunciando-se hum homem no Santo Officio, o mandão prender, tratando-o como se já estivera convicto; porque na mesma hora que o prendem, lhe põem na rua a mulher, e filhos; atravessão-lhe as portas; fazem o inventario de todos os bens; e como se a mulher não tivesse parte nelles, fica despojada de tudo sem nenhum remédio» (p.4). Denuncia-se a ignorância dos familiares: «os familiares deputados para estas levas (regularmente falando) principalmente fóra da Côrte, são pessoas ordinárias, que são as mais, e homens de pouco porte, rústicos, e officiaes. Estes, que mal se sabem benzer, e que, se lho perguntarem, não hão de saber explicar, que cousa he ser Christão nem o que he ser judeu» (p.8).

Depois:

«Chega o Familiar com o seu prezo, ou prezos, que leva, á Inquisição. Vem logo hum Secretario da Meza tomar a entrada, com dous Guardas; e todos estes começam a persuadir aos prezos, que confessem para se usar misericórdia com elles, e sahirão para suas casas; e como a vida, e a liberdade he tão amada, os mais tomão aquelles conselhos, e vão confessar o que não fizerão» (p. 9).

Nos cárceres começam todos os seus males, desde a tortura, à falta de alimentos e de higiene:

«Nestes cárceres estão de ordinário quatro, e cinco homens; e ás vezes mais, conforme o numero de prezos que há; e a cada hum se lhe dá seu cântaro de agoa para oito dias, (e se se acaba antes, tem paciência) e outro mais para as necessidades, que tambem aos oito dias se despejão: e sendo tantos os em que se conservão aquella immundicia, he incrível o que nelle padecem estes miseráveis, e no verão, são tantos os bichos, que andão so carceres cheios, e os fedores tão excessivos que he beneficio de Deus sahir dalli homem vivo» (p. 24).

Presos durante anos, sem que entretanto nada se faça para serem julgados, muitos acabam por morrer assim, em grande sofrimento. Quando ouvidos, nas vezes em que são chamados à mesa, as incongruências do processo levam ao desespero. Instados a dizerem as orações requeridas, mesmo revelando o seu conhecimento, são encaminhados para instrução religiosa. Muitos só ouviram falar aos inquisidores nos rituais judeus. De cada vez que vão à Mesa são aconselhados a confessar e a denunciar.

É evidente que têm direito a defensor, mas este tem de ouvi-lo perante um contínuo que tem como missão dar conta à Mesa de tudo o que se passar entre réu e defensor. Aliás, este letrado «*que tem nome de Procurador, mas nem procura nem requer o que pelos fundos de Direito entende, porque, não pôde usar do Direito, nem exceder os termos alli praticados*» (p. 76), pouco adianta ao réu. Escolhido pela Mesa, não pode consultar o processo, nem assistir ao interrogatório - limita-se a ouvir o preso. Depois de redigido o libelo, o preso tem de apresentar seis testemunhas fidedignas (cristãos-velhos) para cada artigo. Finalmente, assina. Claro que o procurador não “procura” as testemunhas arroladas ou, achadas estas, dificilmente elas darão informações que não contradigam as declarações do preso, já que as não conhecem. A confissão é assim dada por nula, o preso castigado por ter apresentado falsas testemunhas. Deste modo se levam à fogueira bons cristãos, alguns cristãos-velhos, pois ninguém está a salvo das denúncias dos presos pressionados a delatar para salvarem a pele. E, pasme-se! tantos são os processos que correm naquele labirinto que «*resulta delle infamar-se geralmente a Nação Portuguesa, a qual sendo tão Catholica, vulgarmente entre as mais Nações da Europa, se equivoca Portuguez com Judeo, e assim, he o Reino desacreditado*» (p. 83).

De facto, «*Entre tantos mil prezos, não houve hum que merecesse ir para casa com triunfo, e honra, como em Castella se vê; ou ao menos pela porta travessa sem infâmia!*» (p. 103). E «*Ainda quando lhes estão apertando os cordéis do garrote, sempre se lhes vão ouvindo nomearem, com huma notável devoção, os nomes suavísimos de Jesus, e M^a, e já quando não podem fallar, nas ações manifestão a mesma devoção, e assim espirão, com signaes evidentes de que te, a Fé no coração, e nella morrem contritos, e penitentes, como poderão affirmar os Padres da Companhia de Jesus, que lhes assistem até ao fim*» (p. 123). Um sistema que não distingue heréticos de bons cristãos não serve, pois, a religião. E os jesuítas estão em boa posição para o saberem, pois são os únicos que entram nos miseráveis e infetos cárceres para ouvirem em confissão os presos.

Mas este texto é também um interessante manual sobre usos, costumes e códigos, linguísticos e não só, da Inquisição. Nomeadamente sobre os diversos “graus” ou estados dos acusados. De facto, não bastava confessar a culpa. Para a confissão ser considerada aceitável era necessário que o confitente acertasse com a culpa que lhe fora atribuída pelos seus denunciante. Ora, as denúncias eram secretas e até favorecidas e apreciadas. Nomeadamente as dos parentes, sobretudo se efetuadas durante a tortura, pois eram consideradas sinceras, conforme o Inquisidor, João de Melo, elucida (Lipinier, 1999: 67).

Poderiam ainda ser acusados de ser **diminutos**, se não confessavam a culpa por inteiro, (o que viria a suceder, muitos anos volvidos deste escrito, com António José da Silva acusado de não ter revelado aos inquisidores as práticas judaizantes de sua mãe e de suas tias). Nas *Notícias* distinguem-se três espécies de diminutos: os que confessam antes de serem sentenciados, os que confessam depois de lhes ser lida a sentença de relaxação, os que confessam de mãos atadas estando já entregues aos padres. Como estes são obrigados a acertar com todos os que juraram contra eles, sem lhes faltar nenhum, para não incorrerem na agravante de diminuição, iam nomeando o maior número de pessoas – todas as que conheciam. Havia ainda os **negativos** (os que negavam totalmente as culpas) e os **afirmativos** (os que não confessavam nem negavam, antes diziam acreditar nas heresias por que estavam pronunciados). Estes últimos eram levados a cumprir a pena de mordança na boca para que o público não ouvisse heresias contra a fé católica. Para cada caso são apontados casos concretos, confirmáveis pelos nomes dos envolvidos que aí figuram.

No final desta sentida denúncia, figura então a carta de «um amigo» e a resposta que lhe é dada. Se bem que a intercalação de textos pertencentes a outro género sejam frequentes na escrita barroca, se bem que seja vulgar na época o jogo de aparências autorais, sendo assim possível que a carta e a resposta nunca tenham existido autonomamente e, logo só haja um autor em toda a obra, num artifício que suscita mais movimento, logo mais interesse, à leitura, não parece que este seja o caso. De facto, se é verosímil que as *Notícias* datem de finais de 1673 ou de inícios do ano seguinte, pois elas, escritas a solicitação do papa, conforme se diz no texto, terão despoletado a suspensão do Santo Ofício, a carta e a resposta referem-se a essa suspensão, pelo que serão posteriores, apenas aquando da impressão do texto.

RESPOSTA

DEMONSTRATORIA, PROBATORIA,
E CONVINCENTE

DO PADRE VIEIRA

A' CARTA DE HUM CHAMADO AMIGO;

Que lhe impugnava em hum papel, que lhe mandou, as fundamentaes razões de não ser possível á Inquisição alcançar o verdadeiro conhecimento dos Christãos novos, pela fórma que processava. E como por successos naturaes alli podião padecer muitas pessoas innocentes. E que por isso era util a mudança dos estilos.

E isto na occasião da causa, que os Christãos novos puzerão em Roma contra o mesmo Santo Officio que por esse motivo esteve muitos annos fechado.

Pela leitura deste preâmbulo também se vê que a denúncia feita não é contra a Inquisição em si, mas sim contra a forma como ela funcionava no nosso país. O próprio Vieira, em carta a D. Rodrigo de Meneses, datada de 1672, afirmava: «A Inquisição é um tribunal santíssimo, e totalmente necessário, mas não pode ser santo, nem tribunal, governando-se com estilos ou injusto ou injustamente praticados, com irremediáveis danos, não digo já do temporal do Reino, mas da inocência da verdade e da mesma fé» (Cartas, vol. II), apresentando como modelo a de Roma. É este, pois, o propósito da obra: denunciar os arbítrios da Inquisição portuguesa.

4. Sendo um de vários textos atribuídos a Vieira, como *A Arte de Furtar*, alguns sermões, várias cartas e a série sobre os judeus nascida no tempo da sua estada em Roma, este reveste-se, sem dúvida, de um elevado valor histórico. E, se bem que não seja uma obra literária de valor, coisa que um libelo também não é suposto ser, a Resposta torna-se uma interessante peça do ponto de vista retórico pela lógica da sua argumentação. Além disso, é um texto muito documentado, sentido e coerente, uma veemente denúncia por parte de quem conhecia a Inquisição por dentro.

Valendo-se das suas ideias militantes e das vicissitudes da vida de António Vieira, é óbvio que a atribuição que lhe é feita dessas obras tem em vista o aproveitamento comercial do seu prestígio, mas é também o aproveitamento da força que o seu nome daria a uma causa, neste caso a dos judeus.

Nota:

(1) No entanto, há um original na Biblioteca da Ajuda datado de 1720: Notícias Reconditas do Procedimento das Inquiziçoens de Espanha e Portugal, com seus Prezos. Por António Vieira, Missionário Apostolico da Companhia de Jesus. Em Villa-Franca, 1720 (Cod. 49-IV-18). A descrição que Lúcio de Azevedo faz do exemplar parece coincidir com este (Vila Franca é Londres, terra de liberdade, segundo explicação do próprio Lúcio de Azevedo).

Referências Bibliográficas:

- AZEVEDO, J. Lúcio (1989). *História dos cristãos-novos portugueses*. Lisboa: Clássica Ed.
BELCHIOR, M^a de Lourdes (1997). *Vieira revisitado. Vieira Escritor*. (org. de MENDES, Margarida Vieira, PIRES, M. Lucília G. e MIRANDA, José Costa). Lisboa. Ed. Cosmos.
PERES, Damião (1934). *História de Portugal* (ed. de Damião Peres). Barcelos: Portucalense Ed., vol. VI
LIPINIER, E. (1999). *Terror e linguagem – um dicionário da santa Inquisição*. Lisboa: Círculo de Leitores.
MARQUES, João Francisco (1997). *A cronologia da pregação de Vieira. Vieira Escritor*. (org. de MENDES, Margarida Vieira, PIRES, M. Lucília G. e MIRANDA, José Costa). Lisboa. Ed. Cosmos.
MENDONÇA, J. Lourenço e MOREIRA, A. Joaquim (1980). *História dos Principais Atos e Procedimentos da Inquisição em Portugal*. Lisboa: IN-CM.
SILVA, Inocência Francisco (1973). *Dicionário Bibliográfico Português*. Lisboa: IN-CM. vol. I
SMULDERS, Frits (1997). *Tradições Manuscritas na obra de António Vieira. Vieira Escritor*. (org. de MENDES, Margarida Vieira, PIRES, M. Lucília G. e MIRANDA, José Costa). Lisboa. Ed. Cosmos.
VIEIRA, António (1997). *Cartas* (ed. de João Lúcio de Azevedo). Lisboa: IN-CM, 2 vols..
VIEIRA, António (1821). *Notícias Recônditas...*Lisboa: Imprensa Nacional

4. ÂNGELO CRISTÓVÃO

Empresário, licenciado em Psicologia, nasceu em Santiago de Compostela em 1965. Responsável pela página Web «www.lusografia.org». Desde 1994 é secretário da Associação de Amizade Galiza-Portugal, tendo organizado os Seminários de Políticas Linguísticas (2003, 2004, 2006). Atualmente preside à Associação Cultural Pró Academia Galega da Língua Portuguesa, em nome de cuja entidade interveio na Conferência Internacional / Audição Parlamentar sobre o Acordo Ortográfico, realizada na Assembleia da República em 7 de abril de 2008. Alguns artigos e comunicações:

1984: «Estudo antropológico da aldeia de Bustelo, Concelho de Dodro». 40 pp. Inédito.

1987: «Uma escala de atitudes perante o uso da língua», *comunicação III Congreso Español de Psicología Social* (Valência). In *Agália*, núm.14 (verão 1988), pp. 157-177.

1989: «Aspetos sociolinguísticos da problemática linguística e nacional na Galiza Espanhola», *comunicação ao II Congresso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. Publicado nas Atas*, 1989, Ourense, pp. 237-254.

1990a: «Bibliografia de Sociolinguística lusófona», in *Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística*, vol. VI, núm. 21-26, pp. 71-99; in *Noves de Sociolinguística*, núm.9, Institut de Sociolinguística Catalana. Barcelona, pp.3-33.

1990b: «Medição de variáveis: competência e uso linguístico». Comunicação apresentada ao III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, Ourense, outubro. Publicada em *Cadernos do Instituto de Estudos Luso-Galaicos "Manuel Rodrigues Lapa - Ricardo Carvalho Calero"*. Associação de Amizade Galiza-Portugal, Série "Investigação". vol. I, 1994, Comunicações suprimidas, núm. 2.

1991a: «A eficácia da goma de mascar (Nicorette®) no abandono do tabagismo». Estudo com técnicas de meta-análise apresentada no Curso de Doutoramento em Psicologia Social. Programa: "Perceção, Representação e Conhecimento Social". Faculdade de Psicologia. Universidade de Santiago. Inédito.

1992a: «Language Planning: Atitudes», in *Atas do I Congreso de Planificación Lingüística*, Santiago de Compostela, pp. 383-400.

1992b: «Análise causal da Teoria do Comportamento Planeado com dados supostos». 21 pp. Trabalho apresentado no Curso de Doutoramento em Psicologia Social. Programa: "Perceção, Representação e Conhecimento Social". 16 de junho. Faculdade de Psicologia. Universidade de Santiago. Inédito.

2003: «Sociolinguística e cientificidade na Galiza», *comunicação apresentada ao II Colóquio Anual da Lusofonia*, Bragança, outubro. Próxima publicação em *Atas dos Colóquios da Lusofonia*.

2004a: «Questione della língua: introdução e bibliografia», *comunicação apresentada ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Universidade de Coimbra, 17 de setembro. Uma versão ampliada foi publicada na internet, em: <http://www.lusografia.org/cristovao-questione.htm>

2004b (org) Lluís V. Aracil: *Do latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas europeias*. 215 pp. Associação de Amizade Galiza-Portugal, Braga.

2004c: «O contributo de António Gil à sociolinguística galega», *comunicação ao III Colóquio Anual da Lusofonia*. Bragança, outubro. 10pp. Próxima publicação em *Atas dos Colóquios da Lusofonia*.

2005: «A República Literária e a Lusofonia - Semelhanças, diferenças e exemplos», *comunicação ao IV Colóquio Anual da Lusofonia*. Bragança, 3, 4 outubro, 11 pp.

2006: «A lusofonia galega: processos e modelos desde 1980», *comunicação apresentada ao V Colóquio Anual da Lusofonia*. Bragança, outubro. 10 pp.

2007: «A posição galega ante os acordos ortográficos da língua portuguesa», *comunicação apresentada ao VI Colóquio Anual da Lusofonia*. Bragança, outubro. 10 pp.

O processo de criação da Academia Galega da Língua Portuguesa ÂNGELO CRISTÓVÃO, ACADEMIA GALEGA DA LINGUA PORTUGUESA [GALIZA]

A autonomia política da Galiza, instaurada em 1980, deveria ter produzido um avanço na normalização linguística do galego. Infelizmente, o contexto social e político das últimas décadas foi desfavorável a esta possibilidade, produzindo o efeito contrário: uma aceleração do processo de substituição linguística, reforçando a posição do castelhano. Nos últimos anos, o reconhecimento generalizado do insucesso do modelo linguístico aplicado pelas autoridades políticas - a conceção do galego como uma língua diferente da portuguesa, e subsidiária do castelhano - preconiza um giro na sociedade a favor da integração da Galiza na lusofonia, e assunção do português padrão europeu como norma culta. A criação da Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP), como entidade privada com vocação de serviço público, responde à necessidade histórica de constituir uma instituição dedicada ao estudo e divulgação do português da Galiza, com critérios de rigor científico e vontade de colaboração com outras entidades equivalentes da lusofonia toda. A publicação do Boletim da Academia, com a participação de alguns dos mais importantes investigadores nacionais e internacionais, abre um novo espaço para a divulgação dos estudos linguísticos, a difusão cultural e a cooperação lusófona. O projeto editorial da AGLP inclui também a edição de literatura clássica galega, para o que deve conseguir-se um equilíbrio entre a originalidade dos autores e a necessária adaptação ao português padrão atual. A participação de representantes galegos no Encontro Internacional / Audição Parlamentar de 7 de abril, de 2008, na Assembleia da República Portuguesa, dá continuidade ao reconhecimento internacional da Galiza como país lusófono, iniciado há 50 anos com o professor Guerra da Cal, seguido em 1986 por ocasião do Acordo Ortográfico do Rio de Janeiro, e em 1990 com o Acordo de Lisboa. Esta presença num foro internacional abre novas linhas de atuação para a AGLP no espaço lusófono.

TRABALHO FINAL NÃO ENVIADO A TEMPO

5. ANTÓNIO GIL HERNÁNDEZ,

António Gil Hernández, nado em Valhadolid ("Comunidad de Castilla y León" no "Reino de Espanha") em 1941, viveu na Galiza, nomeadamente em Acrunha (ou Corunha), desde 1969. É licenciado em "Filosofía y Letras", secção Românicas, subsecção Espanhol. Exerceu a docência no Colégio Universitário de Acrunha, dependente então da Universidade de Compostela, como professor contratado. Hoje ministra aulas no Liceu Salvador de Madariaga, também em Acrunha, a estudantes do Ensino Secundário para Adultos (E.S.A.). Começou a colaborar nos COLÓQUIOS DA LUSOFONIA em 2006, 'Do Reino da Galiza até aos nossos dias: a língua portuguesa na Galiza', com a comunicação intitulada «Aos 100 anos da Real Academia Gallega de la Coruña. Mais uma análise de discurso.» Em 2007 apresentou a comunicação intitulada: 'Fases psico-gloto-políticas no processo de construção (ou destruição) duma Comunidade nacional: Reflexões desde a Galiza'. Teve a sorte de que lhe publicassem vários livros, de sucesso desigual: 'Que galego na escola?' e 'Silêncio ergueito' (pelas eds. do Castro). No primeiro, em colaboração, expõe as denominadas «Teses reintegracionistas» ou, como disse o saudoso Prof. R. Lapa, "integracionistas" das falas galegas à língua comum, portuguesa. O segundo é compilação de artigos jornalísticos publicados entre 1979 e 1982. Em 2005, a Associação de Amizade Galiza-Portugal publica-lhe 'Temas de Linguística Política, seguidos dum avanço de Temas de Política Linguística. Leves reflexões sobre política nacional "espanhola"'. É editor da 'Obra seleta (poesia e ensaio)' de João Vicente Biqueira, publicada, em 1998, como núms. 43-46 de 'Cadernos do Povo. Revista Internacional da Lusofonia'. Tem também poemários: 'Baralha de sonhos' (1985), 'Luzes e espírito' (1990) e, em volume coletivo, 'Só para falar de amor' (1991). Ultimamente está a participar no portal brasileiro RECA.

Crioulo institucionalizado contra Português galego (ou Português da Galiza): Reflexões desde o nome dado à Galiza pelas instituições do "Reino de España" ANTÓNIO GIL HERNÁNDEZ, ACADEMIA GALEGA DA LINGUA PORTUGUESA [GALIZA]

A Conselheira da Cultura da "Junta de Galicia" (denominação castelhana) elevou consulta, não muito oportuna, acerca do nome da Terra à RAG. O "informe", resposta, do "plenário" da RAG, datado em 29 de março de 2008, diz: «a) *Galicia e Galiza son formas históricas léximas galegas no sentido filolóxico. As duas circularon na época medieval, pero só Galicia mantivo un uso ininterrompido ao longo da historia na língua oral.* –

b) *A denominación oficial do País normativa e xuridicamente léxita é Galicia.*» A questão não é menor porquanto os académicos misturam caoticamente critérios díspares para "construir" o que denominam "galego normativo" ou "língua de seu", na realidade um certo crioulo hispano-português. Compendio os critérios aludidos nos seguintes, por ordem de importância:

1.º O critério político. "Galicia" é o nome castelhano da "región" ou "comunidad autónoma". Mas a RAG impõe-no como válido filologicamente, contra a história da língua "propria" e contra as análises sociopolíticas da situação em que essa língua se acha.

2.º O critério da oralidade. Não se considera corretamente que as falas galegas se acham muito interferidas pela "lengua nacional" (escrita) do "Reino de Espanha", sobretudo no léxico culto, em geral, e no jurídico, em particular; neste coloca-se o nome da Terra.

3.º O critério da vontade do povo. Desde faz bem poucos anos diz-se expressa na elaboração diferenciada da “lengua propia de Galicia”. Mas acontece que o povo galego, como em geral todo o povo, é antes ágrafo do que escritor. Menos ainda requer uma norma gráfica para redigir os textos por ele gerados. Ao contrário, são as instituições do estado as que impõem tanto a língua “correta” quanto o seu uso em âmbitos bem determinados, quase todos controlados ou controláveis pelos poderes legislativo, executivo e judicial. Portanto, a elaboração diferenciada da “lengua propia de Galicia” não deriva da consciência popular, mas da imposição estatal.

0.- INTRODUÇÃO: REPRESSÃO

Início, pouco academicamente, o artigo por algumas citações do livro de María Antonio Iglesias¹²:

Também trouxe uma biblioteca para o colégio. Chegou aqui [à Baleira, Lugo] um inspetor de ensino primário e ficou espantado. Fazíamos obras de teatro, porque ele [o mestre Arximiro Rico Trabada] pensava que o teatro era uma parte da educação [...] (IGLESIAS 2007: 43)

Cantávamos tudo em galego, canções galegas. Não é que fosse particularmente galeguista. Era como o somos todos os que nascemos na Galiza, mas então não havia Partido Galeguista, politicamente falando não havia nenhuma organização. [...] (IGLESIAS 2007: 44)

Era do melhor que se pode falar. Lembro-o ante este quadro a explicar matemáticas, álgebra e trigonometria. Era um bom mestre. [...] Quando o mataram estávamos todos a tremer, porque a mim também me perseguiram, e a meu pai também, e cada um tínhamos bastante com o nosso, mas ele era como da família; a sua morte sentimo-la como se fosse um familiar... [...] (IGLESIAS 2007: 45)

[...] Começou o seu calvário. Começaram de o martirizar, subiram-se de cavalo nele, tornando-se até ao alto da Serra da Ferradura, que é onde o mataram: cortaram-lhe os testículos, meteram-lhos na boca, cortaram-lhe a língua e tiraram-lhe os olhos... E tudo isso vivo, claro. Afinal, terminaram matando-o a paus e a tiros de escopeta. Não havia nem feridas de bala de fuzil nem nada, eram tiros de escopeta porque a cabeça estava desfigurada. (IGLESIAS 2007: 49)

Eram tempos de guerra, crus e imesicordes: Os executores, galegos como Arximiro, ficaram impunes, porquanto era o exército sublevado e os seus sustentadores os que forneciam àqueles cobertura ideológica e legal, para além da dispensação de toa a responsabilidade.

1.- REPRESSÃO DA COMUNIDADE LUSÓFONA

Seguiram-se quase 40 anos de ditadura e dela procede, sem quebra, a «transición democrática», o atual regime do *Reino de Espanha* [RdE], em que hoje se acha inclusa a *Comunidad Autónoma de Galicia* [CAG].

Nos tempos presentes, não de guerra, mas de paz, aquela repressão continua, mas doutro jeito. O RdE não atenta contra a integridade física das pessoas; porém, está a desconjuntar a integridade cultural, linguística, dos indivíduos e dos grupos na Comunidade lusófona da Galiza. É processo acelerado e impune, segundo evidenciam os inquéritos (RAG-SS 2003: 185-189); também efetivado por galegos, que a ideologia nacionalista dominante no RdE nutre e dispensa de toda a responsabilidade. Comprovo-o no “ditame” da *Real Academia Gallega* [RAG] sobre o nome da CAG, “Galicia” contra GALIZA, aliás, evidencia nada mascarável:

Texto do Ditame

Dna. Ánxela Bugallo
Conselleira de Cultura e Deportes
Xunta de Galicia

En resposta ao seu escrito de data 19 de setembro de 2007, recibido na RAG o 11 de xaneiro de 2008, no que solicita unha aclaración sobre a pertinencia ortográfica do topónimo “Galicia” para denominar o noso País, á luz da modificación das Normas ortográficas e morfolóxicas de 2003, a Real Academia Galega, no seu Plenario do día 29 de marzo de 2008 acordou emitir o seguinte ditame:

a) Galicia e Galiza son formas históricas lexítimas galegas no sentido filolóxico, As dúas circularon na época medieval, pero só Galicia mantivo un uso ininterropido ao longo da historia na lingua oral.

b) A denominación oficial do País normativa e xuridicamente lexítima é Galicia.

A Coruña, 29 de marzo de 2008

Asdo.: Xosé Ramón Barreiro / Presidente da Real Academia Galega.

Aconteceu que a conselleira da Cultura, do BNG, partido nacionalista galego, motivada por perguntas parlamentares do PP, partido nacionalista espanhol, consultou à RAG se **GALIZA** é nome legítimo da CAG. E a entidade académica responde o que acima consta, reunida de vez em “plenário”¹³.

Para tão curta viagem não eram necessárias tantas alforjes. Com efeito, a RAG transcreve, mal, um excerto da secção 9.1 das **Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego** [NOMIGa]: «*Entre estas palabras [terminadas em -cia] está Galicia, voz lexítima galega, denominación oficial do país e maioritaria na expresión oral e escrita moderna. Galiza é tamén unha forma lexitimamente galega, amplamente documentada na época medieval, que foi recuperada no galego contemporáneo.*» Contudo, a RAG, tão procuradamente precisa nas «*notas, impresas en letra mais miúda*» (NOMIGa 2003: 13), abandona essa precisão em ambos os textos:

1.º O art. 2.º dos **Estatutos**, publicados no «Anexo» do **Real Decreto 271/2000, de 25 de febrero, por el que se aprueban los Estatutos de la Real Academia Galega**, não inclui entre as “finalidades” da RAG nem fixar nem lembrar sequer a condição oficial de palavra nenhuma.

2.º Mormente, a legitimidade do nome **GALIZA** diverge da que assiste ao nome “Galicia”. Aquela assenta na história e nas ciências da linguagem; esta apenas deriva da oficialização do nome castelhano no RdE¹⁴.

1.1.- LONGA HISTÓRIA: O QUE IMPÕE O RDE

Tal submissão das autoridades académicas e universitárias aos textos ao acordado pelas autoridades governativas ou administrativas do RdE vem de longe. Assinalo alguns factos ou fitos nesse curioso e paradoxal processo último (desde a «Transición» de 1975), em que os ditados da política se impõem aos achados da filologia:

a) Fala-se de uma reunião secreta de Pío Cabanillas Gallas, então ministro da UCD¹⁵, com Ramón Piñeiro sob o patrocínio de Franqueira em Ourense. Parece que a reunião teve lugar nos primeiros anos da «Transición». Não consta o nela tratado, mas um dos assuntos seria o “galego”, já no nível primário do ensino desde a **Ley Villar Palasí** (1970) e disciplina do ensino não universitário mercê dos denominados **Decretos de bilinguismo** (por volta de 1979). Não tratariam do galego em geral, mas de «que galego na escola?», tema discutido anos mais tarde nos I ENCONTROS LABACA (3-5 de junho de 1983)¹⁶.

12 Relação de mestres fuzilados na Galiza: «Os mortos do 36. - O professorado: Gerardo Abad Conde (morto polos guardas de assalto em Madrid), Segundo Abal Padín, Juan Abramo Dios, Xermán Adrio Mañá, Pedro Almazán Ramos, Juan Alonso Pérez, Enrique Alonso Teijeiro, Rafael Alonso Rodríguez, Joaquín Antonio Álvarez Álvarez, Rodrigo Álvarez Gantes, José Ambrós Gordillo, Fernando Barcia Beiras, Luís Barrio Rey, Manuel Barros Fernández, Manuel Barros Pérez, José L. Bouzas Fernández, Frutos Burgos Ramos, Ángel Caamaño Villaverde, José Caballero Rubio, José Caldas, Antonio Caneda Rodríguez, Eugenio Carré Naya, José Mº Cortés Fernández, José Costa Pardo, José María Díaz y Díaz Villamil, Antonio Dopazo Fernández, José R. Fernández Barral, Rafael Fernández Casas, Marcelino Fernández Prado, Ángel Fraga Orosa, Víctor Fraiz Villanueva, Hipólito Gallego Camarero, José García Fernández, Juan Ramón García Niebla, Francisco Gómez Blanco, Constantino Gómez Rodríguez, Xosé Gómez Gayoso, Julio González Álvarez, Juan González Del Valle, Julián Hermida Montoya, Manuel Iglesias Filgueira, Francisco Iturralde Cabeza de Vaca, David Labrador Zuil, Antonio Lafuente Gimenez, Amadeo López Bello, Xosé Losada Castelao, Gonzalo Martín March, Leonardo Martínez Novo, Bernardo Mato Castro, José Meis Martínez, Eugenio Meizoso Núñez, Antonio Mojón Vázquez, Luís Morillo Uña, Eduardo Muiños Bua, José Novás, Paulo Novás Souto, Elixio Núñez Muñoz, Camilo Palmeiro Pazos, Manuel Pedreira Pazos, Luís Pérez Amil, José Pérez Sanmartín, Justo Prada López, Vicencio Prieto Ramos, Luís Rastrollo Fernández, José Ramos López, Rufino Redondo Senrra, Benigno Rey Pavón, Arximiro Rico Trabada, Manuel Rodríguez Castelao, Longino Rodríguez De La Iglesia, Alfonso Rodríguez Méndez, Mercedes Romero Abella, Vicente Sáez Ruíz, Félix Salgado Del Moral, Víctor Sánchez Martil, Jacinto Santiago García, Alvaro Santos, Reinaldo Sarria Delgado, Francisco Sierra Rodríguez, Juan Antonio Suárez Picallo, Apolinar Torres López, Víctor Trabazo Serapio, Xosé Vázquez Grela, María Vázquez Suárez, Narciso Vidal Fraga, Nicanor Villa Martínez, Eduardo Villot Canal.» (COSTA RICO 2007: 128-129)

13 Cumpre acrescentar um facto curioso e contraditório, nada menor: O Presidente da RAG diz “plenário” ao órgão de governo denominado estatutariamente “Pleno”. cf. Art. 13: «*Los órganos de gobierno de la Real Academia Galega son de dos tipos: colegiados y unipersonales. Son órganos colegiados: el Pleno y la Comisión Ejecutiva. [...] “Pleno” é «denominación oficial», como evidencia a tradução galega, igualmente publicada no BOE («[...] Son órganos colexiados: o Pleno e a Comisión Ejecutiva. [...]»).* Seguindo o razoamento do “plenário” da RAG no seu «Ditame» a respeito de Galiza, se “pleno” é o nome legítimo e oficial, por ser o usado na versão castelhana, “plenário” não é nem legítimo nem oficial e, porém, é usado tanto no «Ditame» quanto no próprio «Regulamento de Regime Interno».

14 Permito-me assinalar duas semelhanças, *mutatis mutandis*, entre os “filóloxos” fautores das NOMIGa e os tribunais franquistas do pós-guerra: Para além de *esperpénticos*, eram *arbitrários*. Ou por *esperpénticos* eram *arbitrários*. Em GIL HERNÁNDEZ 2008 evidencio a inconsistência teórica dos “principios” e “esixencias” expostos na «Introdución» às NOMIGa; a mesma arbitrariedade assiste às justificações “filolóxicas” das escolhas normativas, que veremos no ¶ 2.2.

15 Pío Cabanillas Gallas (Ponte Vedra 1923-Madrid 1991), político espanhol de centro-direita, impulsionou a organização do primeiro PARTIDO POPULAR (1976); uniu-se à UNIÓN DE CENTRO DEMOCRÁTICO. Homem forte da UCD na CAG, com o apoio de Eulógio Gómez Franqueira, foi deputado no CONGRESSO entre 1977 e 1989, Ministro da Cultura (1977-1979), Ministro-adjunto ao Presidente (1980-1981), Ministro da Presidência (1981) e Ministro da Justiça (1981-1982).

16 Em julho de 1982 foram aprovadas as primeiras NOMIGa e publicadas em outubro desse ano, mas não “oficializadas” até ao 20 de abril de 1983. Na realidade nunca foram oficializadas, mas apenas assumidas pelas instituições do RdE.

b) Nas **Atas do COLÓQUIO DE TRÉVERIS** (1980), publicadas em 1982, pela CONSELLERÍA DE CULTURA da “XUNTA DE GALICIA” [XdG] evidencia-se o intento dominante entre os assistentes, resumido esclarecidamente pelo atual catedrático de “galego” na USC, Ramón Lorenzo Vázquez, no fim da «*Mesa redonda. Sobre a possibilidade de estabelecimento dunha lingua culta galega*», que presidia Walter Mettmann. À pergunta de Harri Meier: «*¿Para um futuro ensino do galego nas escolas há uma autoridade escolar que se expressa sobre a norma que é preciso aplicar?*», responde o Prof. Lorenzo: «*Hai a Xunta de Galicia e neste momento vai chegar á conclusión de que nada de lusismo, nada de portuguesismo, senón galego.*» E imediatamente escusa-se porque, apesar de dizer o que diz, «non estou contra o portugués.» (1980: 248). As intervenções do citado professor, junto do reformado Alonso Montero, foram tão contrárias ao sustido pelos saudosos Prof.^{es} Rodrigues Lapa e Carvalho Calero, quanto evidenciadoras do “galego” decidido pelas autoridades políticas para ser ensinado no ensino não universitário.

A razão “científica”, sustida acirradamente até hoje por um e por outros isolacionistas, é a exprimida em nota a rodapé pelo Prof. Santamarina (1980: 171) na sua comunicação: «*Entendemos convencionalmente por Galicia a que queda ó occidente das isoglosas de porta / puerta, pedra / piedra; pola parte meridional a que queda ó N do seu limite administrativo*» ou, dito pelo seu nome, «*ao norte da fronteira portuguesa.*» Não preciso chamar a atenção para o critério díspar, tomado arbitrariamente (o autor diz «convencionalmente»), sem explicação filológica razoada nem razoável. É a fronteira estadual entre o RdE e a República portuguesa a que marca o que “filologicamente” é “galego” e não é “galego”. Afinal Ramón Lorenzo torna explícita a autoridade “filológica” última: a “Xunta de Galicia”, as instituições administrativas do RdE.

c) No meu **Silêncio ergueito** (1996: 99) lembro uma reunião de que dá conta Victoria Armesto em **La Voz de Galicia** (29 de junho de 1983): «*[...] yo creo que fue el 28 de agosto de hace dos años [1981] cuando se celebró aquella comida en la casa [grande] de Xanceda apareciendo Manuel Fraga en un pequeño coche que conducía su hija Pipo. Con Fernández Albor llegaron los profesores Constantino García y Ramón Lorenzo máximas autoridades en lengua gallega.*

»Era un día caluroso y pesado. No se habló en absoluto de política y sólo se trataron temas universitarios y culturales siendo el entendimiento entre el profesor Fraga y el resto de los profesores y doctores muy armonioso.» Acho que são ociosas as interpretações ao caso.

d) Se forem necessárias, basta com ler a resposta de Fraga numa entrevista, publicada em **La Región** (4 de setembro de 1981), que também transcrevo em **Silêncio ergueito** (1996: 99-100): «*Yo creo que el gallego es, como todo, una creación de la historia y habiendo nacido antes que se produjeran las grandes unificaciones nacionales, siguió un camino literario brillantísimo hasta finales del siglo XV. Entonces eran las regiones portuguesas quien lo desarrollaron, pero desde la independencia de Portugal, hay un destino que sigue la lengua gallega, que se convierte en la lengua popular de Galicia, conviviendo con el castellano en un bilingüismo que nunca ha creado problemas. Esta no sólo es una opinión mía; lo es también del ilustre catedrático de Santiago, Lorenzo, quien ratifica que el gallego hay que dejarlo como es, no inventarlo de nuevo, ni mucho menos si esta invención, no sólo no es filológica, sino también política.*» (O itálico é meu).

Parece como se Fraga, então presidente da “XdG”, ecoasse a conversa da casa de Xanceda e confirmasse o acordado nela.

1.2.- CONFIRMAÇÃO: “PIÑEIRO” CONTRA CARVALHO

Confirma o acima apontado, também do ponto de vista simbólico, o facto de a RAG dedicar a Ramón Piñeiro o «Dia das Letras Galegas» de 2009. As motivações foram publicadas na imprensa diária: «*a dedicación, total e desinteresada, da sua vida na defensa de Galicia e da sua cultura, que debe ser unha referencia moral indiscutible e necesaria cara às novas xeracións*». Pode ver-se em **LVG**, 06/07/2008: 34; também nas edições digitais de **Galicia Hoxe** e de **El País**.

Porém, calarão que foi o “endireitador” principal do movimento galeguista “interior”, então, na ditadura franquista e, posteriormente, durante os primeiros anos da «Transición».

Saliento a apresentação do ILG e a resenha de Gallego 1, que, como académico, lhe publicou, em 1971, a revista **Grial** (Vigo), de que era responsável. Esses textos evidenciam que a oposição entre a RAG e o ILG, cenificada por alguns média naqueles anos, não foi tal; antes, desde o lançamento do ILG houve sintonia discursiva e de objetivos com os homens “fortes” do grupo Galáxia: o citado e García Sabell, senador por nomeação do rei e posteriormente Delegado del Gobierno de la Nación, com UCD e nos primeiros anos dos governos do PSOE, ao tempo que exercia a presidência da RAG.

Contudo, hoje parece-me mais interessante o facto, altamente simbólico, de a RAG preferir o Piñeiro ao Prof. Carvalho Calero, mesmo em razão dos apelidos, a denominarem árvores presentes no país, a novidosa face à tradiional; mesmo na grafia, o Ñ: castelhano face ao LH galaico.

Curiosa é a explicação que, numa entrevista, aduz o presidente da RAG ao caso:

P. Conhecia a campanha a favor de dedicar o Dia das Letras a Carvalho Calero? Nom foi Ramon Pinheiro umha proposta contra Carvalho?

XR.B.- Claro que conheço, nom vou conhecer! Recebim-nos aqui duas vezes, e dixem-lhes claramente as poucas possibilidades que havia, ainda que eu ia jogar essa carta, porque tem apoios. Precisamente polo tinglado este da Lusofonia [em relação ao debate parlamentar sobre o Acordo em Lisboa] dixo-se: ‘Nom é o momento’, porque ia ser interpretado como que a Academia lhes cede um espaço, assim de claro cho digo. (**Novas da Galiza**, 15 de julho de 2008; **PGL**, sábado, 16 agosto 2008).

2.- O DENOMINADO GALEGO NORMATIVO¹⁷

Os posicionamentos «oficialistas» precisam uma teoria que com posterioridade, não apenas cronológica, mas elementarmente lógica, «justifique» a sua prática «isolacionista», desenvolvida tanto sobre o *corpus* quanto sobre o *status*.

Ao *V Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza* (Vigo, 14 de novembro de 1996) apresentei uma comunicação, ainda inédita, que intitulei. «O “galego normativo” da “Xunta de Galicia”: (quase) *crioulo castelhano* com sanção administrativa». Nas secções 4.1. e 4.2. proponho uma redefinição do conceito de crioulo. Nesta última dizia:

Decerto o crioulo pode ser definido histórica ou geneticamente. Contudo, na sua estrutura ficam os traços da língua crioulizadora, que estimo não apenas interferências neutras, como por hábito se consideram e estudam, mas sobretudo estigmas da escravidão, cultural, social, política e económica, a que os utentes da língua de origem foram submetidos pela potência dominante e, portanto, denominante. (*Vid. L-J Calvet 1974: 56-60*).

Se examinarmos com atenção a língua de seu, que lhes dizem às falas galegas, quer na oralidade espontânea, quer sobretudo na formalização que as Instituições espanholas alcunham de “galego normativo” ou “galego normativizado” e a grande maioria dos nacionalistas galegos consideram, paradoxal e erroneamente, “normativa oficial”, advertiremos que as marcas da escravidão são tantas e tão caracterizadas que com adequação podemos definir esse “galego” como (quase) crioulo castelhano ou, singelamente, espanhol em virtude dos traços precisamente crioulizadores que o conformam.

Fundamentalmente são duas as notas características do crioulo:

1.^a A simplificação da língua crioulizada, à partida, inferior, sob o modelo da língua crioulizante, à partida superior.

2.^a A reestruturação da língua crioulizada igualmente sob o modelo da língua crioulizante.

¹⁷ No artigo, texto da comunicação apresentada a um **Simpósio** organizado pelo «Consello da Cultura Galega», cujas Atas nunca foram publicadas, prometia uma segunda parte, de que adiantava o esquema. Acha-se na nota 25 (p. 381) de «“Isolacionismo” e constricta desgaleguização da Comunidade Lusófona na “Comunidad Autónoma de Galicia”. Congruência do “autonomismo bien entendido” com o *Language Planning*, dito “possível” e “realista”, permitido pela legalidade fundamental espanhola» (in **Nós. Revista da Lusofonia** 1990.1991, Ponte Vedra/Braga, núms. 19-28: 368-382). O artigo prometido trataria da *Hypotheseos formulatio: “lingua per elaborazione”*, crítica dessa «proposta isoladora». Eis o esquema em causa:

1. «Lingua per elaborazione» e L.P.

1.1. «Lingua per elaborazione» é conceito tipificador para explicar as diversas situações sociolinguísticas

1.2.- Distinção de diferentes fases na dimensão enunciadora desses processos.

2. «Lingua per elaborazione» e N.I.

2.1.- Enunciação inicial, diretiva: expressa na *CE* (1978) e no *EAG* (1980), no «*Decreto de bilinguismo*» (M.E.C., 1979) e no segundo «*Decreto de bilinguismo*» («Xunta de Galicia», 1982).

2.2.- Enunciação medial, não diretiva: expressa nas *NOMIGa* (1982.1995.2003).

3.- Enunciação conclusora, diretiva. Expressa na *Lei 3/1983, de normalización lingüística* (1983) e legislação dela derivada, e no *Decreto 173/1982, de normativización da lingua galega* (1982).

Ouso afirmar que os processos crioulizadores são inversos dos processos normalizadores: Nestes a variedade Superior da língua conforma e abrange as variedades Inferiores, enquanto nos crioulizadores a língua crioulizada acaba desaparecendo no seio da língua crioulizadora.

Apenas me detenho numa consideração ao caso.

2.1.- JUSTIFICAÇÕES JURÍDICO-“FILOLÓXICAS” GERAIS

- a) Primazia da fala
- b) Língua per elaboracióne.

Contudo, apenas fico nalgumas anotações

2.2.- Casos particulares

- a) Sufixos
- b) *Dicir* (NOMIGa § 16.3.5., pp. 138-142)

3.- RESULTADO: Crioulização institucionalizada vs. Português galego

4. BIBLIOGRAFIA:

REAL ACADEMIA GALEGA-INSTITUTO DA LINGUA GALEGA (2003), Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego, Vigo.

REAL ACADEMIA GALEGA. SEMINARIO DE SOCIOLINGÜÍSTICA (2003), O galego segundo a mocidade. Unha achega às actitudes e discursos sociais baseado en técnicas experimentais e cualitativas, Crunha.

CARVALHO, A. M.^a (ed.) (2008), Português em Contacto, Frankfurt/Madrid: Vervuert / Iberoamericana.

COSTA RICO, A. (2007): Revista Galega de Educación, n.º 37

Real Decreto 271/2000, de 25 de febrero, por el que se aprueban los Estatutos de la Real Academia Galega BOE de 4 de marzo de 2000, pp. 9146-9149 (para a versão castelhana) e BOE de 31 de março de 2000. Suplemento n.º 5, pp. 424-427 (para a versão galega).

FUNDACIÓN LABACA (1984), Que galego na escola? Ponencias dos I Encontros Labaca, Sada, Eds. do Castro.

GIL HERNÁNDEZ, A.P. (1984), «Que galego na escola? Anotações para umha proposta de Planificação Linguística na Galiza. Tese reintegracionista», in FUNDACIÓN LABACA 1984: 49-153.

GIL HERNÁNDEZ, A.P. (1996), Silêncio ergueito. Apontamentos sociopolíticos sobre questões aparentemente idiomáticas (Infelizmente certificados apenas dez anos depois), Sada Eds. do Castro.

GIL HERNÁNDEZ, A.P. (2008), «Uma análise dos “princípios” e “esixencias” a fundarem as Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego», in CARVALHO, A. M.^a (ed.) 2008: 359-384.

IGLESIAS, M.^a A. (2007), Maestros de la República. Los otros santos, los otros mártires, 11.^a ed., Madrid, La Esfera de los Libros.

KREMER, D.-LORENZO, R. editores (1982), Tradición, actualidad e futuro do galego. Atas do Colóquio de Tréveris (1980), Santiago de Compostela, Consellería de Cultura.

5. ARTUR ALONSO NOVELHE

Biodados não enviados

UM NOVO OLHAR SOBRE POESIA GALEGA. Breve estudo comparado do poeta galego contemporâneo Carlos Quiroga Artur Alonso Novelhe, CLUBE DOS POETAS VIVOS

Desde os primeiros povoadores de estas Atlânticas terras, passando pela poesia medieval, os séculos escuros, ressurgimento, e mais tarde o modernismo e a poesia contemporânea, a alma galega tem inserido no centro um extenso jorrar de múltiplas experiências, emoções e formas de vida. Tendo como fio condutor estes fatos, este estudo pretende dar a luz a traves dos escritos de três novas figuras da poesia galega escrita inteiramente em português, as novas perspetivas e retos de uma cultura que luta por não morrer e a mesmo tempo vivenciar uma realidade que tão própria como universal: seu direito a pertencer ao mundo da Lusofonia, do qual sem dúvida é ator principal.

“Uma cultura – como a democracia - não é um feito, senão um processo; não é um sistema estático, senão uma estrutura dinâmica que se produz e reproduz, em constantes processos dinâmicos de estruturação e desestruturação, ao longo do tempo histórico” (*Xosé Manuel Beiras – Jornal “Galicia Hoxe”, 17/08/2008*)

10. INTRODUÇÃO

A poesia galega desde o início documentado pelas cantigas medievais, tempo no que constitui um dos referentes da literatura europeia da época com nomes tão resenhados como: Meendinho, Martim Codax, D. Dinis, Arias Paez, João de Requeixo, Afonso O Sábio, e outros, passando pelos séculos escuros onde a poesia ficou resguarda de maneira popular, trás a conhecida “Doma e Castração do Reino da Galiza”, tornando-se numa variedade de cantares rimados de diversa forma, e que preenchiam de algum modo as necessidades lúdico festivas da comunidade, ou bem os trabalhos a realizar num entorno puramente rural onde aparecem os Cancioneiros de Ruada, de Desafios, de Lugares, mesmo de Maldizer (excetuando algum escrito destacável como o “Pranto de Fonseca”, anónimo, etc.); passara mais tarde a obter de novo a luz e o lugar que lhe foram próprios no chamado “Rexurdimento” com nomes ilustres que tornam sua consciência espelho do sofrimento e adormecimento dum povo, obrigado a viver de costas a sua história e a sua identidade. Rosalía de Castro, Eduardo Pondal, Curros Enríquez, Aurélio Aguirre, e outros conseguem de novo situar a Galiza no mapa literário que lhe é próprio, mas ainda ficando difuso internacionalmente pela pressão derivada de um centralismo unificador, contrario a toda diferencia e riqueza plural, que associado à falta dum marco nacional referencial, impede a difusão adequada de uma literatura de tão alto valor moral e qualidade.

Este novo nexos criado pelo “Rexurdimento”, após um período de descimento, veiculará a chegada do século XX, e infringirá ainda maior força aos novos vultos da, por assim dizer, épica galega corajosamente trabalhada ao longo dos séculos.

Antonio Noriega Varela aportara a estes inícios de século a proximidade do saudosismo português, para logo Ramón Cabanillas influenciado pela corrente modernista acometer a mudança necessária que levava a lírica galega a pesquisar outros horizontes; mas será a partir de 1916 com a fundação das “Irmandades da Fala” que a literatura galega renasceria novamente, pois as próprias Irmandades preocupar-se vão de estender sua influência por todo o país, dando-lhe a vez um impulso vital a literatura como motor transmissor e gerador de dinâmicas tanto políticas como de pensamento. De aí seguindo uma evolução muito lógica aparece em 1920 a importante Revista Nos, onde figuras tão destacadas como Vicente Risco, Otero Pedrayo e Castelao abrem o broto dum universo cultural tão ativo que vai permear as inquietudes de toda a intelectualidade. E no ano 1923 surge o “Seminário de Estudos Galegos” onde futuros poetas como Carvalho Calero o Xosé Filgueira Valverde vão deitar os seus esforços com o intuito de conseguir que este foro se converta na Universidade em língua galega, da qual a nação carece.

A poesia se alimentará também de este nutriente com assombroso vigor e é neste contexto que Noriega Varela inicia o seu “paisagismo humanista” ou aquele em que Cabanillas desborda a sua verba torrencial que emana das águas doces subterrâneas da mítica Rosalía, do amado Curros e o heráldico Pondal. Da mão de estes e outros autores também entrará como janela aberta ao impossível o Esoterismo, a filosofia oriental, e mesmo os escritos de Nietzsche neste recanto do Nordeste Peninsular afastado do mundo. Porém escuros anos se aproximarão neste florescer do momento, neste percurso pelo que iminentes promessas sulcarão forçosamente a terrível travessia da Guerra Civil Espanhola, e o martírio de milheiros de homens e mulheres que alumiamavam um futuro promissório para uma Galiza com um maior e mais certo conhecimento de si mesma.

Parte da vitalidade galega marcha para exílio e ilustres como Eduardo Blanco Amor começam a editar revistas, livros e diverso tipo de impressões, com o ânimo de alicerçar uma cultura ameaçada no interior pelo regime fascista. Nem a longínqua ubiquação, nem as dificuldades editoriais, nem a procura dum público escasso, fazem desistir no seu propósito a estes lutadores pela essência que todo povo precisa preservar, e esta mesma situação importara essas carências e teimas a seus poemas mais profundos, dando a esta literatura do exílio um caráter peculiar.

Luis Seoane e Emilio Pita, dinamizam a poesia social, Lorenzo Varela reedita a visão gloriosa dum passado que o centralismo espanhol apagou. Eles darão argumentos ao exílio interior para acometer novos retos que a sobrevivência da poesia galega terá de sortear da mão de Celso Emilio Ferreiro que desenha no título de seu livro “Longa Noite de Pedra” o epitáfio histórico para um período escuro que assim se passará comumente a denominar para a Galiza mais conseqüente do seu estatuto e lugar. Sendo com Xosé M^a Alvarez Blazquez, de novo Ricardo Carvalho Calero e outros que a ideia milenar dum sonho galego não morre, e o relevo tímido mais esperançado vai chegando a Bernardino Graña, Manuel M^a, Mendez Ferrín...como filhos prediletos duma nova geração com muitas mais possibilidades, mais alternativas e maior espeda, entre outras as de publicar seus trabalhos, desde 1950,

importante ano da fundação da Editorial Galáxia. A partir dos anos 60 se começa a ganhar um lugar social ainda que cativo dinamizado e catalisador, mas que será promissório de uma determinada orientação que acompanhará a literatura em língua galega até os nossos dias.

Depois o Estatuto de Autonomia do ano 1980 e da Normativa Ortográfica do idioma galego, desenrolada pelo Decreto de Normativización da Língua Galega de 17 de novembro de 1982, e a seguir pela Lei de Normalización Lingüística de 15 de junho de 1983, abrirá e consolidará um debate sobre o modelo mais idóneo e efetivo de desenvolvimento da língua galega, pois nesse mesmo ano a Associação Galega da Língua publica o seu “Estudo Crítico das Normas Ortográficas e Morfológicas do idioma galego”, que contradiz as teses, já oficiais, chamadas de “isolacionistas”, por um modelo paralelo que prime por um achegamento aos modelos oficiais dos países de falas irmãs e ao mesmo tempo um papel mais relevante no cenário internacional da língua da Galiza. Por este caminho surge em 1986 a “Comissão para a integração da língua de Galiza no Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro”, durante um encontro dos PALOP, decorrido no Rio de Janeiro.

Com este panorama também a poesia galega fica definitivamente inserida neste debate, entre os defensores de uma e outra normativa, decorrendo do mesmo confronto um desigual resultado prático: pois enquanto aqueles autores que se situam no âmbito da normativa oficial contam com o apoio governamental e administrativo, as editoras mais prestigiosas, assim como uma melhor cobertura comunicativa, os autores que optam pelo caminho da reintegração vem-se na realidade menosprezados no seu trabalho e que fazer diário, por falta de um apoio efetivo das Instituições, ao mesmo tempo que editorial, logrando de algum jeito ancorar a este coletivo numa clandestinidade, que precisa de elementos inventivos e novas resoluções para poder dar a luz a sua criatividade.

11. OBJETIVO

Precisamente este trabalho pretende desde uma ótica, o mais desapaixonado possível, aderir à parcialidade, e demonstrar que a nova poesia galega veiculada em português, e dizer no galego internacional, têm uma vitalidade e energias próprias emergentes precisamente de essa especial característica de viver ao transluz da clandestinidade oficiosa, remando em contra de ventos não propícios, e mares muito fundas; que preserva um fio condutor sobre a mesma, lhe dá as asas libertárias que confere a falta de tutela e lhe brinda uma oportunidade única de interagir com o mundo irmão que a rodeia criando laços que repercutem em uma corrente contínua, que voga em variadas direções e proporciona uma experiência e intercâmbio que lhe assentam uma qualidade constatada nos seus fazer artístico.

Baseando este pequeno estudo, que com o tempo se acrescentará e enriquecerá com novas pesquisas, novas procuras e novos autores; em um dos autores galegos que o meu modo ver mais tende a influenciar as gerações futuras, resumiremos baixo uma análise detalhada, aqueles elementos que desde a minha perspectiva são fundamentais para dar a conhecer uma das líricas mais inovadoras que a literatura galega tem gerado em anos: a poesia galega na sua variante ortográfica de galego universal é dizer em português. Desenrolando um primeiro contacto com o autor contemporâneo, que desde a minha ótica, tem exprimido da forma mais volumosa e diversa as características de qualidade e universalidade, tentaremos em sucessivos estudos desvelar a riqueza dos diversos autores que, a dia de hoje, formam parte de estas novas gerações de poetas que sem dúvida há de dar literatura galega um novo pulo, uma nova visão e uma maior presença no plano internacional do qual a literatura galega injustamente, tem ficado afastada, por motivos referenciais periféricos dentro do Estado Espanhol.

Um novo olhar é precisamente uma nova focagem, uma nova situação no plano, uma nova iluminação e observação do mundo que, desde a minha perspectiva, fornece a poesia galega em português um enriquecimento nacional e universal, como parte do acervo global que cada povo aporta à humanidade. Deitar luz sobre este fato, que por falta de eco inato à situação de confronto linguístico que hoje se está a viver na Galiza, é sem dúvida o motivo primórdio de este pequeno trabalho, a expandir-se em anos sucessivos, que hoje por falta de tempo e a delimitação consequente a um colóquio no que tantos outros trabalhos serão redigidos, fica pelo momento como um pequeno bocejo de esta pujante realidade.

PONTO 1: Entorno Atual

A) Marco referencial

Chegados a este ponto é necessário refletir sobre o rico legado histórico da nossa nação, sobre a diversidade universal do conhecimento que por diversas vias chegou até as nossas costas e que de uma ou outra forma tem influenciado neste primeiro poeta objeto de estudo.

Ainda sendo a poesia um género minoritário sofre de por si com mais rudeza estes embates: Um por ser parte do mundo ocidental interconetado, dois porque estas dinâmicas afetam a maioria pelo resultado da sua literatura estar obrigada a viver de costas ao mundo cultural que por tradição pertence, cortando-lhe uma janela para o mundo e uma capacidade natural de expandirem-se, três porque dentro do mundo Hispano no que é obrigada a instaurar-se não tem consistência na língua vernácula, nem tem peso específico que devidamente a possa afinal situar, nem por mérito de uma adequada política de aproximação pode desenvolver um papel mediante decência; ao ser considerada esta literatura, dentro do seu próprio Estado, de periférica e residual. Ainda no caso muito custoso de uma promoção adequada, a traves de diversas traduções, para consumo no interior do mercado Espanhol, a quota de mercado reservada a mesma é tão cativa, que mudar esta realidade em médio prazo considerar-se ia muito elevada, e fora de lugar.

A tudo isto tem de acrescentar a realidade das redes culturais galegas, que devido em parte a uma necessidade Institucional de criar cabida a uma literatura galega minorada na sua pátria de origem e em mérito de uma luta desigual com o concorrente literário castelhano mais poderoso, e este sim assente numa cultura hispana global; tem optado pelo registo fácil de produzir sem medir, devido, por outra banda também ao oportunismo editorial desejoso de não deixar escapar fundos fornecidos pela Administração Autonómica, e somado ao desejo de certas áreas de influência desejosas de uma rápida solução, nem sempre os produtos apresentados reúnem a qualidade e pujança necessária para sua comercialização: grão parte de essa literatura fica esquecida nas estantes das bibliotecas municipais ou bem é lida graças a ter um acesso a ensino primário ou secundário, do que a literatura no português da Galiza (a partir de agora falaremos em galego reintegrado) carece.

Sendo assim, de este jeito os critérios a seguir, a literatura veiculada em reintegrado vive na procura contínua de difusão e distribuição, que a miúdo, lhe afasta dum público mais amplo, que de a conhecer, sem mediar prejuízos falsamente estabelecidos, poderia valorizar com melhor conhecimento e maior rigor, a capacidade da mesma. Muitas vezes estes e outros aspetos tem sido uma trava para impulsionar a leitura e hábitos culturais circundantes num espetro artístico mais amplo, com denominação galega na essência.

Por outro lado a Normativa Ortográfica Oficial a dia de hoje, fecha um importante espaço de difusão internacional, que obriga aos autores com mais sucesso, a difundir a sua obra pelo contínuo cultural hispano, gerando interações que a miúdo desembocam em perpetuar um subsídio linguístico, no que o galego é concebido como uma língua para relacionar-se no âmbito familiar, e o castelhano a língua franca com que não só relacionar-se no mundo, senão nos círculos mais cultos e amplos do espetro social mais elevado. O caso de alguns de estes autores passarem a desempenhar trabalhos em castelhano para jornais de difusão estatal ou internacional, ou bem empreender um novo caminho criativo elaborado integralmente a partir do castelhano, mostra até que ponto a normativa oficial desenha um marco muito reduzido para salvaguardar a saúde de uma língua integrada num processo de sinergias e interações globais. Além temos de verificar o já mencionado trabalho em condições de quase clandestinidade que marcam com estes e outros aspetos a matriz social na que na atualidade lidam os criadores poéticos que tem escolhido esta senda reintegracionista, no meu entender mais adequado para escrita galega, numa vertente universal mais enriquecedora e fornecedora de mais capacidades para a nossa língua.

Neste contexto vamos observar, a travessa da voz dum escritor comprometido com seu tempo e a sua realidade, alguma das diferentes estratégias que o referenciado reintegracionismo procura, como movimento, para viver seu sonho criativo e dar a ver seu íntimo pensamento arquitetado acima dum constante mudança de práxis e estilo.

B) Estratégias para a Sobrevivência

Acredito que ser um escritor em galego reintegrado na Galiza, não é fácil, senão mais vem impossível, ou, no melhor dos casos, muito difícil.

Diz Carvalho Calero: “*Uma manifestação deste estatismo levou e leva ao mundo oficial ao menosprezo do que nasce, ergue e bole à sua margem*” (Ricardo Carvalho Calero, “Uma Voz na Galiza”. Sotelo Blanco Edicions, 1992.)

Aqui um nexos comum a todos os autores que lutam contra corrente: a fé no seu trabalho, a fé nas mudanças, nos processos lógicos de desenrolo.

“... Porque de um jeito revolucionário ou de um modo evolutivo, as estruturas caducas cedem às novas forças representativas da necessidade de câmbio, as quais acabam por calhar em novas estruturas”... “... O que ontem era revolucionário é hoje reacionário” (Carvalho Calero, “Uma Voz na Galiza”, Sotelo Blanco Ed. 1992).

Outra forma de ressarcimento é a valorização dentro do entorno: “A literatura é assim valorizada como uma atividade numa sociedade” (Joel Gómez, Atas del VII Congresso Internacional de Sociedade Española de didáctica de la Lengua y la Literatura. Tom. 1. pág.325).

Mas também a literatura é valorizada desde a ótica da solidariedade, e o entorno imediato exerce também a função solidária de reconhecimento e apoio em meio, do que ele considera, como uma injustiça injustificável.

A ilusão no sentido da resistência. A frescura da inocência que ainda é capaz de manter o poeta, como dizia Goethe: “A poesia é um estado de infância que se conserva”.

A capacidade de desenvolvimento de alternativas certas. Os movimentos sociais que tem o galego reintegrado como pilar primórdio se têm multiplicado na Galiza, ainda que uma escala cativa esteja a servir de áudios onde a poesia galega nesta normativa tem uma voz presente, nem sempre oferecem o espaço necessário nem a necessária difusão para tornar apreciável um movimento de tanta qualidade, mas pelo menos alentam, dão um pulo alternativo ao silêncio oficioso que a rodeia. Revistas com mais tradição como AGALIA, jornais mais recentes como NOVAS DA GALIZA, além de uma produção alternativa de pequenas folhas culturais, vizinhos ou com ajudas de câmaras municipais, etc., são órgãos adequados à expressão de uma literatura que também deseja chegar a ser conhecida a nível popular.

C) O relacionamento com exterior.

Uma das grandes vantagens da norma reintegracionista é a projeção exterior dos seus autores, no entanto, criar redes fora da Galiza tem sido um trabalho muito difícil levado a cabo durante décadas desde o ilustre poeta Guerra da Cal, até os mais novos autores. Só nos últimos anos podemos contar já com uma estrutura assente que começa a dar frutos, mas que tem de ser muito mais entusiasta e melhorada, com profunda vontade por parte de ambos os parceiros para seguir na senda correta de um relançamento da cultura galega no âmbito lusófono.

As novas tecnologias também tem deixado notar o seu efeito, e internet se tem transformado numa arma de difusão que penetra imediatamente, sendo construtora experimental da arte galega nos países irmãos, da mesma fala. Porém é preciso ainda criar redes de difusão editorial que permitam a chegada de livros galegos com possibilidade de venda, primando a ligação direta, ao caminho que passa pelos marcos estabelecidos que em nada favorecem a difusão do intercâmbio entre a arte Galego e o dos seus sócios linguísticos Primar dentro do mundo luso aos autores reintegracionistas não só é uma maneira lógica e coerente de agir, senão que o único modo de fomentar um renascimento cultural dentro da Galiza que ajude a veicular energias de aproximação do país no seu conjunto ao mundo da Lusofonia.

PONTO 2: CARACTERÍSTICAS COMUNS DA POESIA GALEGA EM PORTUGUÊS

Unidade Ortográfica

Uso de uma ortografia comum, com algumas divergências produto duma forma mais achegada ou menos ao português. Em este momento eu advogaria ainda ao risco de levantar mais polémica, por uma subscrição de todo o movimento literário ao Novo Acordo Ortográfico Luso – Brasileiro, por ser a meu modo de ver um cerne da necessária unidade que um mundo global reclama para vigorar e otimizar recursos.

Peso Histórico

De forma contraditória e diferente a história do país e o desenrola próprio do género literário tem influenciado os poetas e ao poeta motivo de este estudo, mas este peso joga ser um fato essencial em todos eles por serem a Galiza, em palavras do escritor José Craveirinha: “um país que ainda não existe:

O sentido de Pertença

Um fio emotivo que se desenrola com transfundo diverso dentro de cada autor, que tem mais a ver com seu desenvolvimento humano, experimental e de percurso vital, e que assimilado de diversa forma esta presente no pensamento poético, do momento, como um nexos, uma raiz, com essa pátria amada, que desde o exílio interior ainda se vislumbra ao longe.

A originalidade

Que da firmeza a sua obra, que cada autor manifesta com uma plasticidade única, sua, uma oralidade nova, uma marca referencial propicia as leituras e instintos evolutivos de cada um, de cada uma, mas sendo marcado elemento de todo o mundo reintegrador.

A qualidade

Cada um com seu volume de obra, mas todos e todas com uma evolução que os vai assentando degrau a degrau na escada de valores, que elas, eles constroem, afirmando essa vocação que o espírito humano guarnece desde tempos imemoriais, para dar expressão a esse universo vital com um domínio técnico e estilístico muito aceitável.

A Versatilidade

Géneros diversos, estilos diferentes, capacidade para abranger muito espectro literário, mais um comum poético desenrolado em todos os textos vem sejam este prosa, relatos, contos, artigos, ensaios, poesia e suas variantes...fornece ao conjunto de um elo primário, que embala e engrandece seus escritos.

A Humanidade

Sentimento expressado como corresponde a cada autor, dentro da sua variante, mas inserido em toda a obra, como um todo que reflete em múltiplas direções: interação com médio, busca interior, relacionamento entre os seres...

A dignidade

Expressada através de um compromisso que não se compra nem se vende, que permanece fiel a seu enfoque e visão primogénita, como firme propósito de mudar uma realidade na que não se reconhecem e a aspiram a transformar por médio da palavra.

A Expressividade

Capazes de criar uma oratória que flui do espírito, do centro da sua alma, e enlaça com tradição de flexibilidade argumental que plasmam os seus escritos, herança do rico passado lírico que se aflorou como um rio na sua pátria de origem.

3.- O Autor: Carlos Quiroga

3.1. Análise da Trajetória

Carlos Quiroga foi diretor da Revista Galega de Criação O Mono da Tinta (1987-1991) e Professor de Língua e Literatura Galegas no Ensino Secundário. Foi também Chefe do primeiro Departamento de Português em E.O.I. (Escola de Línguas) na Galiza. Foi bolsheiro de investigação da Fundação Calouste Gulbenkian (1991-1992), bolsheiro do ICALP, atual Instituto Camões (1992-1993), e prémio extraordinário de doutoramento. Atualmente é professor titular de literaturas lusófonas na Universidade de Santiago e Diretor de Redação da Revista AGALIA, (Wikipédia, A Enciclopédia Livre)

Desde os seus primeiros poemas até aos mais recentes, um fio condutor navega, como si tal vez o poeta tivesse tido sempre madura a semente inata do processo criador bem assente, como si desde o germe, início da sua poesia até o broto mais trabalhado duma colheita mais estimulada, simplesmente tiveram como diferença isso: um acrescentar maior solvência realizadora, maior experiência a hora de realizar, maiores recursos para com acerto construir, um léxico melhorado fruto do mesmo evoluir, lento, pausado. Mas surpreendentemente desde o primitivo verso ao verso que ainda deve estar a eclodir, a presença essencial de que todo estava preparado desde um início, nos interroga.

Este é o trajeto a percorrer: uma escrita que tem vida própria, desenrolada a partir dum caminho inicial que o autor percorre com a própria obra, dialogando consigo, com ela, fazendo madurar desde a sua maturidade, assomando uma relação muito clara com o mundo “surrealista”, a as intimas influencias de autores como Alexandre O’Neill, ou Mário Cesariny, até outros afluentes que não encharcam a sua poesia de águas muito diversas

3.2. A criação como arte

- Ler Carlos Quiroga é abrir a mente a um mundo polivalente, onde real e fictício unem suas formas, a certeza e incerteza vão de mãos dadas pela senda dum mundo onírico formado desde as profundezas do eu, desde as margens do desespero até os submundos da solidão, e o fluir da luz da esperança.

A dúvida é uma constante e a sensação como se caminhássemos por ruas não asfaltadas, por um chão que treme e não tem consistência, nos obriga a olhar de esguelha, a rever as formas uma e outra vez, sendo parte de um todo que se constrói e deforma, com diversas manifestações de um origem comum: O uno e sua diversidade.

- O poema não se acomoda, o tempo se assume na lenta perspectiva de múltiplas possibilidades, probabilidades: “ *O que aqui será dito assenta no pressuposto de que todo e qualquer processo educativo não se esgota em si próprio nem tem a si mesmo como finalidade*” (Leonor Santos / Ana I. Andrade. “Competência plurilíngue, Competência de autoaprendizagem e intercompreensão”. Universidade de Aveiro)

A aprendizagem que não se esgota tem esse valor nos textos de este autor. Ele sabe que: “...*Qualquer conclusão experimental pode ser questionada ou mais frequentemente ignorada*” (José Manuel C, Belo “Ensinar a Língua ou Ensinar sobre Língua”. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), por isso na sua linguagem todo o lugar experimental dos diferentes planos em que se encontra o ser com a realidade, deve ser exposto: “*Escrevo para mim sem querer que me leiam. Como quem remexe nas vísceras do corpo que arrasto por meus nos anos dados para entender para que nos deram*” (De Gong. “Passagem”, pág. 59. Fundação Artabria, ed. Ferrol, 1999.)

A falta de vírgulas e outros sinos de pontuação revelam esse universo de leituras paralelas que o autor nos deixa adrede para convergir com alma de quem lê, escuta, inicia com ele essa aprendizagem.

- Uso de jogos gramaticais, morfológicos e de sintaxe, dão profundidade, focagens múltiplas sobre o ser desde o interior, ou desde o exterior: podem provocar asfixia: “às vezes sinto-me encerrado num templo mais vasto que os templos nepalis”. Atingir o místico ser: “*Comecei a viver com a suspeita de levar o sacerdote dentro, e de ser o seu designo errado*” (Gong. Oriental 2. pág. 57) para duvidar se tal vez a palavra dada ou herdada não contem em sim a semente do erro.

“A final chegar é voltar do Cabo Nom era tentar apenas o domínio do comércio do ouro na sua própria origem. Afinal ouro. E eu que queria olvidar-me do ansiado metal, guardar apenas o símbolo da lenda”. (*O Regresso a Arder – viagem ao Cabo Nom / 3. AGAL & Quase Editora, 2005*)

- Marca a interseção entre o mito e a realidade. Os sonhos dos homens são justapostos a suas necessidades de domínio, a realidade do Império que invade as parcelas humanas, destrói a ilusão, constrói sendas para rumos novos pelos que a força há que trilhar. Pelos que avança a história.

3.3. Elementos de influência

Contra a esperança que para o poeta Rupert Brooke (morto na campanha de Gallipoli na Iª Grande Guerra) representava a contenda como renovação espiritual; para Quiroga o confronto entre a velha Galiza, encalhada na negação de si, e a nova Galiza por construir, tem um significado de reencontro como povo, e a vez uma distância marcada por uma atitude mais cética, que lembra o Charles Sorley (também participante na Iª Guerra Mundial), desiludido e consciente das consequências Como ele, Quiroga se torna consciente dos danos e sofrimentos inevitáveis em todo combate. Mostra as fases claras de adormecimento narcótico a que o poder submete as sociedades na procura de uma maior manobra para levar adiante seu projeto ate o fim: “*Moro num palácio maravilhoso para te acolher de nunca partires, ali tenho um espelho mágico para do palácio num relance nos vemos nós e todas as terras, império simbólico de sonho onde nom existem pobres, nem ladrões, nem assassinos, nom existem aventos, nom existe gente falsa, lisonjeira*” (Regresso a Arder, pág. 17. Edições Quasi & ed. Laiovento, 2002). Maldizendo a vez a falta de lógica para pela qual o conflito encoberto não explora, como única saída para apaziguar a trovoadas, sentir a chuva em forma de chuva, enfrentar o que seja preciso para abandonar a falsa ilusão, e ao mesmo tempo o temor a batalha inevitável: “*Cuspidores de fogo e malabaristas, acrobacias de encantadores, discussões resolvidas na ponta da espada, tudo isso já quase inexistente salvo para os turistas*”. Contrastando a realidade hipnotizada, e refugiando-se o ser na negação de si mesmo, na realização de si mesmo no espaço da vivência: “*A minha e nossa aventura é a nossa e a minha desde a ilha da terra simbólica*”. *Reclama como a literatura contemporânea de princípios de século uma nova moral, uma nova ética, para deitar a mascara e descobrir a verdade sepultada. Assumindo, sem embargo, as contradições atuais entre o progresso tecnológico e controle político e económico* “*Aprende a perpetuar as pestes*” (O Regresso a Arder. Santiago de Compostela, 2005). “*No século XXI o gz da Europa entra com peste e fundos FEDER. E nós estamos agora no centro de esse mundo, apestado, a mortandade arrasa os amigos, o país vai ficando deserto*”. (O Regresso a Arder)

A influência da filosofia oriental, desde poesia taoista a zen, conjugada com a psique surrealista, herdada em parte do grande movimento português, que afunda no inconsciente Quirogano, dotando de um significado esperançado aquele que sabe aguardar, sabe da renovação do ciclo da vida, confia no poder transformador que ainda lhe resta ao sonho e a palavra, como relatam estes versos: “*mas apesar de o ar apodrecerem feixes de caules vulcânicos os nossos desejos eles ainda sustentam os mundos*”

Contempla o mundo desde a advertência de Huxley em 1932, no “Maravilhoso Mundo Novo”, e a frustração conseqüente de quem se achega à iluminação, entende e tenta assimilar o que fica por trás do cenário:

“e anda dentro em volta um tormento denso misterioso por insondável e nom visível onde só empedernida a dor poderia caber”

Como T.S. Elliot, cultiva versos não portadores de falsos sonhos e triviais escapismos, senão de emoções arriscadas e despertadas pelo tempo que a um lhe toca viver: “*Nada do que se espera se vir iguala aquilo esperado quando há desejo em alvoroço e se cifra na esperança firme à alegria toda*” (O regresso a arder). Misturando esta realidade com o mundo onírico do que forma parte outra realidade escondida no recôndito da insinuação, do inconsciente que atua a par.

3.4. Campo criativo

- Desenvolve uma linguagem própria, um modelo adequado para navegar pelo mundo que cria e recria. É um guia, um druida, o homem que não procura modelos. Toma emprestado o conhecimento das fontes onde bebeu, se abre a novos mares, lugares comuns que ele fabrica na consciência e no inconsciente.

A genialidade de Quiroga reflexa uma aposta pessimista como a de Gerhart Hauptman em “Os tecedores” (“Die Weber”, 1892), mas paralelamente refrescada por um simbolismo novo na composição: distinto cenário, no que converge a linguagem neossurrealista, um relevo às vezes Kafkiano, com Santiago de Compostela no lugar que o checo dera a Praga, e vozes que surgem do fundo moral, nesse termo corretor rememorado do “Reino de Deus esta dentro de Si” do Tolstoi mais pedagogo, didático e filosófico.

Kafka, segundo testemunho de seu amigo Gustav Janovch: “*leia nas paredes das casas velhas a história da sua cidade*”, Quiroga segundo expressa ele mesmo, o faz na chuva que elas mesmas derramam: “*há lugares miragem/onde a pedra é de água/ e proliferam algas nas paredes*”, (De Regresso a Arder. Quasi Edições & AGAL, abril 2005) a espera da transformação em húmus.

3.5. As raízes

- Com Carlos Quiroga se inicia a meu modo de ver um novo modelo, desenrolo lógico da riqueza cultural a que a literatura galega tem em lógica evoluído, tomando emprestado um rico acervo cultural Ocidental e deixando fendas abertas para penetração da não menos importante e rica visão do universo criativo Oriental, mesmo as narrativas americanas, e a recolha da oralidade nativa das múltiplas regiões do mundo; e que em uma ou outra medida tem penetrado em ele para enriquecê-lo: como poeta e ser.

Este novo movimento que eu humildemente denominaria de “**Novo Espiritualismo Galego**”, tem inicio, a meu entender, no mesmo Carlos Quiroga, avançando, em parte graças a mesma influência de este autor, a autores que prosseguirão neste estudo, é que pronto, espero serão novas realidades do panorama literário galego, como Concha Rousia, Paula San Vicente, Belém de Andrade e outros...

Mas até que ponto influencia a poesia galega o que fazer dum Quiroga contemporâneo e vanguardista?

Em 1928, Manuel António, publica seu único livro de poemas “Catro por Catro”. Este temário quebra o modelo tradicionalista e ruralista da poesia galega, marcando um antes e um depois na literatura do país. Poemas escritos por Manuel António entre 1926 e 1927, embarcado no “Constantino Candeira”, descrevem uma viagem a nenhures. Marcando a distância que se instala entre os dois autores, liberada a poesia de Quiroga do léxico marinheiro de Manuel António, as Viagens por vários volumes “ao Cabo do Nom”, são em grande medida o regresso vanguardista de uma ida a nenhures; recolhendo essa viagem ao incerto de Manuel António, para o retorno continuo a nenhum porto da travessia quirogana.

“escancarado na duna o sol/ derrete-me a alma em sal/ som uma barca de areia/ que só pode sonhar o mar”. (*A Espera Crepuscular. Viagem ao Cabo Nom/1, pág. 61*)

O hilozoísmo, segundo Carvalho Calero, que denomina a escola pontevedresa como “Neorromântica”, essa escola rural que homenageia os pequenos espaços, as cousas ínfimas, cujo máximo representante foi Luís Amado Carballo, em uma primeira focagem pareceria contraria a nova poesia de Quiroga, mas esta também acede ao mundo próximo, urbano tal vez, mas rural em substrato. Tomando forte presença nela os aromas dos objetos, as

coisas ínfimas que brotam do imaterial ao material, os pequenos espaços: “*Fum. O espaço do gabinete retangular. A luz do flexo um alvo cogumelo sobre a mesa atravessada no meio do lado a lado. Quase ocupando todo. Ela atrás dela, levantado os olhos quando abrim a porta entreaberta*” (Gong, Fundação Artabria, Ferrol 1999. pág., 50)

Lirismo na natureza. Como em Luís Seoane, poeta no que se marca a ausência da anedota, onde o poeta e a natureza se encontram sós. A ausência da anedota, se afirma de outra maneira em Carlos Quiroga, porem não estando tão longe como em aparência da poesia de Seoane, afirmando-se em muitos versos a solidão do poeta frente a uma paisagem própria por ele mesmo recriada, onde a anedota fica apagada para dar passo a fundo criador que através da palavra se recreia: “*Somos em pedra no gesto que agora exibimos e temos o tamanho do tanque. O nosso gaguejo impercetível balança no ar e na queda vai esmagar todo o tanque, splash. Na consciência do tanque vai-se instar todo o peso da pedra*”. A imagem se desenrola por ela mesma, mas perde notoriedade, volta-se fundo: névoa, de onde surge com luz o inquietante mundo filosófico que acompanha esta anedota, suprimida pela força de essa incógnita luz.

Do Celso Emílio, fundamental da “Longa Noite de Pedra”, onde a temática de miséria social das classes trabalhadoras, a emigração, a opressão política, mesmo a ânsia de liberdade permeiam para a linguagem de Quiroga, não com a clareza direta do bate de Cela Nova, mas com a mesma riqueza de símbolos: “*Às vezes da pena ser comportadinho em sociedade, padecer por dentro a imbecilidade, passar por esses magnos lugares de faustos culturais compostelanos para ver capítulos, fogos artificiais a preencher vazios*”. “*Nom vomitei porque havia um canto discreto para adormecer engolindo saliva, palavras, calando a boca que raramente está legitimada e nunca no lugar certo*” (O Regresso a Arder. AGAL & Quasi ed., 2005, pág. 115) Mensagem política adequada aos novos tempos, transfundo social de novas realidades.

Vive Quiroga, como todo o reintegracionismo, no mundo das dificuldades editoriais, da extraterritorialidade que lembra a geração das Irmandades da fala. Tem como eles o exílio interior, às vezes gostaria ter como alguns deles, mais tarde, o exílio exterior. E como eles ser predecessor da Galiza que se avizinha.

3.5. As Imagens como Presença Viva. Lembrança, raiz do ser.

Desde a paisagem Atlântica que se insinua na sua obra: “10:01 horas da manha de um abril cinzento que ameaça chuva” (De Regresso a Arder, pág. 135), ao local comum onde o observador observa, misturado com os símbolos estereotipados: “*Há uma mulher jovem na esquina da Reitoria ao Obradoiro, recolocando os seus pequenos botafumeiros de prata fingida para vender aos turistas, e o polícia velho de cabelo todo branco, que deve levar anos naquela esquina*”...

As realidades que convergem com uma evolução coletiva peculiar: “*a nossa língua é cristal e metal, é pessoal e social, / a nossa língua é dental e dorsal, é ducal e gremial/ a nossa língua é mineral, passional, / e matéria espiritual, helicoidal, espiral*”... Sendo aqui a língua a essência e ao mesmo tempo o fluxo onde os caminhos viram encruzilhados. Raiz ao cabo como elemento condutor e raiz ao fim como elemento transformador que a pode salvar, e se ressalta na imagem que fica aderida a nossa psique.

3.6. A GENIALIDADE

“Um doado comercio entre velho e novo. / A palavra comum exata sem vulgaridade,
a palavra formal precisa mas não pedante. /O completo tudo dançando em conjunto”

Assim a poesia de Quiroga parece responde a essa precisão, essa noção que T.S. Elliot tem do fazer poético, e que expressa de forma clara em estes versos. Também levanta o nosso autor sobre sim mesmo o objetivo, que foi tão intenso e preocupante na poesia de Cernuda: *como habitar a poética a solidão do ser? “como llenarte soledad, si no contigo misma?”*. O nosso poeta resolve este mistério enchendo a poesia de ela mesma, afrontando a solidão como mundo imaterial que devem a matéria através do processo criador, conduzindo-se pelas suas próprias réguas. Como Pessoa esta nova poesia vanguarda planeja questões iniludíveis, questões que afetam ao princípio do pensamento no seu cerne. Pessoa é o filósofo da poesia, Quiroga retoma o impulso pessoano e inscreve seu mundo paradoxal em similares coordenadas. A genialidade do autor emana pois de ser esponja dos influxos que vem de tempos passados, de absorver em si, de certa forma, o conhecimento essencial de anteriores movimentos de vanguarda, tanto do mundo galego e português, como Europeu e universal; e com esse acervo saber dar consistência a uma nova forma de pensar, conhecedora do ser mas enraizada na alma, essa nova forma de fazer poesia, que encarna e forma o primeiro degrau da nova poesia espiritual, veiculada em português, que esta a nascer na Galiza.

4. BIBLIOGRAFIA ESTUDO: “UM NOVO OLHAR SOBRE A POESIA GALEGA”

Historia Universal de la Literatura, - Ediciones Orbis, S.A., 1.990.-
Forjadores del Mundo Moderno, - Biografías Ganmdesa, México D.F., 1960. -
Atas del VIII Congres Internacional de la Sdad. Española de Dialética de la Lengua y La Literatura. Tomos I y II. (Compostela, 29/11/2002)
Literatura Século XX, (M^a Victoria Moreno e Xesús Rábade. ed. Galáxia, 1995)
Letras Galegas, - Ricardo Carvalho Calero, AGAL ed. 1995.-
Uma Voz na Galiza, - Ricardo Carvalho Calero, AGAL ed. 1984.-
Comentários de Textos Literários, - Alhena Ediciones, S.A. 1986. -
As regras da Arte – Gênese e Estrutura do Campo Literário, - Pierre Bourdieu. ed. Presença, 1996. -
As Bandeiras do Corsário, Sobre poesia e poetas (Ramón Fonte, ED. Nigra, SL, ISBN: 84-87009-44-3)
Folla Brica. Poesia Galega Completa, - Ed. Crítica e estudio de Ricardo Polín (ed. Xunta de Galicia, A Coruña 2002)
Xograres do Mar de Vigo, - Xosé Ramón Pena, ed. Xerais de Galicia, S.A., 1998. -
A Voz Dun Tempo (Luís Seoane: O Criador Total), - Xavier Seoane, Edicions do Castro, Sada/A Coruña, 1994.

5. LIVROS REVISADOS DO AUTOR PARA ESTE ESTUDO

O Regresso A Arder, Viagem ao Cabo Nom/ 3, - AGAL & QUASE Edições, abril 2005. -GONG, Mais de 20 poemas globais e um posfácio esperançado, - Fundação Artabria, ed. Ferrol, 1999. -
A Espera Crepuscular, Viagem ao Cabo Nom/ 1, - Laiovento Edicions & QUASE Edições, 2002. -

6. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA - PATRONO DOS COLÓQUIOS

Evanildo Bechara nasceu no Recife, a 26 de fevereiro de 1928. Aos onze para doze anos, órfão de pai, transferiu-se para o Rio de Janeiro, a fim de completar sua educação em casa de um tio-avô. Desde cedo mostrou vocação para o magistério, vocação que o levou a fazer o curso de Letras, modalidade Neolatinas, na Faculdade do Instituto La-Fayette, hoje UERJ, Bacharel em 1948 e Licenciado em 1949. Aos dezassete, escreve seu primeiro ensaio, intitulado Fenómenos de intonação, publicado em 1948. Em 1954, é aprovado em concurso público para a cátedra de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II e reúne no livro Primeiros ensaios de Língua Portuguesa artigos escritos entre os dezoito e vinte e cinco anos, saídos em jornais e revistas especializadas.

Concluído o curso universitário, aperfeiçoou-se em Filologia Românica em Madrid, com Dámaso Alonso, Doutorando-se em Letras pela UEG (atual UERJ) em 1964. Convidado pelo Prof. Antenor Nascentes para seu assistente, chega à cátedra de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UEG (atual UERJ) em 1964. Professor de Filologia Românica do Instituto de Letras da UERJ, de 1962 a 1992. Professor de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UFF, de 1976 a 1994. Professor titular de Língua Portuguesa, Linguística e Filologia Românica da Fundação Técnico Educacional Souza Marques, de 1968 a 1988. Professor de Língua Portuguesa e Filologia Românica em IES nacionais (citem-se: PUC-RJ, UFSE, UFPB, UFAL, UFRN, UFAC) e estrangeiras (Alemanha, Holanda e Portugal).

Em 1971-72 exerceu o cargo de Professor Titular Visitante da Universidade de Colônia (Alemanha) e de 1987 a 1989 igual cargo na Universidade de Coimbra (Portugal). Professor Emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1994) e da Universidade Federal Fluminense (1998). Doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra (2000). Orientador de dissertações de Mestrado e de teses de Doutorado em diversas instituições assumiu diversos cargos, como Diretor do Instituto de Filosofia e Letras da UERJ, Secretário-Geral do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, etc.

Membro titular da Academia Brasileira de Filologia, da Sociedade Brasileira de Romanistas, do Círculo Linguístico do Rio de Janeiro. Membro da Societé de Linguistique Romane e do PEN Clube do Brasil.

Sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Internacional da Cultura Portuguesa. Distinguido com as medalhas José de Anchieta e de Honra ao Mérito Educacional (da Secretaria de Educação e Cultura do Rio de Janeiro), e medalha Oskar Nobiling (da Sociedade Brasileira de Língua e Literatura). Entre centenas de artigos, comunicações a congressos nacionais e internacionais, Bechara escreveu livros que já se tornaram

clássicos, pelas suas sucessivas edições, e assumiu a Direção de diversas publicações, como as revistas *Littera*, *Confluência*, etc. É o quinto ocupante da Cadeira nº 33 da Academia Brasileira de Letras, eleito em 11 de dezembro de 2000, na sucessão de Afrânio Coutinho e recebido em 25 de maio de 2001 pelo Acadêmico Sérgio Corrêa da Costa.

É patrono dos Colóquios da Lusofonia desde 2007 tendo estado no 6º Colóquio Anual da Lusofonia em Bragança e no 3º Encontro Açoriano da Lusofonia na Lagoa, S. Miguel.

7. CARLA ALEXANDRA FERREIRA DO ESPÍRITO SANTO GUERREIRO

Carla Alexandra Ferreira do Espírito Santo Guerreiro é licenciada em Português – Inglês (Ensino de), pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Mestre em Ensino da Língua e da Literatura Portuguesas, com a Tese: *A Mundividência Infantil na Obra de Guerra Junqueiro*, é doutoranda em Literatura Portuguesa para a Infância, realizando a investigação: *A Literatura para a Infância em Portugal, do séc. XIX à Atualidade - Contributos para a identificação de um Paradigma*.

Docente do Instituto Politécnico de Bragança, pertence ao Departamento de Português da Escola Superior de Educação, desde 1999, é responsável por cadeiras de Língua Portuguesa, Literatura para a Infância e Literatura para a Juventude. Coordena, desde 2001, um conjunto de projetos, em parceria com o Espaço 'lúdico Infantil da ESEB, no âmbito da promoção do livro e da leitura, no âmbito do Plano Nacional de Leitura-Ler+, que abrange desde o Pré-escolar ao 2º Ciclo de Escolaridade.

Mia Couto e O Gato e o Escuro - A Escrita "brincada" de um Autor Lusófono CARLA A. do Espírito Santo GUERREIRO, Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação [PORTUGAL]

Propomo-nos, com a nossa comunicação, refletir sobre a escrita de uma das vozes da lusofonia mais traduzidas em todo o mundo, o escritor moçambicano Mia Couto. Porque a nossa área de investigação e especialização é a literatura para a infância, escolhemos a obra: *O Gato e o Escuro*, uma incursão do autor, ao que sabemos sem continuidade, no mundo da literatura destinada aos mais novos. Através da análise temática e técnico compositiva desta obra, pretendemos fazer uma sensibilização para a escrita criativa deste autor, plena de neologismos e recursos expressivos, o que faz com que ele seja responsável por uma "reinvenção" da língua portuguesa, que é simultaneamente una e múltipla, pois que se encontra espalhada por vários continentes. Pretendemos, também, com a nossa breve reflexão, sublinhar a importância assumida pela literatura para infância, como uma área autónoma da criação literária, eleita também por autores consagrados, tal como o escritor por nós escolhido.

"-Dentro de cada um há o seu escuro. E nesse escuro só mora quem lá inventamos.

Somos nós quem enchamos o escuro com os nossos medos."

Couto, 2006: p16

António Emílio de Leite Couto, de seu nome completo, viria a adotar o nome literário de Mia Couto, em parte porque o seu irmão, quando pequeno, tinha dificuldade em pronunciar o seu nome completo e o chamava pelo diminutivo "Mia", mas também porque este escritor sempre nutriu uma enorme paixão por gatos. Tendo, ainda criança, no seio da família, chegado a manifestar o seu desejo de ser um deles. Mia Couto é moçambicano, tendo nascido na cidade da Beira em 1955, filho de uma família de emigrantes portugueses. Ele é considerado um dos nomes relevantes da nova geração de escritores africanos que escrevem em português. Este estatuto foi conquistado, não só pelo modo como descreve e trata os problemas e a vida quotidiana do Moçambique contemporâneo, mas principalmente devido à criatividade poética da sua criação literária, numa constante descoberta de novas palavras que resultam num processo de "mestiçagem", como ele próprio refere, entre o português erudito e as várias formas e variantes dialetais introduzidas pelas populações moçambicanas. Há quem o considere uma espécie de mágico da língua, porque no ato criativo apropria, recria e renova a língua portuguesa em novas direções. Quanto ao seu percurso foi desde 1974, durante alguns anos, diretor da Agência de Informação de Moçambique, seguidamente dirigiu o jornal *Notícias de Maputo* e a revista *Tempo*. Posteriormente, estudou Medicina e Biologia e atualmente é biólogo.

A escrita tem sido sempre a sua paixão, envolvendo, desde a poesia, em que se estreou em 1983 (*A Raiz do Orvalho*), até à escrita jornalística, presente no livro que reúne as crónicas escritas para o jornal *Notícias de Maputo*, passando pela prosa e a ficção. As questões do modo ou do género literário em que se exprime não são para o autor decisivas, uma vez que ele escreve basicamente "*pelo prazer de desarrumar a língua*." (Couto, 2002)

As suas obras foram traduzidas e publicadas em 23 países para além de Moçambique, constando entre eles, os países de expressão lusófona: Portugal, Brasil, Angola, bem como, Inglaterra, Espanha, Eslovénia, Noruega, Suécia, França, Itália, Croácia, República Checa e África do Sul, entre vários outros, que seria fastidioso estar a referir.

Da sua vasta bibliografia, destacaremos:

A Raiz do Orvalho (1983);

Cronicando (1986);

Vozes Anotecidas (1987);

Cada Homem é uma Raça (1990);

Terra Sonâmbula (1992);

Estórias Abensonhadas (1994);

A Varanda do Frangipani (1996);

Contos do Nascer da Terra (1997);

Mar me Quer (1998);

Raiz de Orvalho e Outros Poemas (1999);

Vinte e Zinco (1999);

O Último Voo do Flamingo (2000);

Na Berma de Nenhuma Estrada e Outros Contos (2001);

O Gato e o Escuro (2001);

Um Rio chamado Tempo, uma Casa chamada Terra (2002);

O Fio das Missangas (2004);

O Outro pé da Sereia (2006);

Venenos de Deus, remédios do Diabo (2008)

Encontramos, desde logo, dois aspetos que se nos evidenciam ao elencar as suas principais obras, sendo o primeiro, a curta periodicidade com que edita uma nova obra e, o segundo, o jogo de palavras ou trocadilho que quase todos os títulos encerram.

Entre prémios e outras distinções foi agraciado com:

Grande Prémio de Ficção Narrativa de Moçambique (1990);

Prémio Nacional de Jornalismo areosa Pena (1989);

Prémio nacional de Ficção da Associação de Escritores Moçambicanos (1995);

Prémio da Associação de Críticos de arte de S. Paulo (1996);

Prémio Vergílio Ferreira (1999);

Menção Especial do Prémio Nacional de Ilustração IPLB/APLIJ

Prémio Literário de Ficção Mário António (2001) – que distingue autores e obras dos países africanos lusófonos e de Timor-Leste, atribuído pela Fundação Calouste Gulbenkian.

As questões mais importantes presentes na sua obra literária são as que se relacionam com a vida do povo moçambicano, que saiu há trinta anos de uma guerra civil e ainda evidencia as terríveis cicatrizes deixadas por qualquer conflito e onde ainda persiste uma tradição de transmissão da literatura, saberes e costumes, por via da oralidade.

Mia Couto envereda por uma escrita que liga a tradição oral africana à tradição literária ocidental. Alguns autores intitulam-no de “escritor da terra” precisamente porque na sua expressão única, original, descreve as próprias raízes do mundo, explorando a natureza humana e a sua relação umbilical com a terra. Deste modo, o autor tem-se vindo a tornar um dos nomes moçambicanos mais traduzidos, conseguindo a sua linguagem, rica em neologismos, transmitir-nos a sua interpretação da beleza interna das coisas. Ao inventar palavras está a adivinhar a natureza secreta daquilo a que se refere e percebemo-las como se nenhuma outra as pudessem substituir. O escritor levanta para universos fantásticos, paralelos ao mundo que conhecemos. Os universos do sonho e das histórias...

Mia Couto e a reinvenção da língua portuguesa em *O Gato e o Escuro*

Este conto nasceu de um “acidente de percurso”. Em 1998 foi-lhe solicitado um conto para a infância, numa revista de Educação. Acerca do nascimento deste texto diz o autor: “ Quatro anos mais tarde, a editora (Caminho) chamou-me e mostrou-me ilustrações lindíssimas, da Danuta Wojciechowska. Aos poucos fui dando conta que aquele era o meu texto, aquele de que já me havia esquecido.

Mia Couto reconhece que sentiu alguma estranheza no momento de decidir pela edição de *O Gato e o Escuro*.

“ *Fiquei, primeiro, em pânico face à ideia desse texto poder sustentar um livro. Pedi um tempo para visitar a história e dei-lhe mais consistência. Apesar dos receios o livro acabou por avançar, dando a conhecer uma escrita brincada.*” (Couto, 2001). Para o autor, a divisão estabelecida entre literatura para adultos e para crianças não faz muito sentido. “Não sei o que é isso de escrever para crianças. A literatura, toda ela, tem essa função de nos inventar uma infância. É isso que faço ao pretender moldar a língua, colocá-la em estádio de infância. (Couto, 2001) No entanto, esta incursão do escritor por um universo mais infantil acaba por ter o sabor de um regresso ao passado, aos tempos em que na Beira ouvia as histórias de João Joãoquinho, um menino negro que com ele foi criado, recheando o imaginário e a infância de contos que ainda hoje se refletem na sua escrita.

Embora estrepante, a forma como o autor se inicia na escrita para crianças é simultaneamente amorosa e convicta, porque o seu discurso é pautado por uma delicadeza evidente, o que se comprova através de uma criação textual, em muitos momentos, lúdica, que se manifesta na escolha vocabular e no ritmo da narrativa, ambos, claramente, ao serviço de um público infantil. Na história assistimos à efabulação de um cenário maravilhoso que encerra inevitavelmente um conjunto de mistérios. Situamo-nos na fronteira entre o dia e a noite, entre a luz e o escuro e é a este espaço abstrato que é atribuída uma espécie de fisicidade, permitindo que um gato, elemento do mundo concreto, o percorra ou invada livremente. É, no fundo, uma transgressão que se afigura, em última instância, como reflexo de uma ânsia de conhecimento, de atração pelo misterioso ou pelo proibido. “*Entrar na noite é voltar ao indeterminado, onde se misturam pesadelos e monstros. Ela é a imagem do inconsciente e, no sono da noite, o inconsciente se liberta.*” (Chevalier e Gheerbrant, 1998: 640)

O Gato e o Escuro conta a história de um gatinho, o Pintalgato, que protagoniza o medo que quase todas as crianças e adultos têm do escuro ou do desconhecido. A temática principal do conto é tudo o que está para além do horizonte, ou simplesmente da porta da nossa casa, até onde a vista dos nossos pais nos consegue alcançar ou onde chega o braço protetor da nossa infância. Esta estória fala também nos riscos da desobediência, aspeto que entra em conflito com a crescente necessidade de autonomia infantil. Reflete-se, enfim, sobre o desejo da descoberta e o gosto pela aventura, mas também sobre o receio em relação àquilo que desconhecemos. Mia Couto só podia escolher um gato para construir a sua personagem principal. Um animal doméstico, que as crianças adoram, traquina e brincalhão, dotado de um misto de tentadora curiosidade e afoiteza, comum aos felinos. “*Depois da sagacidade e engenhosidade vem, nos gatos, o dom da clarividência.*” (Chevalier e Gheerbrant, 1998: 463)

O gato “Pintalgato” é fruto de um certo imaginário infantil, contendo simultaneamente sabedorias profundas e uma relação plena de criatividade para com a língua. Os olhos que “pirilampiscam” no escuro, onde ele se move, foram inspirados nos dos seus filhos: Rita, Madyo e Luciana. “Na infância não levamos o mundo tão a sério. O universo inteiro pode ser convertível num assunto de brincar. E isso é uma postura que ganhei e ainda ganho com eles.” (Couto, 2001) Apesar de o gato viver na presença do escuro, a estória em causa fala da luz, fala dos matizes que se revelam no fundo da noite quando os olhos temem em se “despersianar”. Um aspeto importante que, em nosso entender, contribui para validar a hipótese de *O Gato e o Escuro* se destinar, num primeiro momento, às crianças, reside na própria indeterminação da situação temporal, no entanto, Mia Couto não cria este conto exclusivamente para um público infantojuvenil, mas para todos aqueles que escutam a criança que trazem dentro de si, fazendo com que este livro se destine a todas as idades.

Sobre esta obra, o escritor contou que tinha dado um autógrafo a uma criança a quem a tinha lido e que lhe perguntou se ela tinha medo do escuro, ao que esta lhe respondeu afirmativamente, questionando-o se ele, Mia, também tinha medo do escuro. O autor respondeu-lhe: “-Também.” Então, o autor refere que aconteceu algo de extraordinário, que o menino se sentiu na obrigação de o consolar e para isso cito-lhe uma frase do livro, como se fosse da sua autoria: “*Somos nós que enchamos o escuro com os nossos escuros.*” Mia Couto refere ter sido o melhor prémio recebido até hoje. A história é narrada num tom coloquial, estabelecendo uma proximidade discursiva para os com o narratário: “*Vejam, meus filhos (...)* (Couto, 2003:1), mas o encanto poético que encontramos nas frases, na sua cadência, no ritmo a elas associado têm o condão de seduzir também os adultos, enfeitando-os com a musicalidade das palavras, restituindo-lhes a infância, quando se recordam de que, quando pequenos, na hora de deitar, os pais lhes contavam uma história para dormir, espanando, deste modo, os medos do escuro.

Os neologismos de Mia Couto, inteligentemente introduzidos nos pontos fulcrais da narrativa, enriquecem este conto de uma forma decisiva, através da aglutinação de, por exemplo, substantivos com verbos, como é o caso de: “trespassagem” (Couto, 2003:1) “pirilampiscavam” (*Idem, ibidem*: 6) “tiqueaqueava” (*Idem, ibidem*: 11). Atente-se também na palavra “ataratonto” (*Idem, ibidem*, 19), resultado da simbiose entre os termos: atarantado e tonto e na palavra “estremolhado” (*Idem, ibidem*, 22), que resulta da mistura entre: “estremunhado” e “molhado”. Nos exemplos: “despersianar” os olhos (*Idem, ibidem*: 12) e “arco-iriscando”, assistimos à transformação de substantivos em verbos.

Na construção da tessitura textual, o autor também utiliza a transformação de adjetivos em verbos, tal como: “amarelavam” (Couto, 2003:16) ou um substantivo em verbo: “noitidão” (Couto, 2003:11)

Existe também a construção frásica atípica em relação à norma linguística portuguesa, evocando em nós a voz de um feiticeiro com um poder encantatório sobre os mais pequenos: “*faz mais de conta o pôr-do-sol fosse um muro. Faz mais de conta os pés felpudos pisassem o poente.*” (Couto, 2003: 4).

A fuga à norma, no que toca à construção gramatical é aqui utilizada como um recurso expressivo, uma forma de vestir a personagem do narrador, que adquire verosimilhança pelo tom poético das imagens escolhidas, que transportam para o imaginário do leitor. Esse imaginário é ilustrado pela artista plástica Danuta Wojciechowska que recebeu o Prémio Nacional da Ilustração de 2003, tendo sido igualmente distinguida com menções especiais do Júri em 1999, 2000, 2001 e 2002. A ilustradora foi a candidata portuguesa ao prémio Hans Christian Andersen, em 2004.

As ilustrações de Danuta representam com uma excecional precisão a expressividade do texto de Mia Couto, dotando as cenas deste conto de grande beleza. Escolhendo uma paleta de cores quente que abarca os ocres, o azul e o índigo, a ilustradora confere à estória um carácter muito especial. Inerente à narrativa sobre a qual refletimos, julgamos também estar presente um certo pendor didático, evidenciado, ainda que veladamente, na contemplação de valores como a tolerância, o direito à diferença e a importância do autoconhecimento e da autoaceitação.

“O escuro ainda chorava:

- Sou feio. Não há quem goste de mim.

- Mentira, você é lindo. Tanto como os outros.

-Então porquê eu não figuro nem no arco-íris?

-Você figura no meu arco-íris.

- Os meninos têm medo de mim. Todos têm medo do escuro.

-Os meninos não sabem é que o escuro só existe é dentro de nós. (Couto, 2003:16)

Deparamos, todavia, com a valorização de alguns aspetos temáticos ou de certos motivos que nos levam a pôr em causa, de algum modo, a hipótese de esta ser uma narrativa explícita e exclusivamente vocacionada para um público infantil. O facto é que em certos momentos, não só a mensagem subjacente a esta história parece possuir um maior alcance, como também o próprio registo discursivo se revela mais intrincado, mais adulto.

Atentemos, a título de ilustração, na seguinte passagem textual:

“Pintalgato fitou o fundo dos olhos da sua mãe. De rompante, quase se derrubou, lhe surgiu como que um relâmpago atravessando a noite (...) Chamou pela mãe. Ela se aproximou e ele notou seus olhos, viu uma estranheza nunca antes reparada. Quando olhava o escuro, a mãe ficava com os olhos pretos. Pareciam encher de escuro. Como se engravidassem de breu, a abarrotar de pupilas.” (Couto, 2003:22)

De qualquer forma, e independentemente dos destinatários preferenciais de *O Gato e o Escuro*, o importante é que, uma vez mais, o autor nos presenteia a todos, crianças e adultos, com conto belíssimo, marcado por uma grande sensibilidade, que nos obriga, também a nós a “despersianar” os olhos e que nos coloca o coração a “tiquetaquear”.

Bibliografia:

Chevalier, Jean e Gheerbrant, Alain, 1982, Dicionário de Símbolos, Rio de Janeiro, José Olympio Editora.

Couto, Mia, 2003, *O Gato e o Escuro*, Lisboa, Caminho.

Reis, Carlos e Lopes, Ana Cristina Macário, 1998, *Dicionário de Narratologia*, Coimbra, Almedina.

Silva, Sara Reis, 2005, *Dez Reis de Gente...E de Livros*, Lisboa, Caminho.

8. JOÃO CRAVEIRINHA CONVIDADO 2008 [MOÇAMBIQUE]

João CRAVEIRINHA (JC / Kraveirinya na pintura) Nascido na ilha de Moçambique em 1947

1. Galiza (2008) 6 outubro (Espanha): convidado ao lançamento da Academia Galega da Língua Portuguesa. Intervenção na Mesa de Oradores.

Portugal (2008) 2 – 5 outubro: Bragança, convidado ao VII Colóquio Anual da Lusofonia: apresentação de “Ensaio: Variação Diatópica do Português Europeu (P.E), em África – o caso de Moçambique”.

Portugal (2008) maio: Trofa (zona norte), participação e intervenção cultural no “Encontro Lusófono” no festival do livro infantil na Casa da Cultura de Trofa (convidado pela autarquia - pelouro da cultura do Município de Trofa).

2. Portugal (2008): Lisboa, estudante universitário (finalista), cronista e artista plástico. De 1996 à atualidade (2008), colunista em jornais e revistas em Moçambique, Portugal, Brasil e Angola (reproduzidos em sites e blogues pelo mundo).

3. França (2007): Paris, convidado e participante à: ““African Union-African Diaspora in Europe Regional Consultative Conference” – de 11 a 12 de setembro 2007 no – Palais des Congrès de Paris, 2, place de la Porte Maillot, 75017, Paris (France). Evento organizado pelo governo da África do Sul mandatado pela União Africana (Addis Abeba, Etiópia). Intervenção em inglês em PowerPoint, na comissão 3, sobre o afro pessimismo: “Historical, Socio-Cultural and Religious Commonalities and Challenges”.

4. Portugal (2007): Lisboa, autotradução do português para inglês de 2 livros seus para Teatro. 1ª Revisão por professor de inglês (britânico). Projeto para edição na Inglaterra e E.U.A (África do Sul e Austrália).

5. Portugal (2006): Lisboa; F.L.U.L., ingresso com nota alta no ano letivo 2006/2007, Processo de Bolonha – maiores de 23 anos; curso Ciências da Cultura variante Comunicação e Cultura: áreas de sociologia da cultura – linguagem e comunicação – história – estudos culturais.

6. Brasil (2005) 15 de dezembro: Universidade de S. Paulo (USP); O Prof. DR. Adelto Gonçalves, doutor em Literatura Portuguesa, considera o livro escrito por João Craveirinha, “Jezebel”, o romance da lusofonia: - “Como se vê, Jezebel reúne personagens que quase nunca encontramos na literatura de língua portuguesa, embora, diariamente, deparemo-nos com elas nas ruas de nossas cidades. Por tudo isso, justifica-se atribuir a (João) Craveirinha o mérito de ter escrito o romance da lusofonia”.

7. Portugal (2005): Lisboa, entrevista na Televisão (TVi) com o autor JC (talk-show). CINEMA: Concorre a financiamento do ICAM (atual ICA) com a produtora portuguesa, Beja Filmes, para produção de dois filmes: um sobre Fernando Pessoa baseado no livro de JC para Teatro “ E a Pessoa de Fernando Ignorou África?” e outro épico colonial; “O Combate de Marracuene” que teve lugar em 1895 em Moçambique. O projeto passou a 1ª fase mas não a segunda devido à falta de verba do ICAM. O financiamento foi atribuído ao produtor Paulo Branco e ao realizador Manuel de Oliveira.

8. Alemanha (2005) maio: Frankfurt, livreria lusófona TFM; lançamento de seus livros e palestra sobre sua obra, lusofonia e literatura em Moçambique.

Colónia: Entrevista na Universidade de Colónia, Departamento de Literaturas em Língua Portuguesa.

Bona: Entrevista na Escola Diplomática (setor estudos africanos e lusófono).

Bona: Visita à sede da Rádio Deutsche Welle (Public Broadcasting Service - Kurt-Schumacher - Str. 3 - 53113 Bonn). Em 2005 teve seus livros em stand próprio, em Frankfurt, na Feira Mundial do Livro na Alemanha (*Wiedenhöfer Associados – Literaturagent, Buchenhöhe 1 – Germany*).

9. Suécia (2005) 27 de abril: Estocolmo; Universidade de Estocolmo, orienta uma aula de (Literatura) em português. Lançamento de seus livros na “Libreria Latinoamericana em Drottninggatan 91” – centro de Estocolmo, com homenagem musical e poesia sul-americana, ao autor. Entrevista à Televisão sueca (junho).

10. Suécia (2005) 21 abril: Estocolmo; Museu Etnográfico (Etnografiska Museet, Djurgårdsbrunnsvägen 34); Profere palestra em inglês (introdução em sueco por tradutora). Temática sobre Arte Moderna e a influência da arte africana na arte moderna ocidental. O paradigma da escultura maconde. (Com projeção de transparências e fundo de música moderna moçambicana de Fany Mpfumo e dos músicos da diáspora moçambicana em Portugal e Inglaterra: Costa Neto, Otis (Alípio Cruz) e Sérgio Gonçalves.

11. Moçambique, Portugal e Galiza (2001 a 2008): Quatro livros publicados e apresentados em Moçambique, Portugal, Alemanha, Suécia e Brasil. outubro de 2008 em Bragança (Portugal) e Galiza (Espanha).

12. Moçambique e Portugal (1997 a 2006): Crónicas publicadas, ensaios, análises políticas sobre a globalização (2ª guerra do Iraque na 1ª hora).

Trabalhador a prazo na segurança social em Lisboa (Areeiro).

13. Moçambique e Portugal (1998 a 2002): Realizador de programas para Rádio em direto e de Televisão em Betacam SX: (RTK, RTP e RR).

14. Portugal (1998 a 2000): Projeto para seriado em Televisão intitulado: Crónicas de Ontem e de Hoje (documentário sobre história colonial e pós-colonial de Portugal em África). *Remasterizado* individualmente em 2006. Projeto abandonado pela RTP. Na África do Sul (1999) é nomeado delegado desportivo por Moçambique, nos sétimos jogos desportivos africanos (*7th All Africa Games 99 - greater Johannesburg*).

15. Portugal (1990 a 1995): Porto, Lisboa e Maia (CMM): Conferencista sobre o papel da democracia e da liberdade de expressão na comunicação social, como dinamizador do desenvolvimento socioeconómico. Animador cultural e organizador de espetáculos multiculturais ecléticos. Fundador de Associação cívica em Lisboa (1994) e de ONGD (cooperação e desenvolvimento) em Portugal e Moçambique (1995/6), contactos diretos na C.E/DGVIII em Bruxelas rue de Genève.

16. Portugal (1993): Lisboa; reconhecimento de Mérito Cultural pelo Ministério da Cultura português. Organiza catorze dias de Intervenção Cultural da Lusofonia no padrão dos descobrimentos em Lisboa. Patrocínio parcial da CML. (Registados parcialmente em vídeo UMATIC e convertido em DVD em 2006).

17. Bélgica (1991): Bruxelas; pré-Europália a convite do governo belga.

18. África e Europa (1976 a 1989): Criativo (ARTWORK) e desenhador de publicidade (comercial). Moçambique, Principado de Andorra, Espanha (Ibiza) e Portugal. Paginador de livros escolares (layout) e montador gráfico. (Chefe de secção gráfica em Ibiza na Rádio-Diário-Jornal, multilingue).

João Craveirinha é o único autor da maior pintura Mural (épica) de África (1ª fase em 1979, retocado em 2000) – 110 m comprimento x 005 m de altura, situado na Praça dos Heróis em Maputo – Moçambique. (Sofreu influência da escola de arte mexicana de murais gigantes – Sequeiros e Rivera).

Moçambique (1981): apoia movimento antiapartheid da África do Sul, oferecendo poster artístico, para venda internacional, anunciando espetáculo de Jazz – Opera Kalahari em Maputo, do pianista sul-africano, Abdulah Ibrahim, aliás Dollar Brand (protegido do compositor norte-americano, Duke Ellington).

19. África e Europa (1976-1989): Formador profissional de desenho gráfico e câmara escura; Moçambique, Andorra, Ibiza (Espanha) e Portugal (Damaia). Trabalhador nos Correios em Lisboa (Cabo Ruivo, 1983). Emigra para Andorra.

20. Tanzânia e Moçambique (1969-1981): Agitaprop (criativo e designer de propaganda política e de publicidade e de campanhas diversas). Designer (extraordinário) do Pavilhão de Moçambique no “Bulawayo International Trade Fair” em Zimbabwe (1981). Menção honrosa.

Designer na FACIM (Feira Internacional de Moçambique). Menções honrosas (presidenciais) dos seus projetos de pavilhões da Mabor e do Turismo cinegético em 1977.

21. África e Europa (1962-1996): Exposições coletivas e individuais de pintura – África do Sul, Moçambique, Portugal, Andorra. Citado pela revista “Courier” da UNESCO (1990).

22. África Austral (1962-1967): Militante da clandestinidade nacionalista (ala da juventude) em Lourenço Marques (LM, cidade capital, colonial, portuguesa) na luta pela independência de Moçambique. Sofre detenções em prisões africanas (Botswana e Zâmbia) na sua caminhada pelo exílio político como ativista tempo inteiro na diáspora, contra a situação colonial em Moçambique. 1972 (junho) desvinculação do seu movimento político (FRELIMO) por dissidência e sobrevivência, devido a situação controversa no seio do mesmo movimento de libertação moçambicano a que aderira desde 1962 na clandestinidade. Refugiado político em Quênia (1972). Regresso compulsivo a Moçambique colonial. Vigiado pela PIDE (policia política) de 1972 ao seu colapso em 1974. Apresentação voluntária à FRELIMO em Tanzânia, por interferência de seu tio paterno (o poeta José Craveirinha chefe da clandestinidade em LM). Preso político da FRELIMO (por dissidência) de 1974 -1976, passando pelos campos de concentração (mortíferos) na base em Tanzânia e no Niassa (norte de Moçambique já Independente). Amnistiado *in extremis* por intervenção de seu tio paterno ao então presidente, Samora Machel. “Travessia do deserto” de 1976 a 1983 em Moçambique. Face a tragédia familiar (viuvez por acidente) embarca para a Europa, com três filhos crianças.

23. África (Moçambique 1962-1967) (Europa 1990): Dinamizador e coorganizador de eventos culturais; música urbana (afro fusão), portuguesa, brasileira, rock, *et cetera*), exposições coletivas de pintura, saraus de poesia, teatro infantil, sessões de jazz para estudantes, palestra sobre Arte e a influência africana na arte contemporânea e na música (Picasso, Bracque, Matisse, Gauguin, Rouault, Léger, Stravinsky, *et cetera*). Ciclo retomado em Portugal na década de 1990. Textos em: <http://recantodasletras.uol.com.br/autores/Feiteceiro> João CRAVEIRINHA, Lisboa 2008-09-07 (última atualização)

ENSAIO SOBRE VARIAÇÃO DIATÓPICA DO PORTUGUÊS EUROPEU (P.E.) EM ÁFRICA JOÃO CRAVEIRINHA, escritor, artista plástico



1. DIACRONIA

1.1. Introdução

“E reconhecer que, além disso, em África, se acham em formação uma variante moçambicana e uma variante angolana, que precisam de determinadas condições sociais para vingar.” (Castro 2006:12 apud Guião 10/1 LC – DLGR 2006/2007).

No entanto permita-nos fazer um pequeno reparo: na década de sessenta (do século XX), durante o período da luta armada contra o sistema colonial português, em Angola e Moçambique, da parte dos intervenientes africanos surgiria a necessidade de um elo de comunicação neutro face à diversidade étnico – linguística, territorial. Seria assim adotada a língua portuguesa (a do ocupante) como oficial. No caso de Moçambique a partir de 1962, essa necessidade surgiria mais forte após a fusão dos três movimentos nacionalistas africanos do território¹⁸ (Unami, Udenamo e Manu).

Sem dúvida a grande expansão da língua portuguesa na África *soit disant* portuguesa deveu-se não à administração colonial portuguesa mas aos próprios movimentos de libertação africanos. Essa expansão linguística de tipo P.E, penetraria para além dos centros urbanos e periurbanos, alcançando zonas remotas até então sem expressão da língua portuguesa precisamente pela ausência de agentes diretos utilizadores da língua portuguesa (locais ou alienígenas europeus). As populações africanas, em muitas dessas regiões do interior do sertão africano, pela primeira vez teriam contacto com um cidadão português europeu (ibérico), através da guerra e na pessoa de um soldado de arma em punho. Isto na década de 60 do século XX. Angola sofria uma influência acentuada da Francofonia, a norte, fronteira ao Congo (Kinshasa) e do inglês a sul com o Sudoeste Africano ocupado pela África do Sul (atual Namíbia) e a leste com a Zâmbia.

Moçambique por seu lado estava rodeado por vizinhos anglófonos a saber: a norte a Tanzânia, a ocidente o Malawi e a Rodésia de então e a sul com a Suazilândia e a África do Sul. Do lado oposto mais a oriente, através do canal de Moçambique, situa-se a grande ilha de Madagáscar, francófona, no entanto devido ao obstáculo da travessia do canal nenhuma influência linguística a ser registada. A característica comum desses territórios africanos nas influências linguísticas tem a ver com a situação histórica de ocupação colonial pela Inglaterra, Portugal e França. A partilha de África pela Europa, na Conferência de Berlim em 1885¹⁹, traçaria as fronteiras geográficas com as consequentes zonas de influência das citadas línguas europeias. Foram esses fatores diacrónicos que moldariam não só algumas línguas e dialetos baNto mas afetando o português falado em alguns casos.

Temos em Moçambique o caso do termo “maningue²⁰ nice” para dizer muito bom. No xi-ronga, idioma local, da atual região de Maputo alguns termos práticos são inclusive de origem alemã, exempli gratia: (*dyi*) *Hembe*²¹ para (a) camisa, corruptela de *Hemd*²². No entanto é no inglês (e afrikaans/flamengo) e no português onde a interação linguística se nota mais pendendo atualmente (2007) para o português pese embora a adesão de Moçambique, em 1996, à Commonwealth.



1.2. O Caso de Moçambique

Em relação às línguas e dialetos de Moçambique tem havido alguma confusão sobre as definições do que é idioma e o que não é. Não concordamos com Mateus Katupha quando segundo citação diz: “*Por exemplo, podemos considerar o changana, o ronga e o tswa dialetos do tsonga, segundo a classificação de Mateus Kaptupha*” apud Irene Mendes (2000) pág. 33. Esta contestação provém do facto que não se teve em consideração aspetos

¹⁸ Entrevista do fundador da UNAMI – o Enfermeiro Baltazar da Costa “Chagonga” (22 de junho de 1974). Semanário Voz Africana da Beira, Moçambique. Hemeroteca de Lisboa.

¹⁹ Diciopédia 2004. Porto editora.

²⁰ Maningue; conotação discutível com a palavra inglesa “meaning” segundo dicionário da Porto editora.

²¹ Pe. Antº Lourenço Farinha (1917). *Elementos de Gramática Landina (SHIRONGA)*, pág.140. Imprensa Nacional, Lourenço Marques.

²² Dicionário alemão (1966). *Langenscheidts Portugiesisch - Deutsch*. Berlin und München.

diacrónicos e da sua evolução segundo estudos comparados da história no tempo e modo A seguinte citação é elucidativa: Sanches Osório de Miranda (1895) *apud* João Craveirinha (2001:111): «(...) *E a grande verdade é esta, que a maioria nos julga (aos portugueses) ainda machangana, isto é, vassalos do Gungunhana, enquanto não lhe dermos a valer demonstração da nossa força*»²³...» Dentro deste e de outros considerandos (fora do âmbito deste trabalho) se infere que a denominação de nomes fora classificada muitas das vezes segundo o preconceito e maior ou menor comodismo dos missionários²⁴ deturpando a verdadeira origem das línguas. É o caso do missionário suíço, Junod: «*Esta apelação não é amada pelos Tongas, mas não conheço outra que lhe seja preferível*». Severino Goenha (*a contribuição da Missão Suíça*) *apud* J. Craveirinha (2001: 112).

Com a trajetória histórica a variante do P.E., em África, em particular em Moçambique, influencia as línguas nativas e por sua vez sofre desta também alguma influência no vocabulário ou léxico. A estudiosa moçambicana, Irene Mendes (2000:35-36), considera pertinente que se considere a existência de um P.M., português de Moçambique, porque esta língua (a portuguesa) devido a vários fatores inovadores desenvolveu “*caraterísticas peculiares, tornando-se, deste modo, diferente das outras variantes da língua portuguesa.*” A autora enfatiza várias alíneas (7) principais que teriam contribuído para tal fenómeno:

1. Participação de Moçambique em África.
2. Mudança política.
3. Aspetos de câmbios socioeconómicos.
4. Modernização tecnológica.
5. A expansão da língua portuguesa nos meios suburbanos, rurais e as migrações do interior para as cidades.
6. Maior importância pelas línguas nacionais.
7. Aspetos culturais de recuperação da tradição.

Dentro destas análises encontramos aspetos já por nós referidos na introdução deste trabalho com a influência “geopolítica” anglófona e diatópica nas línguas (e linguagem) em Moçambique, incluindo a língua portuguesa simultaneamente com as línguas moçambicanas²⁵. Dentro de uma perspetiva política *versus linguae*, Moçambique passou por várias etapas adaptando consoante o *momentum* desses períodos de mudanças estruturais. Estas situações poderiam ser ordenadas do seguinte modo:

1. Período não muito anterior à Independência (1972) com um P.E. norma/padrão mais equilibrado nas zonas urbanas e suburbanas das vilas e cidades de Moçambique.
2. Período de Transição (1974/1975) em que se adaptam formas de locução em consonância com as palavras de ordem “revolucionárias”²⁶. Esta fase seria indiciadora das transformações que aconteceriam no P.E em Moçambique²⁷.
3. Termos “revolucionários” são introduzidos no quotidiano da língua e linguagem em português quase em “delírio” de se demonstrar estar-se “engajado”²⁸.
4. Outras formas de variantes do P.E., de Moçambique foram se estruturando com maior especificidade local ou numa intervenção mais diafásica, distanciando-se da norma padrão do português europeu²⁹.

Todas as situações no sentido evolutivo de um pretense P.M., passam a envolver todos os campos de atividade socioprofissionais (diastatia) em que paulatinamente surgiriam formas socioletais de expressão oral em língua portuguesa ainda que na ortografia se mantenha vinculada ao P.E., padrão, ao contrário do P.B.

1.3. Epílogo. Pode-se falar de um P.M.?

Concluindo e recapitulando poderíamos classificar as fases de transformações “naturais” do P.E., de Moçambique em 7 períodos (todos relacionados com mudanças políticas de fundo):

1. Pré independência (1972/74), divido em duas partes:
 - a) O português falado e escrito no exterior (exílio em países africanos).
 - b) No interior da colónia de Moçambique.
2. Transição (a mobilização e o “engajamento”).
3. Independência (25.06.1975) contra os “reacionários”.
4. Contra a oposição armada 1976/1992: (os chamados bêas de bandos ou “bandidos”armados).
5. Período dos Acordos de Paz de Roma (1991) e dos acantonamentos dos militares da ONU. O termo “acantonado” passou a ser popular para designar estar em compasso de espera.
6. Período de implantação do multipartidarismo.
7. Atualidade da continuidade do sistema político.

Dentro dos enunciados apresentados sucintamente a questão subsiste: Pode-se falar de um P.M³⁰? Ou será mais a nível do léxico que as transformações são mais visíveis?

No entanto um aspeto parece se salientar: estarmos perante uma evolução mais rápida do previsto da utilização do P. E., sem deixar de ser uma língua portuguesa é todavia notório o avanço para uma “nova” língua portuguesa a exemplo do P.B³¹., a que se chama^a de PM., português de Moçambique. O tempo o dirá mas as condições já se encontram presentes e em movimento para uma VARIAÇÃO DIATÓPICA DO PORTUGUÊS EUROPEU (P.E.) em África em particular em Moçambique. **JC**

2. Bibliografia

António Enes (1895). *A Guerra de África*. Lisboa.

(Pe.) Ant.º Lourenço Farinha (1917: 140). *Elementos de Gramática Landina (SHIRONGA)*. Imprensa Nacional, Lourenço Marques. Moçambique.

Irene Mendes (2000). *O Léxico No Português de Moçambique* (Aspetos Neológicos e Terminológicos). Promédia, Maputo.

João Craveirinha (2001). *Moçambique, Feitiços, Cobras e Lagartos* (M.F.C.L). Crónicas romanceadas também sobre etno-história. Texto editores, 2ª Edição (2002). Lisboa.

Dicionário alemão (1966). *Langenscheidts Portugiesisch-Deutsch* - Berlim und München.

Revista Tempo nº 1390 (14/06/1998).

Severino Goenha *apud* J. Craveirinha (2001: 112). História da Educação em Moçambique: a contribuição da Missão Suíça.

1º Tenente Sanches Osório de Miranda (12/1895) *apud* João Craveirinha (2001: 111). *M.F.C.L.*, 2ª edição. (Relatório Militar do Comdt. do Posto de Lhanguene. Arquivo Histórico Militar de Lisboa).

Sítios

Zol: <http://www.zambezia.co.mz>

<http://www.littlememberstart.org/british-commonwealth-member-states.htm>

<http://en.wikipedia.org/wiki/Mozambique>

<http://www.radiovaticana.org/bra/Articolo.asp?c=59548>

²³ 1º Tenente Sanches Osório de Miranda (12/1895). *Relatório Militar do Comdt. do Posto de Lhanguene*. Arquivo Histórico militar de Lisboa *apud* João Craveirinha (2001:111). *Moçambique, Feitiços, Cobras e Lagartos* (capítulo XVI: Origens de Nomes Étnicos).

²⁴ Henry Berthoud (1896:171-172) *apud* João Craveirinha, pág. 112. «Este povo não possui um nome nacional, mas é contudo mais rico em nomes de clãs ou de tribos: são as nações vizinhas que lhe deram a apelação de Tsonga sob a qual devem agora ser conhecidos cientificamente.»

²⁵ Poderíamos considerá-las “nacionais” num contexto de pertencerem à Nação apesar de estarem circunscritas mais às suas regiões.

²⁶ Terminologia de “engajamento”, “camarada”, “comício”, linha correta”, etc.

²⁷ “O futebol já se organizou para os festejos da Independência, assumindo assim o papel que, agora, podia desenvolver. Por outras palavras: respondeu à chamada.” *Suplemento Revista Tempo nº 246 / (15/06/1975: 60)*.

²⁸ O Poeta José Craveirinha “indisponha-se” com a palavra “engajado”, porque não gostava de “gajos”.

²⁹ (Saara Ocidental) “Processo anda lento, mas seguramente”: *Revista Tempo nº1390 (14/06/1998:37)*. Maputo.

³⁰ P.M., que seria a variante moçambicana do P.E. (português europeu).

³¹ P.B., português do Brasil variante do P.E., fruto de uma idiosincrasia própria.

Anexos 1/2

Correspondência na Internet

(Em fórum de moçambicanos da nova geração pós-multipartidarismo de 1992 em diante):

"DOIS HERDEIROS DOS BA's" **Res: Res: [mocambiqueonline]**

Entrevista de Sebastião Chapepa da Renamo - Enviado por: "Leonel Paulo Ivo" nitoivo@nitoivo; Sáb, 17 de Fev. de 2007 7:13 am: "Caros, Meu ponto de vista é apenas como simples cidadão que sou. O Senhor Sebastião Chapepa não traz nada de novo nessa entrevista. Ele, Sebastião Chapepa tal como Dhlakama, **são dois herdeiros dos BA's.**"

" **DONA DO MARIDO** " **Correio eletrônico direto de Ana Gomes <ana.gomes@escreveu>**: "Esta notícia de Moçambique, até parece uma anedota... Leiam, saiu hoje na Sapo Notícias. Achei graça ao termo " **dona do marido** "... eh eh eh... <http://noticias.sapo.pt/lusa/artigo/VzekFQSGVnlzNXCWijwiWA.html> (site desativado em agosto 2008)

Resposta de João Craveirinha em 2006: Atenção minha cara:

Dona do marido (no sentido de pessoal, legítimo). Não parece anedota. É mais sério: - é a dinâmica da evolução diatópica da língua portuguesa pelo mundo.

Na análise lexical da língua portuguesa dentro da disciplina da Linguística geral... "dona do marido" pode ser enquadrada como uma forma diatópica do emergente PM (português de Moçambique) ...para se referir cônjuge... (assim como " **dono da mulher para esposa**" ... **dono do filho et cetera**) e da mesma forma que existem outras expressões idiomáticas distintas do PB e do PE (português brasileiro e europeu respetivamente)...

A língua portuguesa na sua expansão geográfica adquiriu expressões próprias adaptando léxicos alheios (palavras de outras línguas) à estrutura clássica do padrão do português europeu (Coimbra). Poderá ter também a ver com o ritmo expressivo dos falantes de cada quadrante, **neste caso Moçambique, como um país baNtófono em 1º lugar e só depois lusófono**. Daí a adaptação do português a partir das expressões locais idiomáticas e etnodialetais (diatópicas).

"**Moçambicanos devem promover o conhecimento de domesticar a água no esforço de combate a fome**. Apela Armando Guebuza, nos encontros populares que orientou durante a sua última visita a Província de Sofala, no Centro do País. **Beira (Jornal O Autarca)** – O Presidente da República, Armando Guebuza, defendeu na sua recente visita a Província de Sofala, a importância dos moçambicanos promoverem o conhecimento visando domesticar a água." **Ano VIII – Nº 1598, quarta-feira, 27 de agosto de 2008**

Anexos 2/2



Fonte: Devida vénia à Rádio Vaticano (A voz do Papa e da Igreja em diálogo com o mundo) [home](#) > [Cultura e sociedade](#) > notícia UNESCO DENUNCIA: SEIS MIL LÍNGUAS AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO 17/12/2005 19.46.43

Paris, 17 dez (RV) - Quase seis mil línguas catalogadas em todo o mundo estão ameaçadas de extinção, segundo denúncia da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Dentro de 100 anos poderão reduzir-se a vinte, preveem os estudiosos. O desaparecimento de todas essas línguas poderia representar uma espécie de fim da "torre de Babel" e, portanto, facilitar a comunicação entre as pessoas? Seria, portanto, um fato positivo? Os especialistas respondem que não, e seria uma perda irreparável para a humanidade, do ponto de vista histórico, ecológico e sobretudo da autonomia cultural. E até mesmo do progresso científico.

Um exemplo clássico se deu na Austrália. No norte desse país difundiu-se uma epidemia de úlcera de pele, absolutamente refratária aos medicamentos. A única terapia eficaz estava descrita numa língua tradicional, que bem poucos conheciam. Os aborígenes advertiram uma enfermeira e a ajudaram a interpretar a receita e preparar a solução obtida de uma planta medicinal. O antigo medicamento cicatrizou as úlceras e a epidemia passou. Esse exemplo, referido pelo grande linguista Stephen Wurm (1922-2001), da Universidade Nacional Australiana, serve para compreender porque é necessário salvar as tantas línguas do mundo, substituídas, muitas vezes, pelo inglês e por outras línguas que se impuseram graças ao fenómeno da globalização. Se tivéssemos que julgar a utilidade de uma língua pelo número de quantos a falam, 96% das línguas do mundo deveriam morrer: são faladas apenas por 3% dos habitantes do planeta. Ou ainda: 97% da população humana fala 4% das línguas do mundo. As outras não teriam mais razão de existir. Em particular aquelas 600 línguas singularmente tomadas, 10% das quais são conhecidas por menos de 100 pessoas. Mas também as línguas com as quais se comunicam entre si poucas dezenas de pessoas em duas minúsculas ilhas da Polinésia são depositárias de valores que poderão ser úteis. Com frequência volta o tema da "guerra das línguas". E como os ecologistas não aceitam a destruição da diversidade biológica, os linguistas se opõem à extinção da diversidade dos idiomas. Eles esperam obter melhores resultados que os biólogos e botânicos: as espécies mortas não podem ser ressuscitadas ou reanimadas, mas as línguas sim. Algumas delas voltaram a viver depois de séculos. O caso mais famoso é o da língua hebraica, que se tornou a língua viva da Palestina no final do século XVIII, graças a Eliezer Ben Yehuda (1858-1922) e hoje falada em Israel.

Em tempos mais recentes, no Reino Unido, foi retomada a língua da Cornualha: em 1777 morrera o último inglês que falava a língua; hoje, mais de duas mil pessoas a falam, e os pais a ensinam aos filhos. Mesmo quando a morte de uma língua está decretada, vale a pena tentar reanimá-la: a língua rama, na Nicarágua, por exemplo, acabou morrendo, mas os jovens conhecem muitas palavras, eles sabem que era uma verdadeira língua. Em geral, na América Latina, as crianças que aprendem a língua materna (nativa) estão, depois, em condições de aprender mais facilmente o espanhol. A transmissão de pai para filho é, segundo alguns linguistas, a verdadeira prova da vitalidade de um idioma. Há boas razões para salvar uma língua mesmo quando apenas um indivíduo a sabe falar. Como as espécies vegetais e animais, também as línguas nascem, crescem (isto é, se difundem), definham e morrem. As razões históricas são tantas. Quase sempre o fator determinante é a violência exercida sobre minorias linguísticas, para privá-las da sua identidade e integrá-las mais facilmente.

No século XVIII, nos Estados Unidos e Austrália, as crianças que falavam uma língua nativa eram punidas. O mesmo aconteceu no País de Gales e na Irlanda, onde eram esmagadas as línguas célticas. Há línguas históricas, mortas há milhares de anos, que nunca mais se conseguiu interpretar. É o caso do etrusco, eliminado pelos romanos, que invadiram a península com o latim. As populações do leste da África acabaram abandonando as línguas tribais e adotando o suaíli, para conseguir o desenvolvimento e se inserir num mundo mais amplo. Os países europeus estão cada vez mais preocupados por suas línguas: o inglês acabou se impondo como idioma comum no Velho Continente. O inglês vai aparecendo como segunda língua falada no mundo, depois do chinês, evidentemente. Mas o que acontecerá dentro de algumas décadas, quando os "Tigres asiáticos" se tornarem mais agressivos e mais temidos? Limitando-nos às relações demográficas, o atlas mundial coloca o inglês depois do chinês, o hindu-urdo em terceiro, e o árabe para disputar o quarto lugar com o espanhol. (MZ). **Fonte:** <http://www.radiovaticana.org/bra/Articolo.asp?c=59548>

9. DULCE PEREIRA - CONVIDADA 2008

Linguista, docente do Departamento de Linguística Geral e Românica da FLUL, nas áreas dos Crioulos de Base Portuguesa, da Linguística Geral, da Sociolinguística e da Didática da Língua Portuguesa. Investigadora do Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) e membro da direção da Associação de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola (ACBLPE). Coordenadora dos projetos do ILTEC *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa* (2003-2007) e *Turmas Bilingues na Escola Portuguesa* (2007-), apoiados e financiados pela Fundação Calouste Gulbenkian. Investigadora, desde 1980, das línguas crioulas de base portuguesa, em particular do cabo-verdiano (aspectos gramaticais e lexicais, efeitos sociolinguísticos do contacto com a língua portuguesa e processos de normalização e instrumentalização). Coordenadora, consultora e formadora de vários projetos e cursos no âmbito da linguística crioula, da educação bilingue e do ensino do português em contexto multilingue, em Portugal e em Cabo Verde, de que se destacam o *Projeto experimental de alfabetização bilingue de adulto (1987-92)* promovido pela Cooperação Suíça, em Cabo Verde (no âmbito do qual elaborou uma proposta de grafia e vários estudos de índole gramatical e lexical), a coordenação da cadeira de Língua Cabo-verdiana do curso de Estudos Cabo-verdianos e Portugueses do Instituto Superior de Educação da Cidade da Praia (1992 e 1997) e o Projeto internacional (Sócrates-Comenius) *Nursery Policy and Practice within a Bilingual Context*, no âmbito do Secretariado

Entreculturas (de 1998 a 2000). Autora de vários artigos e publicações, entre os quais *O Universo do Crioulo* (1993), *Estórias de Linguagem* (1998), *Português a Mil Vozes* (2003), *O Essencial sobre Crioulos de Base Portuguesa* (2006) e *Crescer Bilingue* (2006).

Contributos para o desenvolvimento do Crioulo de Cabo Verde e do Português: instrumentalização, educação e ensino DULCE PEREIRA, Departamento de Linguística Geral e Românica da FLUL/ILTEC [PORTUGAL]

...e havia o crioulo, essa língua que faz dos portugueses uns seres ansiosos, porque tão depressa parece entregar-se à nossa compreensão como logo se escapa, ritmo de cobra e água viva que afinal o nosso corpo difícil não foi capaz de acompanhar.

José Saramago

Quando duas línguas estão em situação de contacto, em especial quando se trata de um crioulo e da sua *língua de base* ou de línguas de estatuto social diferente, só uma política assumida de promoção do bilinguismo funcional permite desenvolver harmoniosamente ambas as línguas, tanto nos indivíduos, como na comunidade. Sem essa política, o contacto pode ter efeitos mais ou menos perversos, entre os quais a assimilação e a erosão linguísticas, de que daremos exemplos, em discursos produzidos por cabo-verdianos, falantes de língua portuguesa. Na convicção de que “cada língua dá testemunho, a seu modo, da experiência humana”, e traz consigo “conhecimentos únicos no plano cultural, histórico e ambiental”, um grupo especial de peritos da UNESCO (cumprindo as diretrizes de apoio à diversidade linguística, na sua relação com a biodiversidade e a diversidade cultural) elaborou, em 2003, um documento sobre as línguas em perigo (*Vitalité et disparition des langues*)³² em que apresentou um modelo, contendo nove parâmetros, para determinar o grau de vitalidade de uma língua, de modo a apoiar as medidas políticas de preservação e desenvolvimento linguísticos. O Cabo-verdiano e o Português estão hoje, em Cabo Verde e em Portugal, em situações diferentes de contacto linguístico cujos efeitos serão mais ou menos negativos ou positivos, dependendo das ações que forem ou não levadas a cabo em favor da vitalidade das duas línguas em presença. Fatores como a utilização das línguas nos diferentes domínios de uso, públicos e privados; a adaptação aos novos domínios e meios de comunicação e o ensino, não só da oralidade mas também da escrita (referidos pela UNESCO) influenciam positivamente o contacto entre as duas línguas, evitando fenómenos de cristalização na aprendizagem, de mistura não controlada de línguas ou de perda de variedades (por falta de funcionalidade) e favorecendo, pelo contrário, a criação e o desenvolvimento de novos estilos e de novos recursos gramaticais, vocabulares e textuais. Daremos exemplos de como a instrumentalização e o ensino do Crioulo, a par do Português, e a educação linguística em geral, tornando nítidas as fronteiras entre as duas línguas (uma de tradição oral e outra de tradição escrita), são condição indispensável à sua preservação e ao seu enriquecimento mútuo.

TRABALHO FINAL NÃO RECEBIDO

10. EDMA ABDUL SATAR

Edma Abdul Satar nasceu no dia 1 de fevereiro de 1950 em Quelimane, no distrito da Zambézia, em Moçambique. Seguiu os estudos básicos e secundários em vários colégios no país e em Portugal. Desde pequena, o seu maior passatempo era a leitura e a música, que acompanhava tentando saber as letras das canções, entusiasmando-se desde cedo por línguas estrangeiras. Além da Língua Portuguesa, fala e escreve com desenvoltura o Inglês, Francês, Alemão e Espanhol. Terminado o antigo 7º Ano Liceal na Beira, teve de interromper os estudos, por inexistência do curso de Germânicas na capital moçambicana e, por esse motivo começou a trabalhar como Professora de Inglês em Quelimane. Após a independência de Moçambique rumou para a Alemanha, então Alemanha Federal, e fez a preparação da língua alemã para entrar na Universidade de Munique, a fim de prosseguir os seus estudos mas, oito meses depois, decidiu visitar os irmãos em Portugal, vindos de Moçambique, após a expulsão pelo governo moçambicano de então. Decidiu permanecer em Portugal. Em novembro do mesmo ano iniciou o Curso de Línguas e Literaturas Modernas, na variante Francês/Alemão, na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa. Terminada a Licenciatura, prosseguiu uma pós-graduação em Ciências Documentais, a fim de obter os conhecimentos necessários para o tratamento documental exigido à função que exercia na Biblioteca do Departamento Alemão da mesma universidade. O tratamento de monografias em situação interdisciplinar, particularmente a tarefa de Indexação nos vários domínios científicos levou-a aprofundar os conhecimentos em análise documental num Mestrado em Comunicação e Linguagem, na especialidade de Lexicologia/Lexicografia, seguindo-se um Curso de Doutoramento na mesma área, na Universidade Nova de Lisboa. Possui ainda o Diploma de Estudos Aprofundados (DEA) em Ciências da Documentação e Informação. As suas raízes e ligação que ainda mantém à sua terra natal e a paixão pela investigação motivam-na a querer dar um contributo às línguas nacionais moçambicanas, com recolha de léxico destinado ao vocabulário elementar numa variante da língua XiSena.

A Importância da Recolha do Léxico das Línguas Nacionais de Moçambique EDMA ABDUL SANTAR³³, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação [PORTUGAL]

A minha contribuição neste 7º Colóquio Anual da Lusofonia não se relaciona diretamente com o tema da *crioulização* por razões que aqui serão apresentadas, mas pela vontade de contribuir para a recolha de algum léxico elementar de uma língua minoritária existente em determinada região de Moçambique, onde é marcante a influência dos antecedentes históricos no séc. XIX, relacionados com o mapa cor-de-rosa e a presença dos ingleses nessa região. Apresentadas as razões que contribuíram para o fenómeno de reestruturação da língua após o período colonial, quer por motivos sociais e históricos que justificam a diversidade dos termos das línguas nacionais moçambicanas por um lado, quer pela influência dos árabes nos aspetos morfológicos e sintático-gramaticais em alguns locais por outro, considera-se importante registar o aspeto lexical das variedades linguísticas moçambicanas. Reconhece-se a forte herança dos colonos portugueses na preservação de muitos aspetos na cultura moçambicana, onde não existem sinais de *crioulização*, considerando o conceito de “crioulo” como a língua resultante do contacto de um sistema linguístico originário com o sistema linguístico indígena que se verifica, por exemplo, no crioulo cabo-verdiano, no das Antilhas ou mesmo no Afrikaans. Apontam-se possíveis causas para a inexistência deste fenómeno linguístico relacionadas com a política portuguesa nas antigas províncias ultramarinas. O testemunho oral de um moçambicano parece confirmar as razões deste facto, sendo incontestável a inexistência de conflitos interétnicos ou intergrupais no país. Possivelmente, porque cada comunidade linguística conseguiu preservar a sua língua e a sua cultura, não favorecendo o fenómeno. Não existe “crioulo” em Moçambique, embora sejam várias as línguas nacionais pertencentes ao grupo etnolinguístico africano dos falantes da língua Bantu, a par com a língua portuguesa. Constata-se que, contrariamente ao desejo de alteração da língua oficial do país pelo inglês, a língua portuguesa continua bem viva. A mudança da língua portuguesa pela língua inglesa devido à adesão de Moçambique à Commonwealth ficou por se concretizar, apontando-se como fatores que para isso contribuíram, a situação político-económica e social do país que, dificilmente podia suportar os custos de formação da língua inglesa em todo o país, a herança colonial portuguesa bem marcante na comunicação e expressão tanto nos adultos como nas crianças, travando o seu abandono em prol da língua inglesa. Por outro lado, a evolução dos meios de comunicação e informação, particularmente a televisão, com programas televisivos moçambicanos que permitiam um acompanhamento dos similares difundidos em Portugal, onde o sucesso dos concursos de canção do tipo “chuva de estrelas”, concursos de moda de trajes regionais, faziam a delícia das populações que começaram a ter acesso à televisão, no limiar do novo século. Apresentam-se exemplos da influência da língua inglesa nos termos da variante da língua XiSena e Chinandja, na região da Alta Zambézia, e defende-se um estudo aprofundado do léxico local, com vista à fixação lexical e elaboração de um dicionário elementar, para o caso de vingar o projeto do uso das línguas locais na educação básica das crianças em idade escolar.

0. Introdução

Assistimos, nos nossos dias, ao fecho de um ciclo que se iniciou com as descobertas e expansão portuguesa. É como um retrocesso no tempo, ou por outra, um regresso às origens, em todos os campos, desde a aprendizagem de algo, às trocas de ideias ou de conhecimentos em novos ambientes. Como nómadas que andavam de terra em terra, os portugueses buscavam melhores terras onde se pudessem estabelecer, em busca de melhores climas

³² <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00120-FR.pdf>

³³ Técnica Superior de Biblioteca e Documentação na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Correio eletrónico: esatar@fpce.ul.pt

ou por quererem alargar os horizontes ou ainda, por desejarem difundir a religião. O encontro com outras gentes facilitou as trocas comerciais e culturais, ao mesmo tempo que divulgavam a sua língua. É no âmbito do ensino da Língua Portuguesa como forma de preservação cultural, que esta comunicação pretende debruçar-se sobre todas as questões que um tema desta natureza suscita nos campos político e socioculturais.

Em primeiro lugar, apresentamos uma breve exposição das situações que colocaram Portugal como pioneiro na abertura de novos horizontes quer por via terrestre quer por via marítima. Sabe-se da História, que os portugueses percorriam até ao Mediterrâneo, Ásia e Américas em trocas comerciais com genoveses, árabes ou latino-americanos. Das mesmas fontes se pode informar como se lançaram “por mares nunca de antes navegados”, chegando às terras mais longínquas e estabelecendo contactos com diversos povos. A maneira como estabelecem a interação com todos, o modo como se adaptam às situações e como trabalham para engrandecer o país, faz dos portugueses o povo mais *sui generis* da humanidade. Misturou-se com os nativos dessas terras longínquas, no Brasil e de costa a costa do nascer ao pôr-do-sol. Contribuiu para a mestiçagem, misturando-se, adaptando-se, criando. Neste processo intervieram vários grupos sociais, que merecem particular relevo, os missionários que, como evangelizadores, antropólogos e médicos desenvolveram a ciência com os seus contributos, estudando muitos ambientes, dando a conhecer nova fauna e flora. Não se deve também esquecer a sua participação na elaboração de manuais das línguas por onde passavam e se fixavam, chegando a elaborar gramáticas e dicionários elementares das línguas nativas.

Em seguida, veremos como este povo, pouco a pouco foi impondo a sua cultura, às vezes por métodos menos corretos, nas terras que colonizava e como consegue recompor-se das desventuras que a sorte lhe reserva e das vicissitudes por que passa, sempre reconstruindo e recomeçando. São talvez estas características que fazem do povo português “andarilho” criaturas desejadas e aceites por onde passa. Basta comparar o seu saber-estar com o dos franceses, espanhóis ou ingleses nas colónias que dominaram. E, embora a descolonização portuguesa tenha sido o maior desastre e vergonha deste povo, por razões que, quem foi contemporâneo conhece, nem por isso foram odiados ou mesmo escorraçados, e os de ontem acabam por vir, de novo, abraçar em conjunto o novo projeto de desenvolvimento. Não se pode comparar a colonização portuguesa com a de outros povos, que deixaram miséria, tribalismo e situações como a que assistimos em alguns países africanos, colonizados por outros. Talvez não seja por acaso que países que pertenceram a outros colonos queiram fazer parte da CPLP.

1. Antecedentes históricos

Como resultado da expansão portuguesa por “mares nunca de antes navegados”, os portugueses alargaram o império territorial, fundando feitorias por onde passavam e, ao mesmo tempo, misturando-se com as populações que encontrava. Essas misturas não se limitaram a simples convívios e intercâmbios entre culturas, mas a casamentos, originando sociedades mestiçadas. Podemos entender o fenómeno da expansão portuguesa como um propósito de alargar o território, buscar novos mercados, defender a religião e conhecer novos mundos, ações que acarretaram uma dinâmica social que deu frutos. Este intercâmbio entre culturas não se verificou apenas na questão étnica, mas na influência da arte, da pintura, gastronomia e, principalmente na música.

O contributo dos portugueses para o alargamento das fronteiras e abertura de outros caminhos pelos cinco continentes marcaram o início do que hoje denominamos por interculturalidade, multiculturalidade e globalização. Interculturalidade, na medida em que, ao interagir com a nova cultura do povo colonizado, se estendeu na multiculturalidade dos costumes, sem perder a sua própria cultura. Comercializou na globalização dos seus estados sem perder de vista os horizontes que ele próprio desbravara. É desta maneira que se assistiu, como consequência, ao movimento do norte-sul com a imigração dos europeus que buscavam terras onde pudessem investir no campo económico, comercial e na agricultura, semeando uma riqueza que mal puderam colher, por sua culpa ou pressão de outros.

Mais recentemente no séc. XIX, o fim da segunda guerra mundial proporcionou aos países ocidentais o alargamento territorial e económico com as possessões em África. Foi neste quadro que Portugal se debateu para manter as regiões que ligavam as províncias portuguesas de Angola e de Moçambique, o que lhe daria um domínio alargado da África Austral, mas a vitória de Rhodes³⁴ sobre a região, acabaria por dar aos ingleses a supremacia da região ocidental de Moçambique. Olhando para o mapa deste país e, particularmente, a zona noroeste, verifica-se a influência dos povos fronteiriços, tais como o Malawi a norte, o Lago Niassa, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué, que constituíam o antigo mapa rosa, a Suazilândia e África do Sul.

Este mapa mostra-nos ainda como as costas ocidentais de Angola estão à mercê dos povos que a cobiçavam por esse lado, assim como as costas orientais de Moçambique, assoladas pelos árabes, vindos do Oceano Índico. Estas migrações na direção Norte-Sul acabaram por ser colonizadas até aos anos sessenta e setenta. Presentemente, a ordem inverteu-se, verificando-se um movimento migratório do Sul para Norte, com os imigrantes dos países africanos em busca de conhecimento, a sofrerem de problemas relacionados com a legalização e integração social, a diversidade sociocultural, as dificuldades de integração escolar. A falta de escolas e universidades obrigam os africanos a procurarem onde seguir cursos universitários, na Europa. A falta de trabalho obrigam-nos a procurar sustento em trabalhos precários e mal pagos. Só uma quota-parte de imigrantes que trabalham na construção civil se consideram melhor pagos.

2. A influência da língua inglesa

Cada colónia possuía, no país colonizado, uma relação com as populações, sendo famosa a relação que os ingleses mantiveram com outros povos, principalmente com os africanos. Talvez por esse motivo, a influência da língua se tenha resumido a empréstimos, o que não aconteceu com a língua francesa ou mesmo com a portuguesa. Mesmo assim, verifica-se grande diversidade. Pode-se explicar a diversidade linguística de Moçambique pela influência dos árabes vindos da costa oriental e dos ingleses na costa ocidental e sul do país. Constatada a influência da presença dos ingleses nesta zona, delimitamos a região que é objeto deste estudo, a região da Zambézia³⁵ e confirmamos os seus limites com outras províncias. Esta delimitação não diz apenas respeito à situação geográfica, mas também étnica. A província da Zambézia confina a Norte com a cidade de Nampula, que tem como língua nacional o Emakwa, a noroeste a cidade de Milange separa-a do Malawi, e a sul, tem como fronteira a região de Sofala, onde se fala o XiSena. Na Alta Zambézia, assim como em quase todo o território, as fronteiras linguísticas não são muito bem definidas, podendo encontrar-se vocábulos nas zonas limítrofes. É curioso verificar-se a existência de muitos

³⁴ Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira [v. XVI: 197]

³⁵ Limites geográficos e étnicos da província da Zambézia. Consultado em http://www.kanimambo.com/kan9_inf0.htm

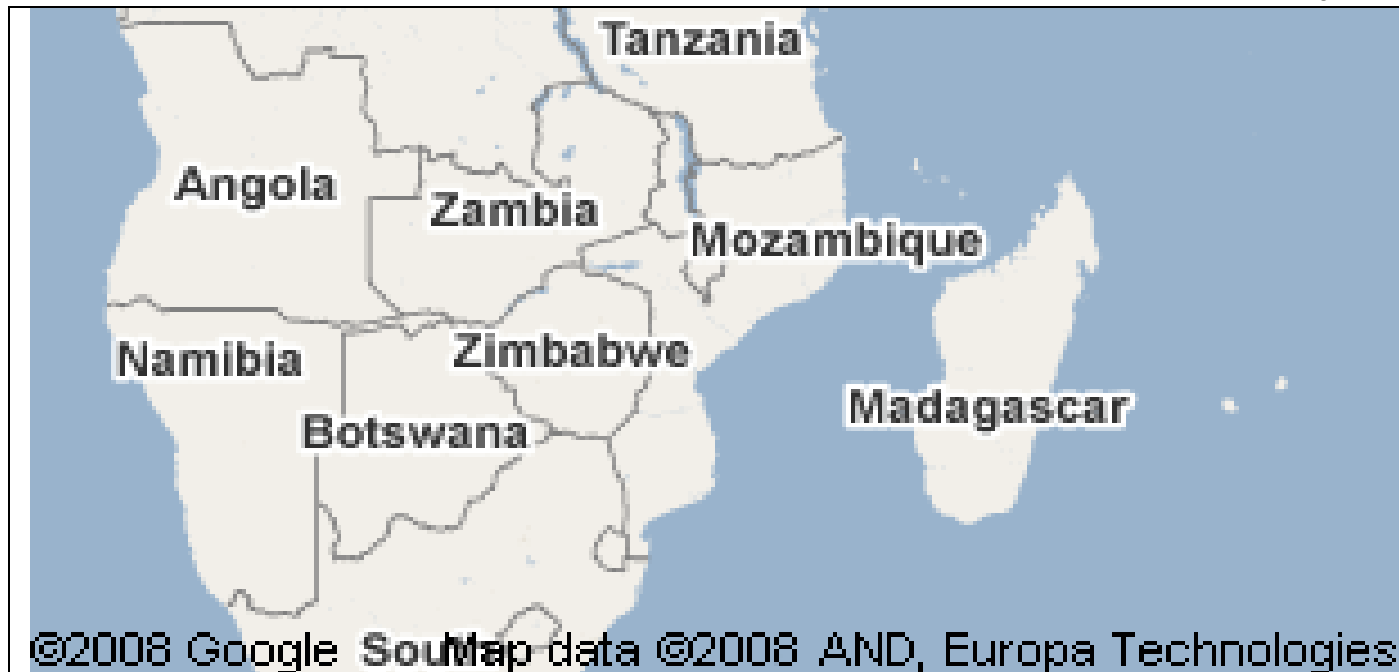


Ilustração nº 1 – A Zona do Mapa Cor-de-Rosa



Ilustração nº 2 – Os limites da Província da Zambézia

empréstimos da língua inglesa na língua nacional, na região da Zambézia central, como por exemplo os vocábulos “shuka”³⁶ possivelmente proveniente de “sugar”, “sispez”³⁷ de “six pence”, referindo-se à antiga moeda portuguesa de 2\$50. O meu conhecimento leigo sobre esta matéria despertou-me para a necessidade de um levantamento linguístico de expressões e vocábulos, a fim de que se possa recolher num léxico. As línguas nacionais sofreram alterações por influência dos países colonizadores e as alterações resultaram nas várias grafias ou pronúncias como podemos constatar na própria denominação das quatro línguas nacionais de Moçambique. Encontramos, por vezes, a designação “emakwa” em vez de “makwa”, xi-changana em vez de chanagana”, etc.

3. Necessidade de fixação do léxico

Moçambique não tinha ainda condições para erguer e concretizar um projeto sobre algumas ideias que se discutiam quase à porta fechada por alguns indivíduos que frequentavam a “Associação africana”³⁸ ou o que se lia no “Brado Africano”³⁹. De entre as ideias mais discutidas constavam a expressão em língua nacional nos programas de rádio, num jornal regional e nas escolas do ensino elementar, na altura, designadas de escolas primárias. Começaram-se a difundir programas em línguas nacionais nas principais cidades do país, onde alguma publicidade já era em língua nacional. O programa “O que me agrada ouvir” que dava voz a uma conhecida e simpática locutora, era o passatempo do fim da tarde, a publicidade a alguns produtos nacionais arrancava comentários agradáveis e até se conhecem comentários sobre expressões usadas pelos professores das escolas elementares que empregavam a língua nacional como suporte de aprendizagem da leitura. É digno de registo nesta situação, o apoio procurado por um professor de uma zona rural numa aula de português, a ensinar do seguinte modo: J (jota) na O (o) = JO; S (esse) na E (e) = JOSE; na mukwaye acento (´) JOSÉ. Este facto mostra como era importante aos professores das zonas rurais estabelecerem a ligação entre a língua materna e a língua portuguesa.

As dificuldades no processo de escolarização dos moçambicanos na época colonial fizeram emergir sentimentos de revolta pela situação de inferioridade criada pelo então governo, vedando o ensino para além do elementar. Os moçambicanos eram afastados, assim que faziam a antiga quarta classe. O sistema educativo, fazendo eco do sistema político impedia os moçambicanos de seguir estudos mais avançados. Tinha-se criado mesmo a cultura do seguimento dos estudos no ensino liceal para os europeus e no ensino técnico para os naturais. Nas escolas técnicas comerciais e industriais, os alunos seguiam o que hoje se designa por ensino politécnico, com a vertente para

³⁶ Esta pode não ser a grafia correta

³⁷ Esta pode não ser a grafia correta

³⁸ Associação cultural existente na cidade de Quelimane, onde se reuniam muitos africanos conhecidos como “revolucionários”.

³⁹ Jornal Moçambicano que divulgava notícias de cariz político-social, onde colaboravam alguns dos políticos moçambicanos mais controlados pelo Estado Novo no país

a vida profissional. Saíam mecânicos, serralheiros, eletricitas ou boas donas de casa, para enfrentarem a vida no comércio e na indústria. Os mais teimosos ou os que já tinham uma consciência política aventuravam-se em ir mais longe. Todos sabiam que sem estudos não conseguiam “singrar na vida”. Como dizia Honwana, era uma “crença na magia do livro”⁴⁰ como a esperança de um futuro melhor, um futuro onde todos os moçambicanos pudessem beber da mesma fonte de sabedoria, dos livros, sem constrangimentos e em liberdade. Tinha razão o autor, pois o livro era o único instrumentos que poderia levar os moçambicanos a resgatar “da condição geral de servidão”⁴¹ e reconhecer alguns direitos de cidadania.

Embora tenha havido interrupção na educação moçambicana devido a fatores históricos e sociais ao longo destes quase trinta anos do período de pós-independência, os programas de educação elementar exigem hoje uma revisão das estruturas linguísticas e um programa de aprendizagem da língua nacional ou como língua principal ou como segunda língua, com fixação gramatical e lexical. As línguas moçambicanas que já na época colonialista eram ensinadas nas escolas, foram sempre mal aceites pelos governos de então. Por esse facto, não se fomentou a elaboração de manuais de apoio, quer fossem simples libelos ou amostras de gramáticas e de léxico. Embora a política colonial de ensino no tempo de Caetano tivesse começado a despertar, foram a base das transformações que o país vinha exigindo, mas que foi interrompido pela guerra no período pós-colonial. A guerra após a independência de Moçambique contribuiu também para o atraso no desenvolvimento do país, destruindo o que em 1979 era prosperidade [^], arrastando a destruição da rede escolar, da estrutura pré-universitária e universitária que já era uma realidade. Mas, tudo faz parte da história e os moçambicanos, sem esquecerem o passado, terão que construir o futuro com todos os instrumentos com que sonharam os “revolucionários” que construíram o país novo. As interrogações proferidas por Honwana quanto à concretização dos seus sonhos adiados só serão ultrapassados quando todos os moçambicanos, qualquer que seja a origem, conseguirem abraçar a igualdade de cidadania, quando se conseguir respeitar a diversidade cultural que implica também saber gerir as identidades próprias, numa cultura de paz e de solidariedade. A ajuda externa é de primordial importância, pela troca de experiências vividas tanto dos que ficaram no país como pelos que de lá forçosamente saíram, pelos sonhos que ficaram por concretizar, pelo amor à terra. Há muito para se fazer.

Conhecem-se alguns projetos de estudo das línguas moçambicanas, como a NELIMO⁴² que, segundo Pöysä, se dedica à recolha de bibliografia das línguas bantu, à descrição destas línguas procurando uniformização ortográfica e elaboração de dicionários (Pöysä, 2007)⁴³. Mas, este processo de desenvolvimento poderá vir a sofrer. A indecisão do governo moçambicano quanto à fixação da língua nacional é um facto grave que pode vir a ter sérias consequências na futura língua do país. Em minha opinião, a adesão de Moçambique à Commonwealth expressa a vontade de o povo moçambicano abraçar a língua inglesa como língua oficial. A expressão “Commonwealth” já reflete usufruto e partilha de bens comuns no quadro da globalização mundial. Traduzindo literalmente, é na verdade uma “riqueza comum”. Mas poderá haver riqueza comum sem uma língua comum?

Quanto tempo levará o país para substituir a língua portuguesa pela língua inglesa? Será que estas interrogações poderão fazer parte dos sonhos adiados? Será que a língua de Camões, com as alterações que se propõem colidirão com as alterações que poderão verificar-se nas línguas naturais moçambicanas, igualmente necessitadas de fixação? As várias grafias e pronúncias que encontramos em algumas línguas nacionais moçambicanas devido à proximidade das ténues fronteiras, alertam para a necessidade de fixação do léxico.

Encontramos vocábulos, por exemplo, “funá” [n’funá ni? = o que queres?], que pode ter vários significados ou grafias com prefixos diferentes. Não será fácil construir e organizar o que deveria ter sido feito historicamente por um processo natural linguístico. A diversidade cultural e linguística, fruto ou herança de um passado que interrompido por causas que conhecemos, longe de ser um motivo de discórdia deve ser um motivo de união, porque só um trabalho consciente e em união poderá reorganizar, re-estruturar e fazer prosperar, não a ação isolada de um investigador ou linguista curioso. A necessidade de partilhar conhecimentos, trocar experiências pode fazer crescer um país, que aprendeu a viver em diversidade respeitando a identidade de cada grupo etnolinguístico, sejam os naturais, os descendentes dos lusos, dos asiáticos ou dos chineses. Esta característica multicultural e multilingue que vai começando a marcar tanto os países europeus como americanos, sul-americanos será uma realidade nos países africanos, no mundo global em que se construirá por si, qualquer que seja o tipo de resistência. Arriscamos a afirmar que podem ser desígnios divinos. Vai ser tão claro como a água. E não haverá outras hipóteses de mudar. A “cultura suburbana”, citando ainda Honwana, que se formou e desabrochou em cultura nacional, internacionalizar-se-á, fazendo de Moçambique um país com futuro e muito desejado.

4. Alguns exemplos do léxico elementar moçambicano

5. Conclusões

Parece que Moçambique enfrenta de novo o problema criado com o desenho do chamado “mapa cor-de-rosa” que delimitava as fronteiras terrestres e linguísticas do país. Presentemente, coloca-se a questão da continuidade da língua portuguesa ou a sua substituição pela língua inglesa e conhece-se a ponderação desta questão no quadro dos países da CPLP. Embora o país esteja rodeado por falantes de língua inglesa e se verifiquem empréstimos de vocábulos em línguas nacionais, não é fácil mudar a língua de uma nação, quando intervieram fatores histórico sociais marcantes, que contribuíram para a sua fixação. Em tom de conclusão, atrevo-me a expressar a minha opinião. Em primeiro lugar, não vai ser fácil escolher, de entre as línguas principais nacionais, a que pode vir a ser oficialmente declarada, sem o levantamento dos bairrismos das províncias principais, que reclamam a primazia. Em segundo lugar, julgo difícil fomentar a expressão da língua inglesa desde o berço até à idade adulta, por fatores económicos e culturais. E finalmente, é indiscutível a influência dos órgãos de comunicação social no impacto que têm na televisão e na imprensa moçambicana. Para além disto, o mais importante é que os moçambicanos têm uma forte herança portuguesa: pensam mais como portugueses do que como ingleses. É claro, que os ingleses ficariam muito contentes por reaverem uma parcela perdida, de grande importância e estratégia geopolítica.

Do ponto de vista educativo, as diferenças culturais sustentadas pela diversidade linguística influenciam o sistema escolar moçambicano, tornando difícil a compreensão entre os professores e os alunos na relação regional e nacional, isto é, entre professores e alunos falantes de determinada língua regional e os professores e alunos de determinada língua nacional. Embora a UNESCO defenda o uso das línguas maternas nacionais como veículo de comunicação nos primeiros anos escolares, e o exemplo acima apresentado como suporte de aprendizagem da língua portuguesa na fase elementar, pode fomentar-se o risco de setarização das populações, ao se criarem desigualdades linguísticas e sociais, que podem ter graves consequências na interação social e que podem provocar rivalidades bairristas, a xenofobia entre as regiões. O uso das línguas nacionais a par com a língua portuguesa impõe um estudo científico dos chamados “dialetos” ou línguas nacionais moçambicanas, com fixação em gramáticas e léxicos. Seriam então necessárias quatro gramáticas e quatro tipos de dicionários, correspondentes aos principais grupos de línguas, o XiRonga, o Xichangana, o XiSena.

Após séculos de domínio colonialista e imperialista, o império português passou por um período difícil de descolonização, desmembramento do território e, vendo-se só, viu-se obrigado a abraçar o projeto da Comunidade Europeia. Mas já houve que afirmasse, que Portugal “não tem vocação nem raízes europeias”. O modo como tratou e lidou com o africano levá-lo-á ao ponto em que o obrigaram a deixar as colónias, não como neocolonizador, mas como auxiliar numa construção que tanto os moçambicanos como portugueses desejam. Sou suspeita, pois a minha alma é duplamente moçambicana e portuguesa. Sou uma luso moçambicana. A viver trinta anos em Portugal, é inquestionável sentir como gostaria de ver o país em que nasci tornar-se um país de diversidades e irmandades, ao som de uma língua que me viu nascer, crescer e chegar onde cheguei.

6. Referências Bibliográficas

COSTA, João Paulo Oliveira e; LACERDA, Teresa (2007) *A interculturalidade na expansão portuguesa (séculos XV-XVIII)*. Coordenação de Roberto Carneiro, 159 p.

GONÇALVES, Perpétua (2004) Towards a unified vision of classes of language acquisition and change: arguments from the genesis of mozambican african Portuguese, *Journal of Pidgin and Creole Languages*, 19:2, 225-259.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA (S.D.) v. xvi. Ilustrada com cerca de 15.000 gravuras e 400 estampas a cores. Lisboa: Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Lda.

GUSMÃO, Neusa M^a Mendes de (2004) Os filhos da África em Portugal: antropologia, multiculturalidade e educação. Lisboa: ICS, 361 p.

HONWANA, Luís Bernardo (1992) Do livro aberto aos sonhos adiados, *Colóquio Educação e Sociedade*, 69-79.

PÖYSÄ, Anna Erika (2007) *Development and consequences of the language situation in Mozambique*. Supervisor Ana M^a Martinho. Master's thesis. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/Faculty of Social and Human Sciences. Department of Portuguese Studies.

SATAR, Edma A. (1998) *As regras de jogo na educação técnico-profissional*. Atas do 8^o Congresso de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalista, Aveiro, 4-6 de maio.

⁴⁰ HONWANA, L. B. [cf. 1992: 70]

⁴¹ Ibidem, p. 71]

⁴² O Projeto tem sido desenvolvido pelo Núcleo de Estudo das Línguas Moçambicanas, segundo Pöysä

⁴³ PÖYSÄ, Anna Erika [2007: 47]

11. EDSON FERREIRA MARTINS E

Graduado em Língua e Literatura Latinas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2001), Mestre em Linguística pela mesma Universidade (2004). Doutorando em Linguística pela Universidade de Évora (início em 2007). Atualmente é professor assistente no Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Histórica e Sociolinguística e Língua Latina, atuando principalmente nos seguintes temas: variação e mudança linguística; história da língua portuguesa; ensino de língua latina.

12. M^a JOÃO MARÇALO

é doutorada em Linguística pela Universidade de Évora, onde leciona no Departamento de Linguística e Literaturas. Licenciou-se em Línguas e Literaturas Modernas – Português e Inglês, na Faculdade de Letras de Lisboa, tendo apresentado Provas de Aptidão Científica e Capacidade Pedagógica na Universidade de Évora nos anos 90. Tem vários artigos publicados em revistas nacionais e internacionais, bem como em atas de Congressos. É autora do livro *Introdução à Linguística Funcional*. Desde 2005 é investigadora do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, no qual continua como colaboradora, sendo atualmente membro integrado do Centro de Estudos em Letras (CEL- UTAD/U. Évora). A sua área de trabalho é a Língua Portuguesa, interessando-se por teorias da linguagem, políticas linguísticas, ciências do léxico, e, no domínio da Linguística Aplicada, sobretudo por questões relacionadas com tradução. É diretora da Comissão de Curso do Mestrado em Línguas Aplicadas e Tradução na Universidade de Évora.

Diversidade linguística e identidade nacional em Monteiro Lobato: contributos para o estudo do Português do Brasil e do Português Europeu Edson Ferreira Martins, Universidade de Évora (Portugal) /Universidade Federal de Viçosa (BRASIL)
- M^a João Marçalo, Departamento de Linguística e Literaturas [PORTUGAL]

O presente trabalho visa analisar, em seu conjunto, as ideias linguísticas desenvolvidas pelo escritor brasileiro Monteiro Lobato no conto intitulado *O colocador de pronomes*. Escritor versátil, mas também editor, educador, almejando-se um reformador da cultura brasileira, Lobato desejava promover uma modificação na forma de se conceber língua e gramática no contexto do ensino brasileiro da primeira metade do século XX, fazendo convergir em seu texto certos movimentos que apontam para a valorização das divergências linguísticas entre o Português Brasileiro (PB) e o Português Europeu (PE), em favor da expressão da nacionalidade brasileira.

Na análise, buscamos demonstrar em que medida os condicionamentos históricos linguísticos e literários influenciaram a produção deste texto lobatiano, enfatizando a relevância dada por Lobato a divergências presentes nos níveis lexical e sintático-semântico das duas variedades do português, tais como: a escolha lexical; o uso de *ter* por *haver*; a colocação pronominal; e a concordância na dita *voz passiva sintética*.

1. Introdução

Neste trabalho, pretendemos substancialmente analisar, em seu conjunto, as ideias linguísticas desenvolvidas pelo escritor brasileiro Monteiro Lobato no conto gramatical intitulado *O colocador de pronomes*, escrito pelo autor em 1924, pertencendo ao livro *Negrinha*. Lobato se vale, no conto em questão, de uma verve que muito dá a pensar sobre as modificações que desejava promover na forma de se conceber língua (seja no uso literário, seja no popular) e gramática no contexto brasileiro das primeiras décadas do século passado, fazendo convergir em seu texto certos movimentos que apontam para a valorização das divergências linguísticas entre o Português Brasileiro (PB) e o Português Europeu (PE), em favor da expressão da nacionalidade brasileira. Sobretudo a partir da caricatura da personagem Androvando Cantagalo, veremos como Lobato trata da questão da língua como manifestação de nacionalidade.

2. Prescrição versus descrição linguística

Monteiro Lobato apresenta ideias bastante inovadoras no texto em questão. Para se perceber este aspeto de modernidade no escritor paulista, deve-se observar primeiro que *O colocador de pronomes* foi escrito em 1920, época em que os estudos linguísticos de tendência descritivista-estruturalista estavam ainda em processo de formação. Para se ter uma ideia mais clara do que isso significa, basta ter em vista que o *Curso de Linguística Geral* – obra póstuma do suíço Ferdinand de Saussure, considerada na história da linguística o divisor de águas da dita Linguística Moderna – tinha sido escrito, em francês, há apenas quatro anos. E, se falamos em “processo de formação” da linguística descritiva, isto é válido mais para os contextos europeu e norte-americano, pelos trabalhos realizados pelas escolas de diferentes correntes estruturalistas. No que se refere ao contexto brasileiro, os avanços científicos conseguidos pela linguística estruturalista demorariam algumas décadas a se fazer sentir, em que pesem as investigações do génio pioneiro de um Mattoso Câmara Jr.⁴⁴ Entre nós, começava a se esboçar um saber gramatical brasileiro, construído desde finais do século XIX, por autores como Júlio Ribeiro (1881), João Ribeiro (1887), Maximino Maciel (também 1887) e Eduardo Pereira (1907), que escreveram obras com uma “tendência gramatical de clara inspiração positivista”. No mais, existiam as publicações consistentes, frutos da tradição de filólogos brasileiros da época, em que figuram, entre outros nomes, os de Said Ali e Antenor Nascentes. Na análise de Maurício Silva, que estudou especificamente o período da gramaticografia entre 1880-1930 (os anos por assim dizer da formação de Lobato), “tudo isso acabava por criar uma espécie de cultura normativista a fundamentar os usos da língua portuguesa no Brasil, como sugerem os mais renomados gramáticos do período”. Lobato via com extremo descrédito a possibilidade de aprendizado da língua a partir desse tipo de tradição gramatical, apoiada no modelo do certo vs errado. Numa carta endereçada a Godofredo Rangel, escrita em 1915, relata uma experiência ruim que teve com o ensino gramatical tradicional (fora reprovado), que gerou nele “uma revolta surda contra gramática e gramáticos”⁴⁵.

3. A valorização da diferença linguística e do PB

O maniqueísmo com que a Gramática Normativa (GN) elabora as suas descrições elitistas do uso linguístico, consoante o modelo frágil do certo *versus* errado, tem a sua contrapartida na defesa da posição de que, nas línguas, não existem *deficiências*, mas sim *diferenças*. O legado do modelo sociolinguístico (LABOV, 1973), neste sentido, é bastante esclarecedor, ao propor que qualquer comunidade de fala comunga um sistema linguístico estruturalmente complexo, dotado de todas as potencialidades expressivas de que o grupo de falantes necessita. Neste ponto de vista, não há *uma* língua, mas um conjunto de usos (variedades de língua) socio-historicamente determinados, perspectiva que valoriza o reconhecimento da coexistência de normas e, portanto, da *diversidade linguística*.

Se é verdade que a GN se utiliza deste maniqueísmo para cumprir uma função ideológica, como observa Marcos Bagno⁴⁶, valendo-se de suas definições de correto/incorrecto como “um instrumento de legitimação das classes dominantes”, o combate contra esta investida ideológica que visa impor usos linguísticos alheios deve ter na *norma linguística real* o repertório de onde se torna possível separar o que, de fato, é característico de uma variedade linguística (do português brasileiro, por exemplo, ou do europeu, ou ainda pertencente ao português africano, ao asiático etc.) daquilo que representa uma mera *norma linguística ideal*. Enfocando a importância da língua como característica de cultura, Monteiro Lobato põe em evidência as diferenças linguísticas, ao buscar explorar na narrativa os conflitos gerados pelas diferenças entre o PE e o PB, partindo sempre das situações cômicas em que o malogrado Aldrovando lhe serve como cobaia para a expressão de uma pormenorizada caricatura verbal do modelo do *magister-grammaticus*. Definitivamente Aldrovando, o brasileiro de fala lusa, não se entende com os seus conterrâneos tupiniquins. Falavam e não falavam a mesma língua.

3.1 Português de estrangeiro: a caricatura de Aldrovando

O recurso à *caricatura* como técnica de produção literária é largamente utilizado por Monteiro Lobato. Esta é a conclusão a que chegou Lia Cupertino Duarte, estudando como o escritor taubateano se apropria do humor em sua obra. Segundo a autora, visto que a atitude humorística é desmistificadora por excelência, o perfil caricaturesco é a opção escolhida por Lobato como conceção de uma considerável parcela de suas personagens. Para o autor, a caricatura, indissociada da sátira, é uma forma de punição, de assepsia social e moral, com grande poder de transformação [...].⁴⁷ Em *O colocador de pronomes*, a construção da personagem Aldrovando é desenhada plena de traços caricaturais. Estamos diante, entretanto, de um tipo de caricatura construída por meio de palavras, onde o processo dialógico da leitura ocorre numa dimensão diferente do que sucede com captação do sentido da imagem,

44 Para uma apreciação global da contribuição de Mattoso Câmara aos estudos linguísticos brasileiros, veja-se o artigo de Carlos Eduardo Uchôa, publicado na Revista Philologus, ano 13, n. 38, com versão eletrônica disponível em: <http://www.filologia.org.br> Revista Philologus Ano 13 Nº 38 - Sup

45 São costumeiras na obra do escritor as qualificações pouco amigáveis para a figura do gramático e dos que cortejam a filogramatiquice. Além da caracterização de Aldrovando como sebento, há aquele trecho exemplar em que Emília define o rinoceronte Quindim, que tinha devorado a *Gramática Histórica* de Eduardo Carlos Pereira, como “um grandíssimo gramático”, com aquele seu “cascão gramatical” (cf. Uma ideia da senhora Emília. In: *Emília no país da Gramática*, 1935, p. 12 e também p. 42). Em outro lugar, compara os gramáticos a ratazanas (cf. Uma nova interjeição. In: *Emília no país da Gramática*, 1935, p. 94).

46 cf. Bagno (2000: 22).

47 cf. Duarte (2006: 269).

isto é, com a caricatura visual. A personagem se constrói enquanto texto, resultando desta “costura” narrativa uma *caricatura verbal*. Como compreender, então, o delineamento destes traços? Neste jogo dialógico entre autor e leitor, para desvelar a tessitura lobatiana, é necessário observar cuidadosamente tanto a caracterização física (do personagem, mas também das coisas à sua volta, do “meio” à maneira tainiana), mas sobretudo a linguagem da personagem. No conto em análise, para além das intervenções do narrador de 3ª pessoa, os discursos diretos dão o contorno definitivo da caricatura de Aldrovando; Lobato nos apresenta também os fatos biográficos do “mártir da gramática”, mas é na língua, na expressão de formas e ideias, que Aldrovando Cantagalo se revela plenamente ao leitor. Nas subsecções seguintes, analiso algumas passagens em que Lobato usa do recurso verbal para traçar a caricatura de Aldrovando, pondo em discussão, simultaneamente, a diversidade da língua portuguesa, por meio do artificialismo deste idólatra dos torneios sintáticos e lexicais do PE. Procuramos separar didaticamente os tópicos que Lobato busca explorar no texto, donde se percebe a ênfase que o escritor deu às questões lexicais e sintáticas.

a) O léxico aldrovândico

A análise do vocabulário presente nos discursos diretos de Aldrovando revela, por parte de Lobato, um cuidado especial na escolha de um léxico nada popular (exceção ao qualificativo *alarve*) para a caracterização da fala deste personagem. O objetivo é dar contornos maximamente vernaculares ao seu idioleto, recheado de expressões lexicais que fazem parte mais do português literário europeu que da língua usual de Portugal. Destaco abaixo os principais léxicos utilizados no texto que o comprovam:

ALARVE – aparece desde 1344 na língua (*allarve*), arabismo de *al-arab*, “o árabe”; originariamente o nome dado aos mouros salteadores, hoje aplicado em linguagem corrente do PE no sentido de pessoa brutal, indelicada, rude, tola. Ex: “Amigo, disse-lhe pachorrentamente Aldrovando, natural a mim me parece que erres, *alarve* que és”.

ALVEITAR – forma que data do século XV (*alveitar* ou *alveytar*), proveniente do árabe *al-baitar*, refere-se à pessoa que se emprega a tratar a doença dos irracionais, sem os necessários conhecimentos veterinários. No texto, ressalte-se o cómico de situação, em que o cliente do “consultório” de Aldrovando, é chamado, subtilmente, de animal. Ex: “Pois, amigo, errou de porta. Seu caso é ali com o *alveitar* da esquina”.

ANTANHO – ocorre na língua pela primeira vez em 1543, o mesmo que “de antigamente”. Ex: “Ai! Onde param os [sic] boas letras d’antanho? Fez-se peru o níveo cisne”.

ASINHA – de origem controversa, forma adverbial de uso antigo, presente desde o século XIII na língua portuguesa, com o sentido de “sem demora”, “rapidamente”. Ex: “Toma lá. O mau bicho que tens no sangue morrerá *asinha* às mãos deste vermífugo”.

BOFÉ – forma contraída da expressão adverbial à boa-fé, é dado como uso antigo por Houaiss, aparecendo na língua a partir de 1913. O mesmo que “em verdade”. Ex: “Sei pelejar com todas as armas e irei até ao fim. *Bofé!*...”.

DELETREAR – (1789), soletrar. Ex: “Cá está um desses *galicigrafos*. *Deletreemo-lo* ao acaso”.

EMPÓS – de uso antigo, originário de *em + pós*. Ex: “*Ir-lhes-ei empós*”.

EXPUNGIR – do século XVIII; sentido: fazer desaparecer (uma escrita) para substituí-la por outra (escolha lexical bastante apropriada para o sentido da narrativa, diga-se de passagem). Ex: “Naquela tábuca um *dislate* existe que seriamente à língua lusa ofende. Venho pedir-te, em nome do asseio gramatical, que o *expunjas*”.

FÉRULA – (1563), tipo de planta de cujo caule se faz uma vara de açoite; daí, por metonímia, “*palmatória*”; por metáfora, “*rigor disciplinar*” ou “*severidade*”. Ex: “*Fogem-me á férula*, os maraus de pau e corda?”.

FILAR – usado diante da preposição *por*, com o significado de “*segurar com força*”. Ex: “*Ir-lhes-ei empós, filá-los-ei pela gorja... Salta rumor!*”.

GORJA – o mesmo que garganta, do galicismo *gorge*, possivelmente do latim *gorges* (“*abismo*”, “*voragem*”). Ex: “[...] *filá-los-ei pela gorja...*”.

INGRESIA/INGRANZÉU: o mesmo que *inglesia*, de etimologia controversa, provavelmente de *ingrês* a partir de *inglês*. Usado pejorativamente para significar “*barulho*”. Exs: (1) “*A ingresia d’hoje, declamava ele, está para a Língua, como o cadáver em putrefação está para o corpo vivo*”. (2) “*E traduzi em latim o tal ingranzéu?*”.

MARAU – do século XVII, pelo galicismo *maraud* (*pedinte*), significando “*indivíduo ignóbil*”, “*espertalhão*”. Ex: “*Fogem-me á férula*, os maraus de pau e corda?”.

SUASÓRIO – século XVII, o mesmo que *persuasório*. Ex: “*Experimentemos processo outro, mais suasório*”.

TARELO – sinónimo de “*tagarela*”, com origem no século XIX. Ex: “*Hei de influir na minha época. Aos tarelos hei de vencer*”.

b) O uso de ter por haver

Sobre a polémica linguística em torno do uso dos verbos *haver* e *ter* nas duas variedades, que Said Ali chega a listar como uma das “dificuldades da língua portuguesa” no seu famoso conjunto de ensaios, M^a Lúcia Sampaio (1978) nos traz uma realidade interessante. Em sua pesquisa, onde faz um estudo diacrónico dos dois verbos, cobrindo toda a história do português, a autora constata que, para expressar a ideia de posse, *haver* e *ter* concorrem na língua desde as origens do português (século XIII), com amplo domínio de *haver*. No sentido de “existir”, a partir do século XVI, com o desgaste e o esvaziamento semântico das formas do verbo *haver* (*hei*, *há*, *houve*, *haja* etc.), o verbo *ter* invade a esfera da oração existencial⁴⁸, ainda que, pelo conservadorismo da escrita (norma literária), continue a aparecer nos textos em menor escala que o verbo *haver*. Como observa a autora, “com a nova criação da língua [o sentido existencial] surgiram duas construções que entraram em concorrência. A oração existencial com o verbo *ter* veio preencher um deficit da língua, cuja clareza de comunicação estava ameaçada pelo desgaste e conseqüente inexpressividade do verbo *haver*.”⁴⁹

A prevalência de *haver* sobre *ter* com sentido existencial vai se consolidando na norma literária do PE, no que é seguida pelos escritores brasileiros ao longo dos séculos, do seiscentos ao novecentos. O jogo começa a virar no PB em favor do verbo *ter* apenas no século XX, por meio do projeto de consolidação da cultura brasileira idealizado pelo movimento modernista. A evolução da competição diacrónica entre os verbos pode ser percebida no quadro abaixo, adaptado dos dados apresentados por Sampaio (1978), em que a autora analisa a frequência de usos por autor, no século XX:

Escritor	HAYER	TER
Cassiano Ricardo	99 %	1 %
Manuel Bandeira	80 %	20 %
Vinícius de Moraes	50 %	50 %
Mário de Andrade	50 %	50 %
Lygia Fagundes Teles	50 %	50 %
Carlos Drummond de Andrade	40 %	60 %
Guimarães Rosa	10 %	90%

48 Silveira Bueno, visando distinguir as criações linguísticas genuinamente brasileiras daquelas que são ecos de estágios antigos do PE aclimatados no PB, argumenta que o uso de *ter* por *haver* é um caso de falso *brasileirismo*, sendo de outra parte mais um dos traços conservadores da sintaxe do PB. O autor dá alguns exemplos como: “Apenas *tem* quinhentos homens naquela fortaleza” (J. Freire); e ainda: “Nos matos da costa *tem* muito brasil e pau preto de que todos os anos se carregam mais de cem juncos para a China, Aimão, Camboja e Champa, e *tem* mais muita cêra, mel e açúcar” (Fernão M. Pinto).
49 cf. Sampaio (1978: 67).

Embora a autora não registre em seu estudo o número absoluto de ocorrências coletados em cada autor, os números permitem uma leitura bastante favorável sobre o peso do verbo *ter* como uma presença lexical forte dentro do que denominei de *norma linguística real* do PB do século XX. Voltando ao texto de Monteiro Lobato, os dados quantitativos expostos acima também nos auxiliam a confirmar a imagem do escritor, pelo menos nos limites do conto analisado, como um precursor do modernismo, atento à premência de se valorizar a língua portuguesa falada e escrita no Brasil como parte de seu programa estético literário. A disputa lexical *ter x haver* não passou despercebida a Lobato, ao narrar o martírio de Aldrovando Cantagalo, que se encolerizava contra a “garabulha bordalenga”, que estampavam os jornais brasileiros. É assim que ele se revolta, pinçando aleatoriamente numa publicação um uso de *ter*. Curioso é que o purismo do homem era tamanho, que na ocorrência não se trata do uso clássico de *ter* no sentido de existir; tem-se, na verdade, o verbo seguido do substantivo “lugar”, com que forma uma construção no sentido de “acontecer”. Seja como for, era o bastante para lhe doerem os rins:

– *Teve lugar ontem... É língua esta espurcícia negral? Ó meu seráfico Frei Luiz, como te conspurcam o divino idioma, estes sarrafaçais da moxinifada!*

A caricatura do filólogo como fiel apóstolo do PE como língua santa ganha contornos nítidos para o leitor, quando Aldrovando usa em sua fala profética, construções como:

– *Não hei de acabar, porém, antes de dar a prelo um grande livro, onde compendie a muita ciência que hei acumulado.*

em que soa pouquíssimo brasileira a perífrase com *haver*, onde dizemos e escrevemos nós “vou acabar/terminar [...]” e “[...] que *tenho acumulado*”; e ainda esta outra:

– *Hei de influir na minha época. Aos tarelos hei de vencer. Fogem-me á férula os maraus de pau e corda? Ir-lhes-ei empós, filá-los-ei pela gorja... Salta rumor! (negritos meus)*

Novamente se constata o olhar atento de Lobato para as questões linguísticas, pois, como observa Said Ali (1950:185), *ter de* “é um neologismo consagrado na linguagem literária do século XVIII para cá”. Até este período era usual apenas a variante *haver de*, largamente atestada no português arcaico e quinhentista.

c) A colocação pronominal

Esta última citação do texto dá margem a que especulemos sobre outra antiga polémica linguística que aflora do contraste PE x PB, a da colocação pronominal⁵⁰. Vejamos os momentos privilegiados em que Lobato tematiza a questão.

Primeiramente, chama a atenção o uso recorrente que Aldrovando faz da *mesóclise*. Além dos exemplos que aparecem no fragmento supracitado, em mais uma outra ocasião Lobato põe a construção na boca de Aldrovando: “ – Fá-la-ei imprimir á minha custa!”, diz o gramatigueiro, quando nenhum editor vem bater-lhe à porta, para bancar e prestigiar a edição da sua obra. Na postulação da mesóclise, que algumas gramáticas referem bisonhamente como a ocasião em que o clítico é posto “no meio do verbo”, pode-se ver o eco do prescritivismo gramatical segundo a regra de que “não se deve iniciar uma frase com pronome átono”. Em questão tão delicada, que envolve, entre outras coisas, ritmos de fala, sabidamente diferentes entre PE e PB, é sempre bom consultar a opinião de estudiosos como Said Ali (e estamos a falar também de um autor de *gramáticas!*), que observa⁵¹, com letras capitais como segue aí, na sua *Gramática Secundária* (note-se a importância da conjugação de fatores prosódicos e sintáticos, na análise do autor):

A PRONÚNCIA BRASILEIRA DIVERSIFICA DA LUSITANA; DAÍ RESULTA QUE A COLOCAÇÃO PRONOMINAL EM NOSSO FALAR ESPONTÂNEO NÃO COINCIDE PERFEITAMENTE COM A DO FALAR DOS PORTUGUESES (SAID ALI, 1969: 205).

Seria interessante contrapor à ortodoxia gramatical, a opinião de José Lemos Monteiro. O autor, que dedica um trabalho de peso à questão da reorganização do quadro dos pronomes pessoais no PB, atesta que a tradição gramatical em língua portuguesa, regista como possibilidades de colocação pronominal: a próclise; a ênclise; a apossínclise; e a mesóclise. Diante deste quadro “descritivo”, o linguista nota, porém:

a apossínclise (deslocamento à esquerda do pronome átono para antes de um advérbio: "eu o não vi") é absolutamente irreal para os brasileiros. E a mesóclise praticamente também já não ocorre entre nós. Dela só encontramos em nosso corpus raríssimos exemplos e, assim mesmo, em elocuições formais de falantes idosos.

Idoso o Aldrovando de Lobato também era, mas o intuito primeiro da caricatura pretendida não é esta, mas sim explorar o modelo arcaico de língua que Aldrovando tenta em vão professar, na sua fala e nos seus ensinamentos... Para Monteiro, “o problema da colocação ainda é variável e em certos pontos facultativa, conquanto se manifeste a tendência decisiva para a próclise na fala brasileira.”⁵²

As conclusões seguras deste linguista, profundo conhecedor da realidade da língua falada e escrita no Brasil, vêm confirmar mais uma vez o quanto há de modernidade no posicionamento de Lobato sobre as questões de língua. Sempre se apoiando no humor, na sátira, são tragicômicos os contornos em que o escritor nos narra a morte de Aldrovando, provocada como um carma, *in extremis*, pelo deslocamento impróprio de um pronome (“que sabe-me”). Noutra ocasião, num dos momentos mais hilários do texto, o escritor volta a tratar da questão pronominal. É a cena em que, tendo editado finalmente a sua obra máxima, “dois brutamontes de mangas arregaçadas” vem-lhe entregar “a primeira carroçada de livros”:

– *Me dá um matabicho, patrão!...*

Aldrovando severizou o semblante ao ouvir aquele “Me” tão fora dos mançais, e tomando um exemplar da obra ofertou-o ao “doente”:

– *Toma lá. O mau bicho que tens no sangue morrerá asinha às mãos deste vermífugo. Recomendo-te a leitura do capítulo sexto.*

O carroceiro não se fez rogar; saiu com o livro, dizendo ao companheiro:

– *Isto no “sebo” sempre renderá cinco tostões. Já serve!...*

Como se percebe pelo contraste de caracteres, Lobato busca opor os carregadores de livros, (trabalhadores braçais, representantes aqui dos falantes de um português genuinamente brasileiro) à figura austera e bolorenta de Aldrovando. A ênfase do escritor, porém, não recai na diferença socioeconómica evidente entre os personagens; o que o autor procura explorar, na verdade, são as diferenças da língua, ou melhor, a valorização da diferença entre o que seja próprio do PE em contraste com o que seja legítimo e característico do PB. Além da sentença iniciada com o pronome átono – crime de lesa-língua para os puristas de plantão – repare-se no léxico “matabicho”, o mesmo que “cachaça”, escolha lexical própria de quem quer proclamar o abrasileiramento da literatura e da língua. Neste ponto, Lobato se põe como um precursor dos autores modernistas brasileiros.⁵³ Neste sentido, a punição do narrador à figura do gramático é sintomática da defesa da língua como expressão da nacionalidade brasileira.

Pode-se mesmo falar que, neste texto, Lobato defende uma interessante posição (e avançada para o tipo de ensino predominante da época) de que o destino da língua pertence a seus usuários:

– *Chega de caraminholas, ó barata tonta! Quem manda aqui, no serviço e na língua, sou*

eu. E é ir andando, antes que eu o ferre com um bom par de ferros ingleses! (negritos meus)

É assim, aos gritos, que Aldrovando quase apanha do brasileiroíssimo ferreiro Serafim. Nesta passagem, o texto lobatiano advoga um caráter fundamental da língua, o da liberdade do falante frente ao código. Parafraseando Saussure, e retomando a crítica coseriana do *Cours*, a atitude de Serafim frente a Aldrovando significa, de fato, que a língua não se impõe ao falante, sendo antes este a impor naquela as suas marcas subjetivas. Em termos de constituição histórica, apesar dos fatores que condicionam o existir concreto de uma língua com tradição escrita, o controle dos rumos de um idioma pertence aos usuários (aos brasileiros, por exemplo), e não às ditas “autoridades”, que pretendem estigmatizar os falantes do PB, ou até mesmo frear a criatividade linguística inerente ao fenómeno da comunicação verbal. Tais “autoridades” perpetuam atitudes normativas milenares no saber gramatical do ocidente (pense-se no caso do *Appendix Probi*), não sendo difícil perceber a presença dos discípulos de Probo nos Aldrovandos dos dias atuais, que permanecem tendo voz na sociedade brasileira contemporânea.⁵⁴ Com base

50 Foge aos propósitos deste texto fazer um esboço histórico ou exaustivo do constituir desta “polémica” relacionada à “correta” posição dos pronomes no PB, mas lembre-se o curioso caso filológico-literário da edição dos poemas de Gregório de Matos, feita por Afrânio Peixoto, em que o erudito e estudioso camoniano altera, em nome da boa moral e da boa gramática, sendo que “os seus pronomes (os pronomes da sua edição) são colocados mais à portuguesa e certas construções, que documentariam o processo linguístico do português do Brasil do século XVII são às vezes criminosamente alteradas de acordo com a ideologia estreitamente gramatical que dominava entre os velhos da década de 20 no Brasil.”

51 Mantenho na citação as letras capitais, presentes, claro esteja, no original.

52 A título de exemplo da diferença entre PB e PE quanto à colocação dos pronomes átonos, registro a diferença observada na propaganda televisiva de uma marca de energéticos, que em Portugal diz “Red Bull dá-te asas”; ao passo que, no Brasil, o texto publicitário é escrito “Red Bull te dá asas”.

53 cf. Lessa (1966: 58).

54 Sobre a atuação maléfica das autoridades gramaticais no contexto de produção da mídia impressa e eletrônica atual, veja-se Bagno (2000) e Scherre (2004).

no conhecimento acumulado sobre a natureza da linguagem humana, certamente se esperava que fosse possível se adotar uma postura mais crítica (menos anacrônica, inclusive, após o impacto da intensa produção da linguística brasileira no último século) em vez de repetir ideologias arcaicas e conservadoras. O entrave a esta mudança de comportamento está no fato de que, em termos de relações de poder, a língua é vista por seus usuários como uma questão essencialmente política.⁵⁵

d) A dita voz passiva sintética

De acordo com a narrativa criada por Lobato, na sua fase de militância em defesa do vernáculo – convenhamos –, um fato inegável é que Aldrovando se mostrou um estrategista dos melhores, ainda que suas ideias tenham-se perdido na relação dificultosa entre teoria e prática. Após seguidos insucessos, em que escreve ofícios ao Congresso, vira colunista de jornal, abre (vejam só!) um consultório gramatical, para cuidar da “grande enferma” (a língua), Aldrovando resolve, enfim, perambular pelas ruas, procurando “erros” de linguagem, para saná-los, a eles e a seus feitores. Nesta atitude inédita de um heroico-gramático-ambulante, Lobato cria uma cena absolutamente significativa para compreendermos a visão aguçada do autor sobre a diferença entre prescrição e descrição gramaticais, em que põe em destaque, de um lado, o papel da criatividade linguística do falante, e de outro a natureza da variação e da mudança linguística no diálogo travado entre Aldrovando e o ferreiro Serafim. Lobato se vale deste episódio para fazer uma crítica à análise gramatical tradicional do sintaticismo denominado de *voz passiva sintética*. O tema costuma ser abordado nos compêndios gramaticais normativistas na secção que trata da concordância verbal nas construções com *se*, em que o clítico é tido por um *pronome apassivador* ou *partícula apassivadora*. Como se sabe, o ponto intocável da postulação da regra de concordância na visão normativista, conforme prega a catequese “aldrovândica”, é o de que o sintagma nominal presente nas frases é *sujeito sintático*; daí decorreria a necessidade de adequação na categoria de *número* entre verbo e sujeito.

Monteiro Lobato, ao que parece, demonstra ter conhecimento de um ensaio pioneiro sobre a análise da construção em termos de postular o clítico *se* como sujeito em vez do sintagma nominal, que passaria a ser visto como objeto verbal. Trata-se de um texto publicado por Manuel de Said Ali, em 1908, em que o distinto filólogo demonstra a fragilidade da análise normativa, contra a qual insurge categoricamente. No contexto da filologia em Portugal, José M^a Rodrigues também se pronuncia sobre esta querela, em 1914, num dos boletins publicados pela Academia de Ciências de Lisboa. Quer pela profundidade da análise empreendida, quer pelo tipo (livro) e local de divulgação, nos parece lícito pensar que Monteiro Lobato tenha sido influenciado pelo conhecimento do texto de Said Ali. Unindo, de forma refinada e espantosa, conhecimentos linguísticos e literários, Lobato dá um tratamento, digamos, *poético* (lembre-se o sentido da raiz grega deste léxico) àquilo que Said Ali distinguira com olhos aquilinos. Vale lembrar que a questão da concordância verbal na dita *voz passiva sintética* viria a ocupar nas décadas seguintes, um lugar de destaque nas pesquisas linguísticas do português, e de outras línguas românicas, quadro que ainda permanece bastante atual, como demonstram as pesquisas atuais.⁵⁶

Ao diálogo criado por Lobato entre o filólogo Aldrovando e ferreiro Serafim não há muito o que dizer, sob pena de só lhe tirar, sem nada acrescentar. Apenas fazemos uma ligeira observação, que visa descortinar mais uma faceta da ironia lobatiana, não explícita ao leitor. Note-se que o ferreiro se chama Serafim. Tinha no nome um quê de anjo, cuja raiz lexical é a mesmíssima do adjetivo carinhoso com que o rabugento Aldrovando se dirige ao seu mestre maior da língua lusa: “Ó meu *seráfico* Frei Luís”. Emendando o sarcasmo lobatiano, poder-se-ia dizer que, aos olhos daquele malsucedido “Agente da Saúde idiomática”, devia parecer uma heresia, punível com morte à fogueira, que um sujeito reles como aquele, verme abominável da gente de Sodoma e Gomorra, pudesse ter no nome qualquer relação com o cândido mundo habitado pelos anjos. Seu derradeiro e único júbilo talvez fosse que a glória dos mártires é medida pelo grau dos suplícios...

4. À guisa de conclusão

O *colocador de pronomes* demarca, de um lado, um momento de amadurecimento das ideias linguísticas de Monteiro Lobato. A correspondência trocada pelo autor com Godofredo Rangel demonstra que os anos anteriores à redação de *Negrinha* foram uma época de crise intelectual para o autor, que buscava a forma adequada de abordar a questão da língua dentro da perspectiva da afirmação do Brasil como nação (do que decorre a abordagem reformadora da língua e da gramática que o autor busca propor com a produção do conto), ao mesmo tempo em que Lobato necessitava elaborar formalmente a sua própria expressão como literato. De outra parte, para além do seu valor literário inestimável, o conto funciona, por tudo o que se disse aqui (e quiçá pelo que não se disse) como um documento rico, plurissignificativo, para a compreensão do processo histórico de consolidação da língua literária brasileira, e, por conseguinte, da própria história do PB.

Primeira formulação consistente do pensamento linguístico do escritor, a narrativa nos deixa perceber em Lobato um profundo conhecedor da realidade linguística brasileira, com um faro apurado para a compreensão do comum e do diferente nas encruzilhadas da constituição histórica – nada lineares – entre PE e PB. Obra de um homem para lá de multifacetado; moderno, se não modernista; entusiasta do progresso; pensador das grandes questões culturais do país, da educação popular, pondo em primeiro plano a educação literária e linguística. Fez isso, inclusive, a um só tempo, sem ter de prescindir desta ou daquela abordagem da linguagem, postura que talvez mereça a atenção de alguns profissionais de Letras dos dias atuais que, por um excesso de positivismo ou cientificismo, pretendem ver estudo linguístico e estudo do literário como a querela neopocalíptica entre Deus e Mefistófeles. Eis aí mais uma via de leitura que o autor/texto nos abre.

5. Referências Bibliográficas

ALBIEIRI, T. M. (2005) *Lobato: a cultura gramatical em “Emília no país da Gramática”*. Dissertação de mestrado. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas.

BAGNO, M. (2001) *Dramática da língua portuguesa*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola.

CAUDAS AULETE, F. J. (1948) *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. 3ª ed. Lisboa: Parceria António M^a Pereira.

COSERIU, E. (1979 [1958]) *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística* Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Universidade de São Paulo.

GOH, S. S. (2004) *Metalinguagem e marcas de oralidade em Monteiro Lobato*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo.

LABOV, W. (1973) The logic of non standard English. In KEDDIE, N. (org.) *The myth of cultural deprivation*. Penguin.

LEON, L. M. M. (2004) A teoria gramatical na colocação dos pronomes oblíquos átonos. In *Revista Philologus*, Rio de Janeiro: s/d. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/revista/artigo/10\(28\)04.htm](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/10(28)04.htm)

LESSA, L. C. (1966) *O modernismo brasileiro e a língua portuguesa* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

LOBATO, M. (1935) *Emília no país da Gramática*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

_____. (1950a) *A barca de Gleyre*. vols. 1 e 2. São Paulo: Brasiliense.

_____. (1950b) Prefácio ao *Dialeto Caiçara*. In *Prefácios e entrevistas*. São Paulo: Brasiliense.

_____. (1956) O colocador de pronomes. In *Negrinha*. São Paulo: Brasiliense.

MONTEIRO, J. L. (1994) Pronomes Pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil. Fortaleza: Edições UFC.

OSÓRIO, P. J. & MARTINS, E. F. (2007) *A sintaxe das construções com se no Português do Brasil*. 2ª ed. Alpiarça: Zaina Editores.

RODRIGUES, J. M. (1914) Sobre um dos usos do pronome *se*: as frases do tipo *vê-se sinais*. In Academia das Ciências de Lisboa, Separata do Boletim da Segunda Classe, vol. VII, pp. 1-14. Coimbra: Imprensa da Universidade.

SAID ALI, M. (1950) *Dificuldades da língua portuguesa: estudos e observações*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

_____. (1969) *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. 8ª ed. São Paulo. Melhoramentos.

SAMPAIO, M. L. P. (1978). Estudo diacrônica dos verbos *ter* e *haver*, duas formas em concorrência. Assis: Tipografia Nigro.

SILVA, M. (2006). A gramática brasileira novecentista: uma história. In Revista Letra Magna: Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura. Ano 3, n. 4, 1º semestre de 2006.

XAVIER, A. C. & CORTEZ, S. (eds) (2003). *Conversas com linguistas – virtudes e controvérsias da linguística* São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

55 Adotamos aqui a definição de língua de Kanavillil Rajagopalan (2003: 176): “Para qualquer indiano, algumas respostas, tais como língua é instrumento de comunicação, língua é pátria, são chavões. Língua, pátria, nação são conversa fiada. Esses chavões não têm o menor sentido, porque para os leigos, que compõem a grande maioria dos usuários de uma dada língua, língua é, antes de mais nada e depois de tudo, uma questão política”. Em que pese a menor variação dialetológica face à situação da Índia, não há motivos para se pensar que a “língua como pátria” etc. seja um chavão menos expressivo dentro do quadro plural das comunidades lusófonas.

56 Para uma apreciação das abordagens sobre a questão do *se* veja-se Monteiro (1994) e Osório e Martins (2007:19-23).

13. ELIS DE ALMEIDA CARDOSO

Elis de Almeida Cardoso é mestre e doutora em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde atua como professora na área de Filologia e Língua Portuguesa (graduação e pós-graduação). Ministra na graduação as disciplinas *Introdução ao Estudo de Língua Portuguesa* (variações linguísticas, ensino da língua e história da língua) e *Morfologia do português* (estrutura e formação de palavras) e, na pós-graduação, a disciplina *A criação lexical no texto literário*. Tem desenvolvido pesquisas nas áreas de Morfologia, Lexicologia e Estilística. É autora de vários artigos científicos, que exploram, sobretudo, a formação neológica e os aspetos expressivos da criatividade lexical, e do capítulo do livro *A língua que falamos* (São Paulo, Globo, 2005) intitulado *A formação histórica do léxico da Língua Portuguesa*. É uma das organizadoras do livro *Modelos de Análise Linguística* (São Paulo, Contexto, no prelo). Orienta em nível de mestrado e doutorado e coordena o projeto de pesquisa *Criação lexical estilística*, desenvolvido na USP com a participação de mestrandos e doutorandos. Integra a comissão coordenadora do programa de pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa. Atualmente prepara seu estágio pós-doutoral, que será realizado na Universidade de Lisboa, com início no 2º semestre de 2008.

O léxico da periferia: uma análise de um dos dialetos do português brasileiro ELIS DE ALMEIDA CARDOSO, Universidade de São Paulo (BRASIL)

Introdução

Este trabalho tem como objetivo principal mostrar quais os processos de formação neológica que aparecem em “Dialeto local” - dicionário divulgado em uma página da internet (www.capao.com.br), que registra o léxico de um bairro periférico da cidade de São Paulo (Capão Redondo) e é alimentado com base na sugestão de moradores do bairro e de internautas em geral. O portal, criado em 2000, surgiu com o objetivo de mostrar que no bairro do Capão Redondo não existe só criminalidade, mas também uma cultura e um dialeto próprios. A linguagem da periferia dos grandes centros urbanos brasileiros, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, apresenta características próprias principalmente no que diz respeito ao léxico. Por serem áreas onde impera a violência e o tráfico de drogas, muitas dessas novas palavras que integram o léxico da periferia associam-se justamente a esses universos. Carregados de ideologia, os neologismos surgem com o objetivo de marcar território e de delimitar grupos sociais. O bairro do Capão Redondo, situado na zona sul da capital paulista, tem 203 mil moradores, divididos em 99 quilômetros quadrados e 584 favelas. 9% dos chefes de família não possuem nenhum rendimento e é registrado um homicídio a cada dois dias. Com base nos estudos da criatividade lexical, de Louis Guilbert, pretende-se analisar os processos de formação do léxico utilizado por um determinado grupo da sociedade brasileira. Por meio das escolhas e formações lexicais, objetiva-se verificar, com base na estilística e na sociolinguística variacionista, a visão de mundo e a ideologia de uma das muitas comunidades lusófonas.

O que acontece na comunidade do Capão Redondo, bairro situado na região sul de São Paulo, uma das mais violentas, também ocorre em outras regiões periféricas. Por meio de um léxico próprio, preservado pelo uso, cria-se uma espécie de convenção, e a obediência a essa norma própria acaba por condicionar os indivíduos – jovens, sobretudo -, que já apresentam comportamentos semelhantes, a manifestarem linguisticamente seu pensamento de forma muito parecida. O objetivo principal do “Dialeto local” é, portanto, mostrar que na periferia das grandes cidades brasileiras existe uma comunidade que elege determinados hábitos linguísticos para expressar seu modo de viver. Aqui se pretende analisar de que maneira a criação do léxico especial, formado principalmente por gírias, atende às necessidades desse grupo social tais como autoafirmação, desejo de originalidade e de se fazer entender apenas por indivíduos do grupo.

As escolhas lexicais: reflexo de visões de mundo

“A língua é uma instituição social de adoção obrigatória a todo indivíduo pertencente a uma mesma comunidade para se fazer entender” (Claret, 1979:32).

Desde que nascemos, diz Preti (1977:1), “um mundo de signos linguísticos nos cerca e suas inúmeras possibilidades comunicativas começam a tornar-se reais a partir do momento em que, pela imitação e associação, começamos a formular nossas mensagens”. Em nossa trajetória comunicativa, é comum nos depararmos com itens lexicais que não fazem parte do nosso repertório linguístico. Do enorme conjunto lexical, dominamos apenas uma parte. O rol das palavras que compõem o vocabulário de cada indivíduo está diretamente associado à sua experiência acumulada e às práticas sociais e culturais adquiridas. Delimitam, portanto, as escolhas lexicais o momento histórico, o lugar, a idade, o sexo, a profissão, o grau de instrução, o status socioeconômico e muitos outros fatores. Com o passar do tempo, o léxico vai sofrendo alterações e é muito comum que palavras usadas em um determinado momento sejam esquecidas ou ganhem nova significação. Pode-se tomar como exemplos *almocafre* - espécie de enxada; *infido* - infiel; *furriel* - militar de baixa categoria; *broslar* - bordar, ornar, etc. Escolhas como essas lembram, sem dúvida, tempos passados.

Os regionalismos, palavras que evocam regiões específicas, podem simplesmente passar despercebidos, mas, caso o ouvinte-leitor não seja da região, ao se deparar com a palavra não habitual, poderá não compreendê-la. Da obra de Graciliano Ramos, autor que privilegia vocábulos nordestinos, citam-se: *tangerinos* (tocadores de gado), *cassaco* (trabalhador de estrada ou de engenho), *copiar* ou *copiá* (do tupi *copiara*, varanda da casa), *caritó* (pequena prateleira escavada na parede), *quengo* (cabeça), *emboança* (lorota), *zuruó* (atarantado, aturdido), *gastura* (mal-estar, aflição), *cadência* (jeito, inteligência), *sarapatel* (barulho, confusão), etc. É claro que por conta dos fatos históricos, culturais e também pela distância, o português brasileiro distancia-se do português europeu. Em relação ao léxico, percebe-se, por exemplo, que o *comboio* em Portugal é o *trem* no Brasil, o *autocarro* em Lisboa é o *ônibus* em São Paulo; *bonde* (Brasil) corresponde a *eléctrico* (Portugal); a *aeromoça* brasileira é a *hospedeira* portuguesa.

Classes sociais e grupos étnicos também são marcados pelas escolhas de diferentes itens lexicais. Martins (1997:88) lembra que dentre essas linguagens especiais, “é a gíria a que oferece maiores possibilidades expressivas, traços afetivos mais intensos”. Para Preti, na linguagem cotidiana espontânea, “a gíria constitui um recurso simples para aproximar os interlocutores, quebrar a formalidade, forçar uma interação mais próxima dos interesses das pessoas que dialogam” (2004:65).

Já a gíria de grupo é, muitas vezes, usada por falantes que desejam comunicar-se com seus interlocutores sem serem compreendidos por outros. “Preservada, portanto, a significação dos vocábulos, a gíria torna-se uma linguagem secreta, somente compreensível aos iniciados”, lembra o autor (2004:67). Tanto pode ser uma forma de defesa da população marginal, como uma manifestação de agressividade da juventude, um reflexo do conflito das gerações. O vocabulário inicialmente restrito a um grupo pode, entretanto, generalizar-se, passando então a fazer parte do dialeto social popular. Por conta da frequência de uso, as gírias se desgastam muito facilmente e tendem, mais rapidamente do que outras palavras, ao esquecimento. É justamente por causa da renovação que ocorre com as gírias que se nota que elas marcam épocas. Pode-se falar em gírias dos anos 50, 60, 70, etc.

Percebemos, dessa forma, que as escolhas lexicais podem revelar não só o meio em que o indivíduo está inserido, mas também seus valores ideológicos e suas visões de mundo. A linguagem da periferia dos grandes centros urbanos brasileiros, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, apresenta características próprias principalmente no que diz respeito ao léxico. Por serem áreas onde impera a violência e o tráfico de drogas, muitas dessas novas palavras que integram o léxico da periferia associam-se justamente a esses universos. Carregados de ideologia, os neologismos surgem com o objetivo de marcar território e de delimitar grupos sociais.

3. Sobre o “Dialeto local”

O portal www.capao.com.br teve início em 27 de março de 2000 e surgiu pela necessidade dos irmãos Leonardo Lopes e Allan Lopes, que nasceram e cresceram no bairro, de mostrar o lado bom do Capão Redondo que poucos conhecem. Esse bairro, situado na zona sul da capital paulista, tem 203 mil moradores, divididos em 99 quilômetros quadrados e 584 favelas. 9% dos chefes de família não possuem nenhum rendimento e é registrado um homicídio a cada dois dias.

O objetivo dos idealizadores era oferecer informações a respeito do bairro, mostrando principalmente que no Capão Redondo não existe só criminalidade, mas que há “muita coisa boa, uma cultura diferente, uma forma totalmente original de encarar a vida”. Com o passar do tempo o site passou a oferecer também informações sobre comércio e serviços de utilidade pública, além de sugestões de atividades culturais. Como a receptividade foi muito favorável, o portal passou a oferecer aos internautas a possibilidade de interação, enviando artigos, inserindo notícias, informando sobre atividades artísticas, etc. Pensando em mostrar que na periferia é utilizada uma linguagem própria, um dos *links* do site direciona o internauta ao “Dialeto local”, um dicionário que apresenta o léxico da periferia elaborado com a colaboração dos moradores do bairro e usuários do site.

Até o presente momento o “Dialeto local” é constituído por 801 verbetes, organizados em ordem alfabética. Em cada verbete é apresentado o significado e a seguir a abonação, como mostra o exemplo:

• **ALEMÃO** - Inimigo. Policial que invade a quebrada = *ai mano sujo os alemão tão na área*

Como os verbetes são elaborados por internautas, muitas vezes encontram-se marcas gráficas próprias da linguagem da internet e da oralidade. Não há cuidado com a ortografia, nem com a organização do verbete. Há também alguns verbetes repetidos.

Programa do colóquio da lusofonia

Todos eles retratam a realidade da periferia: a criminalidade, o uso de drogas, o sexo, as relações sociais entre os habitantes.

Por exemplo, só para se referir à maconha, foram encontrados dezenove verbetes: chiclete, erva, bag, baga, bamba, bang, bauro, béck, berlô, bom-bom, catronca, coentro, fino, inquilino, kaya, kelly, paranga, perna-de-grilo, vera.

O "Dialeto local" é, sem dúvida, um dicionário que tenta mostrar as gírias e expressões desse grupo social, formado por jovens, moradores da periferia. Seu objetivo principal é divulgar esse código, a princípio secreto, para todos aqueles que se interessam por conhecer, por meio do léxico formado, sobretudo, por vocábulos gírios, os elementos que identificam essa comunidade.

Para Preti (1984:8), a gíria será sempre um elemento diferenciador e catártico a que alguns grupos jamais renunciarão. Caso contrário, perderiam uma das formas mais eficientes de marcarem sua presença na sociedade. Estudar o léxico de um grupo significa adentrar nele e conhecer mais de perto suas estruturas sociais.

The screenshot shows the website 'DIALETO LOCAL' with the following elements:

- Header: 'artigos · acontece · nossa arte · humor · dialeto · o comédia & o truta · histórias do gueto' and 'Segunda - 4 de Agosto de 2008'.
- Search bar: 'Localizar por palavra chave:' with a text input field and a 'Buscar' button.
- Form: 'Cadastre uma nova palavra:' with fields for 'Palavra:', 'Descrição:', and 'Exemplo:', and a 'Cadastrar' button.
- Sidebar: 'O QUE É???' section with text: 'Na periferia se usa uma linguagem totalmente diferente do resto da cidade. É uma diversidade enorme de palavras (gírias) que acabam formando uma forma totalmente diferente de comunicação. Aqui você encontra uma série de palavras e gírias utilizadas na periferia, com sua "tradução". Você também pode cadastrar novas palavras, colaborando com esta seção.'
- Footer: 'Website Mantido por interAmplitude Ltda - www.interamplitude.com.br (Desenvolvimento de Sites, Websites, e-commerce)'

4. Análise do corpus

O objetivo desta análise é verificar quais são os principais processos neológicos que se apresentam na formação das palavras que compõem o "Dialeto local".

Segundo Guilbert (1975), um neologismo não existe realmente se não for aceito e utilizado pelo menos por um certo número de interlocutores. O neologismo virtual se torna efetivo em um ato de fala. Sua frequência pode ir crescendo ao longo do tempo, dependendo de sua aceitabilidade, e ele pode chegar a integrar a norma, passando por um processo de desneologização.

Para o autor, os neologismos podem ser formados pelos seguintes processos:

1. O neologismo pode decorrer da criação de um novo signo; será uma criação *ex-nihilo* que não recorre a lexemas ou gramemas já existentes no código;
2. O neologismo pode decorrer de uma alteração no significado, conservando-se o mesmo significante. Esse mecanismo gera a polissemia e a homonímia;
3. O neologismo pode decorrer da importação de um termo que pertença a outro sistema linguístico;
4. O neologismo pode resultar de uma transformação sintagmática em que não há mudanças e sim combinações inéditas de morfemas no plano do significante, com a conseqüente alteração no plano do significado.

Há, então, quatro formas de neologia: a neologia fonológica, a neologia semântica, a neologia de empréstimo ou alogenética e a neologia sintagmática.

Como as gírias são mais utilizadas na linguagem falada, é comum que muitas delas sejam resultados de alterações fonéticas, onomatopeias e abreviações. Mas são as alterações semânticas responsáveis pela grande maioria das formações.

4.1 Neologismos fonológicos

A neologia fonológica consiste na combinação inédita de unidades mínimas (fonemas). Pode ocorrer ou por uma sequência inédita de fonemas que imitam sons - onomatopeia -, ou por uma combinação arbitrária e inédita na língua - *ex nihilo*. Segundo Alves (1990:11), esse tipo de neologia é "extremamente raro em todas as línguas".

Programa do colóquio da lusofonia

São poucos os neologismos fonológicos encontrados no “Dialeto local”. Pode-se dizer que muitos deles imitam sons e assemelham-se a onomatopeias, sendo utilizados, sobretudo, para substituir um vocábulo. **Pam**, por exemplo, pode significar bonito – *Comprei um tênis pam*. Além disso, a onomatopeia pode ser utilizada como afirmação de que algo acontecerá: *Aí eu chego e pam!* Já uma pessoa que gosta de aparecer é toda **pam**: *Ele chegou todo pam!*

Barará e **biriri** podem ter qualquer significado: Cadê o **barará**? Pegue o **biriri**.

Bibibi ou **iriri** têm o mesmo significado que *ti-ti-ti* (mexerico, conversinha).

Zóio, cujo significado é *moleque tonto, otário*, provém da união entre o artigo os e o substantivo *olho*. **Véi**, cujo significado é *amigo, mano* ou *truta*, é a forma como o vocábulo *velho* é pronunciado. **Bóbis** é uma outra forma de pronúncia de *bobo* e acaba sendo utilizado na expressão *ficar de bóbis* (*vacilar*). Assim como **lôki** (cujo significado passa a ser também *otário*), acaba sendo uma variante para *louco*. A interjeição **puts**, usada quando se erra, ou se lamenta alguma coisa é uma corruptela de *puta*. **Tinóquio** (indivíduo mentiroso, falastrão) provém de *Pinóquio* (personagem infantil).

A motivação fônica acaba resultando em vocábulos como **bazé**. Dicionarizado como *tabaco de má qualidade*, passa a significar indivíduo idiota, que fala coisas sem sentido. De origem obscura é provável que se trate de uma corruptela de *banzé*, cujo significado é confusão.

Outros exemplos:

BITA	mesmo que seca, não conseguir ficar com mina nenhuma.	véi ce ta na BITA hein! xavecando até aquela pé de barro.
BIRICUTICO	só tenho um pouco de cocaína / maconha	ai vei so sobro um biricutico
BOCOIÓ	Aquele cara vacilão, manezão	lh mano, vai vendo...ele mó bocoió. não sabe de nada...
CORROIÓ	Palavra chula pra ânus	
PÓCA	bater punheta	
TRILILI	bem loco de cachaça, maconha e o que vier	E ae mano, fui pra quebrada ontem e fiquei trilili
UÓ	coisa brega, ridícula, ultrapassada, etc.	O cabelo da silania é uó
TCHARLADO	Bem loco, locão	ai mano se ta tcharlado hein???
TCHOPA	o mesmo que bicha!	Olha so mano aquele cara e mo"tchopa"!
TCHUSKA	sai fora/to fora	(pessoa a):olha akela mina... mó horrorosa (pessoa b): tchuska
TIFRUCIO	doença	gripe, resfiado...
TILANGA	mina interesseira, mais bonita, sai com você pensando no seu cifrões e na marca do teu carro	Sabe aquela tilanga da faculdade, me deu maior prejuízo ontem
TOBÓ	uma pessoa idiota bobona	aquela mina é mó tobó

As inversões silábicas também são utilizadas na linguagem da periferia para se estabelecer uma espécie de código: **chabi** é *bicha* (*homossexual masculino*). Daí a formação de **chabilândia** (local em que há muitos homossexuais – *viados*). **Zabri** é *brisa* (estado em que fica o indivíduo após consumir maconha).

4.2 Neologismos semânticos

Por oposição à neologia fonológica, a neologia semântica pode ser definida pelo aparecimento de uma nova significação a um mesmo segmento fonológico. Esse tipo de neologia ocorre quando se verifica uma transformação no conjunto de semas da unidade lexical, ou seja, no plano do conteúdo. Figuras de linguagem como a metáfora e a metonímia são, em alguns casos, responsáveis por essa nova unidade lexical formada. A conversão, isto é, a mudança de categoria gramatical de um vocábulo dá origem a uma classe particular de neologismos semânticos.

Os neologismos semânticos são muito numerosos e extremamente criativos. Para apresentá-los iniciamos pelos metafóricos.

A comparação entre seres humanos e animais sempre foi comum. Utilizar as chamadas metáforas zoomórficas na referência a pessoas é uma prática da vida cotidiana. Essas metáforas, muitas vezes, são bastante positivas. Características presentes nos animais como a beleza, a força ou a sagacidade acabam sendo transferidas para os humanos. Um homem muito atraente é um **gato**, já um muito forte e fogoso é um **toro**. Mas é na expressão da pejoratividade que os nomes dos animais acabam por ser utilizados, com muita frequência, referindo-se a características físicas e psicológicas dos humanos. Nas construções do tipo HUMANO é ANIMAL costuma-se encontrar um prato cheio para as ofensas: Aquela mulher é uma **galinha!** Este homem é um **cavalo!**

Do *corpus* retiramos os seguintes exemplos: **cabritão** é o safado; **camarão**, o idiota; **ganso** é o intrometido; **gralha** (**graia**) é o que vacila; **lagartixa** é o indivíduo que dança rebolando; **lagarto** é o que se aproveita dos outros; **marruá** é a mulher com quadril grande; **sapão** é o pilantra; **rato** ou **verme**, o policial. **mula** é o indivíduo que leva droga no corpo; **truta**, nome de um peixe, passa a ser o amigo, camarada, irmão e **bactéria** é simplesmente mulher. Os nomes de animais substituem outros objetos: **camelo** ou **marreca** é bicicleta; **coruja** é cueca; **pitbull** é a viatura da polícia. Também aparecem em expressões: **dar um boi** significa dar chance e **estar de bode** é estar cansado. As frutas também aparecem com outro significado: **laranja** é o que assume uma bronca por outro, **mexerica** (*mixirica*) é o “mano firmeza” e **moranguinho**, o homossexual masculino. Outros alimentos também ganham novos significados: **farinha** é cocaína, **linguiça** é o tonto, **pipoca** o que fica com a mulher do outro e **açúcar**, o covarde; **vinagre** significa *lixo* e é usado na expressão *ir para o vinagre*.

Certos objetos passam a ter outros significados. Dentre os meios de transporte, **barca** é designação para a viatura da polícia, **bonde** passa a ser sinônimo de ônibus e **aviãozinho** é o leva e traz.

Objetos do desejo recebem outras designações para se reforçar o código: relógio de pulso é chamado de **bobo** ou **cuco**, colar de prata é **corda**, tênis é **quadra**, óculos escuros, **lupa**.

Verbos metafóricos são muito comuns no “Dicionário local”. O verbo **aguentar** ou **guentar** é utilizado como sinônimo de *roubar*. Com o significado de *matar*, encontramos **apagar**, **jantar**, **fritar**, **queimar**, **zerar**. **Levantar** e **sapecar** passam a significar *atirar em alguém*. No universo das drogas, **apertar** e **cochar** têm o sentido *de enrolar um cigarro de maconha*. **Carburar** e **fumaçar** significam consumir a droga.

No “Dicionário local”, **filmar** é *observar*, **bombar** é *encher de gente*, **trombar** é *encontrar alguém* e **vazar** é *ir embora*.

Dentre as metonímias encontradas, chamamos a atenção para as marcas usadas não só pelo produto, mas também por extensão de significado do produto. **Bosch** é o nome de uma marca de furadeiras e outros equipamentos.

No “Dicionário local”, **bosch** é o nome dado à menina furadeira, menina promíscua.

BOSCH	mina metelona, furadeira	Essa mina é maior bosch
-------	--------------------------	-------------------------

A marca **Bombril** (esponja de aço) se fez conhecer com o slogan “mil e uma utilidades”. **Bombril** na expressão gíria é o indivíduo que faz de tudo.

Gardenal é o nome de um medicamento utilizado sobretudo como anticonvulsivo. No léxico da periferia, **gardenal** é o indivíduo *louco, lerdo, doidão*.

Nomes próprios de pessoas ou entidades conhecidas também ganham novos significados.

A dinastia de **Bourbon** na França dá nome a um tipo de uísque (*Bourbon*). No “Dicionário local”, **burbom** (essa é a grafia) qualifica uma pessoa boa, amiga.

BURBOM	um cara muito sangue bom	ta venu akele cara ali ele eh mo burbom
--------	--------------------------	---

O tenor Pavarotti, os psicanalistas Freud e Pinel e até mesmo Buda têm seus nomes transformados em substantivos comuns, que ganham novos significados:

PAVAROTTI	Pessoa que só fala, tipo tratante, só agita...	E awe mano, vc é mó pavarotti...falou q ia com os mano..
FROIDH	Pessoa problemática, complicada	
PINEU	tu ta loko não tem noção	você é um pineu ai sem noção

BUDA	mó pela saco mó xato	puts aqle kara é mó buda
------	----------------------	--------------------------

Outros nomes próprios também são utilizados como substantivos comuns:

Personalidades da mídia brasileira como o apresentador Sílvio Santos e a cantora Gretchen são lembrados:

SILVIO SANTOS	Pessoa que só vive dando risadas	Aquele cara e o maior Sílvio Santos
GRETCHEN	indivíduo afeminado, bichona	fulano é pura gretchen

Dentre outros nomes próprios que são usados como comuns e ganham novos significados citamos os seguintes: **lucas** é uma pessoa gaga; **malachias**, uma pessoa chata (*mala*); **marcolino** é o indivíduo *vacilão*; **jão** ou **jhon** (João) é uma forma de se chamar a um amigo; **vartão** (Valter) é o indivíduo que estuda demais, *nerd*; **kelly** e **vera** são sinônimos de maconha; **marica** é uma espécie de piteira utilizada para fumar maconha e **marusca** é uma mulher bonita, vistosa.

4.3 Neologismos alogenéticos

A neologia por empréstimo ou alogenética, isto é, a introdução de um termo estrangeiro em um sistema linguístico, não é, segundo Guilbert (1975:100), um ato de criação linguística. A neologia por empréstimo consiste apenas na adoção de determinado signo. Trata-se de um transplante de um termo criado em outro sistema linguístico, de acordo com suas regras fonéticas, sintáticas e semânticas. Os empréstimos podem ser *denotativos* ou *conotativos*. Os denotativos são as designações de produtos criados no país estrangeiro. Provêm, frequentemente, da língua do país responsável pela dominação econômica e científica. Os empréstimos conotativos resultam de uma adaptação à concepção da sociedade e ao modo de vida. Penetram por intermédio de filmes, da imprensa, da literatura e por contatos turísticos. São considerados o produto de um mimetismo que se desenvolve em razão do prestígio exercido por um tipo de sociedade - a sociedade de consumo dominada principalmente pelo poder do dinheiro e pela moda. Na periferia também há a valorização, principalmente do produto importado.

Do inglês americano, encontramos **but** (boot = bota) que substitui *tênis*. Cumpre notar que **but** é um tênis de marca, moderno e alvo do desejo. A forma **dread**, cujo significado no "Dicionário local" é *cabelo com tranças*, é uma importação do inglês. O cabelo **dread** é muito usado pelos cantores de *reggae* provenientes principalmente da Jamaica. O costume chegou ao Brasil e o nome foi mantido. Dentre outros anglicismos, **roots** substitui *raiz* e **dropar** (*to drop* = derrubar) significa *vencer, enfrentar*. A forma composta **white hands** (*mãos brancas*) refere-se no léxico da periferia aos playboys que se acham melhores do que os outros por dirigirem carro importado e se apresentarem com boas roupas e uma loira do lado. Já a forma **black hands** (*mãos pretas*) é utilizada como um elogio na referência aos amigos, parceiros, irmãos.

4.4 Neologismos sintagmáticos

O princípio da neologia sintagmática reside basicamente, na formação de novas unidades lexicais por composição e por derivação - dois processos de formação de palavras em que uma determinada língua utiliza seus próprios morfemas.

No *corpus* encontramos derivação sufixal, derivação regressiva, composição por justaposição, além das formações por siglas e das abreviações.

4.4.1. • Derivação sufixal

Dentre os principais sufixos responsáveis pelas formações neológicas encontradas no "Dicionário local", destaca-se o sufixo *-ado*, além dos sufixos de grau *-ão* e *-inho*.

O sufixo *-ado* aparece nas seguintes formações: **bolado** (*chateado*), **chegado** (*amigo*), **maquinado** (*armado*), **grilado** (*preocupado, nervoso*), **noiado** (*maluco*).

Os sufixos *-ão* e *-inho* aparecem nos seguintes casos: **miolão** (bairros chiques próximos ao centro), **oitão** (revólver 38), **opalão** (carro), **vacilão** (medroso), **botinho** (cigarro), **carinha** (um pouco), **mãozinha** (ladrão), **meiguinho** (homossexual).

4.4.2. • Derivação regressiva

Dentre os deverbais regressivos encontrados no *corpus*, citamos: **aplique** (mentira), **arrebenta** (briga, discussão), **arrego** (dinheiro dado à polícia), **corre** (correria, agitação).

4.4.3. • Composição

São muitas as lexias compostas encontradas no "Dicionário local". Dentre as composições, destacam-se as formadas por substantivo + preposição + substantivo, substantivo + adjetivo e verbo + substantivo:

Substantivo + Preposição + Substantivo: **asa-de-frango** (cocaína), **bico-de-luz** (pessoa que presta atenção na conversa alheia), **cabeça-de-poeta** (indivíduo que consome drogas e fala muito), **cidade-de-madeira** (favela), **modelo-de-favela** (menina da periferia), **dedo-de-gesso** (dedo-duro), **pé-de-bota** (policia), **pé-de-breque** (indivíduo que fala muito e não faz nada), **pé de pato** (indivíduo que faz justiça com as próprias mãos), **pé-de-urso** (indivíduo abordado pela polícia constantemente), **perna-de-grilo** (cigarro de maconha).

Substantivo + Adjetivo: **canela-seca** (revólver calibre 38), **cachorro-louco** (motoboy), **bolo-doido** (correria), **chapéu-atolado** (indivíduo medroso), **clínico-geral** (ladrão que faz de tudo), **mão-branca** (agente de segurança), **nega-véia** (mulher promíscua), **pipoca-murcha** (pessoa sem estilo, sem humildade), **tanga-atolada** (indivíduo que atrasa o outro), **tanga-frouxa** (indivíduo que "pula fora do esquema"), **tanga-melada** (indivíduo medroso, covarde).

Verbo + Substantivo: **caga-massa** (vidraceiro), **chupa-sangue** (indivíduo sem dinheiro que não paga nada para ninguém), **cola-brinco** (tapão na orelha), **paga-pau** (pessoa invejosa), **pela-saco** (indivíduo vacilão), **rala-peito** (hora de ir embora), **rouba-brisa** (indivíduo que anda pela rua louco de droga).

4.4.4. • Sigla

Do ponto de vista da criatividade lexical, o que importa é perceber, lembra Guilbert (1975), que a sigla representa uma forma linguística de transição entre o enunciado sintagmático e a contração da palavra. Essa redução do sintagma ocorre para que o processo da comunicação se torne mais simples e eficaz.

Para que haja realmente a economia no ato da comunicação, a sigla deve ser compreendida pelos receptores. Pode funcionar como uma espécie de código. Para isso, diz Alves (1990:57), "o neologismo formado por sigla, ao ser empregado pela primeira vez, apresenta-se frequentemente explicado por meio de todo o sintagma ou de sua definição". Cumpre notar que algumas siglas popularizam-se a tal ponto que o significado da sequência que lhes deu origem passa a ser completamente desconhecido. Muitas delas podem, inclusive, mudar de significado. É o caso de **BO** (*boletim de ocorrência registrado em distritos policiais*) que no léxico da periferia passa a significar *confusão* ou *treta*. Seguem alguns exemplos:

FPS	Família pé na saca, essa família é a família dos manos vacilão	aí mano vão zarpar tá chegando os FPS..... mina jú..
ML	Muitcho LOUCA, ou melhor MAIKALOUCA	essa mina é firmeza, 100 comentários, vários piercing, tatoo e tererê, show de bola, com olhos coloridos e tudo <i>Tipo assim ôÔÔô, dahura !!!!</i>
PCO	Cara que só faz o basicão... PCO: Pão com Ovo	Tipo o carinha lá é nadavê... mó PCO
UDS	Sigla dos manos da sul que quer dizer União dos Sujos, união da qual tem como objetivo beber e catar as nega veia	É A UDS MANÉ

4.4.5. • Abreviação

Processo distinto da derivação regressiva, a abreviação vocabular ou truncação consiste no emprego de uma parte da palavra pelo todo. *Su*, por *sucesso*, *expô*, por *exposição*, *cerva*, por *cerveja* ou *níver* por *aniversário* são alguns exemplos que podem ser encontrados, tanto na linguagem oral, quanto na escrita. No "Dialeto local", verifica-se a ocorrência de várias abreviações que reforçam o caráter de oralidade. Da mesma forma que as siglas, as abreviações também são responsáveis pelo estabelecimento de um código. No *corpus* encontram-se algumas abreviações comuns como **bus**, **busão**, **busu** (ônibus), **mina** (*menina*).

Retirando-se o sufixo ou terminação, **maloka** é maloqueiro (ladrão), **motoka** é motoqueiro (motoboy), **firma** é firmeza (cumprimento), **futri** é futriqueiro, **colê** é coleguismo, **into** é intuição, **raja** é rajador (indivíduo que picha muros, pichador), **bag**, por sua vez, é abreviação de bagulho, sinônimo de maconha. **Vagal** é vagabundo e **brow**, usado como vocativo, abreviação de *brother*

Bura é abreviação de camburão e refere-se à viatura de polícia. **Safra**, de salafrário, é o indivíduo safado. **Noia**, de *paranoia*, é o indivíduo dependente de drogas, também chamado de **noinha**.

A união de expressões de baixo calão como *filho da puta* e *se foder*, resultam respectivamente em **fela** e **sifu**.

5. Considerações finais

Pelos exemplos apresentados na análise percebe-se que o léxico da periferia constitui-se por um conjunto de vocábulos ligados à vida e à cultura de um grupo social. Sua função como uma linguagem fechada ultrapassa o limite da comunicação, atingindo o objetivo de defesa e preservação de uma classe social. É evidente, entretanto, que esse vocabulário, restrito em um primeiro momento, irradia-se pelos veículos de comunicação, sendo a mídia responsável pela transformação da gíria de grupo em gíria comum. Mesmo assim, diz Preti (1984:67), “a gíria comum, com seus contornos vagos, ainda guarda muita afinidade com a alma popular, servindo para traduzir as condições de vida impostas pela sociedade ao homem do povo”.

Em qualquer época os neologismos gírios representam uma visão de mundo, sob a perspectiva das classes oprimidas. Por meio do léxico da periferia, pode-se observar a miséria, a insegurança, a revolta, a humilhação, o medo, o conflito de classes, a opressão, o desprezo pelas classes opressoras, o mundo das drogas. A vida da maioria desses neologismos é curta, uma vez que a cada momento novas palavras são formadas por tratar-se de um léxico em constante renovação.

6. Referências Bibliográficas

- Alves, I. M. (1990) *Neologismo - Criação Lexical*, São Paulo: Ática.
 Claret, J. (1979) *A Ideia e a Forma – Problemática e Dinâmica da Linguagem*, Rio de Janeiro: Zahar.
 Guilbert, L. (1975) *La Créativité Lexicale*, Paris : Larousse.
 Martins, N.S. (1997) *Introdução à Estilística*. São Paulo: T.A. Queiroz.
 Preti, D. (1977) *Sociolinguística: Os Níveis da Fala*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
 Preti, D. (1984) *A Gíria e Outros Temas*, São Paulo: T.A. Queiroz.
 Preti, D. (2004) *Estudos de Língua Oral e Escrita*, Rio de Janeiro: Lucerna.

14. GISLANE APARECIDA MARTINS SIQUEIRA

Gislane Aparecida Martins Siqueira, professora de Língua Portuguesa desde 1993, atualmente é professora de Linguagem Jurídica no curso de Direito no Instituto Educacional Teresa Martin (UNIESP), na cidade de São Paulo - Brasil e mestranda em Letras na Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), também na cidade de São Paulo.

ORGANIZAÇÃO DISCURSIVA: ONTEM E HOJE GISLANE SIQUEIRA, Instituto Educacional Teresa Martin (UNIESP) / Universidade Presbiteriana Mackenzie [BRASIL]

Este trabalho tem por objetivo comparar a organização discursiva do documento Jurídico Petição Inicial cujo teor básico se encontra disciplinado pelo Código de Processo Civil (CPC), atualmente organizado em requisitos por juristas/Linguistas, com a menção da organização discursiva de um Sermão, citada pelo Pe. Antônio Vieira, na VI parte de seu **Sermão da Sexagésima**, onde compara as partes de uma árvore às partes de um sermão. Sob a luz dos estudos do linguista Van Dijk (2004), sobre superestrutura, confrontou-se os elementos da árvore, indicados por Vieira, com os do Sermão e com os da Petição Inicial, chegando-se à conclusão de que a menção feita em 1655 no “Sermão da Sexagésima” em que é estabelecido o que deve conter um sermão, para que a prédica atinja o objetivo pretendido, aplica-se, atualmente, na Petição Inicial, documento que tem por objetivo convencer o juiz, por meio da argumentação, da necessidade de reparar a violação de um direito alheio. Sob a luz dos estudos do linguista holandês Van Dijk sobre estrutura esquemática (superestrutura), confrontou-se a organização discursiva do documento Jurídico *Petição Inicial* e a menção da organização discursiva de um Sermão, citada pelo Pe. Antônio Vieira, na VI parte de sua obra *Sermão da Sexagésima*, em que compara as partes de uma árvore às de um sermão, elucidando o que deve conter um sermão para que a prédica atinja o objetivo pretendido.

Sob a luz dos estudos do linguista holandês Van Dijk sobre estrutura esquemática (superestrutura), confrontou-se a organização discursiva do documento Jurídico *Petição Inicial* e a menção da organização discursiva de um Sermão, citada pelo Pe. Antônio Vieira, na VI parte de sua obra *Sermão da Sexagésima*, em que compara as partes de uma árvore às de um sermão, elucidando o que deve conter um sermão para que a prédica atinja o objetivo pretendido.

1 - As Macroestratégias e Estratégias Esquemáticas

Van Dijk (2004:23) propõe um “*caminho de um modelo estratégico de processamento de discurso*” e afirma que as estratégias fazem parte do conhecimento geral de cada pessoa e “necessitam ser aprendidas e reaprendidas antes de se tornarem automatizadas.” Acrescenta que, à medida que vão surgindo novos tipos de discursos e novas formas de comunicação, podem surgir, também, novos tipos de estratégias. Quanto à compreensão dos tipos de estratégias, afirma que ela dependerá da maturidade de quem a interpreta. Assim, estratégias como compreensão de palavras e orações são adquiridas por pessoas com pouca idade, já a inferência do tema, é adquirida um pouco mais tarde e as estratégias como as esquemáticas, de compreensão da estrutura de artigos psicológicos, são adquiridas somente por meio de treinamento especial.

O autor (29) afirma que um conjunto de macroestratégias constitui um componente central de seu modelo, acrescenta que as estratégias inferem macroproposições da sequência de proposições exibida pelo texto, podendo também, as macroproposições ligarem-se a sequências Ressalta ainda, que, em oposição às macrorregras abstratas, as macroestratégias são flexíveis e possuidoras de caráter heurístico, ou seja, as regras conduzem à inferência de pistas ao longo do texto. Corroborando essa afirmação assegura que:

De maneira geral, o usuário de uma língua não necessita esperar pelo final de um parágrafo, capítulo ou discurso para inferir do que trata o texto ou fragmento do texto. (...) Tais previsões serão sustentadas pelos vários tipos de informações, tais como títulos, palavras temáticas, sentenças temáticas iniciais, conhecimento sobre possíveis ações ou acontecimentos globais resultantes, assim como informação provinda do contexto. (30)

Acrescenta que esta estratégia é oportuna, uma vez que é utilizada com variados tipos de informação, que não deixam de estar “individualmente incompletos ou insuficientes para se levantar a hipótese relevante.” (30)

O linguista (30-31) afirma que muitos tipos de discurso parecem mostrar uma estrutura esquemática tradicional, em outras palavras, uma forma global que organiza o conteúdo global do texto (macroproposição). Ilustrando sua afirmação, dá como exemplo as estórias, as quais são atribuídas um esquema narrativo estribado em uma estrutura hierárquica de categorias convencionais como Situação, Complicação e Resolução. Enfatiza que, assim como a estória, outros tipos de textos também dispõem de seus próprios dados. A esses esquemas estruturais, ele denomina superestrutura, estabelecendo, a ela, a função de *fornecer* a sintaxe completa para o significado global do texto. Acrescenta que os usuários de uma língua utilizarão a superestrutura do texto de maneira estratégica, cabendo a eles tornar ativa uma superestrutura proeminente da memória semântica, assim que o contexto ou tipo de texto apontar a primeira pista, após isto, tal esquema poderá ser usado como um valioso recurso “top-down” de manipulação dos dados para a concessão de categorias superestruturais, fornecendo, simultaneamente, alguns delimitadores gerais acerca de possíveis significados locais e globais da base textual.

Corroborando o já asseverado acima, acrescenta-se a definição de superestrutura citada pelo autor 1978:49, *apud Koch 2005:94*:

Uma superestrutura pode ser caracterizada como a forma global de um texto, definindo a organização global do texto e as relações (hierárquicas) de seus respectivos fragmentos. Assim, uma superestrutura, mais do que a ‘forma’ sintática de uma oração, é descrita em termos de categorias e de regras de formação.

Esclarece que essa estratégia é oportuna, uma vez que é utilizada com variados tipos de informação, que não deixam de estar “individualmente incompletos ou insuficiente para se levantar a hipótese relevante.” (30) Sobre o exposto, chega-se à inferência de que o usuário de uma língua pode contar com a superestrutura do texto para fazer inferências sobre ele, antes mesmo, de chegar ao seu final, porém evidenciará o conteúdo principal do texto somente com a leitura global, buscando compreender a cumplicidade entre as partes significativas do texto.

2 Apresentação e análises dos textos

2.1 Petição Inicial

A Petição Inicial é um documento que tem por objetivo convencer o juiz, por meio da argumentação, da necessidade de reparar a violação de um direito alheio. Salienta-se a rigidez da organização discursiva deste documento, uma vez que tem, como norma de elaboração, preceitos indicados pelo Código de Processo Civil (CPC), preceitos estes, atualmente organizados por juristas/linguistas em requisitos como os estabelecidos abaixo:

Requisitos apresentados pelo jurista Palaia (2007:22).

1º) **A escolha do juízo competente:** Entrega da ação ao juízo competente.

2º) **As partes legítimas e suas qualificações:** Identificação e qualificação das partes para efeito de individualização e esclarecimentos de circunstâncias pertinentes ao processo.

3º) **A escolha da ação:** Escolha da ação segundo o Código de Processo Civil

4º) **A escolha do procedimento:** ordinário, sumário ou especial.

5º) **Os fatos e fundamentos jurídicos:** Narração dos fatos e fundamentos jurídicos que compõem a causa de pedir ou *causa petendi*.

6º) **O requerimento de citação: Invocação** do réu ou do interessado a juízo, para defender-se da ação proposta contra ele.

7ª) **O pedido:** Petição de um bem jurídico material e da providência jurisdicional.

8º) **O protesto por provas:** Indicação das provas a fim de demonstrar a veracidade dos fatos apresentados.

9º) **O valor da causa:** Fixação, pelo autor, de um valor material.

Requisitos apresentados pelos juristas/linguistas Damião e Henriques (2007:202-204):

1º) **Vocativo:** Indicação do juiz ou tribunal a que se dirige.

2º) **Qualificação do autor:** Individualização dos dados do autor.

3º) **Presença do verbo propor:** Indicação da Ação e Rito a que se pretende dar início e seus dispositivos legais.

4º) **Qualificação do réu:** Individualização dos dados do réu.

5º) **Narrativa dos fatos e fundamentos jurídicos do pedido:** Exposição da *causa petendi* de forma clara e objetiva.

6º) **O pedido e suas especificações:** Indicação das providências a serem satisfeitas, incluindo os “consectários legais”.

7º) **As provas para demonstração do alegado:** Sustentação, por meio de prova testemunhal, documental ou pericial, dos dados alegados.

8º) **Requerimento para citação do réu:** Informe ao réu do pedido articulado contra ele, para que o mesmo possa defender-se em juízo.

9º) **Valor da causa:** Fixação de valor, da qual dependerão providências e medidas a serem indicadas.

10º) **Documentos para instrução da exordial:** A Petição Inicial deverá ser instruída com os documentos indispensáveis a sua propositura.

Constata-se pouca alteração no teor dos dois conjuntos de requisitos apresentados. Este fato se dá, devidos os autores terem como base, para a elaboração da Petição Inicial, os preceitos indicados no Código de Processo Civil. Nota-se que há correspondência exata entre a maioria dos itens, excetuam-se o item terceiro, apresentado por Damião e Henriques, “Presença do verbo propor” que abarca “a escolha da ação” (3º) e a escolha “do procedimento” (4º) proposto pelo jurista Palaia; e, o item décimo, também apresentado por Damião e Henriques, em que os autores acrescentam aos requisitos um item não apresentado por Palaia, que é “documentos para instrução da exordial”. Elucida-se que, embora o jurista Palaia não inclua este último item como requisito, relata a importância e a necessidade dele, ao abordar o assunto “distribuição do documento” (161).

Apresenta-se, a seguir, a Petição Inicial, corpus desta pesquisa, com seus requisitos especificados, segundo instruções dos autores acima mencionados. Cumpre esclarecer, que na transcrição do documento, a seguir, foram substituídos nomes, datas e outras qualificações das partes que compõem o processo judicial, assim como do profissional que elaborou o presente documento, com o propósito de preservar sua identidade. Esclarece-se que a coluna à esquerda, em caracteres menores, corresponde aos requisitos estabelecidos pelos juristas/linguistas, sendo o sinal (*) relativo aos requisitos propostos por Palaia e o sinal (), os propostos por Damião e Henriques.

PETIÇÃO INICIAL

*Escolha do juiz competente - 1º

vocativo – 1º

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA CAPITAL

*Partes legítimas e suas qualificações -2º Qualificação do autor - 2º

CONDOMÍNIO GIRASSOL, situado nesta Capital, na Rua Saudades, 401, neste ato representado por seu síndico e por seu advogado, infra-assinado (docs. 01/02), com fundamento no art. 275, II, “b” e seguintes do CPC, vem respeitosamente à presença de V. Exa., **propor** a presente

Presença do verbo propor -3º

*A escolha da ação – 3º

*A escolha do procedimento/ rito -4º

AÇÃO DE COBRANÇA COM PROCEDIMENTO SUMÁRIO

*Partes legítimas e suas qualificações -2º Qualificação do réu - 4º

contra LUMINARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA., CNPJ 72. 727.277/0001-17, com sede na Rua Saudades, 100, loja 01, pelas seguintes razões de fato e de direito:

* Fatos e fundamentos jurídicos – 5º/5º

1- A Ré é proprietária da loja 01 do Condomínio-Autor, encontrando-se em atraso com as taxas condominiais vencidas de 01.09.04 a 01.01.05, que corrigidas até fevereiro 2005 e acrescidas de juros de mora e multa, perfazem o valor de R\$ 3.520,94 (três mil, quinhentos e vinte reais e noventa e quatro centavos)

2- Apesar de cobrada. não efetuou os pagamentos. razão pela qual é proposta a presente.

* Requerimento de citação – 6º/ 8º

*O pedido 7º

O pedido e suas especificações -6º

3- Assim, **requer** digne-se V. Exa. determinar a **citação** da **re**, através de seu representante legal, para comparecer em audiência de conciliação a ser designada, ocasião em que poderá oferecer resposta, sob pena de confissão, devendo a presente, afinal, ser julgada procedente, condenando-a a pagar o valor acima mencionado, corrigido monetariamente e acrescido de juros, a partir do respetivo vencimento até a data do efetivo pagamento, além de custas processuais e honorários advocatícios.

4- Requer, ainda:

*O pedido 7º O pedido e suas especificações -

a) que V. Exa. arbitre os honorários advocatícios tendo em vista o pequeno valor da causa, nos termos do art. 20, §4º do CPC.

b) a concessão dos benefícios dos artigos ~~172~~, parágrafo segundo e 290, ambos do CPC.

*Protesto por provas - 8º

Provas para demonstração do alegado/7º

c) a junta da inclusa diligência do Sr. oficial de justiça.

5- Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, esclarecendo desde já que deixa de juntar o rol de testemunhas e formular quesitos, por não pretender produzir tais provas.

* Valor da causa 9º/9º

6- Dá à causa o valor de R\$ 3.520,94.

Nestes termos,

Pede deferimento.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2005

Após a leitura do texto acima, observa-se que a estrutura do documento não apresenta apenas a função de organização estética, mas também, constitui um processo retórico ao conduzir o receptor a um caminho preestabelecido pela organização discursiva. Assim, tem-se, na Petição Inicial, as partes como: a abertura do documento com uma invocação do receptor, ou seja, o uso do vocativo (requisito 1º), para logo em seguida, apresentar a qualificação do autor (requisito 2º) que irá propor a ação e o rito que convém ao caso (requisitos 3º e 4º) contra o réu qualificado, na sequência (requisito 2º). Após o vocativo e a apresentação das partes envolvidas no processo, passa-se à exposição, ao receptor invocado, dos fatos que ocasionaram o pedido e sua fundamentação jurídica (requisito 5º), apontando os motivos que impulsionarão o receptor a promover o requerimento da citação do réu (requisito 6º). Depois da notificação dos motivos que originaram a causa, faz-se o pedido (requisito 7º) fundamentado na veracidade do exposto, em que o enunciário alega ter sido violado o direito do autor, segundo fundamentos jurídicos apresentados. Corroborando o exposto, protesta-se por meio de provas, comprometendo-se, o autor, a apresentar provas, permitidas em direito, sobre o que foi alegado contra o réu (requisito 8º) e, finaliza-se com a exposição do valor material (requisito 9º), demonstrando que o motivo gerador do pedido ocasionou prejuízo. Acrescenta-se, junto à Petição, a documentação necessária, comprovando o mencionado no pedido (requisito 10º).

Nota-se que cada parte, em separado da Petição Inicial, possui um significado, porém esta mesma parte significativa isolada das demais não se configura em texto, tendo em vista que, no texto, os elementos significativos devem manter relação entre si e em relação ao todo, determinando a coesão. Como propõe Van Dijk, o usuário de uma língua poderá contar com a superestrutura do texto para fazer inferências sobre ele, antes mesmo, de chegar ao seu final, porém levantará a hipótese relevante, somente com a leitura global do texto. Retomando a coesão, citada acima, ela presente, na Petição Inicial, cumpre um importante papel, ao estabelecer uma relação de cumplicidade entre as partes significativas, gerando um elemento de recurso retórico, que se responsabiliza pelo encaminhamento do receptor ao fim almejado pelo enunciador.

2.2 Sermão da Sexagésima – Parte VI

Vieira organizou o discurso do *Sermão da Sexagésima* em X (dez) partes, possibilitando ao ouvinte melhor acompanhamento do raciocínio do enunciador ao longo do discurso, que a partir da parábola do semeador (Mateus XIII, 4-23) busca levar os homens a acreditar na palavra de Deus. O autor fez uso da metalinguagem ao descrever, na parte VI do mencionado sermão, os procedimentos necessários para a tessitura de um sermão, em outras palavras, propõe uma estrutura esquemática como organização discursiva ao comparar as partes que compõem o sermão com as partes que compõem uma árvore:

Há de tomar o pregador uma só matéria, há de defini-la, para que se conheça, há de dividi-la, para que se distinga, há de prová-la com a Escritura, há de declará-la com a razão, há 3- de confirmá-la com o exemplo; há de amplificá-la com as causas, com os efeitos, com 4- as circunstâncias, com as conveniências que se hão de seguir, com os inconvenientes que 5- se devem evitar; há de responder às dúvidas, há de satisfazer às dificuldades, há 6- de impugnar e refutar com toda a força da eloquência os argumentos contrários, e depois 7- disto há de colher, há de apertar, há de concluir, há de persuadir, há de acabar. Isto é 8- sermão, isto é pregar, e o que não é isto, é falar de mais alto. Não nego nem quero 9- dizer que o sermão não haja de ter variedade de discursos, mas esses hão de nascer 10- todos da mesma matéria e continuar e acabar nela. Quereis ver tudo isto com os olhos? 11- Ora vede: uma árvore tem raízes, tem troncos, tem ramos, tem folhas, tem varas, tem 12 - flores, tem frutos. Assim, há de ser o sermão: há de ter raízes fortes e sólidas, porque há 13- de ser fundado no Evangelho; há de ter um tronco, porque há de ter um só assunto 14- e tratar uma só matéria. Deste tronco hão de nascer diversos ramos, que são diversos 15- discursos, mas nascidos da - mesma matéria e continuados nela. Estes ramos não hão de 16- ser secos, senão cobertos de folhas, porque os discursos hão de ser vestidos e ornados 17- de palavras. Há de ter esta árvore varas, que são a repreensão dos vícios; há de ter 18- flores, que são as sentenças; e por remate de tudo, há de ter frutos, que é o fruto e o 19- fim a que se há de ordenar o sermão. De maneira que há de haver frutos, há de haver 20- flores, há de haver varas, há de haver folhas, há de haver ramos, mas tudo nascido e 21- fundado em um só tronco, que é uma só matéria. Se tudo são troncos, não é sermão, é 22- madeira. Se tudo são ramos, não é sermão, são maravilhas. Se tudo são folhas, não é 23- sermão, são verças. Se tudo são varas, não é sermão, é feixe. Se tudo são flores, não é 24- sermão, é ramallete. Serem tudo frutos, não pode ser; porque não há frutos sem árvore. (Vieira, 2000:37,38)

No fragmento anterior (linhas 12 a 19), percebe-se as analogias estabelecidas entre: as **raízes** e o **evangelho**; o **tronco** e a **matéria**; os **ramos** e os **diferentes discursos imanentes da matéria**; as **folhas** e as **palavras**; as **varas** e a **repreensão dos vícios**; as **flores**, que segundo Platão e Fiorin (1998:297) estão relacionadas ao **ornamento** de uma boa organização discursiva; o **fruto**, o **sermão ordenado e organizado**, e a **finalidade do discurso alcançada**. O enunciador da prédica explícita ainda que, se o sermão não tiver todos esses itens enunciados, não será sermão, assim como, se uma árvore não tiver tais elementos, não será árvore. Acrescenta que, embora tudo nasça do mesmo tronco e seja fundado nas mesmas raízes, somente o conjunto dessa prescrição resultará no sermão, assim como na árvore. Apenas um elemento do conjunto não é sermão/árvore, e sim, outra coisa. Analogicamente, no discurso jurídico, as **raízes** fortes e sólidas são fundadas nas Leis Jurídicas; o **tronco** equivale à matéria que corresponde ao assunto da Petição Inicial; os **ramos** equivalem aos vários discursos permeados entre os requisitos; as **folhas**, às palavras com suas cargas significativas; a **vara**, tem sua equivalência no pedido de justiça e suas especificações, visando repreender e reparar o erro; as **flores** equivalem às partes ou requisitos da Petição, ornando a organização discursiva; o **fruto** corresponde à organização do documento, ou seja, às partes unidas e organizadas que formam o todo, o produto final da árvore, o documento completo, pronto para atingir seu objetivo. Assim, se a árvore não tiver tais elementos mencionados, não será uma árvore, o documento jurídico, também não será uma Petição Inicial se não tiver todos esses elementos, a ausência de um desses elementos pode implicar o fracasso do documento. Embora tudo nasça do mesmo tronco e seja fundado nas mesmas raízes, somente o conjunto dessa prescrição resulta na Petição Inicial.

Retomando a parte VI do Sermão da Sexagésima, far-se-á a comparação dos passos que deve seguir o enunciador do sermão e os passos a serem seguidos pelo enunciador do documento jurídico em questão.

“Há de tomar o pregador uma só matéria, há de defini-la, para que se conheça, há de dividi-la, para que se distinga, há de prová-la com a Escritura,”

Compara-se a *matéria* citada por Vieira com o assunto da Petição Inicial que é a Ação de Cobrança o qual, para melhor ser distinguido e compreendido, foi dividido em requisitos. Enquanto no discurso religioso, o Pe. Antônio Vieira busca respaldo nas escrituras do Livro Sagrado (Bíblia), o discurso jurídico, em especial o documento em questão, respalda-se nas escrituras jurídicas como Códigos e documentos legais, uma vez que, no discurso jurídico, assim como no religioso, nada é mais importante como argumento de autoridade que o contido nas escrituras que os respaldam.

“há de declará-la com a razão, há de confirmá-la com o exemplo; há de amplificá-la com as causas, com os efeitos, com as circunstâncias, com as conveniências que se hão de seguir, com os inconvenientes que se devem evitar, há de responder às dúvidas, há de satisfazer às dificuldades, há de impugnar e refutar com toda a força da eloquência os argumentos contrários, e depois disto há de colher, há de apertar, há de concluir, há de persuadir, há de acabar.”

Acredita-se que uma pessoa que não saiba de onde provém o fragmento acima, de primeiro impacto, o relacionaria ao discurso jurídico, antes mesmo do religioso, devido às expectativas e à imponente expressividade apresentadas nesse trecho. Este fato se dá também, por ser exatamente estas relações linguísticas esperadas na postura do enunciador jurista. Ele deverá declarar os fatos acontecidos com justeza e razão, apontando as causas que culminaram no efeito da transgressão da lei. Por meio da retórica e da eloquência explorará o que lhe for conveniente, assim como repugnará o que lhe for inconveniente. Escolherá o que deve ser exposto e o que deve evitar-se expor. Elaborará bem a exposição dos fatos a fim de responder as dúvidas e satisfazer as dificuldades, não deixando lacuna para questionamentos, e, finalmente, concluirá, propondo que a justiça seja feita, segundo os ditames da lei. Como fechamento, mostrará seu caráter idôneo, apontando valor financeiro da causa, a partir do qual serão adotadas providências e medidas.

Confrontando-se os elementos constitutivos da Árvore com os do Sermão e com os da Petição Inicial tem-se o seguinte quadro:

ELEMENTOS DA ÁRVORE	ELEMENTOS DO SERMÃO	ELEMENTOS DA PETIÇÃO INICIAL
Raízes	Evangelho	Leis Jurídicas
Tronco	A matéria: assunto religioso	A matéria: assunto jurídico
Ramos	Diversos discursos, nascidos da mesma matéria	Discursos permeados entre os requisitos.
Folhas	Palavras	Palavras
Vara	Repreensão dos vícios	Pedido de justiça visando a repreender e reparar o erro
Flores	Sentenças, ornamento da organização discursiva	Partes, requisitos da Petição que ornam a organização discursiva
Fruto	O sermão ordenado e organizado. Finalidade do discurso alcançada	União e organização das partes formando o todo. Documento completo, pronto para atingir seu objetivo

3. Considerações finais

O *Sermão da Sexagésima* foi pregado na Capela Real, em Portugal, no ano 1655, enquanto a matéria linguística do documento jurídico *Petição Inicial* foi elaborada em 2005 para um Foro da cidade de São Paulo - Brasil. Embora, um discurso seja religioso, e outro jurídico e haja um espaço de tempo longo entre a produção de um e de outro, é possível notar que possuem pontos em comum como o argumento de autoridade. Ambos recorrem às escrituras: o primeiro, à Bíblia; o último, aos Códigos e Documentos Legais. Outro ponto em comum, é matéria motivadora de nossa pesquisa: a superestrutura (organização discursiva). Este elemento da Semântica Textual, como vimos, consta na Petição Inicial e é citada, pelo Pe. Antônio Vieira, ao estabelecer o que deve conter um sermão. Fecha-se estas considerações com a reflexão de que, em 1655, o Pe. Antônio Vieira, sem ter preocupação com o termo linguística, já propunha um estudo sobre esta nova ciência ao mencionar as partes que deveriam compor um sermão para que a prédica atingisse o objetivo almejado.

4. Referências Bibliográficas:

- 1-BÍBLIA SAGRADA. (1983) Traduzida da Vulgata e anotada pelo Pe. Matos Soares.12.ed. São Paulo: Edições Paulinas.
2. DAMIÃO, Regina Toledo e HENRIQUES, Antônio (2007) *Curso de Português Jurídico*. 10. ed. São Paulo: Atlas.
3. DIJK, Teun Adrianus Van. (2004) *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto.
4. FÁVERO, Leonor Lopes e KOCH Ingedore G. Villaça (2005) *Linguística Textual: Introdução*. 7. ed. São Paulo: Cortez.
5. FIORIN, José Luiz e SAVIOLI, Francisco Platão. (1998) *Lições de texto: leitura e redação*. 3. ed. São Paulo: Ática.
6. PALAIA, Nelson. (2007) *Técnica da Petição Inicial*. 10. ed. São Paulo: Saraiva.
7. VIEIRA, Padre Antônio. (2000) *SERMÕES problemas sociais e políticos do Brasil*. 7. ed. São Paulo: Cultrix.

*Registra-se o agradecimento ao apoio financeiro do Fundo Mackenzie de Pesquisa – MACKPESQUISA – sem o qual, não se daria a apresentação e divulgação deste estudo.

15. HELENA LIMA AFONSO

Nos anos 60, na freguesia da Conceição, concelho de S.Tomé (S.Tomé e Príncipe), nasceu Helena Afonso. Realizou os seus estudos primários assim como a 5.ª classe em Angola, país a que chegara aos quatro anos de idade. Com a Revolução de abril (1974) regressa ao seu país natal, prosseguindo aí os seus estudos. Participou, ainda em S.Tomé, num curso acelerado de professores. Foi docente na Escola Preparatória Patrice Lumumba (S.Tomé), onde lecionou a disciplina de Língua Portuguesa. Em 1981 desloca-se a Lisboa para prossecução de estudos. Ingressa na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa onde obtém a licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas -variante de Estudos Portugueses. Dada a situação de instabilidade que se tem vivido no país em termos laborais, o exercício da docência não se tem efetivado de forma contínua. Frequenta, presentemente, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa (Área de Especialização – Metodologia do Ensino do Português Língua Segunda/Língua Estrangeira). Sensibilizada com a problemática das línguas africanas e portuguesa, tem participado (embora essencialmente como ouvinte) em palestras ligadas a esta problemática.

A Língua Portuguesa e os Fenómenos de Interferências Linguísticas em S.Tomé e Príncipe HELENA LIMA AFONSO, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [Portugal]

Ao iniciar a presente exposição, gostaríamos, antes de mais, de manifestar o nosso apreço por poder apresentar os nossos pontos de vista sobre uma questão que muito nos interessa e preocupa.

Em busca de linhas de orientação para a abordagem de tema tão vasto e abrangente como o que subjaz à realização deste Colóquio, reputamos como domínio interessante de análise as relações entre a língua portuguesa e os seus crioulos, cujas afinidades linguísticas, aliadas a fatores histórico sociais determinam o jogo de interferências mútuas que os tornam cúmplices. Consequentemente, abordaremos a problemática da língua portuguesa em S. Tomé e Príncipe, onde, por razões históricas bem determinadas, a língua portuguesa ganhou uma implementação significativa⁵⁷, assumindo-se como uma língua de comunicação de grande parte da população, não obstante a parceria com os crioulos locais, de forte predominância, sobretudo nas zonas rurais e nas populações urbanas menos letradas.

Não pretendemos, de modo algum, apresentar soluções definitivas para questão tão problemática. Constitui principal objetivo apresentar o resultado das nossas pesquisas e reflexões sobre o assunto, compartilhar as nossas preocupações e acima de tudo, colher deste auditório opiniões, propostas e recomendações que de algum modo possam contribuir para uma melhoria da problemática linguística em S. Tomé e Príncipe. Tentaremos, embora de forma sucinta, dar conta dos fenómenos de variação relativamente à norma europeia que aí ocorrem no discurso oral e escrito dos falantes que usam o Português como língua segunda e cuja língua materna ou é um dos crioulos,

⁵⁷ Tomamos como referência os dados estatísticos referentes ao Censo de 1991 (o mais atual, visto que o de 2001 não contempla a situação das línguas). De acordo com estes dados, que apresentamos com alguma reserva, pois consideramos não serem muito fiáveis, 99,8 % da população declara saber falar português.

ou como habitualmente acontece, uma variante oral da língua portuguesa, de cunho popular, que disseminada por quase todo o território nacional se apresenta como lugar de eleição dos fenómenos de variação, aproveitando também a ocasião para proceder a uma breve reflexão das implicações decorrentes deste facto para o ensino.

Entrando diretamente no tema começaremos por dizer que a realização da língua portuguesa em S. Tomé e Príncipe, pequeno país insular, situado no golfo da Guiné, na costa ocidental de África cuja superfície ronda os 1001 km quadrados e cuja população é estimada em cerca de 150 mil habitantes, se dá numa situação de plurilinguismo (nível nacional) e de bilinguismo (nível individual⁵⁸). Concorrem para a constituição do quadro linguístico nacional, as línguas forjadas pela vivência do povo – as línguas crioulas – que em regime de coabitação interagem com o português – língua de origem europeia. Porém, esta convivência não se tem revelado pacífica⁵⁹ (principalmente nas três últimas décadas) e a prová-lo o atual estado de “caos” linguístico que impera no país.

Neste país arquipelágico, a língua portuguesa, adotada como língua oficial desde a independência tem vindo a são-tomensizar-se, consequência da coexistência deste idioma com as outras línguas faladas no país: o Forro, um dos crioulos falados na ilha de S. Tomé; o Lungwa Ngola, falado na parte oriental desta mesma ilha; o Lung’ié, crioulo da ilha do Príncipe, para além do crioulo de Cabo Verde, levado pela população que fora para a ilha em regime de contrato. Sendo uma língua viva, o seu processo evolutivo sofre nesse país arquipelágico constantes e rápidas modificações motivadas não só pelo facto de que a mesma deixa de ser diretamente influenciada pela norma portuguesa dado o seu afastamento geográfico e político, como também porque S. Tomé e Príncipe continua a viver uma nítida época de transformação social e política. Aliados aos fatores especificamente linguísticos, outros fatores extralinguísticos, entre eles, ambiência geográfica, solo, hábitos específicos dos seus habitantes, consistentemente diferentes dos portugueses, influenciam e orientam o desenvolvimento da língua portuguesa falada em S. Tomé e Príncipe para direções diferentes, distanciando-a progressivamente da norma-padrão europeia.

Com efeito, os dados do quotidiano evidenciam, sem sombras para dúvidas, a existência de um Português são-tomense, pois a influência dos novos contextos cultural, social e linguístico na são-tomensização do português é há muito evidente, caracterizando-se por alterações morfossintáticas, fonéticas e lexicais. Estes fenómenos são bem evidentes nas seguintes expressões em português, produzidas por falantes são-tomenses, falantes do forro com baixos níveis de escolaridade:

- 1-- Eu dei ele ele (significando eu dei-lho, por interferência de N de ele;
- 2- João jogou parede com pedra (com o significado de O João atirou a pedra à parede por influência do crioulo Zon zuga paledê ku budu,);
- 3 -Eu já fiz sopa em vez de Eu já fiz a sopa (do crioulo N fe sopa za), ou ainda
- 4- As piquena, vamo de nós em substituição de Meninas, vamos embora, por influência do crioulo Inem mina, bon non.

Muitos outros exemplos poderiam ainda ser dados:

- 5- Eu levanto oito hora por Levanto-me às oito que em crioulo forro se diz N ga lanta ôto olá.
- 6- Eu comi dente, em substituição de Zanguei-me por decalque da expressão crioula N kume dentchi;
- 7- Ele deu cabeça fundo em vez de Ele mergulhou

Os supracitados exemplos atestam a existência de fenómenos de interferência, fruto de fatores vários decorrentes de uma situação de contacto de línguas entre a língua portuguesa e as outras línguas faladas no país, línguas crioulas, (resultantes da miscigenação do Português e das línguas africanas postas em contacto nos primórdios da ocupação do arquipélago).

Nascidas num contexto de relações comerciais e de escravatura em que o Português era a língua dominante, uma vez formadas, as línguas crioulas mantiveram-se durante séculos à sombra da língua de maior prestígio, o português. Dada a política glotofágica adotada pelo colonizador, que permitia apenas o uso da língua de colonização não só na escola, como em todas as outras situações de domínio público, sem tomar em consideração a cultura das populações, diversa e expressando-se em crioulo (capaz de favorecer a harmonia da sociedade e o respeito pelas diferenças étnicas, culturais, religiosas ou linguísticas), o português foi durante o período colonial a única língua usada na administração, na imprensa, na religião, na escola. Porém, a língua portuguesa nunca conseguiu neutralizar o uso das línguas crioulas e manter-se como única língua de comunicação. Deste modo, desde os primórdios da sua história, a coexistência linguística sempre foi uma realidade, embora tal processo tenha conhecido matizes diferenciados em cada um dos grandes períodos históricos do país – o colonial e o pós-colonial.

No período colonial cada sistema linguístico era representativo de um determinado estatuto social. Assim, o sistema linguístico estava em proporção direta para o seu utilizador, correspondendo a cada classe social um determinado sistema linguístico. Deste modo, os crioulos eram sobretudo a língua exclusiva da população analfabeta e rural, enquanto os são-tomenses com um certo grau de instrução e pertencentes à elite urbana ou a ela aspirante utilizavam como meio de expressão o Português, embora entendessem (e até falassem bem) o crioulo (cf. Inocência Mata: 1998). Esta estrutura porém, foi alterada no período pós-independência com a democratização da língua portuguesa. Logo após a independência constituiu intenção do governo são-tomense eliminar qualquer vestígio de conteúdo diferenciador de classes sociais que a utilização da língua portuguesa assumira no tempo colonial. É assim que neste período histórico se assiste à implementação de políticas que visavam acabar com a divisão étnicossocial e a estigmatização de certos grupos que até então a utilização da língua portuguesa assumira. Em prol desta política se proclamou ser o Português a língua de todos os são-tomenses. Vítimas de discriminação no passado por não falarem português, a língua de prestígio, quando o governo incentiva a população analfabeta e de baixo nível de literacia ao seu uso, sem que para tal sejam criadas condições necessárias e suficientes para a sua aprendizagem, fica desde logo assegurada socialmente a base para se desencadear o processo de nativização e consequente formação da variedade são-tomense do português.

Com efeito é neste contexto que o Português ganha significativa implementação, assumindo-se como língua de comunicação de grande parte da população, embora em regime de coabitação com os crioulos locais de forte predominância sobretudo nas zonas rurais e nas populações urbanas menos letradas. Esse processo de democratização social visando a eliminação da segregação social⁶⁰ permitiu a miscigenação linguística entre os vários grupos etnoculturais da jovem República. Porém, se tal processo permitiu uma melhoria das relações interpessoais, foi no entanto muito prejudicial no campo linguístico pois as línguas em presença muito perderam. Como afirma Inocência Mata “a perversa ausência de margens numa sociedade em que os padrões foram deliberadamente destruídos (sem serem substituídos) criou espaços nebulosos em que os dois sistemas existem mas sem se radicarem ativamente” (1998:32). Tendo sido proporcionada a união entre os vários grupos etnolinguísticos obviamente se proporcionou a união entre as línguas. Porém os pré-requisitos de cada grupo no tocante à língua, à cultura, à competência e à performance diferiam entre uns e outros, facto que não foi devidamente equacionado. Defrontados com a necessidade de se expressarem em Português, fazem-no com a ajuda dos conhecimentos que possuem das suas línguas maternas. Neste panorama duas situações se nos apresentam:

- quem tinha o crioulo como língua materna, de um modo geral, analfabeto, começou a falar o Português traduzindo o crioulo;
- os que tinham o Português como língua materna, ao falarem crioulo faziam-no traduzindo o Português.

Desta dinâmica, resulta pois, a interinfluência linguística, deixando marcas notórias em cada um dos sistemas em presença. Como resultado desta, assiste-se a uma progressiva criouliização do português e a uma descrioulização do crioulo. Assim muitos vocábulos que até então eram de origem africana tendem a ser substituídos por palavras de origem portuguesa. Apresentamos a título exemplificativo alguns destes vocábulos, amostras claras de descrioulização do Forro: *mursegu; gosta; fumu; lodilha; abelha; kota; spalha; gemio; lismunga; pwela; galafa; bana; laspa; klôpo; nglosa; dezeja; bulôlo; buchecha, cujas palavras crioulas de origem africana são, respetivamente, ngenbu; gôgo; igligu; ikili; vunvun; sasa; wanga; ingleva; ngungunu; tunbu; lodoma; kitchiba; kloko; ubwê; kutu; mêse; mutu; ubwami.*

Porém, se em relação às línguas crioulas, da situação de contacto decorre uma gradual descrioulização provocada sobretudo pelo recurso cada vez maior ao léxico de origem portuguesa em detrimento do léxico de origem africana (portanto às contribuições de substrato na formação dos crioulos), no que concerne ao Português esta interinfluência é muito mais expressiva pois o impacto do Forro neste sistema é muito mais significativo. Assiste-se a uma

⁵⁸ Embora os dados estatísticos atestem a existência de um bilinguismo maioritário Português/Crioulo Forro (99,8 %/73,5 %), a prática demonstra-nos que muitos dos falantes que se assumem como bilingues não o são verdadeiramente visto não possuírem o domínio de duas línguas.

Tomamos como definição de bilinguismo uma situação linguística em que se veiculam duas línguas e cujos falantes sejam proficientes nas quatro capacidades: produção oral e escrita e compreensão oral e escrita. Porém não muitos são-tomenses se podem incluir nesta situação, pois uma grande parte dos falantes não detém um domínio de duas línguas que se manifeste quer numa competência comunicativa, quer numa competência linguística.

⁵⁹ Por convivência pacífica entenda-se o facto de as línguas poderem “viver” simplesmente em contacto, uma na vizinhança das outras, lado a lado, sem interferências sistemáticas e profundas, resguardando, portanto as suas fronteiras individuais.

⁶⁰ À heterogeneidade etnossocial que caracterizava a sociedade e consequentes designações para cada um dos grupos (forros, angolares, tongas e minu yé) daria lugar a uma caracterização grupal homogénea – os são-tomenses.

Programa do colóquio da lusofonia

progressiva crioulação desta língua motivada sobretudo pela contaminação exercida pela introdução de estruturas das línguas crioulas. Em consequência a proliferação de uma língua “híbrida” (cf. Albertino Bragança, 1.º Colóquio internacional sobre as línguas nacionais de S. Tomé e Príncipe) e que se apresenta como lugar de eleição dos fenómenos de interferência. São exemplos:

- 1- “ Se ela vai sair de bariga chea” (P.S.T.)
chi ê s'ka chê di bega chá (Crioulo)
Se ela vai sair de livre e espontânea vontade (P.E);
- 2- Dor de bariga que eu estou com ele (P.S.T.)
Dôlo bega ku N sa kwê (Crioulo)
As dores de barriga com que estou (P. E);
- 3- Chuva choveu quatro dia intero (P.S.T.)
Suba sobe quatlo djá ntêlo (Crioulo Forro)
Choveu por quatro dias consecutivos (P.E.)
- 4- “Eles foram para mato de lenha” (P.S.T.)
Inen ba matu nha (crioulo)
Eles foram ao mato procurar (apanhar) lenha;
- 5- “O senhor daria-me um lado de palácio” (P.S.T.)
Sun ka da um uã lado palachu (crioulo)
O senhor oferecer-me-ia metade do palácio;
- 6-“Quilabu deu a casa fogo” (P.S.T.)
Quilabu da ke fogo (crioulo)
Quilabu ateou fogo à casa (P.E.)
- 7- “Mas sem para a tartaruga saber” (P.S.T.)
Maji sê pa tataluga sebê (crioulo)
Mas sem que a tartaruga soubesse (P.E.)

Como se pode observar pelos exemplos supra citados esta língua evidencia de forma clara toda uma lógica gramatical, mais ainda, toda uma estrutura de pensamento peculiar ao crioulo. Inocência Mata põe em evidência este facto ao afirmar “dir-se-ia que a «programação mental» dos falantes desse «português deturpado» continuava linguisticamente crioula; daí que na sua realização essa língua se manifeste mais do que com interferências, como verdadeiras traduções diretas do forro para o português, com uma estrutura e uma semântica que não correspondem às solicitações do nível de utilização de uma língua oficial” (1998:33) Possuindo uma estrutura morfossintática própria, profundamente enraizada no conhecimento subjetivo da população geral, o Forro intervém na elaboração do “falar são-tomense”, provocando uma certa distanciação das suas estruturas morfossintáticas em relação à língua portuguesa. Por outro lado esta língua oral, que do ponto de vista lexical se identifica com o Português, em muitos casos, pouco mais faz do que isso. Tome-se como exemplo os enunciados:

- “ Toda lenha molhou chuva”
- “ Eu estou a pensar você muito”
- “Porquê que você vai matar tua vida?”

Em qualquer um dos enunciados o léxico é o pertencente à língua portuguesa. Porém, para um interlocutor que não partilhe uma mesma competência sociolinguística⁶¹, alguns destes enunciados certamente o induzirão a uma situação de falsa inteligibilidade ou até mesmo de total ininteligibilidade aquando da descodificação das respetivas mensagens. Senão vejamos:

O enunciado da frase 1), pondo em causa as regras de seleção categorial e semântica de que resulta a agramaticalidade da frase em português, leva a que a asserção possa ser tomada como um facto irrisório. Relativamente ao enunciado da frase 2) o interlocutor decerto não o interpretará como sendo uma manifestação de preocupação para com alguém mas provavelmente como uma simples lembrança ou recordação. Por sua vez, no que diz respeito ao da frase 3), naturalmente o tomará como uma inquirição em que o locutor interpela o seu interlocutor sobre o motivo que o leva a atentar contra si próprio, quando na verdade o significado literal é outro (por que razão te vais sacrificar tanto?)

São numerosos e de fácil captação exemplos como os que acabamos de descrever e que nos permitem dar conta das alterações que a língua portuguesa vem sofrendo em S. Tomé e Príncipe devido ao contacto com as línguas crioulas. As produções linguísticas ora apresentadas, embora em número restrito, tipificam a variante do português que se fala no país, ao mesmo tempo que ilustram algumas das dificuldades na captação das regras de produção do português. Como se pode observar o processo de diferenciação passa pela progressiva penetração da gramática do Forro, na estrutura quer oral, quer escrita do Português então falado na ilha. Quer a nível da oralidade, quer a nível da escrita, no momento de enunciação as regras gramaticais de formulação dos enunciados implícitos são as da(s) língua(s) crioula(s), muitas das vezes observáveis mesmo em falantes são-tomenses de nível médio. Tal fenómeno radica, segundo cremos, no facto de nenhum dos sistemas chegar a ser suficientemente dominado por este tipo de falantes. A este propósito, porque consideramos esclarecedora e pertinente para explicitação da ocorrência deste tipo de fenómenos, não nos furtamos à tentação de transcrever a seguinte citação: “A mudança que decorre de situações de contacto de línguas é diferente da mudança inerente que qualquer língua regista ao longo da sua história, a nível dos respetivos subsistemas. A mudança decorrente do contacto é realizada pelos falantes que, em contacto com as outras línguas, tendem a aproximar-se progressivamente destas, com eventual extensão a estruturas dessas línguas. Por sua vez, algumas das estruturas das línguas maternas dos falantes poderão, numa fase não estabilizada do conhecimento das outras línguas, criar interferências quer a nível do léxico, quer das estruturas específicas dos subsistemas linguísticos que se encontram em contacto” (Mateus et al., 2003:36).

No que diz respeito à realidade linguística são-tomense, os desvios face à norma europeia da língua portuguesa, assumem-se como diferenças que o uso impôs com certo carácter normativo, o que dificulta a perceção do erro por parte dos falantes. Para ilustrar esta situação apresentaremos de seguida alguns exemplos, característicos do “desvio da norma”, os chamados fenómenos de interferência:

- A- “Eles iam deixar filhos com quem? Não tinham quem para deixar com ele”
- B- “Eu vi ele no dia que eu ia viajar. Eu vi ele mas eu nom podia para pa fala com ele”
- C- Ao telefone:
 - A- “Vocês ta em casa memo? Vocês ta em casa é qui vocês não ta atendê téléphone?”
 - B- ...
 - A- “Teu bebé calça quanto?”
 - B- ...

⁶¹ Consiste na sensibilidade para as convenções de uso da língua que são determinadas por aspetos do contexto específico do seu uso, habilitando o indivíduo a desempenhar funções da linguagem de maneira apropriada a um dado contexto. Assim, dentro do âmbito da competência sociolinguística se situam as seguintes habilidades: sensibilidade às diferenças de dialeto ou variedade, às diferenças de registo e à naturalidade e ainda à habilidade de interpretar referências culturais e figuras de linguagem (cf. Lyle Bachman, *Fundamental Considerations in Language Testing*, Oxford University Press, p.94-95).

A- “Eu dê Tininha recado pa da ocê. Ela non deu?”

B- ...

A- “Qual mochila que ela tá vi com eli?”

B- ...

A- “É pa mandamu bastante folha micóco”

D - “ eli non ta milho ainda. Eli é temoso. Eli tomô todo desse remédio, cabô com eli todo. Eli non qué i pá centro saúde. Nesse dia eu tava doente, ê fui pá centro saúde, cheguei lá só, gente deu mu uma jenção eu non sei onde que dor foi deli”

E- “essa hora eu tava jantado já. Eu cheguei só, peguei aquela banana, esprêmi limão pô neli, comi”.

É este Português oral, que interage nas escolas, nas repartições e nas ruas com a língua portuguesa, norma europeia, que é oficialmente a norma que deve ser utilizada.

Como é evidente, dada a falta de estudos científicos, esta variedade não apresenta ainda um padrão e o grau de desvio em relação à norma oscila de acordo com o meio e o nível sociocultural dos seus usuários, constituindo-se como instrumento de comunicação de uso massivo. Objeto, porém, de uma abordagem meramente descritiva na linguística, esses fenómenos de interferência arrastam problemas complexos e de difícil resolução quando passamos para o ensino.

A problemática linguística em S.. Tomé e Príncipe e seus reflexos no ensino

Embora se tenha partido do princípio que em S. Tomé e Príncipe se aprende Português em situação de imersão linguística, somos de opinião de que na prática esta questão não deve ser vista de forma tão linear. Apesar de o português ter sido durante largos séculos a língua oficial do país, só uma pequena minoria falava corretamente esta língua. Para a grande maioria que tinha como língua de comunicação um dos crioulos ou o português “deturpado” impunha-se uma (re)aprendizagem do Português, não em contexto informal, mas sim em contextos formais de ensino/aprendizagem, isto é, em instituições oficiais de ensino. Não descuramos de modo algum os esforços despendidos pelo governo são-tomense na luta contra o analfabetismo. Pretendemos, sim, chamar a atenção para uma questão deveras importante: o facto de se iniciar a população nas primeiras letras, a dizer, alfabetizá-la, não constituiu, por si só, meio suficiente para a aprendizagem da língua.

É sabido que logo após a independência se dá início ao novo programa do governo, visando a eliminação do analfabetismo. A partir de uma política virada para a gratuidade e massificação do ensino, se pretendia que a língua portuguesa passasse a chegar à população mais recôndita do país. Um facto porém foi negligenciado – uma alfabetização eficaz exige do país condições necessárias para se evitar a sua regressão (textos, dicionários, gramáticas, jornais, livros vários), de modo a que o alfabetizado encontre tudo quanto possa, pela escrita, alimentar-lhe a curiosidade ou a necessidade de continuar a aprender, aprendizagem essa que o conduzirá a um saber-fazer, isto é, a um desenvolver de competências que se irá materializar na prática linguística

Ora, vejamos: em S. Tomé e Príncipe, o que se passa? Não obstante alguns esforços realizados no período pós-independência, o país caracteriza-se por um elevado índice de analfabetismo. É certo que muita gente teve e tem tido acesso à escola. Mas será que ser analfabeto implica apenas a mera incapacidade de descodificação de um código escrito, a dizer a impossibilidade de juntar letras de forma a formar palavras? Cremos que não. Não saber ler não passa apenas pela mera incapacidade de descodificação de um código escrito; é algo mais. Apoiamo-nos em Inês Sim Sim que citando Gray, nos elucida sobre este assunto. Diz a autora que em 1956, no âmbito da UNESCO, é proposto que se considere como *funcionalmente alfabetizada* toda a pessoa “que adquiriu um nível de perícia de leitura e escrita que a torne capaz de desempenhar com êxito todas as atividades que, no seu grupo de pertença, requeiram tal capacidade (1989:62).

Com base nesta definição de analfabetismo, somos levados a afirmar que em S. Tomé e Príncipe existe uma elevada percentagem de analfabetos pois o que se verifica é que não só a nível da leitura como também e sobretudo a nível da escrita muito poucos se podem incluir neste grupo. Embora se tenha avançado com ações imediatas para a erradicação do analfabetismo, não foram desenvolvidos esforços para se evitar o analfabetismo regressivo. É certo que muitos são-tomenses se dispuseram a frequentar as campanhas de alfabetização, cientes de que saber ler e escrever são mais-valias na sociedade. Uma vez iniciados no processo de leitura e escrita, este facto poderia e deveria constituir-se como uma mais-valia no processo de aprendizagem da língua portuguesa. Porém, se as pessoas adquirem a capacidade de ler mas posteriormente não dispõem de meios que permitam a sua familiaridade com tal universo para que possam aprofundar conhecimentos, enriquecer a linguagem, desenvolver competências (no caso concreto, competências comunicativas), isto é, elevar-se culturalmente, de pouco lhes servirá pois dificilmente conseguirão fazer uma leitura mais completa, isto é, ultrapassar o nível de simples alfabetizados para que se possam transformar em potenciais leitores, ou seja, adquirir o domínio de técnicas que lhes permitam, quer atualmente, quer na sua vida futura, um melhor desempenho no processo de (auto)aprendizagem. Considerando-se o elevado número de falantes que se inserem neste quadro, é evidente que este facto se vai repercutir na dinâmica linguística.

Por outro lado, é hoje do conhecimento de todos, o papel determinante que desempenha o contexto social no desenvolvimento da capacidade linguística dos falantes. Tal significa que, havendo em S. Tomé e Príncipe muitas crianças que na fase inicial do seu desenvolvimento são privadas do contacto com o material escrito ou por falta de recursos económicos dos pais e/ou de outras pessoas que os tenham a seu cargo, ou por mera ignorância por parte destes da importância do material impresso para o normal desenvolvimento psicolinguístico e metacognitivo da criança, tal facto irá repercutir-se na sua expressão linguística. A criança não lê, ou se lê, é muito pouco; não desenvolve capacidades e competências linguísticas. Para completar este quadro, o meio social em que a criança se move é um meio em que a língua de comunicação ou é um dos crioulos ou um Português já muito impregnado de interferências. A falta de meios adequados ao desenvolvimento linguístico pode acontecer (e geralmente acontece) que, muitos dos falantes (de Português), mesmo atingindo um determinado nível de escolaridade formal, fazem-no sem terem adquirido as competências correlativas.

Fernanda Pontífice nas suas reflexões acerca da problemática da língua portuguesa em S. Tomé e Príncipe, evidencia este facto ao afirmar existirem alunos que, numa fase já avançada de escolaridade, não possuem as aptidões desejadas e, por conseguinte, condicionam toda a planificação e impedem a turma de avançar no ritmo desejado (cf. Fernanda Pontífice, 1991:87). A agravar esta situação refira-se à elevada percentagem de crianças e jovens que ainda em idade escolar abandonam a escola, indo engrossar o já elevado índice de população com baixo nível de escolaridade e que como não poderia deixar de ser, vai refletir na dinâmica linguística.

Reflexo de toda uma conjuntura económica, social e política (a grande maioria da população vive em situação de pobreza extrema; aliada a esta situação, um cada vez maior interesse por bens materiais em detrimento de uma formação contínua e progressiva e a adoção de deficientes políticas educacionais), quer a nível da oralidade, quer a nível da escrita, na interação social, irá reproduzir-se essa realidade linguística, situação que só será revertida com a adoção de uma nova e eficiente política linguística.

Concluindo: O Português em S. Tomé e Príncipe vem sofrendo mudanças determinadas por fatores sociais e linguísticos, característicos do meio em que esse sistema linguístico é adquirido e usado.

Dado o fenómeno de interferências linguísticas, torna-se evidente que em S. Tomé e Príncipe devemos ter sempre esta característica que marca o país: a coexistência de duas variedades do Português:

o Português europeu, a norma que pode ser considerada para uma grande parte da população uma língua segunda;

o Português local, um falar de características fonológicas e morfossintáticas próprias, cujos desvios em relação à norma são significativos, em que se assiste a uma tendência cada vez maior para a contaminação do código escrito pelo código oral e que é usado pela grande maioria da população.

Pelo exposto, pode-se inferir que a grande maioria das crianças ao ingressar na escola usa uma língua “diferente”daquela que é utilizada nos manuais escolares e supostamente pelo professor e consequentemente um dos principais responsáveis pelo insucesso escolar.

Num tempo em que é unânime a consideração segundo a qual o aproveitamento escolar é um tanto maior quanto mais próximo do quotidiano dos aprendentes torna-se urgente a adoção de estratégias de ensino muito específicas. Não que sejamos apologistas de que esse português oral, fortemente eivado de interferências deva vir a ser utilizado no ensino. Todavia defendemos que uma maior atenção deverá ser dada às realidades linguísticas das crianças

Programa do colóquio da lusofonia

e para aqueles que tenham como língua materna o “falar são-tomense” ou o português como língua segunda porque não seguir as sábias palavras do eminente político Amílcar Cabral e ensinar às crianças a relação de parentesco entre o crioulo e o português se, como defendem os especialistas, isso permitiria às crianças ganhar mais facilmente consciência das diferenças entre elas e deste modo desenvolvê-las autonomamente? Impõe-se também proceder-se à formação de pessoal docente, pois um facto que não devemos olvidar é o de que maus modelos geram maus produtos. Tendo em conta que em S.Tomé e Príncipe, principalmente nas zonas rurais ou classes mais desfavorecidas a exposição à língua portuguesa é praticamente da responsabilidade da escola e do professor e que quanto maior for a exposição a essa língua, nas suas vertentes quer oral, quer escrita, maior é a probabilidade do sucesso na aprendizagem, criar condições para que os alunos possam estar mais tempo expostos à língua, fornecer-lhes material escrito, quer na escola, quer fora dela devem passar a fazer parte das preocupações dos professores e entidades governamentais. Só proporcionando às crianças o acesso a todas as formas de contacto assíduo com esses materiais se poderá despertar nelas mecanismos internos de extrema importância na formação e desenvolvimento dos esquemas mentais que lhes darão aceso à competência linguística e comunicativa.

Referências

- BRAGANÇA, Albertino, “A língua portuguesa e o fenómeno de interferências linguísticas em S.Tomé e Príncipe” in 1.º Colóquio Internacional sobre as Línguas Nacionais em S.Tomé e Príncipe, Ministério da Educação e Cultura, S.Tomé e Príncipe s/d.
- CALVET, Louis-Jean, *Linguistique et Colonialisme: Petit Traité de Glottophagie*, Éditions Payot & rivages, Paris e Germain, 2002.
- FERREIRA, Manuel, “Numa perspetiva cultural. Que Futuro para a língua Portuguesa em África?”, in *Atas do Congresso sobre a Situação Atual da Língua Portuguesa no Mundo*, vol. II, Lisboa, 1983.
- FONTES, Carlos de Sousa Ferreira, *Estudo do Léxico do Sãotome com Dicionário*, Faculdade de Letras, Coimbra, 2007 (completar)
- GARTNER, Eberhard, “Particularidades Morfossintáticas do português de Angola e Moçambique, in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua portuguesa, Separata, s/l., s/d.
- GONÇALVES, Perpétua, *Português em Moçambique. Uma variante em formação*, LUFL da U.E.M., Maputo, 1996.
- HAGEMEIJER, Tjerk, *As Línguas de S.Tomé e Príncipe* (documento policopiado)
- LEIRIA, Isabel, *Léxico: Aquisição e Ensino do Português Europeu Língua não Materna* (dissertação de Doutoramento), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001.
- LOPES, Armando Jorge, *Política Linguística: Princípios e Problemas*, Livraria Universitária, UEM, Maputo, 1997.
- MARÇALO, Mª João, “A dinâmica da língua - implicações num estudo sincrónico, in *Varição Linguística no Espaço, no Tempo e na Sociedade*,” Associação Portuguesa de Linguística/Colibri, Lisboa, 1994.
- MARQUILHAS, “Mudança linguística”, in *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, (org.) Isabel Hub Faria et al., Caminho, Lisboa, 1996.
- MARTINET, André, *Conceitos Fundamentais de Linguística*. Presença, Livraria Martins Fontes, Portugal/Brasil, s/d.
- MARTINHO, Ana Mª, *a língua Portuguesa em África: Educação, Ensino, Formação*, Editorial Pendor, Évora, 1995.
- MATA, Inocência, “A língua portuguesa em São Tomé e Príncipe”, in *Língua e Cultura, Sociedade de Língua Portuguesa*, Lisboa, 1998.
- MATEUS, Mª Helena Mira, *A face Exposta da Língua Portuguesa*, INCM, Lisboa, 2002.
- MATEUS, Mª Helena Mira, (coord.), *Uma Política de Língua para o Português*, Colibri, Lisboa, 1998.
- MOTA, Mª Antónia Coelho da, “Línguas em contacto e variação”, in *Varição linguística no espaço, no tempo e na sociedade*, Associação Portuguesa de Linguística/Colibri, Lisboa, 1994.
- NEGREIROS, António de Almada, *História Ethnográfica de São Thomé*, Lisboa, Bastos, 1895.
- PEREIRA, Dulce, “Fala Crioulo Papia Português”, in *Kultura*, 2001
- PEREIRA, Dulce, *Crioulos de base portuguesa*, Caminho, Lisboa, 2006.
- PONTÍFICE, Fernanda, “A língua portuguesa no ensino”, in *Revista Internacional de Língua portuguesa*, Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 1991.
- PONTÍFICE, João, “Os meandros da cumplicidade crioula”, in *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 1989.
- SANTO, Carlos do Espírito, “Situação atual da Língua Portuguesa nas ilhas de S. Tomé e Príncipe,” in *Atas do Congresso sobre a Situação atual da Língua Portuguesa no Mundo*, vol. I, Lisboa, 1985.
- SIM-SIM, Inês, “Literacia e alfabetização: dois conceitos não coincidentes”, in *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n.º 2, Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 1989.

16. IRENILDE PEREIRA DOS SANTOS

Possui mestrado (1975), doutorado (1981) e livre docência (1988) em Linguística pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), tendo feito estágio de pós-doutorado na Indiana University, nos Estados Unidos. É docente e orientadora permanente do Curso de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de São Paulo, tendo, atualmente, sob sua orientação seis doutorandos e dois mestrados. Foi coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Linguística e vice-chefe do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo por duas vezes. Levou à defesa quase vinte alunos em nível de doutorado e pouco mais de dez em nível de mestrado. Vários tiveram bolsa de estudos da CAPES e do CNPq. Orientou, ainda, pouco mais de vinte alunos de iniciação científica. Também pertence ao corpo docente do Programa de Mestrado Acadêmico de Linguística da Universidade Cruzeiro do Sul, do qual é vice-coordenadora, e orienta dois mestrados. É coordenadora do *Grupo de Pesquisa em Dialetoлогия e Geolinguística – GPDG/USP-*, cadastrado no CNPq, e participa de dois outros grupos de pesquisa na Universidade Cruzeiro do Sul - *Memória e Discurso e Teorias e práticas discursivas e textuais*, ambos igualmente cadastrados no CNPq. Foi coordenadora nacional do *Projeto de Aperfeiçoamento para Professores do ensino médio em Língua Portuguesa*, no Convênio Universidade de São Paulo/Vitae, apoio à Cultura, Educação e Promoção Social/Secretarias de Estado da Educação do Brasil. Participa regularmente de congressos no Brasil e no exterior, bem como profere palestras e conferências. Tem publicado artigos e capítulos de livros, inclusive no Japão, sobre as áreas em que atua. Desenvolve pesquisa sobre temas relacionados aos seguintes campos do saber/fazer linguístico: Geolinguística, Sociolinguística, Ensino de Língua Portuguesa e Análise do Discurso.

Atlas LINGUÍSTICOS brasileiros e atividade discursiva: contribuições ao ensino da língua portuguesa IRENILDE PEREIRA DOS SANTOS, USP/UNICSUL Universidade de São Paulo / Universidade Cruzeiro do Sul [BRASIL]

No Brasil, em geral, a elaboração dos atlas linguísticos inicia-se pelo levantamento dos indicadores sociais e pelo mapeamento histórico-geográfico da área a ser pesquisa. Esse primeiro passo fornece os elementos para a constituição da rede de pontos, isto é, as localidades a serem investigadas. Na fase seguinte, ocorre a seleção dos informantes/sujeitos, de acordo com determinadas variáveis sociais, a saber, gênero, faixa etária e escolaridade. Segue-se a coleta dos dados, que consiste na aplicação do questionário, em entrevista *in loco*. Em seguida, procede-se à transcrição dos dados e ao tratamento quantitativo dos itens relativos às respostas ao questionário. Desse procedimento resultam listas, tabelas e cartas, que espelham a frequência e a distribuição dos fenômenos linguísticos na área pesquisada. Reproduzida dessa maneira, a pesquisa geolinguística parece restringir-se a um saber/fazer mecânico que parte do levantamento dos indicadores sociais e do mapeamento histórico-geográfico; passa pela seleção de pontos e informantes/sujeitos, procede à aplicação de um questionário; e, por fim, resulta na elaboração de listas, tabelas e cartas. Na verdade, os atlas linguísticos não constituem apenas um retrato da frequência e da distribuição de fenômenos linguísticos, pois, por trás desses fenômenos, emerge uma intensa atividade discursiva, reveladora de um cabedal sócio-linguístico-cultural, que, com toda certeza, pode e deve ser posto a serviço do ensino de língua portuguesa. Este trabalho tem por objetivo apresentar a manifestação da atividade discursiva subjacente ao saber/fazer geolinguístico com vistas ao ensino de língua portuguesa. Parte da Análise do Discurso e, por meio do exame de dados semântico lexicais extraídos de atlas linguísticos brasileiros publicados nas últimas décadas, busca: (i) destacar elementos de cunho sociohistórico característicos da variante do Português do Brasil; (ii) apontar como esses elementos podem ser integrados ao ensino de língua portuguesa.

1 Introdução

Ao observador atento ao percurso da Linguística não passa despercebido o crescente interesse pelo saber/fazer geolinguístico. No Brasil e em vários outros países, ora inserida na temática de congressos científicos, ora intercalada em publicações, revela-se uma tendência que se vem acentuando no último decênio – a abordagem de tópicos de geolinguística.

Ao mesmo tempo, o exame da produção geolinguística mostra que as monografias dialetais e os primeiros esboços de pesquisa geolinguística da primeira metade do século XX cederam lugar a atlas linguísticos e estudos geolinguísticos altamente complexos. À primeira vista, esse movimento parece indicar que o legado tradicional encontrado nos primeiros trabalhos dialetológicos sucumbiu frente aos novos procedimentos teórico metodológicos da atualidade. Entretanto, a análise mais acurada da questão mostra que a nova feição que o saber/fazer geolinguístico vem assumindo nas últimas décadas se integra ao (s) caminho (s) percorrido (s) pela própria ciência linguística. Dito em outras palavras, não se trata de substituir uma orientação dita obsoleta por outra considerada mais moderna, mas de agregar ao saber/fazer geolinguístico atual os avanços da Linguística.

Este trabalho aborda justamente um ponto dessa questão. Voltado para uma das modernas correntes da Linguística atual, qual seja, a Análise do Discurso de linha francesa, tem por objetivo apresentar a manifestação da atividade discursiva subjacente ao saber/fazer geolinguístico com vistas ao ensino de língua portuguesa. Por meio do exame de dados semântico lexicais extraídos de atlas linguísticos brasileiros publicados nas últimas décadas, busca: (i) destacar elementos de cunho sociohistórico característicos da variante do Português do Brasil; (ii) apontar como esses elementos podem ser integrados ao ensino de língua portuguesa.

2 Análise do Discurso e geolinguística: encontro (s) possível (eis)

A atividade linguística se efetiva na interação social. No dia a dia, a todo instante, os sujeitos utilizam a língua para os mais diferentes tipos de comunicação. Por meio desse instrumento privilegiado, transmitem e reiteram significações e informações num processo contínuo, extremamente dinâmico a que se denomina discurso (Maingueneau, 2006; Brandão, 2007). Ao fazê-lo, os sujeitos expressam sentimentos, crenças e valores que, não sendo exclusivamente seus, revelam sua inserção em grupos sociais. Por conseguinte, diz-se que a atividade linguística se desenvolve na interação entre sujeitos, enquanto membros de determinados grupos que atuam na sociedade. Entretanto, a interação social não se restringe aos sujeitos, pois eles estão necessariamente relacionados a um determinado tempo, inseridos numa comunidade de linguagens 62 e vinculados a um dado espaço. O tempo focado aqui é o sociohistórico. Não se trata do tempo cronológico, uma vez que, na fala dos sujeitos, sobressaem-se marcadores temporais que desvelam sentimentos, crenças e valores de uma determinada época, a saber, da época em que vivem. Além disso, enquanto membros de grupos sociais de uma época, encontram-se indiscutivelmente inseridos numa comunidade de linguagens. Aos elementos verbais se incorporam elementos não verbais, que, vistos numa perspectiva sociohistórica, fornecem pistas para a compreensão dos sentimentos, crenças e valores daquele grupo. Assim, não se trata simplesmente de uma comunidade de fala ou comunidade linguística, mas de uma comunidade que encerra uma mescla de linguagens.

O terceiro elemento, igualmente importante, é o espaço, que remete ao lugar ou à área em que nasceram ou habitam os sujeitos, o chamado espaço físico. Malgrado reportar-se a um dado concreto, a que os sujeitos podem ser relacionados com relativa estabilidade, não se restringe ao elemento físico. Como bem aponta a Geografia, não se resume ao chamado espaço físico ou à configuração espacial. Reportamo-nos particularmente a Santos (1966: 61) quando salienta que “a configuração geográfica e paisagem – substituem frequentemente e equivocadamente a palavra espaço. Ora a configuração espacial é um dado técnico, enquanto o espaço geográfico é um dado social”. Da mesma forma que o tempo, o espaço supõe necessariamente a inserção dos grupos sociais que nele habitam. Em outras palavras, o espaço implica a presença dos sujeitos, os quais, ao expressar seus sentimentos, crenças e valores, participam de grupos sociohistórico.

Mais adiante, Santos (1966: 83) acrescenta que, diferentemente da paisagem, “um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável; o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente.” Entende-se, portanto, que os sujeitos, inseridos no espaço, manifestam sentimentos, crenças e valores e participam de transformações sociohistóricas. Conforme se pode observar, hoje, é imprescindível que, ao analisar a atividade linguística, volte-se a atenção para a interação social. Esse enfoque, comumente encontrado nos textos de Análise do Discurso, pode ser igualmente percebido no saber/fazer geolinguístico, conquanto se afigure pouco perceptível à primeira vista. A nosso ver, a razão principal para que isso ocorra resulta da não compreensão do escopo da pesquisa geolinguística, principalmente dos atlas linguísticos

Em geral, a elaboração dos atlas linguísticos brasileiros tem início com o levantamento dos indicadores sociais e o mapeamento histórico-geográfico da área a ser pesquisa. Esse primeiro passo é essencial para o fornecimento dos elementos para a constituição da rede de pontos 63. Em seguida, procede-se à seleção dos informantes/sujeitos, de acordo com determinadas variáveis sociais, a saber, gênero, faixa etária e escolaridade. Após a coleta dos dados, que consiste na aplicação de um questionário, 64 em entrevista *in loco*, efetua-se a transcrição dos dados. Faz-se, então, o tratamento quantitativo dos itens relativos às respostas ao questionário. Desse procedimento resultam listas, tabelas e cartas, que ilustram a frequência e a distribuição dos fenômenos linguísticos na área focalizada. O conjunto das cartas denomina-se atlas.

Descrita dessa forma, a pesquisa geolinguística parece ter seu fim último na elaboração de atlas, que, para muitos, espelha apenas a frequência e a distribuição de um fenômeno linguístico numa dada área. Quando, no verso das cartas, existem notas e observações dos sujeitos, transcritas pelo pesquisador, o fato é visto como um acréscimo que traz apenas particularidades da fala de uma região. Entretanto, a nosso ver, tal postura constitui uma visão não adequada da questão. Inicialmente, cumpre notar que os atlas linguísticos, enquanto documentos da fala de um determinado espaço – país, estado ou cidade, no caso brasileiro - não consistem em retratos da frequência e da distribuição de fenômenos linguísticos. Por trás dos fenômenos destacados nas listas, tabelas e cartas, existe uma intensa atividade discursiva. Anteriormente, alertamos sobre o tema, observando que “o saber/fazer geolinguístico implica uma atividade discursiva que vai muito além do questionário, das cartas e de outros elementos frequentemente encontrados nos trabalhos de geolinguística” (Santos, 2008).

Vale lembrar também que os elementos linguísticos que integram os atlas linguísticos, quer nas cartas, quer nas notas, expressam a atividade linguística desenvolvida por sujeitos que, como já observamos, estão relacionados a um determinado tempo, inseridos numa comunidade de linguagens e vinculados a um dado espaço. Assim, o objetivo da pesquisa geolinguística não se circunscreve ao retrato da frequência e da distribuição de fenômenos linguísticos, nem tampouco à elaboração do atlas. Como documento da fala de sujeitos localizados num dado espaço, ele reflete a atividade linguística de grupos que atuam na sociedade.

3 Atlas linguístico e Ensino de Língua Portuguesa: encontro (s) possível (eis)

Um atlas linguístico permite vários olhares. Dito em outras palavras, devido à natureza da atividade linguística, o exame de um atlas linguístico conduz a diferentes possibilidades de interpretação na interação social. Dentre o rol de possibilidades destaca-se a variação diatópica, objeto do presente trabalho, que mostra a fala de sujeitos, moradores de determinada(s) região(ões), em relação a um dado tempo e integrantes de uma comunidade.

Para ilustrar a riqueza e complexidade da variação diatópica no Português do Brasil, que deve ser posta a serviço do ensino/aprendizagem da variante brasileira, dentre os vários componentes da língua, optamos pelo lexical. Para tanto, enfocamos duas perguntas do Questionário semântico Lexical – QSL -, instrumento largamente utilizado na coleta de dados lexicais na geolinguística. Essas duas perguntas dão origem a diversos itens lexicais, que constituem as várias respostas dos sujeitos, posteriormente distribuídas em tabelas e cartas semântico lexicais de estudos geolinguísticos elaborados no Brasil nas últimas décadas.

No presente trabalho, fazemos referência aos seguintes estudos:

- *Atlas prévio dos falares baianos* de ROSSI (1963), doravante denominado APFB.
- Atlas linguístico da Paraíba: v. 1: cartas léxicas e fonéticas e v. 2: análise das formas e estruturas linguísticas encontradas de ARAGÃO; MENEZES (1985), doravante denominado ALPB.
- *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais* de RIBEIRO et al. (1977), doravante denominado EALMG.
- *Atlas linguístico de Sergipe* de FERREIRA et al. (1987), doravante denominado ALS.
- *Atlas linguístico do Paraná* de AGUILERA (1994), doravante denominado ALPR.
- Estudo com vistas a um atlas linguístico da Ilha de Santa Catarina: abordagem dos aspetos lexicais de IMAGUIRE (1999), doravante denominado ALISC.
- *Atlas semântico lexical da região do Grande ABC* de CRISTIANINI (2007), doravante denominado ASLeABC.
- *Atlas linguístico de Mato Grosso do Sul* de OLIVEIRA (2007), doravante denominado ALMS.

A primeira questão focalizada traz a seguinte formulação - “(Como se chamam)...os últimos dentes, que nascem depois de todos os outros, em geral quando a pessoa já é adulta?” Trata-se da questão nº 98 do Questionário semântico Lexical do Projeto ALiB. O Comitê Nacional do Projeto ALiB prevê duas respostas possíveis: *dentes do siso* ou *dentes do juízo*. No ALISC, 54,83% responderam *siso*, enquanto os demais optaram por *dente do juízo*, *juízo*, *currumi* e *currumilhu*. Já os sujeitos do ASLeABC preferiram *dente do juízo* que obteve 52,78% de frequência, vindo *dente do siso* logo após com 27,78 de frequência. Ainda no ASLeABC, apareceram outros itens lexicais de baixa frequência: *dente de leite*, *dente normal*, *dente queiro* e *panela*. *Dente do siso* é também o item lexical com a frequência mais elevada em outros atlas linguísticos brasileiros, a saber: o APFB, o ALS e o ALPR. Neste último, aparecem também *dente do juízo*, *dente queiro* e *curnio*. No ALMS, *siso* tem a frequência mais elevada – 19,53% -, índice baixo se comparado aos índices das frequências mais elevadas encontradas nos demais atlas. Ainda aparecem no ALMS, dentre outros, *dente do juízo*, *juízo*, *pilão*, *dente quero*, *dentiqueira*, *quexá*, *quero*, *sensivu*, *dente de coelho* e *queixada*.

A seguir, pesquisamos as acepções dos verbetes referentes aos itens lexicais encontrados nos atlas em dois dicionários da língua portuguesa – o Dicionário Houaiss e o Dicionário Aurélio -, bastante utilizados no Brasil e que servem de referência para consulta e para o ensino da língua materna. Nosso primeiro desafio consistiu em encontrá-los nesses dicionários. O Dicionário Houaiss assinala que *siso* significa “cada um dos terceiros dentes molares que surgem geralmente entre os 17 e os 21 anos de idade” (Houaiss; Villar, 2003), podendo ser chamado *dente do juízo* ou apenas *siso*. O Dicionário Aurélio (Ferreira, 2004), acrescenta que o *dente do siso* também pode ser

62 Expressão que utilizamos para indicar a pluralidade de sistemas de significação - verbais e não-verbais - que coexistem na sociedade.

63 - Em Geolinguística, ponto é o termo utilizado para designar a localidade a ser investigada.

64 - Desde o surgimento da Geolinguística, o questionário tem sido o instrumento utilizado para a coleta de dados. Há vários tipos de questionário - questionário fonético fonológico, morfossintático, semântico lexical e outros.

chamado apenas *siso*. Acrescenta que existem *dente queiro* e *dente queixeiro*. Para a primeira, utiliza a notação NE bras, indicando que é utilizada no Nordeste do Brasil; enquanto, para a segunda, diz tratar-se de um bras., que tanto pode ser brasileiro, brasileira ou brasileirismo, segundo o autor.

Quanto aos demais itens, dois despertam a atenção. O primeiro é *currumi/currumilhu/curniu* **65**. O Dicionário Aurélio registra o verbete *colmilho* como *dente canino*, *presa*, que se origina do espanhol *colmillo*. Houaiss diz que significa *presa* e vem do espanhol *colmillo* 'dente canino', do lat. vulg. *colùmellus*, der. de *colùmella* 'coluna pequena; base, peanha da catapulta'; no lat. tar. 'nome popular para os dentes do cão', dim. de *columna,ae* 'coluna', em alusão à forma cilíndrica desses dentes; f.hist. c1596 *colmilho*. Na verdade, os sujeitos de duas localidades diferentes – Ilha de Santa Catarina e Paraná – usaram para se referir a dente do siso um item lexical referente a dente canino.

O outro item lexical é *queiro* que o Dicionário Houaiss assinala ser um diacronismo que se reporta a *dente de siso*, *queixeiro*. Segundo o Dicionário Aurélio, ambos – *queiro* e *queixeiro* – reportam-se a dente. Nenhum dos dois dicionários menciona que se trata de um caso de variação diatópica. Afirmam tão somente que *queixeiro* se origina de *queixo+eiro*. O Dicionário Houaiss observa que *queiro* provém de *queixo* + *-eiro*, com síncope. Não se encontraram registros dos demais itens lexicais referentes a *dente do siso* nos dois dicionários com o significado de “cada um dos terceiros dentes molares que surgem geralmente entre os 17 e os 21 anos de idade”.

A segunda questão selecionada tem a seguinte formulação - “(Como se chama)... a brincadeira em que se gira o corpo sobre a cabeça e acaba sentado? (Mímica)” É a questão nº 155 do Questionário semântico Lexical do Projeto ALiB. O Comitê Nacional do Projeto ALiB prevê como única resposta: *cambalhota*. Entretanto, nos atlas registrou-se uma multiplicidade de respostas. No ALISC um número diminuto de sujeitos respondeu *cambalhota*, tendo a maior parte optado pelo item lexical *carambota*. No ASLeABC, a frequência mais elevada coube ao item lexical *cambalhota* (66,67%), tendo aparecido, dentre outros: *cambota*, *piruleta*, *judô*, *carambota* e *cambaiola*. Nos demais atlas – APFB, EALMG, ALPB e ALPR – figuram também: *bunda canastra*, *canastra*, *cangapé*, *pirueta*, *salto mortal*, *boldando*, *canga*, *coqueiro*, *escambona*, *escambota*, *pulo mortal* e *tubi*.

Na consulta aos dicionários de língua portuguesa, verificamos que o Dicionário Houaiss explica que *cambalhota* é o “movimento ou exercício em que se faz o corpo girar para frente ou para trás, com ou sem apoio em qualquer superfície, realizando uma revolução em que os pés passam por cima da cabeça e voltam a tocar o chão” (Houaiss; Villar, 2003). Acrescenta que há outros itens lexicais que podem ser empregados - *bagaço*, *cabriola*, *cambota*. Entretanto, não menciona em que situação podem ser usados. Além desses, aponta outros itens que podem ser utilizados, por extensão de sentido: 1) qualquer salto acrobático; 2) qualquer movimento em que algo gira ou rodopia sobre si mesmo; 3) reviravolta, queda espalhafatosa, desastrada, com os pés para o ar ou com movimento grotesco do corpo; 4) trambolhão. (Houaiss, 2003). Por último, remete a um sentido figurado do termo, qual seja, mudança repentina da condição ou situação de algo ou alguém. Quanto à etimologia, diz que o termo tem “orig.duv., prov. ligado a *cambalear*”. (Houaiss; Villar, 2003). O Dicionário Aurélio acrescenta que, por extensão, remete a “salto acrobático”, já mencionado pelo Dicionário Houaiss. Define-o como termo da ginástica que significa “acrobacia em que o atleta dá uma volta completa no ar, para diante, para trás ou para um lado, sem as mãos tocarem o chão” (Ferreira, 2004). Inclui, ainda, um brasileirismo, referente à capoeira – “golpe traumatizante em que o capoeirista, girando o corpo no ar, com apoio nas duas ou em uma das mãos, ou livremente, sem nenhum apoio, procura atingir o adversário com um ou dois pés.” (Ferreira, 2004)

Com respeito a *cambota*, o Dicionário Houaiss indica dois verbetes. No primeiro, diz que o termo data de 1727 e tem a seguinte etimologia: ¹*camba* + *-ota*; ver *camb-*. Nas cinco acepções referentes a essa primeira etimologia, reporta-se a artefatos que têm uma curvatura, em geral, referentes à arquitetura. À lista, acrescenta que, em Portugal, pode significar, nos motores a explosão, eixo de transmissão com uma ou mais manivelas, tratando-se de um regionalismo. Indica também que pode ser adjetivo e substantivo de dois gêneros no Brasil. Nesse caso, é um regionalismo encontrado nos seguintes estados brasileiros - Maranhão, Rio Grande do Sul – e significa *cambaio* ('de pernas tortas', 'coxo') (Houaiss; Villar, 2003). Esse significado aparece no ALMS.

O segundo verbete apontado pelo Dicionário Houaiss indica que *cambota* viria de *cambalhota*, talvez ligada a *cambalear*, tendo como regionalismo, no uso informal no Brasil: *cambalhota* ('movimento ou exercício', 'reviravolta'). O Dicionário Aurélio também indica *cambota* como brasileirismo familiar, acrescentando, ainda, *cambaio*. Em relação ao último, diz tratar-se de forma usada nos estados do Maranhão e Rio Grande do Sul.

Outros itens utilizados pelos sujeitos merecem atenção. Um deles seria *pirueta*, que no ASLeABC aparece como *piruleta*. Segundo o Dicionário Houaiss, vem do francês “*pirouette (pirouelle)* 'pião, carrapeta', (1611) 'volta ou meia-volta que se dá sobre si mesmo, sem mudar de lugar, apoiando-se na ponta ou no calcanhar de um só pé'; f.hist. c1750-1799 *piroeta*, 1858 *pirueta*”. (Houaiss; Villar, 2003) Tem as seguintes acepções: 1) rodopio realizado sobre um único pé; 2) giro do cavalo sobre uma das patas dianteiras; 3) salto, cabriola. (Houaiss; Villar, 2003). O Dicionário Aurélio acrescenta que *pirueta* se origina do verbo intransitivo *piruetar* que significa: 1) fazer *pirueta*; 2) dar *cambalhotas* ou *cabriolas*; *cabriolar*, *cambalhotar*. Nenhum dos dois dicionários faz alusão à variação diatópica. (Ferreira, 2004)

Outro termo utilizado pelos sujeitos - *cangapé* -, segundo o Dicionário Houaiss, relaciona-se com *cambapé* e tem duas acepções, ambas classificadas como regionalismos. A primeira remete a um pontapé na panturrilha para fazer o adversário cair durante a luta; enquanto a segunda indica um pontapé aplicado dentro da água, em uma espécie de jogo de capoeira, sendo utilizada mais no Maranhão e em Alagoas, dois estados do Nordeste do Brasil. Também o Dicionário Aurélio indica os dois brasileirismos apontados pelo Dicionário Houaiss (2003).

Semelhante ao que ocorrera em relação a *dente do siso*, não se encontraram registros dos demais itens lexicais referentes a *cambalhota* nos dois dicionários com o significado de “movimento ou exercício em que se faz o corpo girar para frente ou para trás, com ou sem apoio em qualquer superfície, realizando uma revolução em que os pés passam por cima da cabeça e voltam a tocar o chão”.

Se observarmos as respostas dadas pelos sujeitos às duas questões, verificamos que há uma série de itens lexicais apresentados nos atlas, que deveriam ser objeto de estudo.

Inicialmente, verificam-se que vários itens linguísticos utilizados pelos sujeitos não se encontram registrados nos dicionários - *pilão*, *dentiqueira*, *quexá*, *sensivu*, para *dente do siso*; *bunda*, *bunda canastra*, *boldando*, *canga*, *escambona*, *escambota*, *tubi*, para *cambalhota*. Isso ocorre em virtude de os atlas mostrarem efetivamente a língua falada por sujeitos em suas interações sociais, o que não ocorre com os dicionários. Por mais que tentem, os dois dicionários não conseguem resgatar os semas virtuais que expressam sentidos figurados, provenientes da dinâmica da atividade discursiva.

Dessa forma, em suas acepções, os dois dicionários buscam o registro de ocorrências, sem, entretanto, lograr apontar a variação diatópica. E quando tentam fazê-lo, a nosso ver, utilizam uma terminologia imprecisa, pois classificam itens lexicais como “brasileirismos” ou com alguma abreviatura referente a um estado ou região do Brasil, por exemplo, PR para Paraná, ou NE para Nordeste. Considerando que muitos atlas linguísticos de estados brasileiros, o Atlas Linguístico do Brasil e os de outros países lusófonos ainda estão em andamento, como ter certeza de que um determinado item lexical é uma forma exclusiva de um dado estado ou de um país? Como explicar o fato de um mesmo item existir em estados ou países diferentes, sem que se perceba um motivo para tal? Enfim, como explicar outros fatos da variação diatópica?

4 Conclusão

Ao longo do presente trabalho, buscamos mostrar que os atlas linguísticos não constituem apenas um retrato da frequência e da distribuição de fenômenos linguísticos, uma vez que repousam na atividade discursiva. Dito em outras palavras, eles vão além dos registros de itens lexicais das listas, tabelas e cartas, pois mostram a fala efetiva de sujeitos na interação social. A partir da análise das respostas dadas por sujeitos a duas questões do questionário semântico-lexical, extraídas de atlas linguísticos brasileiros publicados nas últimas décadas, pusemos à mostra a riqueza e complexidade da variação diatópica. Observamos que havia uma pluralidade de itens lexicais como respostas a uma dada questão, distribuídos nos vários atlas.

Na consulta a dois dicionários de língua portuguesa muito utilizados no Brasil, no ensino de língua materna, verificamos que ambos apresentavam apenas alguns desses itens lexicais. A nosso ver, como os atlas apresentam efetivamente a língua falada por sujeitos em suas interações sociais, desvelam os semas virtuais que afloram na atividade discursiva. Além disso, propõem-se a focar a variação da língua portuguesa falada no Brasil. Ainda em relação aos dicionários, notamos que, quando tentavam classificar fenômenos de variação diatópica, usavam o termo “brasileirismo” ou abreviaturas referentes a algum estado ou região para se referir a um dado item lexical. Como dispomos apenas de alguns atlas de estados brasileiros, bem como dos países lusófonos, estando o Atlas Linguístico do Brasil ainda em elaboração, pode-se até afirmar que um determinado item lexical é usado em dado local, mas, em grande parte dos casos, é pouco provável que se consiga determinar sua trajetória.

Além desses elementos que o exame das respostas nos revelou, verificamos que os atlas constituem, na verdade, mananciais para outras pesquisas. Repositórios da fala de sujeitos, numa dada época, enquanto membros de comunidades localizadas em determinadas regiões, eles são o registro dos itens lexicais utilizados por aqueles segmentos sociais. Muitas vezes, como não constam de dicionários, glossários e livros, esses itens estão fadados ao

65 Como se trata de estudo voltado para o componente semântico lexical, não se considerou a variação fonético fonológica.

desaparecimento. Neste contexto, os atlas são documentos que contribuem efetivamente para o resgate e a preservação da língua portuguesa. Nesse sentido, são relevantes para o ensino/aprendizagem da língua portuguesa, sobretudo no tocante à elaboração e ao aperfeiçoamento de material didático.

Referências Bibliográficas:

- Aguilera, Vanderci de A. (1994) *Atlas linguístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná.
- Aragão, M^a do S. S. de; Menezes, Cleusa P. B. de (1985) *Atlas linguístico da Paraíba: v. 1: cartas léxicas e fonéticas e v. 2: análise das formas e estruturas linguísticas encontradas*. Brasília: UFPB/CNPq.
- Brandão, Helena N. *Analisando o discurso*. Disponível em: <www.estacaodaluz.org.br>. Acesso em: 15 de jan. 2007.
- Comitê Nacional do Projeto ALiB. (2001) *Atlas linguístico do Brasil: questionário 2001*. Londrina.
- Cristianini, Adriana C. (2007) *Atlas semântico lexical da região do Grande ABC*. São Paulo. 802 p. , 3 v. Tese (Doutorado em Linguística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Ferreira, Aurélio. B. de H. (2004) *Novo dicionário Aurélio eletrônico*. Versão 5.0. Ed. rev. e atualizada. Curitiba: Positivo. 1 CD-ROM
- Ferreira, Carlota. da S. et al. (1987) *Atlas linguístico de Sergipe*. Salvador, UFBa/FUNDESC.
- Houaiss, A.; Villar, Mauro de S. (2003) *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Imaguire, Lígia M. C. (1999) *Estudo com vistas a um atlas linguístico da Ilha de Santa Catarina: abordagem dos aspetos lexicais*. 1999. 2v + anexos. Dissertação (Mestrado em Linguística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Maingueneau, Patrick.; Maingueneau, Dominique (2006) *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação da tradução Fabiana Comesu. São Paulo: Contexto.
- Oliveira, Dercir P. de (2007) *ALMS – Atlas linguístico de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS.
- Ribeiro, J. et al. (1977) *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais*. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa.
- Rossi, Nelson (1963) *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: INL; MEC.
- Santos, Irenilde P. dos (2008) *Memória coletiva, geolinguística e relações textuais-discursivas*. (no prelo).
- Santos, Milton (1996) *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.

17. JOSÉ MANUEL BARBOSA ÁLVARES

José Manuel Barbosa Álvares nasceu em fevereiro de 1963 em Ourense. A sua vocação profissional como professor de E.F vem-lhe de família paterna. Neto e sobrinho de árbitros de futebol. Sobrinho e primo de jogadores de hóquei profissional. Por outra parte o seu vínculo ao País e à Língua vem-lhe por via materna. Diplomado em EGB pela especialidade de Ciências Humanas e estudante de História pela UNED.

Membro da AGAL desde 1984 e pertencente ao atual Conselho da Associação sob a responsabilidade da Organização Territorial. Professor de galego-português em várias cidades e vilas de Galiza desde 1985, entre elas Mugia, Ourense e o Carvalhinho.

Publicou vários trabalhos de poesia na revista AGALIA assim como algum artigo como "Galiza e Portugal: Umha ou duas naçõs?", "Um contributo ao diálogo e a concórdia normativa" e outros. Publicou também vários artigos no Jornal "La Región entre 1980 e 2008. São da sua autoria os livros "Curso Prático de Galego" em 1999; o livro de poesia "Ámago ou Mágoa" em parceria com o também poeta Roi Bras em 2002; o ensaio vexilológico "Bandeiras da Galiza" em 2006 e ultimamente o "Atlas Histórico da Galiza" também em parceria com José Manuel Gonçalves Ribeira em 2008.

Atualmente é pertencente ao grupo musical-poético "Clube [d@s](#) Poetas [Viv@s](#)" que tem feito percurso por várias cidades e vilas do País levando a música e a poesia como espetáculo. Entre essas vilas e cidades está Ourense, Crunha, Vigo, Compostela, Ponte Areias, Riba d'Ávia, O Carvalhinho, Verim.

ALGUNS ASPETOS DA PRÉ-HISTÓRIA DA LÍNGUA JOSÉ MANUEL BARBOSA, CLUBE DOS POETAS VIVOS [Galiza]

A língua galego-portuguesa é uma língua nascida na velha Gallaecia, de origem latino mas com um substrato herdado duma língua anterior chamada polos cientistas de *Língua Galaico-Lusitana*. A filiação dessa língua substrática é discutida por muitos, mas os restos da mesma sinalam para uma possível origem céltica ou protocéltica. Aliás, outro aspeto pouco tratado sobre a pré-história da língua é a sua situação por volta do século X quando na península o Gallaeciense Regnum era o reino cristão oposto à Espanha, também chamada de Al-Andalus. A língua do Gallaeciense Regnum é um elemento a tratar e investigar.

0. Introdução

O Reino de Portugal, e hoje a República Portuguesa, foi e é um Estado subversivo dentro da península Ibérica como tal Estado existente. Foi e é o único território fora do projeto nacional e político castelhano. Mas ainda isso ser assim, a narração dos factos históricos e linguísticos estão peneirados por uma visão que em poucas coisas se ajusta à realidade passada.

A historiografia portuguesa, assim como a linguística obviam muitas vezes que Portugal teve uma base originária no velho Gallaeciense Regnum criado pelos suevos na Gallaecia em 410-411, e foi lá onde surgira a língua que hoje é conhecida internacionalmente com o nome de "português", de base fundamentalmente latina mas também com um sustentamento substrático Galaico-Lusitano que lhe dá uma identidade acrescentada. A maior parte das histórias da língua elaboradas tanto na Galiza como em Portugal, e ainda em outros países, começam na época das cantigas ou pouco antes, quando se tem conhecimento dos primeiros documentos escritos. Mas anteriormente, em épocas – vamos chamar-lhes - "pré-históricas" (anteriores aos primeiros documentos escritos galego-portugueses) também a língua que nos ocupa já existia de qualquer forma na vida diária dos seus utentes, forem estes galegos, portugueses ou de outros povos peninsulares.

O facto de a nossa língua ter sido usada em mais território peninsular do que atualmente, em ser usada antes das cantigas, em ter sido a língua do projeto unificador peninsular sob direção galaica e ainda a sua marcada personalidade atlântica e céltica (embora sendo língua de base latina) fazem da sua história e pré-história um repto à hora de reconstruirmos o seu percurso pelo tempo, bem pela sua importância que ela teve e ainda tem, bem porque nos dá conhecimento de que na península há um elemento tremendamente agressivo de signo castelhano que não se ajusta a realidade histórica sobre as origens, deturpa até onde o deixam e se pode, elimina se tiver oportunidade, com a única finalidade de ocupar todo o espaço ibérico numa Grande Castela com o falacioso nome de Espanha. Há dois momentos na história ou pré-história da nossa língua que são fulcrais para a conformação da nossa personalidade: É o primeiro aquele no que o latim entra e se mescla com a nossa língua pré-romana conformando o que depois há de ser o galego-português; e o segundo, o momento no que o Gallaeciense Regnum hegemónico na península prepara um projeto de futuro Estado usurpado posteriormente por Castela mas de irrefutável importância tanto do ponto de vista historiográfico como do ponto de vista linguístico.

Neste trabalho vamos falar de tudo isto:

1. Momento 1º. O Galaico-Lusitano. Substrato do Galego-Português

Segundo os pre-historiadores e linguistas, a península Ibérica antes da chegada dos romanos estava conformada por várias línguas. Um das delas de origem indo-europeia, outras de origem mediterrânico. A parte norte-ocidental corresponder-se-ia com uma língua que os cientistas denominaram com o nome de Lusitano ou como diz Ulrich Schmoll, Galaico-Lusitano por serem a Gallaecia romana e a Lusitânia originária (entendida como o berço do povo lusitano, não da província romana) a região na qual se falava essa língua.

As provas que falam da existência deste Galaico-Lusitano estão em vários achados litográficos de época imperial romana. Ajustamos a época e deduzimos isto último por estarem escritos com a ortografia latina. São estes achados os de Lamas de Moledo (Évora), Cabeço das Fraguas (A Guarda), Villalva de Villastar e Arroyo de la Luz (Cáceres).

O espaço que poderiam ocupar haveria que reconstruí-lo a partir, não só pela localização destas inscrições conhecidas mas também pela onomástica, a toponímia e a teonímica.

No que diz respeito são de grande ajuda os mapas elaborados pela professora Fdez-Albalat (1990: 422-427) e a opinião de Rosa Brañas (1995: 211-253). Também nós quisemos elaborar um mapa desde a nossa modéstia. Eis:



A língua galaico-lusitana poderia ser identificada como uma língua celta ou protocelta como nos comenta Armada Pita (1999: 260-263) mas ainda a ideia de ser a partir do conhecimento das línguas celtas donde pode ser possível a tradução dos textos conservados e/ou a compreensão dos mesmos reafirma o parentesco entre esta língua da que estamos a falar com o celta antigo.

Diz-nos a professora Fdez-Albalat (1996: 39):

“Segundo a minha opinião, estamos perante uma rama celta (possivelmente anterior à divisão entre goidels e bretões, ou bem uma terceira rama) de um tipo arcaico”

A identificação como língua celta é discutida por alguns autores argumentando que algumas palavras possuem um /p/ inicial inexistente neste grupo de línguas, tanto nas atuais como nas antigas. Mas é o professor valenciano Xaverio Ballester (1998: 65-82) quem nos diz:

“O problema na realidade não é a presença linguisticamente incorreta do /p/, mas a posição geograficamente incorreta dos lusitano. Se essa mesma documentação que possuímos para o lusitano, tivesse aparecido, por exemplo, em alguma zona próxima aos Alpes, previsivelmente a linguística indo-europeia tradicional consideraria tal documentação uma testemunha da primeira rama separada da árvore céltica, dessa fase ainda com /p/ que, por ser língua indo-europeia reconstruímos como céltica”

Atendendo ao trabalho de Robert Omnès (1998: 247-268) professor da Universidade de Brest, o galego-português tem uns importantes elementos substráticos celtas que determinariam a nossa língua como um “patois” celtolatino. Alguns desses elementos seriam os seguintes:

Léxico:

(Ver o apêndice n.º 1 da “Gramática elemental del gallego comum” de Carvalho Calero)

Semântica:

Preferência polo verbo Ser em vez de Ter em frases possessivas do tipo:

O jardim é meu (Gal-Port)

Y mae gardd gennuf i (Galês)

Uso da forma “Levantar” (“Sevel” em bretão) com o sentido de “construir”

Levantei uma casa (Gal-Port)

Sevel eun ti (Br)

Por exemplo em francês seria “construir une maison” ou no espanhol “construir una casa”

Fonética e Fonologia

O /k/ implosivo devém num yod ante /t/ explosivo como em irlandês

NOCTEM>Noite; OCTO>Oito

Em Gal-Port os ditongos descendentes são os mais numerosos, o que se explica pelo modelo silábico céltico

Evolução dos grupos /KL/, /PL/, /FL/ iniciais: CLAMARE>Chamar; PLORARE>Chorar; FLAGRARE>Cheirar.

A metafonia que Rafael Lapesa (1991:44) identifica como celta:

TENEBAT>Tinha

Mestr (Sg)/Mistri (Pl): Mestre em Bretão

MOLINUM>Moinho

Bran/Brini: Corvo em Bretão

Morfossintaxe

A repartição dos géneros: Os nomes das árvores são femininas em Gal-Port e em bretão.

A cal, o labor, o nariz, o sal, o mel, o leite, o sangue, o cume...como em bretão (por exemplo em outras línguas latinas como o espanhol são palavras femininas)

A mesma forma pode ser utilizada pelo adjetivo qualificativo e o advérbio tanto em bretão como em Gal-Port

Henned a labour mad (br) (ele trabalha bem (como sinónimo de muito))

Tem bem anos (Gal-Port)

O durativo no infinitivo:

Estou a trabalhar (Gal-Port)

Rydw i'n gweithio (Galês)

Emaonn o labourad (Br)

Taim a(g) dul (estou a ir) (Irl)

O Galego-Português é a única língua romance que partilha esta característica com as línguas célticas.

Perguntas e respostas: Em Gal-Port as respostas não são “sim” ou “não”

-Rapaz, tens fome? -Ydy'r bwyd yn barod?(Está o jantar pronto?) (Esc)

-Tenho! -Ydy! (Está!)

2. Alguns textos Galaico-Lusitanos

-Texto de Lamas de Moledo

”Rufinus et Tiro scripserunt: Veaminicori doenti angom lamatigom crougeai magareaigoi petranioi radom porgom ioveat Caeliobrigo”.

Este texto datado já em época romana (no século I d.C.) com introdução em latim viria significar o seguinte segundo a tradução de André Pena Granha, arqueólogo galego:

”Rufino e Tiro escreveram: Os Veaminicori (conjunto de jovens solteiros em idade militar) dão um anho lamático (de Lamas de Moledo, entende-se) para o altar de Petranioi (o oficiante), um grosso porco para o Júpiter do Castro de Caelio”

-Texto da Pedra de Cabeço das Fráguas

”Oilam trebopala indi porcom laebo commaiam iccona loiminna oilam usseam trebarune indi taurom ifadem (...) reve Tre(barune)”

Texto também de finais do Império com latinismos como “Porcom” (com P inicial aparentemente não céltico) e redigido na pedra para um ritual de tipo “suovetaurilia” com o fim de proteger a Treba (território político sob a influência do povo que oferece o ritual). A sua tradução segundo Pena Granha:

“...uma ovelha para trebopala (protetora da Treba) e um porco para Laebo (divindade feminina), uma égua para a luminosa Iccona (deusa dos cavalos), uma ovelha dum ano para trebarune (a deusa protetora do país) e um touro dum ano para Reva, senhora da Treba.”

3. Momento 2º. O Proto-românico Galaico

Segundo o professor Eugênio Coseriu (1989:793-800) o latim da Gallaecia tem procedência bética e penetrou na Gallaecia através da Lusitânia. Isto gerou um latim hispânico ulterior diferente do ceterior que ocuparia a Cartaginense e a Tarraconense. Este latim hispânico ulterior acabaria vendo-se determinado pela chegada do cristianismo -que levaria a cabo o seu projeto ideologizador em latim - e a criação do reino suevo, assentando-se como língua franca entre galaicos e suevos de fala germânica e dando-lhe caráter diferencial dentro dos limites dessa Gallaecia tardo-romana e proto-medieval. Ao mesmo tempo, com a chegada dos muçulmanos à península, acrescentar-se-ia este facto, delimitando-se um território como o nome de Gallaeciense Regnum segundo as fontes historiográficas tanto andaluzas, como carolíngias, papais, escandinavas, anglo-saxónicas e grande parte das peninsulares segundo nos informa o professor Lopez Carreira (2005:111-141). Esse latim hispânico ulterior da Gallaecia é denominado por Coseriu (1989:793-800) de língua galaico-asturiana; por Carvalho Calero (1983:15-27) de **Galaico**, pré-românico galaico ou galeco, enquanto Rodrigues Lapa (1981:54) nomeá-lo-ia de **Românico Galaico** como Carvalho.

É o professor Ricardo Carvalho quem nos comenta o facto de ser esse Galaico o proto-românico do qual surgem inicialmente tanto o galaico ocidental ou galego-português quanto o galaico oriental ou asturo-leonês indiferenciados entre si num começo que ele identifica por volta dos séculos IX e X. Do **Galaico**, mas do asturo-leonês neste caso, surge na sua parte mais oriental o que posteriormente seria o castelhano sob substrato basconço e importante influência navarro-aragonesa. O próprio professor espanhol Rafael Lapesa (1991: 162) reconhece que as Glosas Silenses e Emilianenses do Mosteiro Riojano de São Milhão de La Cogolla não estão num primitivo castelhano como se nos ensina habitualmente, mas num originário navarro-aragonês o qual não é em absoluto estranho se temos em conta que a Rioja é uma região originariamente basconça e navarra.

Todo o protagonismo político da Alta Idade Média lhe corresponde ao **Gallaeciense Regnum** até o momento no que Castela colhe força política e militar. A língua desse reino começa a desenvolver-se com a força que lhe dá um poder político forte e soberano e um prestígio na Europa que reconhece a Galiza como um dos três impérios do momento: O Império Bizantino, o Sacro Império Romano Germânico e o Gallaeciense Regnum segundo nos diz o Professor Mundy (1991: 40).

“in 1159 the northern annals of Cambrai spoke of three empires: the Byzantine, the German and of the Galicia (St. James of Compostela)”

Portanto os limites da língua dos galaicos nessa altura histórica seriam os limites desse Gallaeciense Regnum - que tanto negam os historiadores pró-castelhanistas - até o ponto de Roger Wright dizer (1991: 21-22):

“antes do milénio e quiçá antes do século XIII desterramos também os conceitos distópicos pouco úteis e anacrónicos tais como galego, leonês, castelhano(...); todos esses conceitos modernos estorvam à vista clara. A península (aparte dos que falavam basco, árabe, hebreu, etc.) formava uma grande comunidade de fala, complexa mas monolíngue”



Mapa linguístico peninsular no Século X

Do nosso ponto de vista quiçá não monolíngues em tudo o âmbito peninsular mas sim monolíngues no que diz respeito ao território do Gallaeciense Regnum por ser esse **galaico** provavelmente diferente já nesta altura do latim ceterior que teria originado as falas catalano-aragonesas. Intuímos, com isto, que o complexo catalano-ocitânico provavelmente conformasse outro núcleo linguístico diferente ao do Reino Galaico

Entre os séculos IX ao XII vai dar-se uma etapa na história da língua na que o seu uso vai ser fundamentalmente oral enquanto as formas escritas pelos letrados daquela época vão ser um jeito de latim medieval cheio de giros que havemos de reconhecer como próprios do atual galego-português. Pouco a pouco o galego-português vai ser empregue como língua normal em todas aquelas funções que uma língua tem num país normalizado e soberano sem distingos sociais. Todas as funções, exceto a internacional que é reservada para o latim.

Esta situação é também normal na Europa da altura histórica da que estamos a falar embora gere uma situação de diglossia galego/latim que não oferece obstáculos nem anormalidades no Orbe cristão europeu que se exprime basicamente em Latim como língua franca continental. É, portanto, esta língua romance a língua de todos os galegos - incluindo neste gentilício nesta altura também os portugueses e também os asturo-leoneses -, mesmo dos reis de Galiza, forem estes coroados em Compostela, Oviedo ou Leão. Os reis falavam galego e mesmo os filhos dos reis eram criados por tutores da aristocracia galega que marcavam o caráter dos futuros monarcas, marcavam a política e mesmo a diplomática da época, como nos comenta André Pena (1995:). Tal é assim que mesmo guardamos provas documentais quando ficam recolhidos os soluços do rei Afonso VI perante a morte do seu filho Sancho, herdeiro do trono, na batalha de Uclés no 1109. A língua na que chora o Rei não pode ser outra diferente da que o Monarca tinha por sua: o galego-português e não o castelhano.

Segundo nos conta S. Rico (1970: 219) numa crónica do Frei Prudêncio de Sandoval, historiador nado em Valhadolid no século XVI o Rei diz:

“...y en la lengua que se usaba dijo con dolor y lágrimas que quebraban el corazón:

Ay, meu filho! Ay meu filho! Alegria do meu coração et lume dos meus olhos, solaz da minha velheçe! Ay espelho em que me soya veer, et com que tomava muy grand prazer! Ay meu herdeyro mor! Cavaleyros, hu me lo leixastes? Dade-me meu filho Condes!”

Segundo Lopez Carreira (2005: 51) o vínculo originário entre o nosso idioma com o castelhano e a sua relação genética pode ficar intuído num comentário que faz este mesmo historiador castelhano do século XVII do que estamos a falar, Frei Prudêncio de Sandoval, quem numa História da Espanha redigida no século XIII e provavelmente traduzida ao galego-português no XIV diz-nos acreditando na sua antiguidade que está numa *“lengua castellana tan cerrada que parece portuguesa”*.

Não é estranho portanto que reis posteriores como Afonso o Sábio (Afonso X segundo o cômputo castelhano, mas IX segundo o cômputo galego) ou Fernando III empregassem o galego-português como língua veicular. Era a língua deles. Mas foram curiosamente estes dous últimos reis os que mudaram o sentido do projeto unificador peninsular. Dum projeto galaico passou-se a um projeto castelhano. É por isso porque a península ibérica de hoje está ocupada maioritariamente pela língua castelhana.

4. Conclusões

A história da península ibérica está contada pelo poderoso, pelo vencedor, neste caso, Castela, com uma valorização excessiva, desmesurada e por vezes irreal do castelhano face as outras línguas peninsulares, nomeadamente a nossa, o galego-português.

A falsificação na narração dos factos obedece a uma necessidade hegemónica e mesmo expansionista do projeto unificador castelhano que não hesitaria em eliminar quaisquer outras que pudessem supor concorrência ou resistência nesse projeto.

No caso de os Reis originariamente galaicos Afonso o Sábio e Fernando III não tivessem mudado a língua “oficial” dos seus reinos, provavelmente hoje a maior parte da península ibérica estaria ocupada polo galego-português. Quiçá também sob um projeto imperial unificador tão indesejável como o castelhano, mas a realidade poderia ser essa.

Tendo em conta a importância do Gallaeciense Regnum e portanto da sua língua em época alto-medieval causa-nos sensação de estranheza que não sejam conhecidos documentos anteriores ao século XII. No caso de outras línguas romances como o francês ou langue d’oil existem documentos do século IX como são os Juramentos de Estrasburgo (842) ou a Sequência de Santa Eulália (881) que assentam esta língua como tal diferenciada do Latim. Mesmo nos romances italianos achamos os primeiros documentos em 960. Porque, portanto, o galego-português só tem textos desde finais do século XII? Quiçá dentro da luta pola hegemonia peninsular entre galego e castelhanos se chegasse ao ponto de ter-se produzido destruições de documentos antigos por razões políticas e interesses espúrios da mesma forma que temos constância de manipulações e de outras desfeitas conhecidas como é o caso do Bispo Pelayo de Oviedo, Ximenez de Rada, Lucas de Tui, e outros?

O castelhanismo historiográfico e linguístico quer fazer passar por real uma mitologia determinada para a sua língua mas nega uma história real mas oculta, umas vezes, evidente mas subversiva outras, para a nossa. Isto tenciona negar a identidade galego-portuguesa com o fim de evitar reafirmações identitárias que seriam obstáculo para o seu projeto. Disso sabemos algo os galegos.

A historiografia lusitanista portuguesa tem sido uma defesa contra a agressão histórica de Castela mas um vínculo com o galeguismo e a identificação de Portugal como o único território soberano herdeiro do velho Gallaeciense Regnum criado pelo suevos em 410 abriria umas possibilidades de defesa e reforçamento do ocidente peninsular face o centro que seriam de ter em conta.

Dentro da reconstrução da história da nossa língua seria interessante incluirmos o facto de identificarmos as origens da nossa língua com o substrato galaico-lusitano vinculando-nos histórica e familiarmente com outros povos atlânticos europeus os quais nos poderiam supor um contorno parental amigo em qualquer caso e com interesses culturais (e mesmo económicos) comuns de qualquer ponto de vista.

Já desde a pré-história a Galiza e Portugal conformavam um *continuum* etnolinguístico que deveria ser cultivado e acrescentado no presente e no futuro. O nosso destino desejável é em qualquer caso juntos e os nossos interesses os mesmos. A lusofonia, ou galeguia, como foi denominado ultimamente por cientistas brasileiros, supõe mais uma porta aberta ao relacionamento galego-português com um conjunto de povos com quem partilhámos língua e que nos dá aos galegos um lugar de prestígio no mundo e a força necessária para agirmos quer contra agressões que procuram desidentificar-nos como povo, quer como forma de autoafirmação pelo facto de sermos a matriz dessa civilização formada por Portugal no transcurso da história.

É o pensamento galeguista e nomeadamente o reintegracionismo linguístico o que aos galegos nos abre essas portas para entrarmos no mundo lusófono que representa a sobrevivência do nosso ser nacional.

5. Bibliografia:

Armada Pita, X-L. (1999). Unha revisión historiográfica do celtismo galego. In “Os Celtas da Europa Atlântica Atas do I Congresso galego sobre a cultura celta”. Ferrol. agosto. 1997. Ed. Concello de Ferrol.

Ballester, Xaverio. (1998-99): “Sobre el origen de las lenguas indoeuropeas prerromanas de la Península Ibérica” In Arse, 32/3. Conferencia pronunciada o 23/03/99 durante as XIV Jornadas de la Sociedad Española de Estudios clásicos (Valencia 22-27-III-1999) com o nome de “La Filología clásica prerromana en España: pasado, presente, futuro”.

Brañas, Rosa. (1995). *Indíxenas e Romanos na Galicia céltica*. Ed. Librería Follas Novas.

Carvalho Calero, R. (1983). *Da Fala e da Escrita*. Ourense. Galiza Editora. Ourense

Carvalho Calero, R. (1974). “Gramática elemental del gallego común”. Galaxia. Vigo.

Coseriu, E. (1989): “El gallego en la historia y en la actualidad” In “Atas do II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza”. AGAL. Crunha

García Fernández-Albalat, Blanca. (1990). *Guerra y Religión en la Gallaecia y la Lusitania antiguas*. Sada-Crunha. Edicións do Castro.

Lapesa, Rafael. (1991): “Historia de la lengua española”. Madrid. Ed. Gredos. Biblioteca Románica Hispánica. 9ª Ed. Corrigida e acrescentada.

Lopez Carreira, Anselmo. (2005): “O reino medieval de Galicia”. A Nosa Terra. Vigo

Mundy, John J. (1991): “Europe in the High Middle Ages”. Longman. Londres e Nova Iorque.

Omnès, Robert. (1999). “Le substrat celtique en galicien et en castillan” In “Les Celtes et la peninsule Iberique”. Triade nº 5. Université de la Bretagne Occidentale-Brest. pp. 247-268.

Pena Graña, A. (1985): “O reino de Galiza na Idade Média”. Revista Terra e Tempo 2ª época, 1,

Rico, Sebastián (1970): “Presencia da lingua galega”. Edicións do Castro. A Crunha, 1973, pp. 8-9 e Marcial Valladares: Elementos de Gramática gallega. Galaxia. Fundación Penzol. Vigo.

Rodrigues Lapa, M. (1981) : “Lições de Literatura Portuguesa. Época medieval”. 10ª Edição. Coimbra Editora Limitada.

Wright, R. (1991): “La enseñanza de la ortografía en la Galicia de hace mil años”. Verba, 18,

18. Mª DO CÉU FONSECA E

Mª do Céu Fonseca é professora auxiliar de nomeação definitiva no Departamento de Linguística e Literaturas da Universidade de Évora, onde se doutorou em Linguística Portuguesa (2001), e investigadora do Centro de Estudos em Letras (CEL- UTAD/U Évora). É membro do Conselho de Redação e do Conselho Científico da *Revista de Letras* (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), e tem feito investigação linguística sobre a sincronia de Seiscentos, com incidência nas áreas da sintaxe e historiografia gramatical, temas sobre os quais publicou o livro *Historiografia Linguística Portuguesa e Missionária. Preposições e Posposições no Século XVII* (Lisboa, Colibri, 2006) e outros trabalhos em revistas nacionais e internacionais (por exemplo, “Gramáticas Filosófico-Gerais Portuguesas e Espanholas: aspetos sintáticos”, in *Aula Ibérica*, Salamanca, 2007; “Acordos Gerais entre Brasil e Espanha, Portugal e Brasil”, in *Fórum da Língua Portuguesa no Contexto Ibérico*, “Asociación de Profesores de Lengua Portuguesa en España”, Madrid, 2007; “Historiographie Linguistique Portugaise: le processus de grammatisation des langues extraeuropéennes”, in *L’écriture et la construction des langues dans le sud-ouest de l’océan Indien*, Paris, 2007; “A Sintaxis copiosíssima na língoa bramana e pollida de Frei Gaspar de S. Miguel: algumas observações”, in *Estudios Portugueses* 6, Salamanca, 2006). É diretora do Mestrado em Estudos Lusófonos da Universidade de Évora.

19. Mª JOÃO MARÇALO

Mª João Marçalo é doutorada em Linguística pela Universidade de Évora, onde leciona no Departamento de Linguística e Literaturas. Licenciou-se em Línguas e Literaturas Modernas – Português e Inglês, na Faculdade de Letras de Lisboa, tendo apresentado Provas de Aptidão Científica e Capacidade Pedagógica na Universidade de Évora nos anos 90. Tem vários artigos publicados em revistas nacionais e internacionais, bem como em atas de Congressos. É autora do livro *Introdução à Linguística Funcional*. Desde 2005 é investigadora do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, no qual continua como colaboradora, sendo atualmente membro integrado do Centro de Estudos em Letras (CEL- UTAD/U. Évora). A sua área de trabalho é a Língua Portuguesa, interessando-se por teorias da linguagem, políticas linguísticas, ciências do léxico, e, no domínio da Linguística Aplicada, sobretudo por questões relacionadas com tradução. É diretora da Comissão de Curso do Mestrado em Línguas Aplicadas e Tradução na Universidade de Évora.

A TRADIÇÃO DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA NA EXPANSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA Mª DO CÉU FONSECA E Mª JOÃO MARÇALO, UNIVERSIDADE DE ÉVORA, [PORTUGAL]

A Universidade de Évora comemora, em 2009, os 450 da sua fundação (1559-2009). Atendendo ao papel de relevo que lhe coube no campo da linguística missionária, pretende-se, neste trabalho, percorrer alguns momentos desta diacronia, relativos à atividade da Instituição na expansão da língua portuguesa por países lusófonos. Será contemplada a atividade gramatical que mestres e discípulos da Universidade de Évora (alguns mesmo alentejanos) desenvolveram no Oriente e no Ocidente, desde meados do século XVI, assim como a atividade do seu passado mais recente, empreendida em Angola, Brasil, Timor, e outros países onde o português é estudado e ainda em regiões lusófonas como Goa e Malaca, onde atuais docentes do Departamento de Linguística e Literatura têm desenvolvido atividades de investigação e de docência.

1. Introdução

O espaço europeu de ensino e de investigação científica na Universidade de Évora é um facto consumado. Na mesma direção da internacionalização, os órgãos de governo da Universidade de Évora têm lançado o repto, não apenas da consolidação das relações no seio dos PALOP, mas também do alargamento da cooperação ao espaço asiático das grandes potências – China, Japão e Índia –, que fazem parte da história da Universidade de Évora. “Abraçarmos este desafio não seria mais do que reatarmos com a tradição orientalista da antiga Universidade de Évora, cujos mestres chegaram ao Japão”, eis o que foi uma proposta do atual Reitor Prof. Doutor Jorge Araújo (*Manifesto eleitoral*, 2005: 43), que a comemoração dos 450 anos da fundação da Universidade de Évora (1559-2009) poderá ajudar a concretizar, se para tanto for posto em relevo o que da sua história lhe confere o papel de interlocutor privilegiado. Nomes e factos dessa história não podem ser vistos apenas como um magno passivo de que se nutrem as efemérides comemorativas. Nomes e factos dessa história ligados à ação missionária da Companhia de Jesus no Oriente e Ocidente, constituem hoje um capital de mais-valias acumuladas de que se pode tirar partido para favorecer parcerias estratégicas bilaterais e a cooperação benéfica na área do ensino.

2. Universidade de Évora e expansão da língua portuguesa

Comece-se pelo princípio, que é o primeiro ciclo de existência da Universidade de Évora, fixado entre 1559 e 1759. Raramente a história se presta a periodizações *a quo / ad quem* tão esquadradas. Fundada em 1559, a Universidade de Évora foi então confiada à Companhia de Jesus (que desde 1553 respondia pelo ensino público da cidade no Colégio do Espírito Santo) e assim se manteve sob tutela jesuítica durante dois séculos, até à expulsão da Companhia pelo Marquês de Pombal, em 1759. Para o assunto em apreço, dois aspetos da vigência destes duzentos anos são de ressaltar, ambos já assinalados por Augusto da Silva, s.j.: o facto de “os estudantes que

frequentavam a Universidade de Évora, em princípios do séc. XVII serem, na sua maior parte, naturais de localidades situadas a sul do Tejo”, em conformidade com um argumento de descentralização do ensino que fora aduzido para justificar a criação de uma segunda universidade⁶⁶; e o facto de tais estudantes e mestres “em número considerável, terem vindo a ser missionários nas colónias portuguesas” (Silva, 1991: 14), circunstância que já inspirou o estudo do tema “Ação missionária da Universidade de Évora” (António Fernando M. Janela, *Alvoradas*, nº 14-22, 1960/62, p. 74).

Manuel Álvares, na gramática, e Inácio Martins, na teologia, foram dos primeiros a trilhar este caminho: em 1594, é publicada, numa tipografia do Japão⁶⁷, a chamada gramática japonesa do célebre jesuíta madeirense, *De institvione grammatica libri três. Coniugationibus accessit interpretatio lapponica* (Amacusa, 1594), com um título ampliado da sua gramática latina; e ao nome de Inácio Martins (a par do de Marcos Jorge) liga-se o catecismo que foi modelo da evangelização jesuítica, a *Doctrina Christã*, traduzido em tâmul, concani e kikongo. *Dimidium facti, qui bene coepit, habet*. Os dois notáveis mestres, com larga fortuna editorial além-fronteiras, abrem o considerável elenco de personalidades (algumas alentejanas) da Universidade de Évora (cf. **Apêndice A**) que veio a envolver-se ativamente no plano do apostolado missionário que o Instituto de Loyola abraçava. De forma indireta, através de ação diplomática, ou direta, através de produção científico pedagógica ou envolvimento em cargos eclesiásticos (caso de D. Pedro Martins, primeiro bispo do Japão), a ligação indissociável da Universidade de Évora à atividade missionária na Índia, China, Japão, Brasil e Angola marca a história do ensino jesuítico português, sobretudo no campo do precetorado da língua portuguesa e no da aprendizagem de línguas extra europeias, dois campos de ação desde a primeira hora articulados com intenções catequéticas. Reitera-se: ensino do português, por um lado, e, por outro, aprendizagem, quer das línguas que o P^e. Luís Fróis, primeiro historiador ocidental do Japão, qualificou de ‘copiosas e abundantes de vocábulos’ (Garcia, 1997: I, 416v), quer das que o P^e. António Vieira epitetou de “bárbaras e incógnitas” (1959: V, 382), referindo-se às ágrafas do Novo Mundo.

A necessidade de intérpretes e, por outro lado, as notícias carregadas pelos missionários sobre o poderoso meio de catequismo que era falar a língua indígena, condicionaram a política educativa ultramarina a agir nestas duas frentes, como medida profilática e europeísta de instaurar a comunicação para depois melhor se exercer o magistério. É disso elucidativo o testemunho do missionário P^e. Belchior Nunes Barreto (1520-1571): “*Hos que himos pera o Japão avemos de ter muyto cuidado de saber muito bem a limgoa, porque hé grande meo [pera] – asi nós como os Padres que de Portugal vierem pera o Japão – poder muito fructificar, damdo-nos Deus Nosso Senhor aquella graça e espiritu que pera a empreza que nos imvia se requere*” (apud Wicki, 1948: III, 137). Longe de progredirem à margem uma da outra, as trajetórias das duas frentes confluíram no processo de sistematização gramatical das línguas extra europeias – em gramáticas, vocabulários e catecismos –, primeiro agenciado no plano do apostolado da língua materna, mais tarde, passada a época mental da cruzada, valorizado *de per si* no quadro das atividades de missionários jesuítas (e demais ordens).

3. Atividade linguística

Foi no século XVII que se consolidou o momento decisivo da elaboração dos instrumentos pedagógicos destinados a fixar o uso das línguas de territórios do Oriente e do Ocidente, dispositivos de aprendizagem que foram as gramáticas e artes, os vocabulários e dicionários. Precedem-nos um primeiro momento editorial do género, por volta de meados do século XVI, a que pertencem os catecismos e cartilhas (ou cartinhas⁶⁸), que, escritos nos próprios idiomas locais utilizados na missão, permitiam pregar aos nativos na sua língua e, supletivamente, alfabetizá-los no português⁶⁹. Impressas umas e deixadas outras manuscritas, estas obras, de que os missionários foram promotores, começam a surgir no momento em que a política de expansão e difusão da língua portuguesa se vê reforçada pela ação dos agentes de ensino em prol da aprendizagem de línguas orientais e ameríndias.

Ao nível do ensino gramatical, a Universidade de Évora sai favorecida com vários nomes. Comece-se pelo precetorado da língua portuguesa. Na medida em que tal ensino estava cometido a um grupo de missionários multinacionais do mundo católico, cuja língua franca era o latim, tornava-se imperativo facultar-lhes o acesso a textos gramaticais acomodados ao idioma culto internacional. Compreende-se assim que o estimado gramático da Universidade de Évora Bento Pereira, que aí, porém, regeu filosofia e teologia, tenha escrito em latim uma gramática da língua portuguesa, a *Ars grammatica pro lingva Ivsitana addiscenda* (Leão, 1672), que, podendo servir aos “domesticis”, visava diretamente acautelar o ensino do português às nações estrangeiras: “meus iste liber nuncupatur *Ars grammaticae* pro Lusitanorum língua ab exteris nationibus addiscenda” (Pereira, 1672: a4). No prefácio “Ad lectorum”, de que se apresenta tradução portuguesa no **Apêndice B70**, o autor nomeia, quer os mercadores, agentes de intercâmbio linguístico, quer os missionários, agentes de alfabetização, os quais, facilitando-se-lhes a aprendizagem da língua portuguesa, assegurariam as suas refrações culturais.

No contexto da hegemonia do latim, destaca-se ainda o jesuíta madeirense Manuel Álvares, cuja célebre *Ars grammatica*, que alimentou muitas gerações de estudantes, fornecia métodos para a gramaticalização das línguas extra europeias, como vinha acontecendo para os vernáculos europeus (ou línguas vulgares). O exclusivismo da gramática latina alvaresiana como livro único seguido nos colégios dos jesuítas, aquém e além-fronteiras da Europa, justifica que uma sua versão ampliado com a declaração japonesa, como acima se referiu, tivesse surgido da parte de um ou de vários religiosos do colégio de Amacusa. Desta raríssima obra, cujos dois únicos exemplares conhecidos pertencem à Biblioteca Pública de Évora e à Biblioteca Angélica de Roma, as notícias dão-na, ou apenas como mais uma edição da gramática latina do P^e. Manuel Álvares, ou como a sua edição japonesa, embora a tradução se restrinja à conjugação verbal. A obra parece corresponder ao desejo de pôr ao alcance do leitor, reunidos num só volume manuseável, as regras da gramática latina, que por metonímia passou para os três livros *De Etymologia*, *De Syntaxi* e *De Prosodia* da arte de Manuel Álvares, e princípios da gramática japonesa, no caso, “De verborvm conivgatione” (1594: 12v), a partir da tradução de parte da matéria relativa à etimologia.

No âmbito da conjuntura editorial que a gramática do célebre mestre da Universidade de Évora alimentou durante vários séculos, é esta obra uma das suas versões produzida fora da Europa, com ampliação dos paradigmas das várias conjugações latina e portuguesa em mais uma terceira coluna para a tradução japonesa (cf. Fonseca, 2006: 222 e ss.). As línguas orientais, nomeadamente chinês e anamita, ligam-se, também, respetivamente, os nomes de Álvaro Semedo e Gaspar do Amaral, ambos discípulos da Universidade de Évora e ambos referenciados como autores de dicionários. A obra *Relação da grande monarquia da China*, de Álvaro Semedo, que, antes de impressa em português, saiu em espanhol, italiano, francês e inglês, teve mais sorte editorial que os seus dois dicionários manuscritos de português-chinês e chinês-português. Embora de autoria comprovada em vários registos bibliográficos⁷¹, desconhece-se a sorte que levaram, como se desconhece também o paradeiro de um dicionário da língua anamita atribuído a Gaspar do Amaral (em coautoria com o padre António Barbosa). Mas a sua notoriedade entre os “Portuguese Pioneers of Vietnamese Linguistics” (Jacques, 2002: 38) advém de obra mais conhecida. O dicionário de anamita-português-latim, *Dictionarivm annamiticvm Ivsitanvm et latinvm* (Roma, 1651), publicado sob a autoria do jesuíta francês Alexandre de Rhodes (1591-1660), terá sido elaborado, segundo tudo leva a crer, com a colaboração dos padres Gaspar do Amaral e António Barbosa. Muito provavelmente, a redação da parte anamita e da parte portuguesa deste dicionário trilingue terá ficado por conta dos dois mencionados jesuítas portugueses, segundo as informações do preâmbulo “Ad lectorem”, assinado por Alexandre de Rhodes:

For this work, besides what I have learned from the natives during the almost twelve years I have lived in these regions, both in Cochinchins and in Tonkin, and by listening from the beginning to the teachings of Father Francisco de Pina – he was a Portuguese member of our little Society of Jesus, and a true master of the language, the very first among us to achieve a deep knowledge of this language and the first who could make use of it to preach – I drew mainly upon the works of Fathers Gaspar do Amaral and António Barbosa, who each composed a dictionary, the first starting with the Annamite language and the latter with Portuguese (trad. de Jacques, 2002: 12, n. 5).

Com Francisco de Pina à frente, pela antiguidade no tempo, os três missionários portugueses nomeados por Alexandre de Rhodes, terão sido destacados mestres de anamita, decerto com responsabilidades no processo de romanização linguística então operado no sistema de escrita chinesa.

Quanto ao envolvimento da Universidade de Évora na missão do Brasil, onde a atividade linguística muito se distinguiu da empreendida no Oriente, por se tratarem de dois espaços de missão histórica e culturalmente diferentes, cabe ao alentejano Luís Figueira um lugar cimeiro, graças à sua *Arte da lingva brazilica* (Lisboa, 1621). Os vinte e seis anos que a separam da primeira gramática do tupi, da autoria de José de Anchieta

⁶⁶ Entre as “Rezoens q dava o Infante [D. Henrique] pera fundar a Universidade”, o Pe. Baltasar Teles refere a de que “*muytos do reyno do Algarve, & da Provincia do Alentejo, deyxavam de estudar por lhes ficar Coimbra muy afastada*” (1647: II, 336).

⁶⁷ Note-se que o estabelecimento da imprensa na Índia portuguesa (Goa) ocorreu em 1556. Cerca de três décadas mais tarde, missionários jesuítas levaram a imprensa europeia para Macau e, em 1590, foi transferida para Cancuza, Amacusa e Nagasáqui

⁶⁸ Segundo M^a Cândida Drumond Mendes Barros, “As ‘cartinhas’ eram uma versão reduzida de um catecismo ao reproduzirem as fórmulas orais obrigatórias da Igreja, como orações em português e latim (...). As cartinhas se diferenciavam de um catecismo por conter o alfabeto. A combinação de método de leitura e texto doutrinário define esse tipo de obra como um ‘livro de exercitação de leitura com conteúdo moralizador’” (2003: 37).

⁶⁹ A sua precedência aos outros instrumentos pedagógicos, gramáticas e dicionários, não é fruto do acaso. As seguintes observações de Justino Mendes de Almeida relativas ao português valem também para outras línguas: “Pedagogicamente incipientes [as obras do tipo das cartinhas], continham na língua cristã os princípios fundamentais da cristã doutrina. Foram elas, sem dúvida, o início dessa ação nobilitante de expansão do nosso idioma. Seguiram-se-lhe, gradualmente, novos instrumentos linguísticos, entre os quais sobressaem os vocabulários e dicionários, os quais pressupõem desde logo um estágio mais avançado no conhecimento da língua” (1982: 550).

⁷⁰ Agradece-se esta tradução ao Dr. Edson Ferreira Martins, doutorando em Linguística da Universidade de Évora e docente da Universidade Federal de Viçosa (Brasil).

⁷¹ Entre outros, veja-se, por exemplo: “P. Alvarez Semedo (...) prepared a dictionary both Chinese-Portuguese and Portuguese-Chinese, but death prevented him from finishing it and it was never printed” (Couling, 1991: 302).

(*Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, Coimbra, 1595), são também mensuráveis em distância epistemológica, já que a obra deste discípulo da Universidade de Évora é didaticamente mais estimável que a sua primogénita. Não sofrem dúvidas os termos em que o Superior Manuel Cardoso assina a “Aprovaçam” desta gramática: “& se deve ao P. Luis Figueira muito agradecimento, por facilitar com seu trabalho, o muito, que os que aprendem esta lingua brasilica costumão ter: não obstante a arte do P. Joseph Anchieta, que por ser o primeiro parto ficou muy diminuta, & confusa, como todos experimentamos” (Figueira, 1687).

4. Dados sobre o presente da Universidade de Évora

Reservando para outro momento considerações mais desenvolvidas, adiantem-se alguns breves dados. Como se referiu no ponto 1, a Universidade de Évora, na atualidade, continua fortemente empenhada no fortalecimento das relações com os países de língua oficial portuguesa, bem como todos os interessados no estudo da língua, literatura e cultura portuguesas. Disso é testemunho a criação institucional de um comissariado para as relações com os PALOP, Timor-Leste e Brasil – atualmente a cargo do Prof. Doutor Diogo Figueiredo -, bem como os muitos convênios de cooperação que têm vindo a ser firmados com universidades daqueles países.

Acresce a atividade que, no âmbito da difusão e estudo da língua portuguesa, tem vindo a ser empreendida no seio do Departamento de Linguística e Literaturas da Universidade de Évora. Mencione-se, a título de exemplo, as várias missões de ensino de docentes da U. Évora, integradas no programa de apoio ao desenvolvimento da República de Timor-Leste, promovido pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), das quais se destaca a participação na Licenciatura em Ensino de Língua Portuguesa da Universidade de Timor-Leste em cooperação com o Instituto Camões. Paralelamente, são desenvolvidas atividades de investigação no Brasil e em países do Oriente, nomeadamente na Índia (Estado de Goa). Quanto ao Brasil, merece relevo o recente I Simpósio Mundial de Estudos em Língua Portuguesa, coorganizado pelas Universidades de São Paulo (USP), Cruzeiro do Sul (UNICSUL) e Universidade de Évora, com a presença de mais de um milhar de investigadores de todo o mundo (São Paulo, 1 a 5 de setembro de 2008).

A existência de vários convênios com universidades brasileiras e africanas permite, entre outras atividades, a presença de mestrandos e doutorandos oriundos destes países, que na Universidade de Évora, cursam estudos de Língua Portuguesa, facto também testemunho da dinâmica que a Universidade tem vindo a imprimir neste domínio de investigação.

5. Referências bibliográficas

Almeida, Justino Mendes de (1982) “Missionação e difusão da língua portuguesa no mundo” in *Presença de Portugal no Mundo*, 549-554, Lisboa: Academia Portuguesa da História.

Álvares, Manuel (1594) *De institvione grammatica libri tres. Coniugationibus accessit interpretatio lapponica*, In Collegio Amacvsensi Societatis Iesv.

Barros, M^a Cândida Drumond Mendes (2003) “Notas sobre os catecismos em línguas vernáculas das colónias portuguesas (séculos XVI-XVII)” in *Iberomania* vol. 57-1, 27-63.

Couling, Samuel (1991) *The encyclopaedia sinica*, Hong Kong: Oxford University.

Fonseca, M^a do Céu (2006) *Historiografia linguística portuguesa e missionária. Preposições e posposições no séc. XVII*, Lisboa: Colibri.

Garcia, José Manuel (dir.) (1997) *Cartas que os padres e irmãos da Companhia de Iesus escreverão dos reynos de Iapão & China aos da mesma Companhia da India, & Europa, des de anno de 1549 até o de 1580*, 2 vols., Ed. Fac-similada, Maia: Castoliva Editora.

Gomes, João Pereira (1960) *Os professores de filosofia da Universidade de Évora, 1559-1759*, Évora.

Guerra, M^a Luísa (2005) *A Universidade de Évora: mestres e discípulos notáveis (séc. XVI ~ séc. XVIII)*, Évora.

Jacques, Roland (2002) *Portuguese pioneers of vietnamese linguistics / Pionniers portugais de la linguistique vietnamienne*, Bangkok: Orchid Press.

Machado, Diogo Barbosa (1965-1967), *Bibliotheca lusitana*, 4 vols, Coimbra: Atlântida Editora.

Pereira, Bento (1672) *Ars grammaticae pro lingva Ivsitana addiscenda*, Lvgdvni: Sumptibus Lavrentii Anisson.

Rodrigues, Francisco (1917) *A formação intelectual do jesuita*, Porto: Liv. Magalhães & Moniz.

Silva, Augusto da (1991) “A segunda universidade portuguesa. A Universidade de Évora” in *Anais da Universidade de Évora* vol. 1, 13-31.

Teles, Baltasar (1647) *Chronica da Companhia de Iesv na provincia de Portugal* 2^a Parte, Lisboa: Paulo Craesbeeck.

Sousa, Francisco de (1978) *Oriente conquistado a Jesus Cristo*, Porto: Lello & Irmão.

Veloso, José M^a de Queiroz (1949) *A Universidade de Évora. Elementos para a sua história*, Lisboa.

Vieira, António (1959) *Sermões*, vols. I-XV, Porto: Lello & Irmão.

Wicki, José (1948-1988) *Documenta Indica*, vols. I-XVIII, Monumenta Historica Societatis Iesu, Roma.

APÊNDICE A Personalidades da Universidade de Évora ligadas à atividade missionária, 1559-1759 (área das humanidades)

Afonso Mendes (1579-1656)

Alentejano, natural de Borba, recebeu a borla doutoral em Teologia na Universidade de Évora e aí regeu Escritura. Dele faz ilustre memória o P^e. Baltasar Teles na obra *História geral da Ethiopia*, que transcreve diversas cartas de Dom Afonso Mendes sobre as suas atividades apostólicas na missão da Etiópia, para onde fora ordenado como Patriarca. Muitas destas cartas manuscritas de D. Afonso Mendes, com relatos da pregação do evangelho na Etiópia, testemunhos das missões na Índia, notícias sobre a vida monástica no Oriente, instituidores e pregadores, podem ler-se na “Coleção das cartas anuais das Missões da Etiópia, pertencente ao Arquivo Distrital de Braga.

Álvaro Semedo (1585-1658)

Natural de Nisa, estudou Filosofia na Universidade de Évora e no Colégio de Goa.

A sua *Relação da propagação da fé no reyno da China e outros adjacentes* é o título original da obra que, traduzida em várias línguas, saiu em português com o nome *Relação da grande monarquia da China*. Sobre a obra lexicográfica deste Autor escreveu Francisco Rodrigues: “*Dois vocabularios copiosissimos um chinês-português e outro português-chinês compô-los o grande missionario Álvaro Semedo; mas nenhum delles, pela morte do auctor, logrou a boa sorte de vir á luz*” (1917: 363).

António de Magalhães (1591- ...)

Mestre de Filosofia e de Teologia na Universidade de Évora, onde também se doutorou, os registos biográficos apresentam-no como professor de Teologia no Colégio de São Paulo de Goa.

António Francisco Cardim (1596-1659)

Nasceu em Viana do Alentejo, professou na Companhia de Jesus em Évora, e veio a falecer em Macau, depois de intenso apostolado no Oriente. Além da atividade de missionação, a sua extensa obra sobre o apostolado jesuítico no Oriente tem o valor de fonte histórica. Entre a abundante literatura de missionação escrita em português desde finais do século XVI e intensamente durante o XVII, figura o nome deste sacerdote jesuíta, que, a par de autores como Luís Fróis, João de Lucena ou Francisco de Sousa, registou em cartas, relações e relatos de viagem a gesta da Companhia de Jesus na China e Japão.

Baltazar Teles (1595-1675)

Mestre de retórica na Universidade de Évora (e noutros colégios da Companhia), de quem fez agradecida memória o discípulo D. Francisco Manuel de Melo, é autor de textos de importância maior: *História geral da Ethiopia a Alta ou Abassia do Preste Ioam e do que nela obraram os padres da Companhia de Jesus* (Coimbra, 1660), elaborada a partir de textos anteriores e de testemunhos de quem participou na missão etíope; *Chronica da Companhia de Iesv na provincia de Portugal* (Lisboa, 1645-1647).

Bento Pereira (1605-1681)

Natural de Borba, estudou e regeu várias matérias na Universidade de Évora, cidade onde viria a falecer.

Foi notável cultor das línguas latina e portuguesa, com intensa atividade linguística no campo da lexicografia (veja-se a *Prosodia in vocabularivm trilingve latinvm, Ivsitanicvm, et hispanicum digesta*, [Évora, 1634] e as suas várias edições eborenses), no da ortografia (*Regras gerays breves, & comprehensivas da melhor ortografia* [Lisboa, 1666]) e no da gramática (*Ars grammatica pro lingva Ivsitana addiscenda* [Leão, 1672]). Estas variadas facetas, cada uma valorizada *de per si*, conferem também unidade à atividade pedagógica do mestre do Colégio do Espírito Santo de Évora.

Fernão Guerreiro (1550-1617)

Almodovarense de nascimento e estudante da Universidade de Évora, o P^e. Fernão Guerreiro, que missionou por vários anos em Portugal e nas Ilhas, deixou registada a gesta dos seus irmãos de ofício em 5 volumes de *Relação anual das coisas que fizeram os padres da Companhia de Jesus nas suas missões do Oriente, da África e do Brasil nos anos de 1600 a 1609* (Évora / Lisboa, 1603-1611). Aqui está patente, em diversos momentos, a preocupação com a aprendizagem das línguas autóctones, que decorria da própria atividade de missionação.

Francisco Barreto (1608-1663)

Nasceu em Montemor-o-Novo e recebeu a roupeta da Companhia de Jesus no Colégio do Espírito Santo, em Évora. Conhecido por “missionário do Malabar” (como, aliás, outros irmãos de ofício), publicou em italiano, em 1645, uma *Relação da Província do Malabar*, depois traduzida em francês.

Francisco Botelho (1648-1707)

De estudante da Universidade de Évora, passou a mestre de Filosofia e Teologia na mesma Universidade. Toda a sua atividade missionária foi desenvolvida no Brasil.

Francisco Dias (1575-1613)

Natural da região Alentejo (Vale do Peso, Crato), foi estudante e mestre na Universidade de Évora. Na Índia, teve iguais funções de lente no Colégio de São Paulo de Goa, onde faleceu.

Francisco Ferreira (1591-1649)

Aluno e mestre na Universidade de Évora, faleceu em Goa, onde missionou.

Francisco Garcia (1580-1659)

Natural da região Alentejo (Alter do Chão) e estudante da Universidade de Évora, esteve ligado ao Padroado no Oriente como reitor dos colégios de Baçaim e de São Paulo de Goa, e como arcebispo de Cranganor.

Gaspar Afonso (... -1618)

Natural de Serpa, ditou Teologia na Universidade de Évora durante vários anos. A Relação da viagem e sucesso que teve a nau S. Francisco em que ia por capitão Vasco da Fonseca na armada que foi para a Índia no ano de 1596 deste missionário navegador, que faz parte de um género peculiar da literatura de viagens – os relatos de naufrágios –, é a narração de uma atribulada viagem que, com destino à Índia, terminou nas “Índias de Colombo”.

Gaspar do Amaral (1592-1645)

Estudou Teologia na Universidade de Évora e desenvolveu notável ação apostólica no Oriente, nomeadamente, em Macau, Japão, China e Cochinchina, onde terá elaborado, com António Barbosa, o *Diccionario da lingua annamitica* (cf. Machado, 1966: II, 332). Este dicionário, hoje desconhecido, corresponderá às versões portuguesa e anamita do famoso trilingue *Dictionarivm annamiticvm Ivsitanvm et latinvm* (Roma, 1651), dicionário a três mãos, supondo que ao jesuíta francês Alexandre de Rhodes coube o acrescento da parte latina.

Inácio Martins (1531-1598)

Doutor em Teologia pela Universidade de Évora, tornou-se uma figura popular pela sua famosa *Cartilha*, conjunto de aditamentos ao catecismo *Doutrina cristã* do P.^e Marcos Jorge, cuja difusão nos domínios do padroado português ocorreu desde a segunda metade do século XVI e durante todo o primeiro meio do XVII.

Jerónimo Rodrigues (... - ...)

Natural de Montemor-o-Novo, regeu Latim na Universidade de Évora. Missionário no Oriente (Japão, Tidor, Macau) durante a segunda metade do século XVI, tendo falecido em Macau, é-lhe atribuída a autoria de um catecismo malaio: “& para instruir a todos compoz o Padre [Jeronymo Rodriguez] à imitação de S. Francisco Xavier hũa breve declaração da doutrina na lingua Malaya (...) e foi grande o fruto, que resultou desta obra” (Sousa, 1978: 1106).

João Cortês (1714-1784)

Natural da região Alentejo (S. Vicente, Elvas), foi aluno e mestre na Universidade de Évora, tendo exercido atividade apostólica no Brasil.

João de Brito, São (1647-1693)

Fez estudos em Évora e Coimbra.

É uma figura emblemática da evangelização jesuítica, cujos sacrifícios, tribulações e martírio lhe conferiram o epíteto de “o Francisco Xavier português”.

João de Lucena (1550-1600)

Mestre de Filosofia na Universidade de Évora, é tido por clássico da literatura portuguesa, autoridade citada por Bento Pereira no seu *Thesovro da lingua portvgvesa* (Lisboa, 1647), sob a rubrica “*Avthores portvgveses, os qvaes todos se leram pera fazer este Vocabulario*”. A sua *História da vida do Pe. Francisco Xavier e do que fizeram na Índia os mais religiosos da Companhia de Jesus*, traduzida em várias línguas, tem servido de fonte ao estudo da missão portuguesa no Oriente.

Luís Figueira (1585-1643)

Natural de Almodôvar e estudante da Universidade de Évora, é uma figura incontornável dos estudos linguísticos do tupi. A sua *Arte da lingua brasilica* (Lisboa, 1621) foi re-editada na segunda metade do século XVII, em 1687, alterado o título para *Arte de grammatica da lingua brasilica*, o que sugere o seu efetivo trânsito escolar. A licença de impressão da gramática de Luís Figueira (edição de 1687) foi assinada pelo Provincial Alexandre de Gusmão, que anuncia “*emendas, & additamentos*”, confirmados na aprovação de Lourenço Cardoso, mestre da língua tupi: “*vi esta emenda dos erros que a impressão causou na Arte da lingua brasilica do Padre Luis Figueira de nossa Companhia: & achei estar no verdadeiro estilo da lingua brasilica, & com mais clareza tudo o emendado*”.

Manuel Álvares (1526-1583)

Mestre de gramática na Universidade de Évora, cidade onde viria a falecer, pode considerar-se o mais célebre gramático português da língua latina, cuja obra *De institvione grammatica libri três* (Lisboa, 1572) constituiu o regimento dos estudos latinos no período em que a disciplina pedagógica dos jesuítas se encontrava mais fortalecida e exclusivista. Com centenas de edições e uma legião de comentadores, glosadores e reformuladores, que ficaram conhecidos por “alvaristas”, esta gramática foi parcialmente traduzida em japonês em 1594 (*De institvione grammatica libri três. Coniugationibus accessit interpretatio lapponica*) para uso dos missionários do Japão.

Manuel Soares (1596-1654)

Natural de Elvas, professou na Companhia de Jesus, em Évora, cidade onde veio também a falecer. O nome deste inaciano aparece ligado à obra catequística em África, nomeadamente como mestre do Colégio dos Jesuítas de Luanda.

Pedro Martins (1541-1598)

Mestre de Teologia na Universidade de Évora, missionou no Oriente, onde foi superior provincial e bispo do Japão.

Rodrigo de Figueiredo (... -1642)

Natural de Coruche, cursou Filosofia na Universidade de Évora e missionou na Índia e China. Atribuem-lhe os registos biográficos autoridade na língua chinesa.

APÊNDICE B

Ao leitor⁷²:

Eis aqui, cândido leitor, [a obra] que, em outro tempo, ainda jovem, antes dos trinta anos, compus como Prosódia, e que recentemente, já com sessenta e três anos, denominei Gramática da Língua Portuguesa, que te ofereço para que aprendas — caso sejas estrangeiro —, ou para que te corrijas — caso sejas português⁷³.

A força que me levou a realizar a primeira obra é a mesma que me impeliu a [elaborar] esta. Impelido por ela, eu, que sempre ardi de amor por minha nação, entristecia-me deveras porque, enquanto quase todas as nações da Europa fossem já ricas em dicionários, só a nação portuguesa — que é fértil tanto na prática da guerra, como na da literatura — trabalhasse na falta daqueles e que, por conseguinte, nossa língua, que é certamente riquíssima de palavras, fosse julgada de maneira desonrosa como pobre.

⁷² Tradução portuguesa do prefácio “Ad lectorum” de *Ars grammatica pro lingua Ivsitana addiscenda* (Leão, 1672), de Bento Pereira.

⁷³ No original, o adjetivo usado é *domesticus*.

Verdadeiramente com o amor da pátria em mim, não deixando que a idade me arrefeça, senão que mais e mais me inflame, nestes últimos tempos, em que vejo Portugal de boa vontade repousar na paz, depois de ter guerreado venturosamente, e a relacionar-se com todas as nações que estão sob o céu, e o nome de Cristo ser louvado, muito lastimei faltar aos portugueses a arte⁷⁴ em que proponham aos estrangeiros aprender a sua língua.

De facto, é de se esperar um máximo proveito em assuntos espirituais e mundanos⁷⁵, pela facilidade de se aprender a nossa língua; para que os mercadores nos enriqueçam com seus meios e por nós sejam enriquecidos; para que cheguem até os confins da Terra os pregadores e o Império Português, e enriqueçam as nações bárbaras com os bens espirituais do Evangelho.

Às repetidas preces dos amigos, graças às quais não desanimei, juntou-se a interseção do nosso Reverendo Pai Todo-Poderoso, a quem foi necessário dar as mãos.

Devo confessar ter tido parte nesta obra, [de modo] não apenas importante mas também especial, o Doutor Padre Emanuel Luís, de nossa Sociedade, que, como é do seu costume, com ferventíssimo zelo por toda a nossa Sociedade e pelo crescimento de todo o Portugal, mandou-me muitos e ótimos documentos, que certamente não estão longe das insignes obras sacras e humanas do Doutor.

Confesso também que, me propondo [a elaborar] esta obra, duas coisas, contrárias entre si, pudessem ter-me dissuadido: a saber, a dificuldade e a facilidade. Com efeito, creio que postular regras corretas de falar a outra nação é tão difícil quanto fácil é apontar aquelas que se afastam do que é correto. Em verdade, se até os mais experientes, em se lhes dando normas, podem errar, que os inexperientes e, mais ainda, os meninos de sete anos, possam perceber seus erros na língua materna e escarnecer deles.

Decidi entretanto ousar, com amor pela pátria e pelo que é bom, desviando-me de qualquer medo de desonra. Advertido disso, douto e sincero leitor, gostaria que acrescentasses o que entendas estar faltando; que corrigisses o que julgares errado; e que perdoes a este sincero e inocente autor.

Adeus.

20. M^a D'AJUDA ALOMBA RIBEIRO E

Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade de Alcalá (2005). Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz - coordenadora do Projeto de ensino de Português como Língua estrangeira e linguagem e perspectiva multicultural no ensino dos conetores e marcadores no discurso escrito de hispanofalantes aprendizes de português língua estrangeira (PLE), membro do comitê científico da UESC. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa para Estrangeiros, atuando principalmente nos seguintes temas: Português LM, Português forense, Português como segunda língua e formação de Professor. Além disso, faz parte do corpo docente do Mestrado em Letras Representações e Linguagens da UESC.

21. GISANE SOUZA SANTANA

Pós-graduada em Literatura Comparada pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Integrante dos Grupos de Pesquisa: Identidade Cultural e Expressões Regionais – ICER e Projeto de ensino de Português como Língua estrangeira e linguagem e perspectiva multicultural no ensino dos conetores e marcadores no discurso escrito de hispanofalantes aprendizes de português língua estrangeira (PLE). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura, atuando principalmente nos seguintes temas: Literatura Brasileira, Língua Portuguesa, Cultura Brasileira e Cultura Popular.

UMA LÍNGUA, VÁRIAS CULTURAS: DIÁLOGOS CULTURAIS NA LITERATURA DE JORGE AMADO. M^a D'AJUDA ALOMBA RIBEIRO, Universidade Estadual de Santa Cruz / UESC. – Bahia/Brasil GISANE SOUZA SANTANA, Universidade Estadual de Santa Cruz / UESC. – Bahia/Brasil

*No início vieram os tropeiros
Foram formando suas tendas [...]
Depois vieram os cangaceiros, os coronéis,
os retirantes e os posseiros
Plantando vida, fazendo história,
Colonizando o que tornou-se a gênese do lugar
Jorge Amado*

1. Eu vou contar uma história, uma história de espantar...

Nos tempos áureos da lavoura cacaueteira do Sul da Bahia construiu-se um imaginário que fomentou um discurso e um processo de identificação cultural de um povo, a *nação grapiúna*. Contribuí para a efetivação deste projeto identitário a literatura da Região do Sul da Bahia, também conhecida como Literatura do Cacau, que estabelecendo por temáticas as terras, o jagunço, o coronel e a *civilização* do cacau, figura um conjunto de obras e escritores como representantes do espírito do povo grapiúna dos tempos do cacau. Situa-se nesses contextos a prosa de Jorge Amado, tornando as histórias sobre a nação grapiúna conhecidas através de várias obras: *Cacau, Terras dos sem fim, São Jorge dos Ilhéus, Gabriela, Cravo e canela e Tocaia Grande, Menino grapiúna*, Jorge Amado tem seu discurso autorizado, em que parte da história cultural dessas terras é representada pelo discurso da prosa ficcional amadiana. A ficção passa a ser a história e um dos elementos de identificação dos habitantes da Região do cacau.

Assim, literatura adquire o *status* de representação identitária cujo funcionamento age como fonte de significados e suscita a abordagem dos aspectos culturais da sociedade a que se refere. A partir dessa abordagem pode-se inferir que a construção de traços característicos que compõem as identidades são provenientes das representações que abarcam e sintetizam os elementos da cultura. Isso reforça também a ideia de que a nação é uma comunidade simbólica. Este trabalho se volta para a questão da *identidade cultural* (HALL, 1999). Busca-se mostrar a construção ficcional da Nação grapiúna no romance *Terras do Sem fim*, obra do ciclo do Cacau de Jorge Amado. Para isso, procede-se como recorte de leitura: a interação entre as múltiplas vozes sociais, a polifonia, vislumbrada na voz dos personagens e do narrador, na ideia dos espaços mítico e histórico das *Terras do sem fim*. Com a finalidade de penetrar no universo discursivo e ideológico, o fulcro teórico deste artigo serão os estudos teóricos de: Bakhtin, 1988; Benveniste, 1988; Bhabha, 2003; Hall, 1999; Canclini, 2000, para serem trabalhados os conceitos *discurso, identidade cultural e operadores argumentativos no intuito de estabelecer uma relação entre língua e cultura*.

A literatura pode travar um diálogo interdisciplinar com outras formas de interpretação da linguagem e com outros ramos das ciências humanas, como a Semântica da Enunciação, a história, a Antropologia, a Sociologia. Entretanto, este trabalho não trata somente da perspectiva interdisciplinar, mas de uma (re) leitura da própria linguagem literária enquanto signo ideológico e representativo da realidade sociocultural da Região Sul da Bahia.

Assim, este trabalho aparece como uma oportunidade de articular literatura e análise discursiva – na concepção bakhtiniana – buscando agregar faces de um mesmo universo simbólico e significativo que é a linguagem. A abordagem discursiva dialógica fornecerá, possivelmente, várias possibilidades de leitura do texto literário, *Terras do sem fim*. Neste romance, tem-se um conjunto de vozes sociais e formações discursivas que dialogam interdiscursivamente na estrutura da narrativa, ora configurando-se como uma monofonia, ora como uma estratégia de polifonia de vozes, de acordo com o sentido ideológico empreendido pelo autor, Jorge Amado.

2. A obra

A Literatura do Cacau, presente na prosa de Jorge Amado na trilogia – *Cacau, Terras do Sem Fim e São Jorge dos Ilhéus*, tem como proposta contar a história da formação da Nação grapiúna durante o período do apogeu e declínio da monocultura cacaueteira. Como delimitação do presente trabalho, procurar-se-á fixar a leitura no romance *Terras do Sem Fim*⁷⁶. Neste narra-se a história das lutas dos desbravadores da terra centrada na rivalidade

⁷⁴ Entendida aqui como *ars grammaticae*.

⁷⁵ *Temporalibus*, no original.

² A partir deste momento T.S.F

do clã dos Badarós e do coronel Horácio da Silveira, pela conquista e posse das matas de Sequeiro Grande. Considerada a melhor extensão para o cultivo do cacau, a Mata do Sequeiro Grande era o centro de cobiça e maldição dos exploradores, pois certamente quem a dominasse possuiria o poder político e econômico das terras do cacau. Personificada como uma mulher, o narrador compara a mata a uma virgem nunca antes conquistada, uma deusa que poderia continuar no seu mais profundo sono não fosse a ambição dos homens.

Assim, no intuito de se preservar da exploração humana, a mata guardava inúmeros mistérios, histórias e lendas. Segundo prosadores, velhas contadoras de histórias, nela habitavam personagens lendárias como o lobisomem, a caipora, mula de padre e o boitatá. Em meio a essas lutas, mortes e histórias de imaginação popular, cresce a monocultura cacaueteira, fortalecida pelo desenvolvimento do comércio de exportação como também, nascem os primeiros núcleos formadores da nação Grapiúna.

O sistema social das terras grapiúnas, descrito no romance, é dominado pelo patriarcalismo. Neste predomina a estrutura social da grande família, na qual viviam todos em um mesmo ambiente, cabendo ao grande patriarca a posição de chefe e administrador dos bens e das decisões da família. No entanto, as funções do patriarca transcendiam os limites do âmbito familiar. Afinal, o coronel era o grande patriarca, a voz que prevalecia neste sistema social, representada seja na figura de Sinhô Badaró ou na de Horácio da Silveira dispõe de um certo privilégio, pois ele possui um filho homem como sucessor dos bens e da posição de chefe da família:

- Quando o menino crescer – sempre chamava o filho de ‘menino’ – ele há de encontrar tudo isso aqui cheio de roça. Todo cultivado... Ficou mais algum tempo calado, por fim concluiu:

- Meu filho não vai viver socado nas brenhas como a gente. Vou meter ele na política. Vai ser deputado e governador. Para isso é que eu faço dinheiro (AMADO: 1987,62)

Além de apresentar uma fala impregnada pelos conceitos do paternalismo, a importância concedida ao filho do sexo masculino é formalmente marcada no texto. Isto porque, em sua formação discursiva, o personagem Horácio da Silveira identifica o filho apenas pelo substantivo “menino”, a este não é atribuído um nome ou qualquer sentimento de afetividade. Na intrusão da voz do narrador confirma-se tal afirmação, pois o mesmo utiliza um dêitico – o advérbio de tempo sempre – introduzindo o pressuposto de que era assim que Horácio nomeava o filho. O futuro deste já se encontra determinado pelo pai como seu continuador. Salienta-se, aqui, este ponto por ser relevante no sistema patriarcal – a sucessão pelo primogênito – pois é o filho, do sexo masculino, quem confirma o homem (o pai).

Os Badarós, ao contrário, tinham essa esperança somente em uma terceira geração, os filhos de Don’Ana: “Na hora que os recém-chegados foram se recolher, pela madrugada, Juca Badaró segurou a sobrinha e o amigo, recomendou-lhes rindo: - Quero um menino hein! Um badaró de lei!” (AMADO, 1987: p. 250).

A mulher, dentro dessa estrutura patriarcal é, por conseguinte, relegada ao silêncio. Prevalece o discurso masculino, vislumbrado na apresentação da natureza feminina sob vários estereótipos. Esses a qualificam ora como a santa, a mulher sensível e dona de casa submissa, ou a pecadora (Margot e as três irmãs prostitutas – M^a, Lúcia e Violeta), conforme os papéis sociais atribuídos a mulher no cenário local.

3. A terra adubada com sangue

O lugar do discurso dos coronéis revela-se pelo olhar que esses têm acerca da Terra. Olhar este que estabelece fios ideológicos, regendo as relações sociais entre os indivíduos formadores da nação grapiúna. Para isso foram elencados trechos do romance, nos quais arrolam os discursos rivais quanto à temática da terra:

Juca Badaró não via em sua frente a mata, o princípio do mundo. Seus olhos estavam cheios de outra visão. Via aquela terra negra, a melhor do mundo para o plantio do cacau. Via na sua frente não mais a mata iluminada pelos raios, cheia de estranhas vozes, enredada de cipós, fechada nas árvores centenárias, habitadas de animais ferozes e assombrações. Via o campo cultivado de cacaueteiros, as árvores dos frutos de ouro regularmente plantadas, os cocos maduros, amarelos. Via as roças de cacaueiros se estendendo na terra onde antes fora mata. Era belo. Nada mais no mundo que as roças de cacau. Juca Badaró, diante da mata misteriosa (...) Nem via os homens com medo, recuando. (AMADO, 1987,49).

- Toda vez que se mete na minha frente tem que sair para eu passar. Tu é meu irmão mais velho e é tu quem resolve das coisas da família. Tu que é pai que deixou tomando conta de tudo: das roças, das meninas, de mim mesmo. Tu é que ta fazendo a riqueza dos Badarós. Mas eu te digo, Sinhô, que se eu tivesse no teu lugar a gente tinha duas vezes mais terras (AMADO, 1987, 64).

- Essa mata vai ser minha nem que eu tenha de lavar a terra toda com sangue...Seu doutor, se prepare, o barulho vai começar (...) (AMADO: 1987,106).

Na primeira citação, a personagem Juca Badaró é introduzida pelo narrador balizando conflitos entre *sentimentos* individuais e a coletividade. O desejo de poder e dominação projeta-se formalmente pela marca verbal *via*, repetida enfaticamente ao longo da subsequência da narrativa. É o que estabelece Eni Orlandi, em seu estudo sobre a colonização: “*Ver, tornar visível é a forma de apropriação. O que o olhar abarca é que se torna ao alcance das mãos*” (1990, p. 13). Nas demais citações, afasta-se a figura do narrador para expressar a voz das personagens Juca Badaró e Horácio Silveira, concomitantemente. Para tanto, são utilizadas marcas linguísticas que denunciam a presença do sujeito no discurso, além do uso do discurso direto pelo narrador que se traduz nos enunciados da fala do personagem. Sendo assim, à medida que o leitor processa a compreensão dos enunciados percebem-se, através de várias marcas, certos traços de argumentatividade e comprometimento por parte de quem o anuncia. No primeiro enunciado, identificam-se traços da subjetividade pela presença dos dêiticos. São elucidativos os operadores argumentativos *mas* e *se*. Os operadores argumentativos, inicialmente denominados pela Semântica de Ducrot, são de fundamental importância em uma visão sócio-interacional do discurso. Esses elementos apresentam-se se orientando a força e o sentido nos enunciados de uma língua e, inserindo outros conteúdos semânticos. Se papel é revelar a nível de discurso as intenções e os objetivos de quem o produziu.

O operador *mas* tem importância por se tratar do operador argumentativo por excelência, segundo Ducrot. “Operadores y conectores argumentativos permiten el encadenamiento de los atos ilocutorios que, como los eslabones de una cadena, constituyen el discurso” (DUCROT, 1983, 445). O funcionamento dos dá-se de forma estratégica, apresentando argumentos favoráveis a uma segunda pessoa – o tu, porém finaliza a argumentação contrapondo-lhe com um argumento mais forte privilegiando sua voz na enunciação – o eu – Juca Badaró. Por outro lado, o operador *se* tem como papel introduzir conteúdos pressupostos. No contexto dessa enunciação de Juca Badaró este se introduz a pressuposição que ele é a pessoa mais autorizada para assumir a direção do clã dos Badarós e conduzir de forma mais energética e com mais sucesso, as ordens na posse da mata. Por sua vez, o segundo enunciado, apresenta traços da subjetividade relacionados a forma verbal imperativa, utilizando-se tanto no infinitivo prepare-se como futuro do presente na forma composta vai começar. Não obstante do tom de conselho da voz de Horácio. Importante salientar que na interação verbal caracterizada pelo verbo no imperativo há uma contiguidade maior entre eu que fala e o tu que escuta. Ou melhor, uma relação hierárquica sobrepondo a voz do primeiro pela do segundo. Sancionando-se pelo uso dos dêiticos – pronomes: essa, demonstrativo, e minha, possessivo de primeira pessoa - localizando-o contexto da sua fala e/ou enunciação.

Segundo Benveniste, na enunciação há um processo de seleção individual da língua, convertendo-a em discurso. Ou seja, na enunciação a língua, entidade eminentemente heterogênea e sujeita às diversas condições de uso, passa de forma, abstrata ou virtual, à de cada sujeito na enunciação, pois esses sujeitos não são apenas elementos necessários a interação comunicativa, mas locutores sociais. Desta forma, numa enunciação há o seguinte esquema: enunciação = enunciado + contexto – lugar sociohistórico de onde falamos os sujeitos, veiculando uma ideologia. Dentro desse través de interpretação, os discursos antagonistas das terras do cacau, embora partindo de diferentes posições, convergem para um mesmo espaço histórico social: a busca desmedida de poder e prestígio político-econômico oferecido pela conquista das terras de cacau. Em resumo: quando se trata de cacau, poder e dinheiro as diferenças entre os discursos do capital apagam-se e ambos os discursos interagem mutuamente. A visão de prosperidade e de lugar de futuro sobrepõe, portanto, as histórias de morte e desgraça contadas sobre as terras, levantando um questionamento do narrador acerca da diminuição da singularidade da vida humana, face à violência e opressão social do mundo cotidiano de T.S.F: “*De quando em vez também chegava a notícia de que um morrera de um tiro ou da mordida de uma cobra, apunhalado no povoado ou baleado na tocaia. Mas que era a vida diante de tanta fartura?*” (AMADO: 1987,26).

Apesar desse embate de vozes, característico do discurso indireto livre, pode-se entrever a voz do narrador que surge sub-repticiamente nesse segmento narrativo através do vocativo final. De certo modo, ele propaga aos seus narratários (leitores virtuais) o possível destino de muitos que buscavam riqueza fácil nas terras grapiúnas, já no primeiro capítulo *O navio*. Os movimentos do navio e de seus tripulantes seguem em solene simpatia com os da natureza: “a lua agora começava a subir para o lato do céu, uma lua enorme e vermelha que deixava na negrura do mar um rastro sanguinolento” (idem, 24). Ademais, a oposição vida/morte pode ser lida também no subtítulo do romance – *A terra adubada com sangue* – sinalizando uma pré-leitura do mesmo.

4. Considerações finais

No plano estrutural da narrativa, o texto amadiano apresenta-se com um discurso polifônico onde estão estampadas várias vozes sociais: o jagunço, o trabalhador rural, a mulher, o coronel, os prosadores, dentre outras. Contudo, opostamente, no plano monológico do romance, prevalece o discurso da exploração social, representado na figura dos coronéis do cacau e nos discursos de poder da Nação Grapiúna. A voz dos oprimidos, dos marginais é somente recuperada na perspectiva da alteridade, ou seja, a partir das relações com outras vozes do texto. Além disso, essa polifonia de vozes se mostrou somente a nível interdiscursivo, mas fora do texto, no contexto sociocultural de sua

produção. Neste sentido, procurou-se identificar a voz autobiográfica do escritor interagindo com outras vozes do regionalismo modernista na identificação e redescoberta das faces que compõem a cultura brasileira. Deste modo, buscou-se fundamentar a hipótese que a construção ficcional da nação grapiúna em Terras do Sem Fim, articula-se com um projeto de afirmação de identidade nacional.

5. Referências

- AMADO, Jorge (1987). *Terras do sem fim*. Rio de Janeiro: Recorde.
Bakhtin, M (1992). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec.
(2002). *Problemas da Poética de Dostoievski*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
BENVENISTE, Émilien (1990). *Problemas de Linguística Geral*. Campinas: Pontes,
DUCROT, Oswald (1983). *Operateurs argumentatifs et visée argumentative*. CLF: França.
HALL, Stuart (1999). *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3ª ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A.
ORLANDI, Eni Pulcinelli (1990). *Terra à vista - Discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez.

22. M^a HELENA ANACLETO-MATIAS

Licenciada (1988) e Mestre (1997) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Helena Anacleto-Matias completou duas pós-graduações: uma como intérprete de conferências (Universidade de Genebra, 1989), como bolsista do Parlamento Europeu, e outra em Estudos Norte-Americanos (Smith College, EUA, 1990), como bolsista Fulbright. Publicou artigos em Portugal nas áreas da Linguística, Estudos Culturais, Literatura e Tradução e, como pontos altos de comunicações apresentadas em congressos internacionais destacam-se Singapura (2002), Santiago de Compostela (2003), Bruxelas (2006), Chipre (2007) e Valência (2008). O seu interesse pelos Estudos Lusófonos tem vindo a crescer, desde que participou no IX Congresso da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP, Viseu, 2001). Ensinou Língua Portuguesa como Língua Estrangeira no Porto e Matosinhos (1992/93) e na Bélgica (2006/2007). É a sexta vez que participa com comunicações nos Congressos ligados à Lusofonia (desde novembro/2003 em Bragança, até maio/2008 em Lagoa – Açores) e atualmente (desde 1993) é docente do Instituto Politécnico do Porto na área de Línguas e Culturas do Instituto Superior de Contabilidade e Administração.

O PAPEL DO ENSINO DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA NA DEFESA DO MULTICULTURALISMO M^a HELENA ANACLETO-MATIAS, Instituto Superior de Contabilidade e Administração, Instituto Politécnico do Porto, [PORTUGAL] hanacleto@iscap.ipp.pt

As políticas atuais existentes a nível oficial para a implementação e defesa do ensino da Língua Portuguesa como Língua Estrangeira (L. E.) na Europa e no resto do mundo levam-nos a pensar que são, sobretudo, os casos isolados de leitores portugueses pioneiros, inspirados e marginais que na sua missão individual e afastada lutam pela implementação e defesa desta língua nos seus países de acolhimento. Segundo Volfgram, “cabe ensinar a alguns que o multiculturalismo não está apenas na teoria e sim ao nosso redor, nos elevando realmente à condição de seres humanos” (2005), e o mesmo é dizer que o multiculturalismo começa nas suas bases pela aprendizagem desinteressada e não interesseira das crianças na sua mais tenra idade. Não é impunemente que em países multiculturais como a Bélgica, a Língua Portuguesa ensinada como segunda língua ou como língua estrangeira desempenha um papel preponderante na defesa e na preservação do Português e, em simultâneo, pugna pela defesa incontestável da necessidade incontornável que o multiculturalismo é hoje. É indubitável que a luta contra a xenofobia, a luta pela tolerância e o respeito mútuo, bem como o diálogo profícuo biunívoco não podem sobreviver atualmente sem uma consciencialização da importância das línguas minoritárias, da crioulização, da relação com as línguas maioritárias e da conquista da defesa do multiculturalismo *hic et nunc*. Abordando algumas opiniões avisadas, esperamos trazer à discussão temas importantes, tais como, a necessidade de articulação de políticas de difusão da língua portuguesa na Europa e no Mundo concertadamente com o Brasil e outros Países Lusófonos, a necessidade de implementação de medidas concretas no terreno para defesa da Língua de Camões fora de Portugal, a sobrevivência do Português que embora sendo minoritária na Europa é uma das línguas mais faladas no mundo, a necessidade da consciencialização para a crescente importância geoestratégica do Português paralelamente com o recrudescimento do multiculturalismo à escala global.

1 – Será o ensino da Língua Portuguesa enquanto L. E. fundamental na defesa do multiculturalismo?

Para responder a esta questão será importante compreender primeiramente que comunicar em qualquer língua estrangeira requer que se compreenda minimamente o quadro cultural em que essa comunicação decorre. Neste contexto, comunicar usando uma língua que não é a nossa materna implica sempre recorrer ao multiculturalismo. Daí que seja inevitável poder afirmar-se que o Ensino-Aprendizagem de uma L. E. é sempre uma causa e simultaneamente uma consequência do multiculturalismo. A sobrevivência de uma língua estrangeira e a sua recorrência ao multiculturalismo coincidem em paralelo. As Línguas Estrangeiras e o multiculturalismo são, por definição, interdependentes e concomitantemente intermutáveis.

Quanto às políticas atuais existentes a nível oficial para a implementação e defesa do ensino da Língua Portuguesa como L. E. na Europa e no resto do mundo, defendo que seria sem dúvida interessante Portugal fazer um esforço concertado conjuntamente com os outros países lusófonos, em benefício da nossa língua que nos une e que é o Português. “Na união reside a força”, e, se pretendemos que a língua portuguesa (re)adquirira um lugar cimeiro devido à sua importância geoestratégica na Europa e no mundo, então é fundamental que todos os países lusófonos se unam aos mais diversos níveis com o objetivo de promover a língua enquanto veículo de comunicação intercultural. Não estou a propor um regresso ao passado, qual Velho do Restelo, negando que o progresso é possível. Muito pelo contrário: sugiro que Portugal compreenda a sua missão moderna de servir como ponte de entendimento entre os diferentes continentes com os quais tem laços históricos inegáveis e colocando, assim, a sua vocação cosmopolita ao serviço do benefício de toda a Humanidade.

Não pretendo que Portugal regresse aos seus tempos áureos renascentistas, em que as viagens pelo mundo trouxeram consequências inimagináveis nessa altura. Muito pelo contrário, julgo fundamental que Portugal assuma a sua vocação dialogante entre nações e continentes e que passe, cada vez mais a assumir a sua posição de ponte entre culturas.

Refiro-me à posição privilegiada que Portugal pode assumir no diálogo Norte-Sul, entre países seus parceiros mais desenvolvidos e países em desenvolvimento; refiro-me à possibilidade que Portugal tem de ser cada vez mais um parceiro de negociações comerciais, culturais e diplomáticas entre o Ocidente e o Oriente, pela sua vocação histórica de contactos com essas regiões do mundo. Julgo que o diálogo é possível e que, sobretudo a possibilidade e a responsabilidade que Portugal pode ter está ainda a ser subaproveitada. Deve-se investir na capacidade negociadora que Portugal tem em termos de conciliação e de sanar conflitos pontuais e investir tanto no diálogo da Europa com África, como com as Américas e a Ásia. A importância geoestratégica cultural e diplomática de Portugal está subaproveitada e deve-se investir no esforço do diálogo e do papel mediador que o país pode e deve desempenhar.

No caso particular do uso do Português, o esforço conjunto é, talvez, ainda mais necessário, porquanto se torna fundamental que personalidades estrangeiras se consciencializem da importância do uso da língua a nível oficial nas mais altas conversações.

Por vezes assistimos a conversações em que os intervenientes portugueses, na sua ânsia de facilitar a comunicação e recorrendo à sua faceta mais ou menos desenvolvida de serem políglotas, abdicam do uso da sua língua materna e passam a usar outras mais internacionalmente reconhecidas, nomeadamente o inglês e o francês. É uma atitude a ser modificada, pois apesar de prestigiante para o falante e ao mesmo tempo ser pragmaticamente mais eficaz, do ponto de vista político linguístico, não é mais sensata. O recurso sistemático a intérpretes competentes e reconhecidamente capazes deve ser, portanto uma constante, quanto mais não seja, para manter a comunicação nas devidas posições de reconhecimento mútuo.

Segundo informação recolhida durante uma entrevista informal à responsável pela formação linguística dos funcionários da Comissão Europeia nos seus cursos de verão em 2008, “Quem estuda Inglês, Francês ou Neerlandês em Bruxelas, é porque precisa; quem estuda Português, é porque gosta da língua.” Esta observação é notável se atentarmos na questão da motivação dos funcionários das Instituições Europeias para a aprendizagem do Português como L. E..

De uma certa forma e neste contexto, os professores de língua portuguesa podem considerar-se privilegiados no que toca ao seu trabalho enquanto formadores linguísticos, pois os seus alunos são atípicos na maioria dos casos. Um possível retrato-robô, se é que isso é possível de se traçar num contexto de investigação como o que proponho, seria talvez o seguinte: um aluno extremamente inteligente, sem dúvida dotado para as línguas, indubitavelmente exigente no que toca à qualidade, tanto consigo próprio, como com o professor e os colegas. Altamente motivado, maníaco do trabalho, anda sempre a horas e a um ritmo estonteantemente rápido...

Costuma-se dizer que “Depressa e bem, há pouco quem”, querendo dizer que normalmente a boa qualidade, combinada com a alta velocidade é rara – não no caso dos aprendentes típicos de português nas instituições europeias, segundo a mesma fonte. Por aqui se pode inferir que o interesse na defesa da nossa língua entre aprendentes estrangeiros existe – há que aproveitar a motivação para implementar no terreno políticas de difusão mais radicais, mais seguras e que, sobretudo, produzam melhores efeitos e de mais concretas consequências ao nível da utilização do Português a nível oficial. Refiro-me à necessidade de se empregar Português nas conversações diplomáticas recorrendo aos serviços de intérpretes autorizados e competentes, como forma de exemplo inspirador para a defesa da língua enquanto entidade a ser preservada e difundida nos canais mais diversos da comunicação intercultural. Por outro lado, fala-se da frequente necessidade de implementar políticas mais eficazes no terreno quanto à difusão de instrumentos culturais e de difusão da cultura, nomeadamente quanto ao livro. Tenho a convicção de que as editoras e os livreiros portugueses poderiam apostar muito mais fortemente no mercado da aprendizagem de língua portuguesa em Bruxelas, por exemplo, pois, com conhecimento de causa, posso afirmar que há falta de livros escolares de ensino de Português como L. E. na cidade. Os alunos têm dificuldades em encontrar livros – até os escolhidos enquanto manuais escolares para os cursos de língua portuguesa enquanto L. E., quanto mais livros sem serem didáticos!

2 – Mas até que ponto é que a política de divulgação e apoio à língua portuguesa no estrangeiro tem sido adequada?

Se atentarmos no portal do Instituto de Camões, em www.camoes.pt, poderemos verificar que o Centro Virtual Camões (CVC) propõe como fundamental “Aprender, Conhecer, Ensinar, Traduzir e o E- learning” enquanto grandes áreas temáticas que o estruturam.

Todos os conteúdos do CVC são de livre acesso, com exceção daqueles que fazem parte dos Cursos à Distância, ministrados através da plataforma eletrónica de aprendizagem do Instituto Camões, os quais estão sujeitos a um processo de candidatura. Na era das tecnologias de informação é fundamental que um portal apelativo faça o seu papel de marketer eficaz; com isto quero dizer que os cibernautas de hoje em dia necessitam de informação em linha suficientemente apelativa e cativante, para fazerem uma investigação continuada. Certamente que no meio de tanta informação, apenas aquela que é assaz apelativa será tida em conta, independentemente, por vezes, da sua qualidade (in)questionável. Pretendo dizer que, por vezes, apesar de as informações serem interessantíssimas, podem passar despercebidas, se não forem apresentadas de forma suficientemente cativante.

Além disso, a abertura ou o encerramento alternado de leitorados de português em universidades europeias e financiados por Portugal, tem sido um obstáculo à coerência, à coesão, à continuidade de escolas de ensino do pensamento luso, o que é, sem dúvida, uma pena. Mais uma vez reitero, que, a nível oficial deveria haver um maior estreitamento de esforços concertados entre todos os países lusófonos, para que o Português enquanto L.E. fosse cada vez mais divulgado, pois é um contributo importante para o multiculturalismo.

Numa reportagem sobre a Feira do Livro de São Paulo que a RTP apresentou numa emissão de agosto de 2008, foi focada a necessidade imperiosa da afirmação indiscutível da língua portuguesa na América Latina sob pena de ser ultrapassada largamente pela língua castelhana em termos de importância se os lusofalantes não estiverem atentos, já que a presença da literatura hispânica era avultada. Foi relatada ainda a questão do último acordo ortográfico do Português, focando que, embora as alterações fossem mínimas, haveria sempre uma manutenção das práticas regionais, continuando a haver respeito por todas as variantes linguísticas do Português.

Enquanto professora de Português como L. E., posso afirmar que muitas vezes alguns alunos me pediram formação em Português do Brasil, tendo sido encaminhados muitas vezes para colegas cuja língua materna é proveniente dessa variante. No entanto, tive outros casos que, embora dominassem por uma ou outra razão a variante de Português do Brasil, tinham a ambição de aperfeiçoar o uso do Português Europeu, pelo facto de viverem, trabalharem e lidarem no seu dia-a-dia profissional com o Português de Portugal e assim terem mais facilidade em comunicar e (inter)agir a todos os níveis.

É imperativo que haja uma articulação concertada de esforços conjuntos entre todos os países lusófonos para o bem comum da língua portuguesa e da sua disseminação no mundo globalizado em que vivemos atualmente.

3 – O multiculturalismo, base da aprendizagem

O multiculturalismo começa nas suas bases pela aprendizagem desinteressada e não interesseira das crianças na sua mais tenra idade. Incontestavelmente que, como Volfram afirmou, “muitos concordam que os jogos, além de possibilitarem a promoção do desenvolvimento da criança, podem facilitar a aprendizagem escolar. Porém, são poucos os educadores que se propõem a trabalhar tendo-os como recursos no processo Ensino-Aprendizagem”. Estendo estas considerações à necessidade de aplicar a noção de jogo à consciencialização do multiculturalismo. Hoje em dia, é rara a escola portuguesa, pelo menos nas grandes cidades, onde não existam várias crianças de origens étnicas e culturais diferentes das da maioria. Essa diversidade multicultural é tanto uma vantagem enriquecedora para o meio envolvente como um desafio à capacidade do meio de absorver as mudanças, autovalorizando-se com essa diversidade, promovendo-a e ao mesmo tempo integrando-a nos modelos preexistentes

Assim, proponho que os agentes de ensino, sejam eles professores, sejam eles educadores ou elementos de apoio à ação educativa se esforcem cada vez mais ativamente na formação multicultural dos aprendentes para que estes se tornem cada vez mais responsáveis na sua vida multicultural e na sua dimensão de cidadania responsável. Falo do respeito pela diferença, do reconhecimento dos direitos das minorias étnicas e culturais em manter a sua identidade particular e do seu direito aos benefícios da integração; simultaneamente, falo também da revolução necessária a nível ideológico, para que a diversidade do multiculturalismo traga benefícios a todas as partes. No século XXI, essa revolução é cada vez mais necessária, pois hoje em dia, ninguém está só, ninguém é uma ilha; os contactos interculturais são cada vez mais uma constante e como “De pequenino é que se torce o pepino”, é fundamental que a educação para o multiculturalismo comece logo na primeira infância. E se a Escola tem um papel fundamental, não menos necessária é a ação concertada do papel da família na educação. Esta começa pela rejeição de estereótipos culturais facilitadores do preconceito, pela abolição das rotulagens enganadoras, pela prática do respeito por tudo o que é diferente de nós.

Mas a prática da tolerância deve ser articulada com a teoria; não bastas pregar aos convencidos, deve praticar-se a tolerância para, com aquele exemplo, inspirar as pessoas que nos rodeiam. Assim, não se deve dizer apenas que devemos ser tolerantes com o próximo; deve-se incutir o hábito do convívio interétnico sadio, com a troca de experiências desde a mais tenra idade até à idade sénior. É fundamental que se pratique aquilo que se prega e que se pregue aquilo que se pensa, não me referindo obviamente a um sentido missionário do termo, mas a uma posição ativa revolucionária nas ideias e concreta nas ações.

4 – A importância da Língua Portuguesa: multiculturalismo(s) e comunicação

Fred E. Jandt (2003, a) faz a diferença entre várias perspetivas para definir “cultura”, nomeadamente: a perspetiva histórica – neste sentido, a cultura é o conjunto das tradições que são passadas às gerações futuras. Quanto à perspetiva behaviorista, poder-se-á dizer que a cultura será a maneira adquirida e partilhada de se comportar na vida; mas se adotarmos a perspetiva simbólica, poderemos definir a cultura como a forma arbitrária dos sentidos simbólicos que uma sociedade convencionou e que segue. Há também a definição estrutural, e então a cultura poderá ser entendida como o conjunto de padrões, de ideias, de símbolos ou os comportamentos relacionados com um grupo ou povo. Concluindo, para a perspetiva normativa, a cultura é tudo aquilo que deve ser adotado como ideal, os valores e regras de conduta em sociedade. No presente momento, adotarei o conceito de cultura numa perspetiva abrangente, isto é, cultura será tudo o que é aprendido para comunicar em sociedade.

Comunicar significa partilhar valores, ideais, mundividências, Weltanschauungen, como se diz em alemão. A comunicação é usada para um melhor entendimento entre uma comunidade, entre povos, nações e civilizações. Mas uma comunicação eficiente só pode acontecer quando há uma base comum de cooperação e entendimento. Uma comunicação mal conseguida pode ser a causa e a consequência ao mesmo tempo de desentendimentos e conflitos entre indivíduos e grupos. Há a acrescentar que, para Sylvia Vlaeminck, “a comunicação não é só usar as mesmas palavras, sobretudo pretende-se que verse a compreensão e o respeito pelas outras culturas, os seus valores e costumes ” (2003, minha tradução do inglês). Estou de acordo com esta afirmação.

Ainda segundo Jandt (2003, b), uma comunicação intercultural “está relacionada não só com a comunicação entre indivíduos, mas também com a comunicação entre grupos.” No bestseller de Tom R. Reid, este afirma que “a Europa é hoje um lugar mais integrado do que em qualquer altura desde o Império Romano” (2005, minha tradução do inglês). A Europa é hoje, inequivocamente constituída por um conjunto de países diferentes, sendo que na diversidade há, no entanto, unidade. O lema da União Europeia é, de facto, Unidade na Diversidade. Julgo haver uma identidade europeia, independentemente do facto de cada pessoa ou comunidade poder e dever ter as suas idiossincrasias. As peculiaridades, evidentemente, são apreciadas – o que torna a individualidade possível é a tolerância para com todos; e o que torna a Europa interessante é, de facto, a diversidade. Uma outra nova tendência na comunicação intercultural é o caminho para a paz estável e duradoura, o que é tranquilizante, se pensarmos em todas as disputas que assolaram a Europa nos séculos mais recentes.

Patrick Stevenson focou a questão das políticas relacionadas com a integração na Alemanha e que se baseiam nas premissas que ligam o conhecimento da língua local a uma “capacidade de integração” (Integrationsfähigkeit): “A Lei da Imigração passou no Bundestag e foi ratificada pela segunda câmara, o Bundesrat, em março de 2002” (2006, minha tradução do inglês). Esta questão pressupõe que os imigrantes têm de ser linguisticamente competentes no seu país de acolhimento na língua local como sinal de integração e bom relacionamento com os habitantes nacionais.

No entanto esta problemática leva-nos a pensar nas minorias linguísticas. Entre outros, Vanessa Pupavac e Sue Wright apontaram as implicações da categoria da minoria linguística (Pupavac, 2006; Wright, 2004, a). A língua é, neste contexto tida como um elemento integrante da identidade e da autoestima de uma sociedade e separar comunidades linguísticas diferentes pode levar a cisões sociais e a conflitos étnicos, bem como à exclusão social com a “ghettoização”. Os estados de direito têm o dever cívico e a responsabilidade social de manter as línguas das minorias reconhecidas e protegidas nas comunidades envolventes – temos que ter em conta, no entanto, que este reconhecimento e identificação podem também ser uma causa para a discriminação com base na língua. Para Sue Wright, “é difícil ver como o multilinguismo pode ser apresentado como positivo ao nível da comunidade, como um sinal de vitalidade, diversidade e criatividade, mas a nível nacional é desagregador, economicamente desvantajoso e limitativo” (2004, a), minha tradução do inglês).

Este comentário leva-me a refletir quanto à União Europeia, em que apenas os falantes que dominam a língua do poder podem ser ouvidos se o seu interesse for lobbying, por exemplo. Não obstante, todos têm o direito de ver a sua língua reconhecida, de um ponto de vista do reconhecimento da legislação, pelo menos. Por outro lado, na prática, é verdade que só os mais aptos para se expressarem na língua do poder têm mais possibilidade de serem ouvidos pelas instituições vigentes. Estou a constatar um facto, mas não a admitir que é a prática mais recomendável; muito pelo contrário: julgo ser capital que o reconhecimento oficial das minorias deve ser refletido na prática e ser assegurada a sua autodeterminação, para que as línguas menos representativas em número de falantes (neste caso a nível Europeu) sejam no entanto, representadas institucionalmente e defendidas em todas as instâncias, para que não desapareçam e/ou não deixem de subsistir.

5 – Estudando Português enquanto L. E. em Bruxelas

Voltando à questão do ensino da língua portuguesa na Bélgica enquanto segunda língua ou como língua estrangeira, reafirmo que este desempenha um papel preponderante na defesa e preservação do Português e, em simultâneo, pugna pela defesa incontestável da necessidade incontornável que o multiculturalismo é hoje. Se atentarmos num questionário feito a aprendentes do curso intensivo de verão de Português como L. E. da Comissão Europeia, em Bruxelas, poderemos constatar que se alguns assinalam o facto de aprenderem Português por motivos pessoais, outros invocam os motivos profissionais como a principal motivação para a sua aprendizagem ou aperfeiçoamento da língua. Quando lhes perguntei em que posição situavam a língua portuguesa no que toca à sua importância e utilização no dia-a-dia, tanto a nível profissional, como a nível pessoal, responderam entre o 1º, o 2º e o último lugares. Quando inquiridos acerca do que previam para o Português enquanto língua mundial, se viria a ser mais ou menos falada, as respostas situaram-se entre as variantes que afirmavam que o Português irá perder terreno, que será mais usado a nível mundial, principalmente a nível económico e comercial e que irá ser mais falado devido ao aumento da população que fala Português como língua materna. Situar a língua portuguesa entre muito importante e pouco importante, passando por importante até certo ponto, tendo em conta que é a quinta língua mais falada no mundo. Foi interessante notar as respostas à pergunta: “Acha que, a nível geral, as línguas servem para defender e manter o multiculturalismo?” Estas situaram-se entre o “Sim, muito” até ao “Não, rigorosamente nada”, passando pelo “Sim, de certa forma”, até ao “Sim, mas pouco”. Também foram inquiridos quanto a se achavam que o multilinguismo é uma forma de multiculturalismo. Também lhes perguntei que conselho gostariam de dar às entidades competentes para que a língua portuguesa continue viva e a ser cada vez mais estudada a nível mundial, não só como língua materna, mas também como L. E. e pedi-lhes para indicarem quais as representações ou marcas culturais que mais podem identificar, definir e / ou garantir a continuação, a conservação e a divulgação de uma língua. Também lhes foi pedido que dessem a sua opinião quanto à internacionalização da língua inglesa enquanto principal língua franca nos nossos dias e a influência que esta tem na língua materna deles, caso não seja o Inglês e se achavam que a língua inglesa deve ser estudada a partir do primeiro ciclo educativo na escola. Foi interessante ler as respostas à pergunta: “Entre as línguas referidas – Castelhana, Chinês, Francês, Hindi, Português, Russo – qual seria a que tem mais probabilidades de vir a tornar-se uma segunda língua franca (além do Inglês)?”

Também foram inquiridos quanto aos seus hábitos de cibernautas: com que frequência costumam pesquisar informação em língua portuguesa, em que variante costumam encontrar informação em português na Net. Quanto aos seus hábitos de leitura foram inquiridos acerca de da frequência e se leem livros, revistas, folhetos ou jornais em português. De novo se perguntou se achavam que a língua e a cultura portuguesas deviam ser mais divulgadas a nível internacional, e se sim, como. Perguntou-se quanto à contribuição da União Europeia para a preservação do multilinguismo e do multiculturalismo e as respostas variaram entre o “Sim” e o “Não, nada”, passando pelos “Sim, de certa forma” e “Um pouco”. Também se achou pertinente inquirir os alunos quanto à importância que atribuíam ao acordo ortográfico para que a língua portuguesa possa ter uma maior projeção a nível global e as respostas que vieram dos respondentes que provêm de países onde foram feitos acordos ortográficos recentes são invariavelmente favoráveis, enquanto as respostas dos falantes de países onde não foi feita essa reforma nos últimos anos foram basicamente contrárias.

Decorrente do facto de a amostra ser, deveras, de um tamanho reduzido, não se pode, certamente, elaborar uma teoria consistente; no entanto, posso reconhecer que este poderá ser o embrião de um estudo mais alargado de algum interesse. Após a observação dos dados recolhidos, conclui-se que os objetivos referentes à aprendizagem do Português enquanto L. E. foram alcançados, ou seja, conclui-se que o Português está relacionado com a afirmação do multiculturalismo na Europa, tal como os inquiridos o demonstraram consensualmente nas suas respostas.

Já Goethe dizia que “Quem não sabe línguas estrangeiras não sabe nada de si próprio” e no artigo “Por que é importante estudar línguas e por que é que não estudamos”, o Professor Carlos Ceia observa que no Livro Branco lançado em 1995, Ensinar e Aprender: Rumo à Sociedade Cognitiva, a Comissão Europeia fixou um objetivo essencial para o desenvolvimento da comunidade europeia: os cidadãos deviam ser encorajados e ensinados a dominar três línguas europeias – a sua própria língua e duas estrangeiras.

Ora, podemos concluir que é deveras importante continuar a incentivar o estudo de línguas, não esquecendo a importância exponencial do ensino da Língua de Camões, e que quem não dominar línguas estrangeiras, sejam elas quais forem, será considerado funcionalmente iletrado nos dias que correm. Portanto, no âmbito do Projeto referido no Livro Branco supradito, foram concebidos dois instrumentos de grande importância e valor pedagógico, no contexto de uma política das línguas: Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas [QECRL]: Aprendizagem, Ensino, Avaliação e o Portfolio Europeu de Línguas.

Desta feita, tornou-se prática comum em Portugal utilizar o sistema europeu A1, A2, B1, B2, C1, C2 e os respetivos subníveis para qualificar o nível de proficiência nas línguas estrangeiras. Uma das propostas fundamentais do Conselho da Europa sobre o ensino de línguas é a criação do Portfolio Europeu de Línguas. Este é “um documento pessoal, concebido e lançado pelo Conselho da Europa, que pretende contribuir para o reconhecimento das experiências linguísticas e culturais adquiridas ao longo da vida pelo seu portador, bem como promover o registo e controlo sistemático das aprendizagens pelo estudante.” Carlos Ceia comenta ainda que “os passaportes europeus de línguas dos estudantes portugueses serão sempre os mais pobres em termos de aquisição de competências linguísticas, os menos competitivos em termos profissionais e os sistematicamente preteridos por não conterem trabalhos relevantes de valor internacional, quando comparados com os seus congéneres de outros países.”

Não tenho certamente uma perspetiva tão pessimista relativamente à proficiência dos alunos portugueses em relação às línguas estrangeiras; luto diariamente para alcançar esse objetivo incutindo, não apenas o gosto pelas línguas estrangeiras, como também ajudando a desenvolver as capacidades de desenvolvimento e sapiência autodesenvolvidas pelos aprendentes. Quanto ao Português enquanto L. E., a filosofia deve e tem de ser a mesma: desenvolvimento da proficiência nos falantes nativos estrangeiros, para que o Português seja cada vez mais uma língua reconhecida na sua capacidade de diálogo intercultural nas mais diversas instâncias de contacto multicultural. Gostaria de finalizar referindo convictamente que os alunos estrangeiros, aprendentes de Português como L. E., indicaram que para o Português sobreviver ao mundo globalizado atual, deve começar a ser mais divulgado através da sua cultura, ou seja, da sua música, literatura e cinema, mas sobretudo pela criação de institutos ligados à promoção e estudo da língua, independentemente da sua vertente linguística; alguns focaram a abertura de mais centros Camões na Europa ou centros/institutos análogos.

6 – Conclusões

Michel Perez, Inspetor-geral da Educação Nacional francesa e responsável pelo ensino do Português em França, defende o Português como língua de comunicação internacional e como sendo um fator de unidade nacional em vastos países da África, da América ou entre as diferentes componentes de comunidades espalhadas pelo mundo.

A criação da CPLP em 1996, a Expo'98 e a consagração da língua portuguesa pelo Prémio Nobel de literatura atribuído a José Saramago são acontecimentos relativamente recentes que demonstram a vitalidade do Português, mas há que aproveitar os momentos históricos para implementar o reconhecimento merecido da importância do Português enquanto veículo de comunicação de dimensão internacional. É inegável que os valores isolados sobressaiam e é na responsabilização coletiva do individual que o progresso é efetivo.

Segundo Michel Cahen, o ensino da língua portuguesa em África estará condenado ao insucesso, se Portugal não adotar políticas interventivas mais equilibradas no que toca à ideologia do respeito pelas línguas autóctones e crioulas das diversas nações: “Uma defesa do Português bem feita deveria fomentar a alfabetização das crianças nas línguas africanas e crioulas, para ser de seguida, baseada numa aprendizagem psicopedagógica segura. Haveria as línguas do afeto e maternas e o Português deveria ser aprendido como segunda língua” (1994: 25, minha tradução do francês). A grande batalha que se deve ganhar é a do ensino do português como língua estrangeira, um ensino que sofre de uma falta enorme de meios pedagógicos ainda hoje, contrariamente à imensidão de meios para ensinar e aprender a língua inglesa, por exemplo. Alguns manuais de português como L. E. ainda são em número insuficiente ou ainda não estão totalmente adaptados às exigências específicas do ensino da língua estrangeira em determinado país e a nível global, consentâneos com os objetivos específicos dos aprendentes.

De facto, não existe nos países lusófonos uma tradição muito longa de ensino do português como L. E. e esse facto atrasou consideravelmente o impacto da língua portuguesa junto das populações não lusófonas. Quanto a mim, isso apenas implica que devemos redobrar os nossos esforços para que a qualidade e a quantidade de manuais e instrumentos didáticos seja aumentada. Proponho que essas ferramentas sejam adequadas aos objetivos específicos dos estudantes de Português como L. E., adequadas às especificidades nacionais onde a língua está a ser estudada; adequadas igualmente aos objetivos de desenvolvimento das capacidades propostas pelo Quadro Comum Europeu de Referência e adequadas à reforma ortográfica em curso. Se esses esforços forem planeados em conjunto com os países lusófonos, serão muito mais profícuos e rentáveis.

Sem dúvida que a luta contra a xenofobia, a luta pela tolerância e o respeito mútuo, bem como o diálogo produtivo biunívoco não podem sobreviver atualmente sem uma consciencialização da importância das línguas minoritárias, da crioulização, da relação com as línguas maioritárias e da conquista da defesa do multiculturalismo hic et nunc.

Interessa-me, pois, trazer à discussão estes temas importantes, tais como, a necessidade de articulação de políticas de difusão da língua portuguesa na Europa e no Mundo concertadamente com o Brasil e outros Países Lusófonos, a necessidade de implementação de medidas concretas no terreno para defesa da Língua de Camões fora de Portugal, a sobrevivência do Português que embora minoritária na Europa é uma das línguas mais faladas no mundo e o recrudescimento do multiculturalismo à escala global.

Referências Bibliográficas:

- Cahen, Michel (1994) “De Timor à Letícia, géopolitiques des mondes lusophones”. In Lusotopie, Paris: L’Harmattan.
- Ceia, Carlos (2006) “Por que é importante estudar línguas e por que é que não estudamos”, disponível em: http://www2.fcsh.unl.pt/docentes/cceia/Educacao/aprender_linguas.pdf
- Ginsburgh, Victor e Schlomo Weber (2005) “Language Disenfranchisement in the European Union”. In Journal of Common Market Studies. 43 - 2, 273-286.
- Jandt, Fred E. (ed.) (2003 a) Intercultural Communication: a Global Reader. Londres: Sage Publications Inc.
- idem, (2003 b.) Intercultural Communication: Identities in a Global Community. Londres: Sage Publications Inc.
- Moreira, Adriano (2001) Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Cooperação. Coimbra: Livraria Almedina.
- Nixon, Yumi e Peter Bull (agosto de 2006) ‘Cultural Communication Styles and Accuracy in Cross-Cultural perceptions: a British and Japanese Study’. In Journal of Intercultural Communication, 12.
- Nombela, Ramón Garrido e Miguel Á. Navarrete (2004) ‘Traducción institucional: el caso de la Comisión Europea’. In Susana Cruces Colado e Ana Luna Alonso (eds.) La traducción en el ámbito institucional: autonómico, estatal y europeo. Vigo: Servizo de Publicacións, Universidade de Vigo.
- Pupavac, Vanessa (março 2006) ‘Language Rights in Conflict and the Denial of Language as Communication’. In The International Journal of Human Rights, 10-1, 61-78. Nova Iorque: Routledge.
- Reid, Tom R. (2005) The United States of Europe – The Superpower Nobody Talks About – From the Euro to Eurovision. Reino Unido: Penguin Books Press.
- Seleskovitch, Danica e M^{ne} Lederer (2002) Pédagogie Raisonnée de l’Interprétation. França: Didier Érudition, Commission Européenne.
- Silva, Manuela e Heloísa Perista (1995) As Portuguesas e a União Europeia – Prospetiva para a Ação, Lisboa in Cadernos Condição Feminina nº 44, Presidência do Conselho de Ministros.
- Stevenson, Patrick (2006) ‘National’ Languages in Transnational Contexts: Language, Migration and Citizenship in Europe’. In Mar-Molinero, Clare and Patrick Stevenson (eds). Language, Ideologies, Policies and Practices – Language and the Future of Europe. Hampshire e Nova Iorque: Palgrave MacMillan.
- Vlaeminck, Sylvia (2003) ‘A European Strategy for Linguistic Diversity and Language Learning’. In Ahrens, Rüdiger (ed.). Europäische Sprachenpolitik - European Language Policy. Heidelberg: Universitätsverlag Winter GmbH.
- Volfgram, M^a Lúcia Silva (2005) ‘Memorial de Formação – Marcas da Educação’, Campinas.
- Williams, Kinga e Rose Aghdami (janeiro de 2005) ‘Managing Migration: The Applied Psychology of International Transitions’. In Journal of Intercultural Communication, 8.
- Wright, Sue (2004 a) ‘Language Rights, Democracy and the European Union’. In Freeland, Jane and Donna Patrick (eds). Language Rights and Language Survival, Sociolinguistics and Sociocultural Perspectives. Encounters vol. 4. Manchester, Reino Unido e Northampton, Ma, EUA: St. Jerome Publishing.
- idem, (2004 b). Language Policy and Language Planning. From Nationalism to Globalisation. Hampshire e Nova Iorque: Palgrave MacMillan.

Webgrafia:

- http://www.dgidc.min-edu.pt/serprof/le_eur.asp
- www.coe.int/portfolio
- <http://www.instituto-camoes.pt/encarte-ji/centro-virtual-camoes-2.0.html>
- <http://www.desenvolvimentosustentavel.pt/InnerPage.aspx?idCat=574&idMasterCat=363&idLang=1&idContent=852&idLayout=3&site=desenvolvimentosustentavel>
- <http://www.cplp.org/docs/documentacao/Declaracao%20C3%A7%20C3%A3o%20Constitutiva%20CPLP.pdf>
- <http://www.fl.ul.pt/pessoais/ailp/noticias/destaque.htm>
- <http://www.linguateca.pt/branco/reorganizacao.html>
- <http://www.uem.mz/grp/orgs.htm>
- <http://www.plataformaongd.pt/site2/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=58&tpl=section>
- http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/E1526376-AA68-4575-AF78-ADFC22BCE171/0/PIENDS_6.pdf
- http://www.ac-versailles.fr/pedagogi/langue-portugais/enseigner/ig/Os_desafios_da_lusofonia2.doc
- http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/portugal_oit_lisboa_pt.htm
- <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/protocolocplp.pdf>
- <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/acordoparceiros.pdf>

23. M^a JOSÉ DOS REIS GROSSO

M^a José dos Reis Grosso é professora auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, doutorada em Linguística Aplicada (2000) com a dissertação “O discurso metodológico do ensino do português em Macau a falantes de língua materna chinesa”, trabalho resultante da sua permanência em Macau (1989-1999) como docente na Universidade de Macau e como diretora do Centro de Língua Portuguesa no Instituto Português do Oriente. Mestre em Linguística Portuguesa Descritiva (1987) com a dissertação: *A construção No V Que F – ind* e Licenciada em Filologia Clássica. Tem lecionado na Universidade de Lisboa e na Universidade de Macau seminários no âmbito do Mestrado ligados ao ensino/Aprendizagem do Português (LE/L2), designadamente *Didática de PLE/PL2, Ensino, Aprendizagem, Avaliação (PLE/PL2)* e ainda as disciplinas de *Linguística Aplicada ao Ensino de Português (PLE/PL2), Gramática e Comunicação e Sintaxe* na Licenciatura em *Língua e Cultura Portuguesa (PLE/PL2)* dos Estudos Portugueses e Lusófonos. As suas áreas de estudo e de leção centram-se na Linguística Aplicada ao Ensino de Português (PLE/PL2) e nas áreas referenciais a ela ligadas, nomeadamente Português para fins específicos, Português em contextos de acolhimento, Metodologias de Ensino de Línguas; Ensino, Aprendizagem, Avaliação (PLE/PL2), Didática das Línguas e Estudos Interculturais; nas áreas referidas, tem orientado teses de mestrado e de doutoramento, desenvolvido projetos, escrito artigos vários, elaborados manuais,

A Língua Portuguesa: espaço de reflexão sobre outros modos de estar e de ser M^a JOSÉ DOS REIS GROSSO, UNIVERSIDADE DE LISBOA, [PORTUGAL]

A aprendizagem das línguas faz parte de uma educação intercultural que procura promover a interação e o diálogo entre falantes de línguas diferentes. É neste contexto, e seguindo as orientações da UNESCO (2003), que a aprendizagem de línguas não se deverá *limitar a simples exercícios linguísticos*, mas constituir-se como espaço de reflexão sobre outros modos de estar e de ser, outras mentalidades, outros costumes, valores, outras vivências. Seguindo a perspetiva de Beacco (2000), apresentar uma língua estrangeira na sala de aula é, do ponto de vista linguístico, facilitado por elementos que, além do professor, podem ser “transportados”, como os dicionários e as gramáticas; já o mesmo não acontece com os aspetos culturais, embora estes sejam dificilmente dissociados da língua, não são acompanhados de uma gramática cultural de referência, nem são facilmente descritos; além disso, a transmissão pedagógica de cultura /culturas é cada vez mais complexa na aula de língua estrangeira, não só porque o conceito de cultura é fluido e polissémico, mas também porque o que geralmente é apresentado nos materiais pedagógicos corre o risco de ser distorcido por estereótipos, generalizações marcadas temporalmente ou ligadas às representações mentais dos autores sobre língua ou sobre cultura.

A promoção do ensino e aprendizagem da língua portuguesa faz emergir a necessidade dum espaço de reflexão sobre outros modos de estar e de ser, como meio de consciencialização sobre o conhecimento do seu mundo e aceitação das manifestações dos diferentes saberes provenientes das diversas formas do conhecimento declarativo (Conselho da Europa, 2001:147), englobando o conhecimento do mundo resultante de várias fontes de informação e de modos de apropriação dos conhecimentos (empírico e/ou académico...), a consciência intercultural, o conhecimento sociocultural que integra inúmeros aspetos relacionados com a vida quotidiana, condições de vida, relações interpessoais, valores, crenças, atitudes, convenções sociais e ainda o conhecimento artístico, literário, científico, técnico ou outros. É desta rede complexa que resulta o entendimento intercultural e uma comunicação efetiva que ultrapassa as fronteiras geográficas. Ao longo dos anos, a focagem sobre os fenómenos interculturais, as diferentes conceções de cultura, a par das teorias linguísticas, têm construído novos paradigmas de Ensino-Aprendizagem das línguas, ideologicamente marcados pela promoção da diversidade cultural e pela intercompreensão, modificando modelos e práticas pedagógicas que se centram em desenvolver no aprendente a vontade de viver em contextos pluriculturais. Esta abordagem intercultural é interacional, autorreflexiva, crítica e construtiva e, de acordo com Defays (2003:78), aciona uma dialética entre o universal e o particular, permitindo coordenar e ultrapassar diferenças culturais. A construção deste novo olhar, desde há muito anunciado, faz convergir várias áreas disciplinares, prevendo-se uma conceção diferente de investigação e formas criativas de aprender-ensinar línguas.

O ensino da língua portuguesa a falantes de outras línguas passa por estádios de proficiência muitas vezes considerados *neutros* por corresponderem a frases ou sequências *que traduzem* determinadas necessidades de sobrevivência, correspondendo o primeiro nível às necessidades básicas de sobrevivência. O conhecimento do português nas suas dimensões múltiplas, em diferentes contextos, pertence aos últimos níveis de referência, os quais permitem a comunicação plena com transmissão de pensamentos e de sentimentos e a descodificação de implícitos que nascem dos usos em determinados contextos e que trazem ecos da mundividência e das especificidades do modo de ser de estar e de agir numa determinada comunidade. Esta noção de língua é plural e “enquanto fundamento da soberania nacional, é um elemento essencial do património cultural português”⁷⁷, refletindo também valores de memória.

Macau, Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), é um diminuto território que tem aumentado de área devido aos sucessivos aterros, tendo atualmente, segundo fontes oficiais, 29,2 km², de acordo com os Serviços de Estatística e Censos, em junho de 2008, cerca de 552.000 habitantes, sendo a maioria de etnia chinesa (94%), falante de cantonês; prevê-se que a percentagem dos portugueses que vivem em Macau (RAEM) não ultrapasse os 2%. É um espaço cosmopolita que mantém, depois da transferência de soberania de Portugal para a República Popular da China, em 20 de dezembro de 1999, não só as suas tradições culturais, mas também características sociais e económicas, segundo o princípio “um país, dois sistemas” estabelecido na Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China. Este território é também, por excelência, o lugar da diversidade, *uma encruzilhada do passado e da modernidade* que ultrapassa em todas as esferas, designadamente no domínio arquitetónico e social, o imaginário dos portugueses que residiram neste território antes de 1999. A composição étnica tradicional de Macau, portugueses europeus, chineses e macaenses (ou portugueses de Macau)⁷⁸ sofreu alterações profundas nas últimas décadas, sendo necessário captar as transformações e o aparecimento de novos públicos num outro tipo de estudo.

Desde o séc. XVI, Macau é um lugar singular de coexistência pacífica de diferentes línguas e culturas, com elementos de muitas proveniências, não só da China e de Hong Kong (Região Administrativa Especial da República Popular da China), mas também dos países da região (Tailândia, Filipinas, Malásia, Japão, Vietname, Coreia,..) e de outras partes do mundo. Com representações de várias culturas, algumas alicerçando-se principalmente na antiguidade de relações históricas e políticas com caráter mais permanente como o caso de Portugal com Macau (RAEM), outras de caráter transitório, resultando de situações militares em que o território se tornou um espaço de acolhimento, *um centro de refugiados aberto a todos os chineses e estrangeiros, independentemente de quaisquer preocupações de ordem política ou social, em momentos de aflição e necessidade*⁷⁹ através dos tempos, muitas outras relações culturais e de natureza vária nascem pelas mudanças económicas e políticas, independentemente da aproximação de vizinhança geográfica, proximidade cultural, pois são germinadas no mundo global da comunicação das relações económicas, turísticas, institucionais...

O motivo para aprender uma determinada língua tem um papel direto e significativo no contexto formal, a importância da motivação para iniciar a aprendizagem numa língua estrangeira está largamente documentada no Ensino-Aprendizagem das línguas (Ur, 1995), entre os grupos e subgrupos concetuais ligados a esta temática, é aludida a dicotomia entre motivação intrínseca e extrínseca conforme o incentivo é ou não exterior ao próprio indivíduo, geralmente explicitados por conceitos como motivação instrumental versus integrativa. Entre as razões para estudar português em Macau era recorrente citar-se, na década de 80, que a aprendizagem da Língua Portuguesa era sobretudo por vantagens económicas e profissionais (motivação instrumental), como refere Ló (1989), estudam português para “encontrar melhor emprego, especialmente nos serviços do Governo”; já na década de noventa há uma motivação ligeiramente diferente surgindo a utilidade de aprender mais uma língua estrangeira (Filipe, 1995:362), ou estudar mais uma língua é útil (Grosso, 1999:227), motivo que, passados cerca de dez anos, mantinha um significado semelhante, contribuindo para um enriquecimento pessoal (Godinho, 2005) (motivos relacionados com a área profissional presente ou futura, respondendo às novas exigências do mercado de trabalho que valoriza o conhecimento e competências comunicativas em línguas estrangeiras).

Estes dados parecem já estar em conformidade com o conteúdo dos textos emanados do Conselho da Europa, sobre a importância de saber línguas e as suas implicações na mobilidade internacional dos indivíduos e na cooperação em todas as esferas como a educativa, científica, comercial e tecnológica. Dos textos do Conselho da Europa, publicados em português (tradução), depois de 2000, sobressai a projeção e divulgação do Quadro Europeu Comum de Referência (2001); neste se recomenda a aprendizagem de línguas como forma de responder às necessidades multilingues e multiculturais, de modo a aproximar os povos pela comunicação, prezando a identidade e diversidade cultural, reduzindo as desvantagens do monolinguismo e o uso de uma só língua, causa de ostracismo e de desentendimento entre quem fala línguas diferentes.

A presença da língua portuguesa, embora muito discreta, sempre foi uma presença constante no território de Macau (RAEM); contudo, nunca foi sentida como tal; quem chegava a esta cidade ainda sob administração portuguesa, na década de oitenta ou noventa, transportava a representação da comunicação quotidiana numa cidade portuguesa, em que o português, principalmente a vertente da produção oral, que é o eixo da vida social, deveria ser ouvida regularmente na rua, nos espaços de convívio, e em todos os domínios sociais. Sucede, no entanto, que o *diálogo cultural* tantas vezes repetido na história do território dar-se-á *sobretudo* pelo silêncio e pela convivência pacífica entre a milenar civilização chinesa e os hábitos, crenças, instituições, técnicas e saber dos portugueses (Loureiro, 2005).

Neste âmbito, a comunicação oral em língua portuguesa, na vida quotidiana, vista de forma massiva, e entendida como base do diálogo e da interação para troca de ideias não teve representação significativa. Em situação não muito diferente, está a língua inglesa, embora haja um crescendo de falantes dessa língua que há muito está no território e é usada como língua de ensino em algumas instituições, e tem uma forte divulgação através dos média, como língua de negócios, de turismo, de atendimento ao público.

Mas a existência da língua na sua forma escrita (além de toda a documentação ligada ao direito, à administração e ao funcionalismo público), é visível nas placas com os nomes das ruas em português, *Rua da Felicidade, Rua da Praia Grande, Rua das Estalagens, Rua da Palha, Rua dos Mercadores, Rua das Virtudes, Rua dos Vendilhões, Rua das Lorchas, Rua Camilo Pessanha*, nomes justapostos a outros em chinês e com outro significado que, neste espaço, parece não se identificar completamente com a explicação de Calvet (1988) para os traços linguísticos toponímicos da colonização, mas antes representando simbolicamente esta forma de união silenciosa de culturas em que a língua portuguesa se associa indubitavelmente a outras formas de ver o mundo e a outras formas de estar; aliás os nomes das ruas em português, juntamente com os nomes das lojas, dos anúncios e de outras

77 cf. Lei n.º 107/01 de 8 de setembro de 2001. Disponível em http://www.ipa.min-cultura.pt/legis/legis_e_reguls/folder/lei_org_n

78 Segundo Amaro (1988:56), “o grupo dos macaenses detém alguns padrões bem demarcados dos chineses e também do dos metropolitanos, fruto de aculturação de múltiplas etnias que convergiram naquele pequeno território”.

79 cf. Estorninho (dir.), (1971:861).

formas publicitárias são, segundo Calvet (2002), também um instrumento de planificação/planeamento de política linguística para promoção, imposição, defesa de determinada língua ou neste caso, para a evocação da presença de mais de quatro séculos da Língua Portuguesa no território. Os letreiros de Macau (RAEM), frequentemente fotografados e lidos, referentes a estabelecimentos comerciais ou afins com o seu vocabulário já não usado em Portugal, trazem-nos à memória significados de realidades passadas que são reavivadas no contexto chinês, como é o caso de letreiros como Quinquilharias *Chap Cheong* (loja de artigos miúdos e variados); *Tchung King Casa de Pasto*; *Algibebes Fó Kei*, (Martins, 1993:185 -186) ou significados inusitados como o *Barraqueiro Chao Seng Hap* que “significa o homem que fornece e faz a montagem dos andaimes de bambu” (Oliveira, 1999:107), refletindo este uso da língua portuguesa aspetos ligados ao modo de viver e de pensar chinês; essa maneira muito particular de atribuir nomes às lojas e estabelecimentos em português em que se procura o que seria uma tradução literal da realidade (geralmente de forma não sintética) é manifesta também em Portugal em 2005, nas lojas chinesas; são exemplo alguns nomes das lojas de Aveiro como o *Super Bazar Vestuário loja*, o *Wang Te Comércio de Artigos Chineses*, o *Chinês Loja* e a *Casa China*, (Bendiha, 2005).

Por razões políticas, históricas, sociais e culturais, a prática efetiva de interação oral e do diálogo em português, como já foi referido, nunca foi implementado; as necessidades de comunicação, a nível da oralidade, foram tradicionalmente resolvidas pela comunidade macaense, bilingue. A preocupação com a defesa da correção da língua portuguesa escrita foi, no entanto, objeto de campanhas que visavam o *português escrito correto*, como a que foi levada a cabo, em 1954, pelo Almirante Marques Esparteiro: “*pôr em português correto as muitas tabuletas, letreiros, nomes de casas comerciais e industriais, cujas palavras, por descuido ou ignorância dos seus proprietários, na sua grande maioria chineses, não se achavam escritas em grafia correta*”.⁸⁰ No património material, a representação da língua e da cultura portuguesa tem um peso significativo pela sua imutabilidade no tempo, sendo expressiva como produto duma vivência comum e dos diversos pactos de amizade e contactos culturais estabelecidos ao longo dos anos. São testemunhos as Ruínas de São Paulo, conhecidas como símbolo de Macau (incluídas no Centro Histórico de Macau, que por sua vez foi incluído na Lista do Património Mundial da Humanidade da UNESCO em 15 de julho de 2005), e ainda muitos outros como o Farol da Guia (localizado, juntamente com a capela de Nossa senhora da Guia no interior da Fortaleza da Guia, séc. XVII), as Portas do Cerco, o Clube Militar, o Edifício do Leal Senado (“*Cidade do Santo Nome de Deus de Macau, Não Há Outra Mais Leal*”), e ainda a calçada portuguesa; como património imaterial⁸¹ é de salientar o patuá, termo que, segundo Baxter⁸², poderá ter sido introduzido por religiosos no século XIX, quando se referiam a *vertentes de línguas coloniais faladas por não europeus*.

Considerando este texto um contributo para a reflexão sobre a língua portuguesa como modo de ver outras formas de ser e estar centradas no território de Macau, é imprescindível uma referência, ainda que breve, a este crioulo macaense, também chamado de *patuá*, *Dóci papiçám di Macau, língua maquista, papiá cristam di macau, lingu nhonha*⁸³, que recebeu cada vez mais influência do chinês a partir do século XIX, apesar de se ter acentuado o desaparecimento progressivo na 1ª metade do século XX. Com o aumento da escolaridade em português, o *patuá* foi socialmente secundarizado, tornando-se cada vez menos falado em Macau, resistindo porém durante algum tempo nas comunidades imigradas de Hong Kong e Xangai. Do crioulo ficaram textos escritos publicados e anotados por João Feliciano Marques Pereira na Revista *Ta Ssi, Yang-Kuo* e reunidos por Danilo Barreiros na revista *Renascimento* (Batalha, 1988:120). Foram ainda criados textos em crioulo por José dos Santos Ferreira, Adé, e reunidos em *Papiçám di Macau*. Ressurgiu ainda, revitalizado, na década de 90 pelas atuações do grupo de teatro Doci *Papiçám di Macau*, dinamizado pelo dramaturgo e encenador Miguel de Senna Fernandes. Derivado do crioulo de Malaca, e tendo influências malaias, chinesas, japonesas e indianas, era falado essencialmente no domínio privado, familiar, pelas mulheres; expressava uma cultura híbrida e refletia a realidade do espaço doméstico, sendo rico o léxico ligado à culinária.

Na base da riqueza vocabular do patuá esteve sempre, segundo Batalha (1988:7), o português da época, *que ao tempo já ganhara raízes na África, na Índia, e mesmo em Malaca donde passou a Macau*; a influência da língua chinesa no patuá, segundo a mesma autora, é significativa, mas relativamente recente, vindo a influência principalmente da mãe, da ama ou da serviçal doméstica; é esta a língua das pequenas rotinas quotidianas, usada em casa ou no círculo restrito de amigos, funcionando como espelho de uma cultura plural onde também estavam presentes aspetos duma matriz portuguesa. No século XX, há uma aproximação da comunidade macaense à comunidade chinesa, com um maior número de casamentos entre as duas, a assimilação de comportamentos culturais chineses por parte dos macaenses e a adoção de muitos termos da língua chinesa que caracterizam, hoje, o falar macaense. Dos bens que integram o património cultural, a língua portuguesa é um elemento essencial refletindo valores de memória, antiguidade, repositório de um longo e continuado diálogo com outras culturas; as palavras registadas em português são identificadoras duma realidade específica, única, com valor evocativo sem comparação no uso da língua.

Na conjuntura internacional, mudanças sociais, políticas e culturais criam a necessidade duma maior mobilidade de bens e de pessoas, necessidade também duma maior interação; as relações políticas e económicas entre a China e Portugal são também vistas pelo barómetro da motivação dos falantes de língua materna chinesa para a aprendizagem do português. No período pós-99, o interesse pela língua portuguesa ganhava novas facetas e podia ser visto por outros prismas, contribuía para uma identidade própria de Macau e de macaense, conceito este, lato e abrangente, podendo ser entendido agora como *todos aqueles que vivem ou gostam de Macau*; este novo conceito fazia da diversidade linguística uma nova família com muitas línguas, cruzada de culturas, mas partilhando um espaço comum e tendo traços da mesma.

Efetivamente, uma língua sem falantes ativos fica como essência, como memória e de facto quase tudo o que foi escrito sobre a presença da língua portuguesa em Macau apontava para o desaparecimento da língua portuguesa em Macau, tanto mais que, com a passagem da soberania para a China, em 1999, muitos portugueses regressaram a Portugal, havendo um conjunto de outros sinais que mostravam que a língua portuguesa, apesar de oficial por um período de 50 anos, era naturalmente secundarizada pelo mandarim, ou até pelo inglês, pois a tradução natural do cantonês para o português, era agora geralmente feita para o inglês; fatores referidos e anunciados desde os finais da década de 60, em Seminários e Encontros sobre o português em Macau, diagnosticavam, com objetividade e clareza, não só as questões relacionadas com o ensino/aprendizagem, mas também com as que diziam respeito à divulgação da língua portuguesa; as questões de natureza educativa tornaram-se lugar-comum pela frequência da sua repetição (o desconhecimento da realidade educativa por parte das autoridades educativas, a falta de planeamento linguístico, a falta de professores com formação na área do Português, língua estrangeira, a falta de materiais). Todos estes fatores são importantes, mas ténues face a outros fatores; a divulgação e promoção de uma língua estão geralmente ancoradas em atividades económicas sustentáveis que mobilizem desenvolvimento científico e tecnológico, relações políticas, culturais, educativas.

Contrariamente às previsões anunciadas no período pós-1999, os jornais começaram a destacar o aumento do número de alunos que procuravam o português (face ao que se pensava ser o mercado de trabalho em inglês, já esgotado); não era só em Macau (RAEM) que o português era estudado, mas também noutras cidades chinesas, em Pequim, Cantão, Xangai, Tianjin, Chengdu ⁸⁴. Novos tempos, novas mudanças despertavam o interesse pela língua portuguesa e não era pelo facto de a área jurídica continuar a suscitar grande atenção pela língua; a título de exemplo, e ainda segundo o jornal citado, da Universidade de Wuhan, técnicos de empresas chinesas com relações comerciais com os países africanos de expressão portuguesa iriam aprender a língua portuguesa em Macau. Esta cidade, com um papel marcado para a cooperação e mediação na diversidade linguística e cultural, emerge como plataforma para o desenvolvimento da cooperação triangular da República Popular da China com os Países Lusófonos, plataforma facilitada, desde o final de 2003, pela criação do Fórum para a Cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Brasil, países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, Timor). Impelido pela força política, Macau como lugar de diversidade já referido, interage agora, pela língua portuguesa, como língua de vários povos espalhados por continentes diferentes, com outros modos de ser e de estar, do Brasil, de África e de Timor.

Referências bibliográficas

- Amaro, Ana Mª (1988) *Filhos da Terra*, Macau: Edição do Instituto Cultural de Macau.
 Batalha, Graciete (1988) *Glossário do Dialeto Macaense*, Notas linguísticas, etnográficas e folclóricas, Macau: Edição do Instituto Cultural de Macau.
 Beacco, Jean-Claude (2000) *Les dimensions culturelles des enseignements de langue*, Paris: Hachette Livre.
 Bendiha, Urbana Pereira (2005) “*Revisitando os chineses de Aveiro*” (2002-2005), Universidade de Aveiro, texto policopiado.
 Calvet, Louis-Jean (1988) *Français go Home*, Linguistique et Colonialisme, petit Traité de Glottophagie, 1974, France: Éditions Payot.
 Calvet, Louis-Jean (2002) *Le marché aux langues*, France: Éditions Plon.
 Conselho da Europa (2001) *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*. Aprendizagem, ensino, avaliação (sigla: QECR), Porto: Edições ASA.

80 CF. MACAU, BOLETIM INFORMATIVO DA REPARTIÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA GERAL, SECÇÃO DE PROPAGANDA E TURISMO, ANO I, N.º18 DE 30 DE ABRIL DE 1954, P. 6.

81 CF. CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL (2003). DISPONÍVEL EM [HTTP://WWW.UNESCO.ORG/CULTURE/ICH/DOC/SRC/00009-PT-PORTUGAL-PDF-PDF](http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-pt-portugal-pdf-pdf)

82 CF. “O PORTUGUÊS NA CHINA DOS CASINOS” IN REVISTA LÍNGUA PORTUGUESA - 07/2008 - EDIÇÃO 33, ON LINE, DISPONÍVEL EM [HTTP://REVISTALINGUA.UOL.COM.BR/TEXTOS.ASP?CODIGO=11552](http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11552)

83 CF. GAIÃO (2007)

84 CF. TRIBUNA DE MACAU DE 30 DE JANEIRO, TERÇA-FEIRA, DE 2007 N.º 2356 (NOVA SÉRIE).

- Defays, Jean-Marc (2003) *Le français langue étrangère et seconde*, Belgique: ed. Mardaga
- Estorninho, Carlos (1971) "Macau". In Serrão (dir.), (1971), *Dicionário de História de Portugal*, vol. II/ E-MA, Iniciativas Editoriais.
- Filipe, Mário (1995) "A Aprendizagem do Português como Língua Estrangeira", in *Administração*, n.º 28, (2º de 1995), vol. III, junho de 1995, pp. 359-369.
- Gaião, Raul (2007) "Nhónha-nhónha – a reduplicação no crioulo macaense". In Inocência Mata e Mª José Grosso (org.) *Pelas Oito Partidas da Língua Portuguesa, Homenagem a João Malaca Casteleiro*, Macau: Universidade de Macau, Instituto Politécnico de Macau, Departamento de Língua e Cultura Portuguesa (FLUL).
- Godinho, A. P. Cleto de Oliveira (2005) A aquisição da concordância de plural no sintagma nominal por aprendentes chineses de português língua estrangeira, dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Grosso, M. José (1999) O Discurso metodológico do ensino do português em Macau a falantes de língua materna chinesa, dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Ló, Cláudio (1989) "O Ensino do Português a alunos chineses", in *Administração*, Revista da Administração Pública de Macau, nº 3/4 (1º e 2º de 1989), vol. II, Jun. 1989, Serviço de Administração e Função Pública, Macau, pp. 99-102.
- Loureiro (2005) "História de Macau". In Cristóvão (dir. e coord.), *Dicionário Temático da Lusofonia*, ed. ACLUS. Texto Editores, pp. 663.666
- Macau, Boletim Informativo da Repartição Provincial dos Serviços de Economia e Estatística Geral, Secção de Propaganda e Turismo, ano I, N.º 18 de 30 de abril de 1954, p. 6.
- Martins, M. Aline de Sousa (1993) "Babel, Torre de Silêncio", in *Atas – Encontro de Português Língua de Cultura*, Macau: Edição Instituto Português do Oriente, pp. 177-188.
- Oliveira, P. Pinto de (1999) *Sopa de letras à moda de Macau*, Macau: Ed. Gabinete do governador de Macau.
- Ur, Penny (1997) *A Course in Language Teaching*, Cambridge University Press, pp. 274-282
- UNESCO (2003) *L'éducation dans un monde multilingue*, France : Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture.
- Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129728.pdf>

Outras referências

Lei n.º 107/01 de 8 de setembro de 2001. Artigo 2.º

Disponível em http://www.ipa.min-cultura.pt/legis/legis_e_reguls/folder/lei_org_n

"O Português na China dos Casinos" in *Revista Língua Portuguesa* – 07/2008 – Edição 33 (on line). Disponível em <http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11552>

Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial (2003), 17 de outubro de 2003, Paris. Disponível em <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF-pdf>

24. Mª ZÉLIA BORGES E

Mestre e Doutora em Letras/Linguística pela Universidade de São Paulo. Professora titular de Linguística no Programa de Pós-Graduação e na Faculdade de Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Destaca-se em sua produção: participação em congressos nacionais e internacionais; pesquisa e publicação de artigos, capítulos de livros, bem como livro completo com estudos em Lexicologia e sobre peculiaridades do português do Brasil.

25. REGINA HELENA PIRES DE BRITO

Pós-Doutora pela Universidade do Minho (Portugal), Mestre e Doutora em Letras/Linguística pela Universidade de São Paulo (Brasil). Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras e do Núcleo de Estudos Lusófonos e Coordenadora de Cursos do Decanato de Extensão da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pesquisadora Associada do CELP da Universidade de São Paulo e pertence ao Grupo de Pesquisas do IP-PUC-SP. Investigadora do *Projeto Lusocom*, do ICS da Universidade do Minho, coordenado por Moisés Martins e Helena Sousa. É, também, docente investigadora e membro representante do Brasil na Comissão Diretiva do *Instituto Nacional de Linguística de Timor-Leste*. Autora e Coordenadora do Projeto "Universidades em Timor-Leste" - *Canção popular e música brasileira em Timor-Leste* (coautoria de Benjamin Abdala Júnior – USP/SP) para a difusão da língua portuguesa em território timorense por meio da música brasileira, em fase de adaptação para o contexto moçambicano. Sua produção recente destaca a publicação de artigos, capítulos e livros focalizando a relação entre língua, realidade cultural e identidade em países de expressão lusófona.

O PORTUGUÊS DO BRASIL: UMA VARIANTE DO PORTUGUÊS LUSITANO Mª ZÉLIA BORGES Universidade Presbiteriana Mackenzie, SÃO PAULO [BRASIL] REGINA HELENA DE BRITO Universidade Presbiteriana Mackenzie, SÃO PAULO [BRASIL]

Acerca da variante diatópica de uma língua, salientava CAMACHO (1988: 31): "numa comunidade linguística relativamente extensa onde todos falam o mesmo idioma, notam-se variações que se traduzem na forma de pronunciar os sons, nas construções sintáticas e no uso característico do vocabulário". Essa consciência da diversidade linguística espacial, especificamente no caso do Brasil, vinha sendo discutida ao longo de nossa História, não apenas por filólogos e linguistas, mas também por vários escritores. Embora a preocupação com a língua nacional sempre existisse no Brasil, foi com o advento do Romantismo que a questão tomou vulto. Desta forma, datam do século XIX os registros das primeiras manifestações, principalmente por parte de literatos, a respeito da necessidade de se afirmar a brasilidade de nossa linguagem na ocasião, — problema muito mais estilístico do que linguístico. A princípio, deparava-se com abordagens muito mais literárias ou políticas do que propriamente linguísticas — daí um bom número de textos de famosos romancistas, poetas, críticos, políticos e outros referindo-se ao «idioma», «dialeto» ou «língua brasileira», em detrimento de parcos textos de cunho científico. É o caso, por exemplo, de José de Alencar, primeiro escritor brasileiro a registrar como "dialeto" o português falado no Brasil. Deixou muitos artigos (1865 a 1875) defendendo a língua que usava. Na maioria das vezes, o romancista procurava justificar suas criações literárias: "O dialeto brasileiro já se distingue do dialeto português" (Apud Pinto, E. P. (1978) *A língua portuguesa no Brasil* (p.148). O mesmo acontecia quando afirmava: "se a língua portuguesa não pode progredir, há de transformar-se para formar a língua brasileira" (Idem, p. 144.) Muitas polêmicas e discussões surgiram a respeito, muitas considerações foram feitas, até se chegar à febre do movimento Modernista. Nesse momento, os autores passaram a assumir claramente a defesa da "língua brasileira": Mário de Andrade, em 1922, afirmava no seu *Prefácio Interessantíssimo*: "escrevo brasileiro"; Menotti Del Picchia (1928), na *República dos Estados Unidos do Brasil*: "É assim nascente, ágil, acrobática, sonora, rica e fidalga, /a minha língua brasileira" e mesmo o pré-modernista (não tão "pré" como muitos o querem) " (Apud Pinto, E. P. (1978) *A língua portuguesa no Brasil* (p.148). Monteiro Lobato, defendendo o "brasilino", em *Emília no país da gramática* (1934) (Idem, p. 144). Sendo o português do Brasil uma variante diatópica da língua de Portugal, Mattoso (1975:199) via como problema típico do Brasil a "adaptação do instrumento linguístico de uma sociedade europeia, tecnicamente fechada, com a cultura consolidada há muitos séculos, a um novo ambiente geográfico e social, etnicamente aberto, a que aquela cultura teve de se adaptar por sua vez pouco a pouco, para resistir e continuar". Resumimos suas considerações sobre os cinco centros de maior interesse nos estudos feitos no passado e nos estudos feitos no tempo que chamou de presente:

Norma da língua literária
Teoria gramatical
A pesquisa filológica
Estudos fonéticos
Estudos dialetológicos

Mattoso classificou como estudos no passado os realizados entre 1888 e 1939 e de estudos do presente os realizados entre 1940 e 1966.

1 Estudos de 1888 a 1939

1.1 Norma da língua literária

A questão da norma literária apresentava três aspetos no Brasil: sua relação com a língua oral quotidiana, sua tendência conservadora e seu processo de adaptação de instrumento linguístico de uma sociedade europeia, etnicamente fechada e de cultura secularmente estável, a um ambiente geográfico e social etnicamente aberto. Havia os autores que postulavam uma língua própria do Brasil, com uma escrita que representasse a fala daqui e não a de Portugal, como José de Alencar e Antônio Joaquim de Macedo Soares (1888). Uma corrente maior, contudo, buscava identificação da língua literária do Brasil com a de Portugal. Foi o caso de Mário Barreto (1916, 1921, 1922, 1924, 1936), que buscava modelo nos clássicos portugueses, e defendia uma simplificação ortográfica segundo a proposta de Gonçalves Viana em Portugal. Foi também o caso de Rui Barbosa, que seguia um código

rigoroso, preso ao formalismo e às convenções de línguas especiais. Assim continuou a norma literária até o começo do século XX. A partir de então, surgiram resistências acanhadas com Mário de Andrade (1926-1934) capaz de uma ou outra insubordinação mais corajosa e de João Ribeiro (1933), precursor de novas tendências na filologia, com artigos reunidos no livro *A língua Nacional*.

1.2 Teoria gramatical

Também apresentou três aspetos: a elaboração da teoria da frase, a introdução da gramática histórica no interesse dos estudiosos e até no currículo da escola secundária e a teoria da gramática descritiva. A teoria da frase se concretizou na «análise sintática» também chamada «análise lógica» por suas origens filosóficas. Fausto Barreto, pai de Mário Barreto, apontou as linhas gerais dessa análise; Otoniel Mota (1926) adotou um método de análise por meio de esquemas gráficos; José Oiticica (1938, 1942) para ela voltou a maior parte de suas preocupações. A reação a tal teoria não se fez através da busca de outros fundamentos ou processos de análise, mas sim com a minimização da análise e maior destaque para a redação e a leitura comentada, como queria Mário Barreto, Silva Ramos (1927) e Sousa da Silveira (1937), este mais voltado para o estudo do vocabulário. Para o interesse pela gramática histórica foi importante a obra de Adolfo Coelho, que fez aparecer a corrente filológica historicista em Portugal. No Brasil, carente de Faculdades de Letras, a gramática histórica foi ensinada de maneira elementar e sem aprofundamento na escola secundária. Aqui se destacaram os estudos de Alfredo Gomes (1915); de Otoniel Mota (1917), na obra *O meu idioma*; de Antenor Nascentes (1933), com o quarto volume de *O idioma nacional*; e de Sousa da Silveira (1937), em *Lições de português*, cuja primeira parte apresentava uma gramática histórica resumida, mas cuidadosa. Na teoria da gramática descritiva destacaram-se Maximino Maciel (1926), que cuidou sobretudo de uma nomenclatura abundante, associada frequentemente à terminologia botânica à moda schleicheriana, manipulando radicais gregos; e Said Ali (1930, 1931), que interpretou o condicional dos verbos como futuro do pretérito, estudou da partícula *se*, o valor dos tempos compostos, o emprego do infinitivo pessoal e debateu a importância da entonação na frase em português. Apareceu também João Ribeiro (1906, 1923, 1927, 1960) opondo-se à neogramática e adotando o idealismo de Vossler, tornando-se assistemático e até contraditório, interessando-se pela etimologia, de maneira muitas vezes folclórica e anedótica.

1.3 A pesquisa filológica

Os estudiosos da norma linguística e da teoria gramatical na língua da literatura descuidaram-se da pesquisa filológica dos textos literários. Assim agiram Mário Barreto, Rui Barbosa, Said Ali e Joaquim Norberto. Fizeram-se, contudo, edições críticas de *Os Lusíadas* orientadas para a escola secundária. Delas se ocuparam Antenor Nascentes (1930) e Otoniel Mota (1930), que preparou uma edição cuidadosa das *Geórgicas* de Virgílio, em tradução portuguesa de António Feliciano de Castilho, com aparato crítico relativamente a aspetos históricos, religiosos e etnográficos da obra. Dicionarizaram pormenorizadamente o poema Afrânio Peixoto (1924, 1927) e Pedro A. Pinto (1924). Salientou-se na pesquisa filológica Sousa da Silveira, com edições críticas de poemas líricos de Camões, reunidos a textos de Antônio de Castro e de Gil Vicente, em um único volume (1945),

1.4 Estudos fonéticos

A exemplo de Portugal, embora carentes de apuro técnico, apareceram os estudos fonéticos no Brasil, favorecidos pela distinção entre realidade oral e língua escrita. Felipe Franco de Sá, na obra *A língua portuguesa* (1915), fez um quadro impressionista do vocalismo brasileiro e estudou a livre variação da sílaba tônica em palavras eruditas. Antenor Nascentes (1928, 1937) reviu os resultados de Franco de Sá no quadro de vogais, estudou também o consonantismo e a fonética sintática. José Oiticica polemizou pontos de vista de Antenor Nascentes, no Primeiro Congresso de Língua Cantada, em São Paulo (1937). Procurou firmar sua independência, às vezes um pouco hostil à fonética experimental de Rousselot, apreciada por Nascentes, e considerou Saussure um mau guia em fonética (1955). Imbuído de muita preocupação normativa, prescrevia uma pronúncia erudita, um pouco excêntrica. Alguns estudos de fonética regional foram objeto de comunicação no Primeiro Congresso de Língua Cantada: Sousa da Silveira (1931, 1937) apresentou observações sobre a pronúncia do Rio de Janeiro e Mário Marroquim (1934) também fez considerações fonéticas em trabalho de dialetologia.

1.5 Estudos dialetológicos

Iniciados com um levantamento dos léxicos regionais, desde o *Vocabulário de Beaupierre Rohan*, ressentiam-se, no princípio, de exagerada ênfase em particularidades de léxico, partindo-se da convicção de que nelas se encontrava o traço fundamental das diferenças entre regiões. Mereciam, contudo, maior crítica três aspetos: falta de limitação de área na coleta do vocabulário; ausência de transcrição fonética em todos os trabalhos, decorrente da convicção de que a grafia correta representava adequadamente a forma oral que se registrava; carência de configuração suficientemente apropriada das significações em contextos seguros, bem definidos e de antecedentes culturais da região. Acrescente-se a isto a falta de triagem minuciosa do que era, de fato, regional e também do que pertencia à língua coloquial em oposição à língua literária.

Tais defeitos não apareciam em todos os estudos: o *Dicionário de brasileirismos*, de Rodolfo Garcia (1915) manifestava cuidado na delimitação de área onde apareciam os vocábulos registrados; o *Vocabulário pernambucano*, de Pereira da Costa (1937) apontava características léxicas da língua coloquial em contraste com a literária. Foram obras com maior amplitude relativamente à gramática e à fonética: O *Dialeto caipira*, de Amadeu Amaral (1920), foi de fato um vocabulário, mas apresentava uma introdução que discutia a fonologia, a morfologia e a sintaxe do dialeto; *A língua do Nordeste*, de Mário Marroquim (1934), foi um estudo linguístico mais desenvolvido. Em estudos de maior perícia demonstrou-se mais atenção no tocante à diacronia. Foi o que fez, por exemplo, o estudo de Clóvis Monteiro (1933) a respeito dos cantadores nordestinos. Analisava-se, mais cuidadosamente, a influência de substrato indígena ou de substrato africano, apesar de se enfatizar muito o tupi, considerada língua de intercurso, sem que se atentasse para outras línguas indígenas do Brasil nem se delimitasse línguas africanas específicas. Amadeu Amaral destacou a sobrevivência da língua popular arcaica do século XV e do começo do século XVI nos falares regionais brasileiros. Antenor Nascentes, por sua vez, procurou delimitar melhor geograficamente a divisão dialetal do português no Brasil, com uma monografia sobre o linguajar carioca (versão 1: 1922; última versão: 1955).

2. Estudos de 1940 a 1966

Neste tempo, que Mattoso chamou de presente, analisou ele os mesmos tópicos do que chamou de estudos do passado.

2.1 Norma da língua literária

A partir de 1940, com a criação de Faculdades de Letras, mudou o paradigma de ensino de português que fora, até então, o do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. Paralelamente, mudou o pensamento da sociedade, assinalado a partir de então pela perda de repercussão do ideal classicista; legitimação da linguagem coloquial (expressa nas instruções de 1941 para o ensino na época chamado de secundário); mudança, ainda que insatisfatória, na ortografia, em busca de uniformização em Portugal e no Brasil.

2.2 Teoria gramatical

Na análise sintática, Carlos Henrique da Rocha Lima (1956) dirigiu seu estudo para a frase discursiva; Cândido Jucá Filho (1953) e Jesus Belo Galvão (1954) introduziram o “fator psicológico” como dado de interesse; Madre Olívia (1954), via cada constituinte da frase como manifestação de estados mentais, escapando à análise linguística propriamente dita. O ensino universitário valorizou a Gramática Histórica. Ismael de Lima Coutinho (1959) transformou obra anterior em *Gramática histórica* para nível superior. Serafim da Silva Neto (1952), em sua *História da língua portuguesa* enfatizou a história da língua dentro da história política e cultural, embora privilegiasse a língua arcaica, atento ao protoportuguês e romance lusitano. Com isto o ensino descritivo deixou de se desenvolver, salvando-se, neste sentido, a obra de Said Ali, embora ainda representasse ainda uma gramática tradicional na doutrina e no método de apresentação. O próprio Mattoso (1956 e 1969) buscou nova orientação em seu *Dicionário de fatos gramaticais* e *Dicionário de filologia e gramática*, Elaborou-se a *Nomenclatura Gramatical Brasileira* no Ministério da Educação e Cultura (1958), embora sem doutrina gramatical coerente, que fez dela mais um empecilho que instrumento eficaz da gramática descritiva.

2.3. A pesquisa filológica

Fez-se promissora a esse tempo com os seguintes autores: Serafim da Silva Neto fez edição crítica de livro de Garcia de Rezende; no fim da vida (1961) esteve envolvido com edição crítica de *A Bíblia Medieval portuguesa*; antes (1956), doutrinou com um Guia sobre *Textos medievais portugueses e seus problemas*.

Padre Augusto Magne (1955) fez edição crítica da *Demanda do Santo Graal*, em manuscrito encontrado na Biblioteca Real de Viena.

Celso Cunha (1949, 1956), trabalhou edições críticas de cantigas de trovadores medievais.

Sousa da Silveira (1940) fez notável edição crítica de obras de Casimiro de Abreu.

Gladstone Chaves de Melo (1948) trabalhou em edição crítica de *Iracema*, com estudo sobre a posição de Alencar ante a questão da língua literária nacional.

O Instituto Nacional do Livro, do MEC, patrocinou diversas edições críticas e apoiou uma comissão que publicou a obra de Machado de Assis, com normas traçadas por Antônio Houaiss (1959). O clima reinante propiciou o trabalho de editoras particulares com vários autores, em obras nem sempre merecedoras de confiança plena, pecando a respeito da fidelidade às intenções do autor quanto à grafia, estilística e prosódia.

2.4 Os estudos fonéticos

A fonética experimental interessou a Antenor Nascentes, que alertou para a necessidade de laboratórios fonéticos no Brasil. Um único se implantou na Universidade da Bahia (desde 1950), sob a direção de Nelson Rossi. Juntamente com Lacerda, seu mestre em Coimbra, estudou aspetos da pronúncia no Rio de Janeiro (1958), numa realização isolada. Os estudos fonéticos passaram a ter caráter impressionista. Contudo, na Universidade de Brasília, realizou-se estudo metódico, sob orientação de Arion Dall'igna Rodrigues, com colaboração do Instituto Linguístico de verão, de Kenneth Pike, que trabalhava no Brasil, desde 1950, na pesquisa de línguas indígenas brasileiras. Também Mattoso empreendeu estudo de fonemas vocálicos em sua tese de doutorado (1948), depois publicada separadamente, no *Boletim de filologia*, e, finalmente, em livro (1953). Antônio Houaiss elaborou monografia sobre o vocalismo do português no Rio de Janeiro (1958). Realizaram-se dois Congressos centrados em fonética, sob orientação naturalística: um na Bahia (1958) sobre a dicção no teatro e outro, no Rio Grande do Sul, sobre dialetologia.

2.5. Os estudos dialetológicos

Começou-se a aplicar a metodologia da geografia linguística em pesquisas regionais do português do Brasil. Nelas insistiram Antenor Nascentes e Serafim da Silva Neto. O primeiro foi encarregado pelo Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa de estudos para um Atlas Linguístico do Brasil. Com um tratamento geográfico combinado a descrição etnográfica, publicou-se o primeiro trabalho de geografia linguística no Brasil: o *Atlas prévio os falares baianos*, organizado na Universidade da Bahia, por Nelson Rossi (1963-5). Tentou-se resumir características dialetais brasileiras. Assim foi um trabalho de Sílvia Elia (1963), ligado às ideias de Serafim da Silva Neto e um resumo de Gladstone Chaves de Melo (1943) em seu livro *A língua do Brasil*. Melo dá como causas da diferenciação do português do Brasil as influências africanas e tupi bem como a persistência de formas arcaicas. Insiste em que a diversidade no português do Brasil é superficial e secundária, tratando-se de “estilo”, mas não de uma língua diferente. Serafim da Silva Neto (1950) caracterizou também o português do Brasil, sua história interna e externa. Viu na primeira fase de nossa língua um português crioulo, do que discordava prontamente Mattoso. Mattoso encerrou este panorama dos estudos de português no Brasil feito em comunicação no VI Colóquio Luso-Brasileiro, em 1966, em Cambridge. Citamos pequena parte de suas conclusões:

De um ponto de vista geral, trata-se de duas nações de uma língua única, entendida a unidade linguística como coincidência de oposições linguísticas fundamentais. [...] há, tanto no Brasil, como em Portugal uma rede de falares regionais, mas numa divisão Brasil-Portugal com dois dialetos suprarregionais, que se pode considerar como o dialeto brasileiro e o lusitano [...]

3 Estudos contemporâneos

Os estudos sobre o português do Brasil, a partir de 1970, se desenvolveram em extensão e profundidade de tal modo que nos alongaríamos demais nesta síntese. De outro modo falharíamos numa tentativa de visão suficientemente abrangente sobre o que se tem feito. Tal síntese será objeto de um outro trabalho. Por ora, fazemos muito breves referências. Alegria nos constatar que, neste Colóquio, temos presentes autoridades inconteste na caracterização de nossa língua no Brasil. No que toca à filologia e gramática, está Evanildo Bechara, mestre de todos nós, que nos brindou com sua presença também no Colóquio de 2007 e no Encontro de maio deste ano, nos Açores. A síntese de sua obra ocuparia um estudo considerável e seria, de certa forma, redundante, uma vez que sua obra está nas mãos de todos aqueles que se ocupam da língua portuguesa. Nossa pátria se orgulha de ter Bechara, homem da Academia, pesquisador sempre e professor a toda hora, de contribuição permanente a universidades nacionais e estrangeiras, nunca se esquecendo da educação básica. Seu empenho em incentivar o estudo da língua portuguesa aparece bem nesta sua fala registrada no texto “Evanildo Bechara em primeira pessoa”: Na Academia Brasileira de Letras, uma preocupação permanente minha tem sido incutir o estudo da língua. Desde a fundação da Academia, o amor à língua é cultivado, mas não estudo da língua, apesar de terem passado por ela grandes filólogos, como Celso Cunha e Antônio Houaiss, e grandes conhecedores da língua, como Aurélio Buarque de Holanda (2008, p.27). No que se refere à geografia linguística, temos aqui Irenilde Pereira dos Santos, que tem orientado dissertações e teses sobre o assunto. Tivemos oportunidade de participar de algumas bancas de mestrado e doutorado de alguns de seus orientados e também de alguns orientandos de Maria Vicentina de Paula Amaral Dick; o trabalho que se tem desenvolvido é apaixonante. No XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística, realizado em Uberlândia, MG, em 2006, Irenilde apresentou um texto que noticia, com detalhes, estudos realizados na Universidade, a partir de 1999. Por este texto ficamos sabendo da existência de *Esboço do Atlas Linguístico de Minas Gerais, Atlas Linguístico de Sergipe, Atlas Linguístico da Paraíba, Atlas Linguístico do Paraná, Atlas Linguístico da Ilha de Santa Catarina, Atlas Linguístico da Ilha do Marajó*. Do Estado de São Paulo, relata estudos sobre a fala da capital, da região do Grande ABC, de Sorocaba, da Baixada Santista, agora chamada de Costa da Mata Atlântica, com os municípios de Bertioga, Iguape, Cubatão, Itanhaém, Monguaguá, Peruíbe, Praia Grande, Guarujá e São Vicente. Estudos sobre a cidade de Santos ficam a cargo da própria Irenilde, pois é sua cidade natal. Há ainda estudos sobre a Ilha Bela, no litoral norte; estudos que já se expandem para São Sebastião e Caraguatatuba.

Voltando à gramática, registramos estudos de Maria Helena de Moura Neves que desenvolve trabalho exemplar na gramática de usos do português do Brasil, baseada em vasto banco de dados recolhido na UNESP, campus de Araraquara. Sua gramática, inspirada na mais pura vertente grega, analisa o português falado e escrito, aqui e agora, nas plagas brasileiras. Restringimo-nos muito, ao citar apenas três obras bem recentes de sua vasta produção: *Gramática de usos do português* (2000), *A gramática: história, teoria e análise, ensino* (2002), *Texto e gramática* (2006). De nossa parte, temos seguido mais de perto estudos sobre o léxico, dos quais temos dado alguma notícia nos dois últimos Colóquios de Bragança e nos três últimos Encontros dos Açores. Para tal, temo-nos abastecido de informações colhidas em estudos realizados por Yeda Pessoa de Castro (2001), *Falares africanos na Bahia*, José Horta e Margarida Petter (2002,org.), *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*, Luiz Antônio da Silva (2005, org.), *A língua que falamos – português: história, variação e discurso*; isto restringindo-nos bastante no rol de obras de constante consulta para nós, que nos valem também de estudos de Yeda Maria Alves, Dino Preti, Nelly Carvalho e Maria Aparecida Barbosa.

4. Referências Bibliográficas

CAMACHO, R. G. (1988) *A variação linguística*. In: SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de estudos e Normas Pedagógicas. Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus; coletânea de textos. São Paulo: SE/CENP.V.1. p. 29-42.

MATTOSO CÂMARA Jr., J. (1975) *Dispersos*. Sel. e intr. por Carlos Eduardo Falcão Uchôa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

SANTOS, I.P.S. (1989) “A variação linguística”. Curso de extensão universitária: Linguística e ensino: teoria e prática. [Coordenação: Edgard José Casaes]. São Paulo: FFLCH-USP. P.53-63.

5. BIBLIOGRAFIA — SOCIOLINGÜÍSTICA E DIALETOLOGIA

AMORIN, L. C. de (1997) *Dialetologia e lexicologia*. In: PEREIRA, M. T. G. [org.] Língua e linguagem em questão. Rio de Janeiro: EdUERJ. pp. 309-18.

Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo (1992). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

BECHARA, E. (1997) *Os diversos saberes*. In: PEREIRA, M.T. G. [org.] Língua e linguagem em questão. Rio de Janeiro: EdUERJ. pp. 12-6.

BASTOS, Neusa Barbosa et al (2008) *Homenagem: Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna).

BRANDÃO, S. F. A. (1991) *A geografia linguística no Brasil*. São Paulo: Ática.

CALLOU, D. (1995) *Variação e norma*. In: Anais do II Simpósio Nacional do GT de Sociolinguística da ANPOLL. Rio de Janeiro: UFRJ / CNPQ. P.79-83.

CAMACHO, R. G. (1990) *Norma, diversidade linguística e ensino*. In: ZAMBONIM, D. J. et GREGOLIM, M.R.F.V. [orgs.] Perspetivas em sociolinguística Publicação do Curso de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa. Ano IV, n.º 2. Araraquara: UNESP. pp. 18-30.

CASTILHO, A. T. de (1988) *Variação linguística, norma culta e ensino da língua materna*. In: SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de estudos e Normas Pedagógicas. Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus; coletânea de textos. São Paulo: SE/CENP.V.1. p. 53-60.

CASTRO, I. (1991) *A Língua Portuguesa no tempo e no espaço*. In: Falar Melhor, Escrever Melhor. Seleções do Reader's Digest. 1º ed. pp. 53-89

CASTRO, Y. P. (2001). *Falares africanos da Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/ Topbooks. (FAB).

COUTO, H.H. do (1988) *O que é português brasileiro*. São Paulo: Brasiliense.

CUNHA, C. (1977) *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

_____. (1981) *Língua, nação, alienação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

_____. (1986) *Conservação e inovação no Português do Brasil*. O eixo e a roda 5:199-230.

ELIA, S. (1940) *O problema da língua brasileira*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti.

_____. *A unidade linguística do Brasil: condicionamentos geoeconômicos*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Padrão.

MATOS, L. (1991) *L'expansion Portugaise dans la Literature Latine*. Lisboa, FCG.

MELO, G.C. (1971) *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - Instituto de Documentação.

- MONTEIRO, C. (1959) *Português da Europa e Português da América*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- NEVES, M. H.M. (2000) *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP.
- NEVES, M. H.M. (2002) *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: UNES
- NEVES, M. H.M. (2006) *Gramática de usos do português*. UNESP São Paulo: UNESP.
- NUNES, J.H./PETTER M. (org.) (2002) - *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: FFLCH/USP: Pontes.
- PEREIRA, M. T. G. (1996) *A linguagem como forma e força expressiva do pensamento*. Revista Tempo Brasileiro: Leitura e Interpretação. Rio de Janeiro: p.115-25.
- PINTO, E. P. (sel. e apr.) (1981) *O português do Brasil. Textos críticos e teóricos. De 1820 a 1920. Vol.1*. São Paulo: EDUSP.
- _____ (1981) *O português do Brasil. Textos críticos e teóricos. De 1920 a 1945 – Fontes para a teoria e a história. V. 2*. São Paulo: EDUSP
- _____ (1990) *O português popular escrito*. São Paulo: Contexto.
- ROBIN, R. (1977) *A Sociolinguística In História e Linguística*. Trad. De Adélia Bolle. São Paulo: Cultrix.
- SANTOS, I.P.S. (1989) “A variação linguística”. Curso de extensão universitária: Linguística e ensino: teoria e prática. [Coordenação: Edgard José Casaes]. São Paulo: FFLCH-USP. p. 53-63.
- _____ (2006) Trabalho apresentado no Simpósio Internacional de Letras e Linguística. Uberlândia, 2006 (mimeo).
- SILVA, Luiz A. da (org.) (2005) *A língua que falamos – português: história, variação e discurso*. São Paulo: Globo.
- SILVA NETO, S. (1977) *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Presença.

26. JOÃO MALACA CASTELEIRO - PATRONO DOS COLÓQUIOS

Membro da Academia das Ciências de Lisboa desde 1979; Conselheiro Científico do Instituto Nacional de Investigação Científica, ao longo de quase 20 anos; Presidência do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Presidência do Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa desde 1991. Para além da sua intensa e produtiva atividade docente, o Prof. Malaca Casteleiro tem dedicado igualmente a sua carreira ao estudo da sua língua, que é também a minha: a língua portuguesa. É sobejamente conhecida de toda a comunidade académica a sua extensa obra de investigação que inclui inúmeros livros e artigos científicos.

O Professor Malaca Casteleiro é ou foi responsável por projetos de Investigação de grande importância, de entre os quais se salientam:

Português Fundamental

Estruturas Lexo-Gramaticais do Português Contemporâneo

Dicionário eletrónico do Português Contemporâneo.

Ainda no âmbito dos projetos de maior impacto e das publicações que lhes estão associadas recordo a obra que, ansiosamente aguardada, foi publicada em 2000: o “Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea”, conhecido como o “Dicionário da Academia”, e ainda o “Dicionário Escolar da Língua Portuguesa”. Colaborou na qualidade de Professor Visitante/Professor Convitado: Universidade de Macau desde 1987, desde os tempos da sua predecessora a Universidade da Ásia Oriental, e onde teve também ocasião de dirigir várias Teses de Mestrado e dirige agora uma Tese de Doutoramento. Na Universidade de Lisboa orientou também várias dezenas de teses de pós-graduação tanto ao nível de Mestrado como de Doutoramento. O reconhecimento dos seus méritos e do seu trabalho traduz-se em especial no respeito que académicos de todo o mundo têm demonstrado pela sua obra, pelos inúmeros convites para que participe em Conferências e Seminários Internacionais e creio que lhe terá sido particularmente grato receber, do governo Francês, o Grau de Cavaleiro da Ordem das Palmas Académicas, em julho de 1998. Contudo, quando em 26 de abril de 2001 foi agraciado pelo Senhor Presidente da República Portuguesa com o Grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique essa condecoração terá sido motivo do maior orgulho e alegria. Linguista. Professor universitário. Investigador. Licenciado em Filologia Românica pela Faculdade de Letras de Lisboa. Em 1979 doutorou-se, nessa Faculdade, em Linguística Portuguesa. Prestou provas de agregação no ano de 1981. Iniciou a atividade profissional lecionando no ensino secundário (1965-69), ao que se seguiu a docência universitária na já referida Faculdade. Nestas funções, foi progredindo na carreira até assumir funções de catedrático de Linguística, em 1981. Tem lecionado e coordenado a cadeira de Sintaxe e Semântica do Português, no âmbito da licenciatura, e vários seminários nas áreas da Sintaxe, Léxico e Didática, no âmbito do mestrado. Foi diretor de investigação do Centro de Linguística conselheiro científico do Instituto Nacional de Investigação Científica; presidiu ao Conselho Científico da Faculdade entre 1984 e 1987. Tem coordenado e colaborado em diversos projetos de investigação e de edição, em Portugal e no estrangeiro, em articulação com organismos como o Conselho da Europa, os Serviços de Educação do Governo de Macau e o Ministério da Educação, entre outros. É membro da Academia das Ciências de Lisboa desde 1979. Tem participado em vários congressos e conferências, dentro e fora do país, apresentando e publicando textos científicos. É patrono dos Colóquios da Lusofonia desde 2007 tendo estado no 6º Colóquio Anual da Lusofonia em Bragança e no 3º Encontro Açoriano da Lusofonia na Lagoa, S. Miguel.

27. MÁRCIA REGINA TEIXEIRA DA ENCARNAÇÃO,

MÁRCIA REGINA TEIXEIRA DA ENCARNAÇÃO, da Universidade de São Paulo - Brasil é Professora universitária, bacharel em Letras, com mestrado em Linguística e doutoranda em Semiótica e Linguística Geral na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil.

Membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Membro do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (GEL) e Pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Dialetoлогия e Geolinguística (GPDG-USP), que tem como objetivo, desenvolver atividades que possibilitem a reflexão e a discussão sobre tópicos de Dialetoлогия e Geolinguística. O GPDG é cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência do Ministério da Ciência e Tecnologia, destinada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica e à formação de recursos humanos para a pesquisa no país.

Autora de diversos artigos completos publicados em periódicos científicos, em anais de congressos nacionais e internacionais e em revista eletrônica de divulgação científica em língua portuguesa, linguística e literatura.

ESTUDOS DE FATOS LINGUÍSTICOS EM REGIÕES LITORÂNEAS BRASILEIRAS MÁRCIA REGINA TEIXEIRA DA ENCARNAÇÃO, Universidade de São Paulo [BRASIL]

Les langues sont comme la mer, elles oscillent sans cesse”.

Victor Hugo

Esse trabalho traz como principal objetivo mostrar que a língua é uma manifestação social por excelência e que é nela que vamos encontrar os veios de seu caminho percorrido, traduzidos na relação língua-espacos físicos, língua-espacos sociais e língua-traços histórico-culturais da sociedade. Não se fala uma mesma língua do mesmo modo em todos os lugares e, essa é uma realidade que perpassa a história dos povos. Essa pesquisa baseia-se em estudos dialetais feitos em quatro regiões litorâneas brasileiras, onde a linguagem possui um léxico comum, herdado das línguas indígenas, principalmente do tupi, e do português arcaico trazido pelos colonizadores no século XVI. As variantes linguísticas foram recolhidas pelo método da geolinguística e formam um verdadeiro mosaico linguístico. A começar pelo registro toponímico, vimos que é no léxico das comunidades linguísticas que ficam documentados os múltiplos encontros entre povos e culturas. São Sebastião, uma das cidades estudadas, chamava-se Boiçucanga. **O topônimo é de origem indígena e, segundo Nascentes (1952, p. 47) mboi, significa cobra + w'asu, grande + a'kang, cabeça.** O nome São Sebastião foi dado posteriormente pelos portugueses, coerentes com o ideal de colonizar e ao mesmo tempo difundir a fé católica. As localidades revelam comportamentos linguísticos conservadores, o que nos ajuda a encontrar caminhos para o estudo do português do Brasil, tanto na sua dimensão histórica, quanto no seu momento atual. Na ótica dos estudos dialetais, a maneira de se reconhecer os fatos linguísticos tem sido a de reconhecimento das individualidades e de respeito por elas. Pop (1950), reflete o pensamento de Grimm que, em 1812, já enfatizava a importância dos diferentes usos e a necessidade de

reconhecer-se o que de particular, específico e único existe em cada dialeto, e, por essa razão, o dever de proteger cada um deles de qualquer tipo de violência, “pois, certamente, cada dialeto tem suas superioridades escondidas que se sobrepõem aos dialetos de maior expressão e socialmente mais reconhecidos”.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As pesquisas linguísticas contemporâneas demonstram que a variação é um fato que se explica a partir da natureza da comunicação humana e se concretiza a partir da natureza variável das circunstâncias que cercam o fato linguístico. Os caminhos percorridos pelas línguas e que ocasionam as suas variações estão intrinsecamente relacionados, submetidos ao tempo e também a uma rede de circunstâncias internas e externas que as determinam e as tornam únicas. Alguns desses caminhos podem ser traduzidos, de forma reduzida, nas seguintes relações:

A relação língua - espaços físicos que se dá pelas unidades/diversidades linguísticas entre comunidades fisicamente próximas/distantes umas das outras. São as chamadas variedades geográficas. É claro que esses condicionadores geográficos não deixam de estar ligados a fatores sociais, culturais e históricos.

A relação língua - espaços sociais se dá, segundo Lemle (1978, p. 61) “pela divergência linguística entre diferentes subgrupos de uma comunidade local, sendo fatores potencialmente distintivos: a estratificação social, a faixa etária, o sexo, a ocupação profissional, o desejo ou interesse que têm em manter características linguísticas que os demarquem”. Os aspectos linguísticos da variedade social estão diretamente relacionados aos aspectos histórico e cultural.

Para falar da relação entre língua - traços histórico-culturais, citamos Antunes (2007, p. 96), que nos diz que “a língua é um grande ponto de encontro; de cada um de nós, com nossos antepassados, com aqueles que, de qualquer forma, fizeram e fazem a nossa história. Nossa língua está, pois, na trajetória de nossa memória coletiva. (...) Tudo isso porque linguagem, língua e cultura são realidades indissociáveis”. Na região pesquisada, essa relação ocorre desde a fase colonial, em que portugueses, índios e negros – três etnias de padrões culturais e linguísticos tão diversos – começaram a fazer a história desse país. Esse múltiplo encontro entre povos e culturas deixou profundas marcas no português do Brasil. Fazendo uma associação simplificada entre essas relações, podemos dizer que as mudanças linguísticas decorrem das mudanças históricas e culturais sofridas pelos grupos sociais nas localidades em que essas línguas são faladas.

2. A REGIÃO LITORÂNEA

A região escolhida para a pesquisa constitui-se em um território geograficamente delimitado, o que acabou gerando o desenvolvimento de aspectos linguísticos, geográficos, históricos e sociais que a individualizam e a distinguem de outras regiões. Por muito tempo, após o descobrimento, o litoral foi quase a única área de povoamento e, apesar da grande extensão, há elementos culturais e sociais comuns em toda a costa do Brasil, herdados de influências semelhantes na sedimentação das bases socioculturais de seus habitantes. O local retrata hoje o resultado de um longo processo de ocupação humana e de transformação de espaços. Segundo vários estudos, o litoral se insere num contexto de ocupação que vai desde os povos dos sambaquis (pre-histórico), passando por fazendas, olarias e estaleiros (século XVI ao XIX), até a formação das comunidades recentes (século XX e XXI). É formado pela mescla etnocultural de indígenas, colonizadores portugueses e, em menor grau, escravos africanos. Sua forma de vida baseia-se na agricultura itinerante, na pequena pesca, no extrativismo vegetal e no artesanato. Uma parcela da população litorânea habita áreas de grande biodiversidade que acabaram se tornando alvo de políticas governamentais de preservação, cujo objetivo é proteger o meio ambiente e livrá-lo de qualquer interferência, mesmo de moradores que estão ali há várias gerações.

Segundo Encarnação (2005), embora fundamental para a conservação dos remanescentes florestais do Estado, a forma de criação e implantação das unidades de conservação privilegiou aspectos físicos e biológicos, relacionados à fauna e flora, sem levar em conta a existência e mesmo ainda a opinião da sociedade local, inclusive daqueles diretamente afetados pelos decretos oficiais que alteraram seus modos de vida. Muitos habitantes foram expulsos de suas casas e àqueles que ficaram, foi proibida a prática da agricultura e a retirada de recursos da mata. Diante dessa situação muitos moradores se viram obrigados a mudar do local. Um contingente cada vez maior passou a migrar para áreas suburbanas, nas quais o modo de vida tradicional está ameaçado, uma vez que seus descendentes vêm abandonando suas características e começando a incorporar hábitos, atitudes e falares dos grandes centros. Essas profundas interferências na vida dos habitantes provocam também mudanças irreversíveis na língua.

3. A PESQUISA GEOLINGUÍSTICA

Para este trabalho, propusemo-nos a registrar alguns fatos linguísticos conservadores que ainda persistem na fala dos sujeitos dessa região, antes de desaparecerem, pois é certo que em curto espaço de tempo isso ocorrerá. Para a recolha dos dados, utilizamos o método de pesquisa geolinguística, que visa à descrição da realidade dialetal, servindo para coletar, com bases geográficas, importante material de pesquisa para a interpretação histórica de fatos da língua. Consiste na aplicação de um questionário a um conjunto de sujeitos com determinadas características, numa rede de pontos predefinidas, para que, posteriormente, os resultados sejam apresentados em cartogramas. A reunião dos cartogramas corresponde ao atlas linguístico, que é o registro da distribuição e da frequência de um certo fenômeno linguístico em um determinado espaço geográfico estudado. É imensurável a importância desse método, pois, com ele, torna-se possível a busca pelas peculiaridades do local, manifestadas nas escolhas lexicais dos sujeitos entrevistados. Seus falares podem determinar o grau de inovação ou de conservação linguística. Essa pesquisa foi realizada *in loco* em quatro pontos: São Sebastião, Ilhabela, Ilha de Búzios e Ilha de Vitória e escolhemos sujeitos de ambos os gêneros com mais de 60 anos de idade, pois, segundo Espinosa, *apud* Silva Neto (1977, p. 160), “*como se trata de la recolección de restos de un fenómeno en vísperas de desaparición, mis sujetos pertenecen casi exclusivamente a la generación más vieja (...)*”. Foi utilizada a subárea intitulada *Fenômenos Atmosféricos*, do Questionário semântico Lexical (QSL) do Projeto ALiB – Atlas Linguístico do Brasil, que traz, entre outras, a seguinte pergunta:

(Como se chama)? “... um clarão que surge no céu em dias de chuva?”

O Comitê Nacional do Projeto ALiB aponta *relâmpago* como provável resposta a essa questão, entretanto, a lexia *relampo* aparece com a maior frequência, seguida por *fuzil*.

4. ANÁLISE QUANTITATIVA

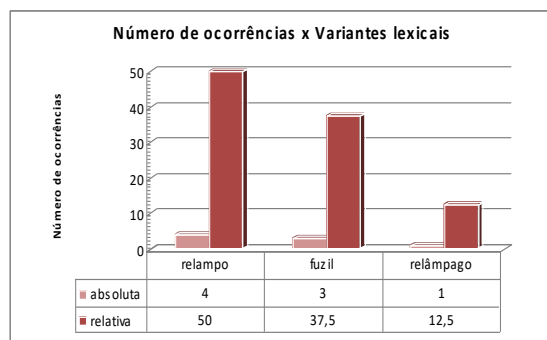
Para a apuração estatística, orientamo-nos pelos postulados da Linguística Quantitativa de Muller (1968), que afirma que qualquer manifestação de linguagem, um discurso qualquer, escrito ou falado, breve ou longo, literário ou não, não está livre do domínio numérico. Ao nos referirmos ao número exato das ocorrências no *corpus*, temos a “frequência absoluta” e quando esse número exato de ocorrências faz referência ao número total do *corpus*, temos a “frequência relativa”. Nessa pesquisa, buscamos verificar a frequência absoluta e a relativa das lexias dadas como respostas pelos sujeitos inquiridos, conforme especificações no quadro 1:

Quadro 1:

CAMPO SEMÂNTICO 2 - Fenômenos Atmosféricos		
1 (Como se chama)? “... um clarão que surge no céu em dias de chuva?”		
Respostas/ocorrências	Frequências	
	Absoluta	Relativa (%)
Relampo	4	50,00%
fuzil	3	37,50%
RELÂMPAGO	1	12,50%
Total	8	100,00%

Temos então, para um total de 8, ou seja, de 100% das respostas obtidas: 4 ou 50,00% para relampo; 3 ou 37,50% para ou 12,50% para relâmpago, registrado no histograma abaixo:

Histograma 1:



5. UMA ABORDAGEM DE Aspeto semântico Lexical

O termo *lexia*, empregado neste trabalho, deve-se ao linguista francês, Pottier (1978) e designa qualquer unidade lexicativa. Procuramos dados esclarecedores para justificar a alta frequência da lexia “relampo” nas respostas dadas na questão: Como se chama “... um clarão que surge no céu em dias de chuva?” e vimos que essa é a forma que se popularizou no Brasil no século XVI e que nos pontos aqui estudados ainda é a mais usada. Embora, Camões em *Os Lusíadas* (1572) escreva *relâmpados*, conforme as citações descritas abaixo, os seus contemporâneos Dom Frei Amador Arraes, em sua obra

Canto V, verso 16:

"Contar-te longamente as perigosas
Coisas do mar, que os homens não entendem:
Súbitas trovoadas temerosas,
Relâmpados que o ar em fogo acendem (...)

Canto VI, 78: “Relâmpados do mundo, fulminantes” e *Canto VI, 84:* “ Relâmpados medonhos não cessavam”,

Diálogos (1589,), Fernão Álvares do Oriente, em *Lusitânia Transformada* (1607) e João Franco Barreto, em *Eneida Portuguesa* (1664), escrevem “relampos”. Segundo Cascudo (2004), essa é a forma antiga, a que o Brasil recebeu no século XVI e ainda utiliza, uma vez que a lexia *relampo* - fiel aos étimos, *relampo*, de *re* + radical latino de *lampare*, 'fulgir', 'brilhar' - é a mais comum no Portugal aldeão, nas regiões cujos filhos povoaram o Brasil. O povo não diz *relampadejar* ou *relampaguear*, e sim, *relampear* e *relampejar*. Ao registrarmos a lexia *fuzil*, de uso bastante frequente nos pontos abordados, percebemos que é uma lexia que nos remete a uma série de significados, quando não está manifestada no discurso-ocorrência do sujeito de nossa pesquisa. Decidimos então, buscar a relação que existe entre a lexia *fuzil* e outras de significação afim - que apareçam em dicionários específicos, em dicionários gerais e, a título de ilustração, em citações de cunho literário. Essa análise semântico lexical consiste em buscar o sema de relação de sentido entre vocábulos de significação muito próxima que permite muitas vezes que um seja escolhido pelo outro em alguns contextos, sem alterar o sentido literal da sentença como um todo. Começamos, então, a examinar o verbete *fuzil* em alguns dicionários para registrar a relação de sentido que há entre as lexias dadas como respostas pelos sujeitos: Houaiss (2001) traz que etimologicamente *fuzil* é proveniente do latim vulgar *focile*, derivado do latim *focus*, *i* 'fogo', provavelmente abreviatura de *focilis petra* - 'pedra de fogo'. Por analogia, mesmo que relâmpago ('clarão repentino'). O mesmo se dá em Ferreira (1999), em que encontramos: *Fuzil* - substantivo masculino, proveniente do francês *fusil*. Relâmpago. Tomemos então o sentido de analogia como relação ou semelhança entre coisas ou fatos: Se *fuzil* e *relâmpago* possuem uma relação análoga de significados, podemos também buscar a lexia “relâmpago” nos dicionários e comprovamos essa afirmação. No Dicionário de Termos Geográficos (1978, p. 391) temos a seguinte definição para relâmpago: “iluminação difusa, semelhante a um manto de luz, produzida por uma descarga elétrica em uma nuvem ou entre duas nuvens”. Examinamos também em Caldas Aulete (1958, p. 4336) que traz a seguinte definição: “s.m. luz rápida e brilhantíssima proveniente da descarga elétrica entre duas nuvens ou entre uma nuvem e o solo; clarão que precede ou acompanha o trovão”. Vimos, então, que se trata de uma relação de parassinonímia definida em função da implicação recíproca, ou seja, em função da equivalência.

Nas citações:

"Por momentos um cúmulus compacto, de bordas acobreado-escuras, negreja no horizonte. Deste ponto sopra, logo depois, uma viração, cuja velocidade cresce rápida, em ventanias fortes. (...) Fulguram relâmpagos; estrugem trovoadas nos céus já de todo bruscos e um aguaceiro torrencial desce logo sobre aquelas vastas planícies". (*Euclides da Cunha, 1929*)

"Os aguaceiros continuavam furiosos. O vento, os fuzis, os trovões não tinham a menor intermitência" (*Virgílio Várzea, 1910*). ~

Podemos perceber que nos textos, as lexias “relâmpagos” e “fuzil” estão empregadas com o mesmo valor semântico e que ambas remetem ao mesmo significado, da mesma forma como já encontramos com a aplicação da pergunta do campo semântico 2 - fenômenos atmosféricos.

No texto de Euclides da Cunha aparece “Fulguram relâmpagos; estrugem trovoadas”, em que ‘fulgurar’ quer dizer emitir ou refletir luz, brilho intenso; luzir, brilhar, resplandecer, e esse precede a lexia ‘trovoadas’; ou seja, primeiro o clarão, depois o estrondo.

No texto de Várzea aparece “o vento, os fuzis, os trovões”, aparece uma gradação que mostra as sequências idênticas à anterior, primeiro os *fuzis*, refletindo luz, e depois os trovões, trazendo o estrondo.

O autor Virgílio Várzea (1862-1941) e os sujeitos da pesquisa coincidentemente estabelecem uma relação de proximidade entre o uso da lexia *fuzil* e a proximidade com o mar.

Ao estudarmos a temática de sua obra, vimos que está relacionada predominantemente ao mar, com o qual teve afinidade desde a infância. O escritor foi o primeiro na América Latina a se ocupar atentamente do mar, personagem central de toda sua obra. A vida no mar, as aventuras marítimas, a perícia ao navegar, a atividade pesqueira e os perigos do mar traiçoeiro são temas fundamentais de suas narrativas. Em função de sua experiência como marinheiro, tornou-se capaz de falar sobre o mar com muita autoridade e riqueza de detalhes. E, a dependência quase determinista de muitas personagens a seu meio ambiente revela a afinidade do autor com o modo de vida caíçara. Essa proximidade da temática do autor com o modo de vida dos sujeitos da nossa pesquisa faz com que ocorra homogeneidade na escolha da lexia *fuzil*. A equivalência a que nos referimos quando tratamos da parassinonímia estende-se à equivalência diatópica: as isoglossas, nesse caso, apontam semelhanças em espaços geográficos, e aqui temos isoglossas diatópicas.

Ou seja: Espaço geográfico □ Determinada lexia

↓
Proximidade com o mar □ Fuzil

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a representação do universo cultural dá-se pelo uso da língua e é com ela que os sujeitos interagem no tempo e no espaço, de acordo com o funcionamento histórico social no espaço físico em que vivem. É certo que a significação se constitui nos entrecruzamentos das ações humanas, produzindo diferentes efeitos de sentido e, ao mesmo tempo, inscreve os sujeitos/enunciadores no âmbito histórico-cultural da comunidade a que eles se integram. Articula, também, os traços significativos do léxico nas diferentes zonas de sentido, cujos recortes dependem dos dados da experiência de mundo.

Essas situações circunstancializadas do uso da língua integram-se nos processos de produção de sentidos, uma vez que, é no grupo social que a voz do sujeito se faz presente e é nos enunciados formativos do saber que o sujeito constrói seu discurso, interagindo, como participante, no universo do conhecimento. É no âmbito comunicativo, subjacente à enunciação, que se origina o processo de significação, uma vez que existe uma imbricação, ou

seja, um processo de sobreposição parcial, entre o conhecimento dos sujeitos e o contexto em que atuam. A eficácia da significação depende da contextualização dos fatos, das circunstâncias em que ocorrem e do engajamento histórico. E é assim que a língua revela o modo de ser do grupo que dela se utiliza, reconduzindo o universo social e político de sua história.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALIB -Atlas Linguística do Brasil – Questionário, 2001.
 ANTUNES, I. A língua e a identidade cultural de um povo. In: VALENTE, A. (org.) Língua Portuguesa e Identidade – marcas culturais. Caetés, Rio de Janeiro, 2007.
 AULETE, F. C. de. Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa em 5 volumes. 5. ed. Brasileira. Rio de Janeiro, Dele, 1958.
 COSERIU, E. Sincronia, diacronia e história. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979a.
 _____, E. Lições de Linguística geral. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1980.
 ENCARNÇÃO, M.R.T. Estudo geolinguística de aspetos semântico lexical nas comunidades tradicionais do município de Ilhabela. 200 p. Dissertação (Mestrado). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005.
 FERREIRA, A.B. de H. Dicionário Eletrônico Novo Aurélio século XXI. Versão 3.0-PC, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.
 FERREIRA CARDOSO, C. e S. A dialetologia no Brasil. São Paulo, Contexto, 1994.
 HOUAISS, A. et al. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.
 LEMLE, M. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. In: LOBATO, L. Linguística e Ensino do vernáculo. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1978.
 LYONS, J. Introdução à Linguística Teórica. Tradução de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel, São Paulo, Companhia Editora Nacional, Univ. de São Paulo, 1977.
 MONKHOUSE, F. J. Diccionario de términos geográficos. Barcelona, 1978.
 MULLER, C. Initiation a la statistique Linguistique. Larousse, Paris, 1968.
 NASCENTES, A. Dicionário de dúvidas e dificuldades do idioma nacional. 3. ed. Freitas Bastos, Rio de Janeiro, 1952.
 POP, S. La dialectologie. Aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques, v. 1 e 2. Louvain, Chez l'auteur, Gembloux, Duculot, 1950.
 POTTIER, B. Théorie et analyse en linguistique. Paris: Hachette, 1978.
 VILELA, M. Estruturas Lexicais do Português. Coimbra, Livraria Almedina, 1979
 _____, Estudos de Lexicologia do Português. Coimbra, Livraria Almedina, 1994.

28. MARY ELIZABETH CERUTTI-RIZZATTI

Possui graduação em Letras - Habilitação Português e Inglês pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (1986), mestrado em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2001) e doutorado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - Departamento de Língua e Literatura Vernácula - DLLV, em regime de dedicação exclusiva. Tem experiência na área de Linguística e Letras, com ênfase em Psicolinguística Aplicada, atuando principalmente com os seguintes temas: apropriação de linguagem escrita, proficiência em leitura e produção textual, alfabetização e letramento, metodologia de ensino da Língua Portuguesa. Tem interesse em pesquisas com aporte na sociocognição e interfaces com conexão e enação.

APROPRIAÇÃO DA ESCRITA E CULTURA: UMA DISCUSSÃO SOBRE O LETRAMENTO ESCOLAR. MARY ELIZABETH CERUTTI-RIZZATTI, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC/SC [Brasil]

Este estudo tematiza *ensino de língua portuguesa e preservação cultural*, focalizando o modo como práticas de letramento escolar contribuem para a legitimação ou para a segregação cultural de usuários do português do Brasil pertencentes a grupos sociais minoritários. A pesquisa buscou responder ao seguinte problema: O ensino de língua portuguesa, no modelo de letramento escolar, é sensível a valores e características do grupo sociocultural em que se insere a escola e contribui para a preservação e/ou enriquecimento desses mesmos valores e características? O estudo foi desenvolvido em uma comunidade de desprivilegiamento socioeconômico e estigmatização cultural, na periferia da cidade de Florianópolis/SC/BR, em 2008. Foram analisados currículos escolares, materiais e práticas pedagógicas do ensino da língua portuguesa na escola pública do bairro, instituição cujos professores foram entrevistados. Paralelamente, houve visitação recorrente à comunidade e entrevistas com moradores, objetivando analisar suas concepções acerca dos usos sociais da escrita e sua avaliação da forma como a escola prepara os alunos para tal uso social. As categorias de análise contemplaram *concepções sobre a língua escrita na escola e na comunidade, usos sociais da escrita prevalentes no ideário escolar e no dia a dia da comunidade e expectativas da comunidade escolar em relação a eventuais decorrências de um maior ou menor domínio da língua escrita tal qual é ensinada pela escola*. As bases teóricas do estudo foram Heath (1982), Street (1984) e Barton (1994). Conclusões sugerem incompatibilidade entre ideário escolar no que tange ao ensino de língua portuguesa e expectativas comunitárias acerca desse ensino, sinalizando para a incorporação de um discurso estereotípico, por parte da comunidade, que mascara suas reais concepções acerca do que efetivamente representa, para seu construto cultural, o ensino de língua portuguesa nos moldes do letramento escolar.

1 Introdução

Discutir relações entre *ensino de língua portuguesa e preservação cultural*, em um país como o Brasil, e optar por investigar como práticas de letramento escolar contribuem para a legitimação ou para a segregação cultural de usuários do português pertencentes a grupos sociais minoritários é um grande desafio. Empreender um estudo dessa natureza exige *ouvir as vozes da escola* tanto quanto *as vozes da comunidade* que a ela confia a educação em língua materna das crianças. Com o olhar voltado para tal questão, esta pesquisa buscou responder ao seguinte problema: O ensino de língua portuguesa, no modelo de letramento escolar, é sensível a valores e características do grupo sociocultural em que se insere a escola e contribui para a preservação e/ou enriquecimento desses mesmos valores e características? A relevância desse problema de pesquisa reside, em boa medida, na crença de que o papel da escola é *significar* no meio social de que faz parte, e isso, em se tratando da língua portuguesa escrita, implica conhecer os valores desse mesmo meio social, compreendê-los e contribuir tanto para sua salvaguarda quanto para o seu enriquecimento. Observar em que medida esse processo se instaura em uma comunidade de desprivilegiamento socioeconômico, no município de Florianópolis/SC/BR, é o que moveu o presente estudo. A pesquisa fundamentou-se teoricamente em postulados de Street (1984), Barton (1994) e Heath (1982) e contemplou resultados de exames de proficiência em leitura realizados no Brasil, a exemplo do PISA – Programa de Avaliação Internacional de Estudantes –, e de índices de analfabetismo funcional, a exemplo do INAF – Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional.

2 Letramento: eventos e práticas de uso social da escrita.

Os estudos sobre *letramento* ganharam lugar no Brasil a partir da segunda metade da década de 1980. Mais precisamente, no ano de 1986, Mary Kato, conhecida psicolinguística brasileira, usou, desde a apresentação de sua obra intitulada *No mundo da escrita*, o termo *letramento*, fazendo-o em várias ocorrências ao longo do texto, com sentidos ligados ao domínio da escrita sob o padrão escolarizado. Anos mais tarde, o termo foi incorporado em estudos de outros linguistas, assumindo uma conotação diferenciada, a exemplo do que fizeram Ângela Kleiman, Magda Soares e Leda Tfouni na década de 1990. Finalmente, no ano de 2001, o Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa incorporou o termo com a nova conotação que o conceito assumia: “conjunto de práticas que denotam a capacidade de uso de diferentes tipos de material escrito”.

Assumindo tal significação como base, este estudo concebe como *letrados* todos os cidadãos que, de algum modo, fazem uso social da escrita em suas vivências cotidianas, quer tais usos se afigurem em um nível maior ou em um nível menor de complexidade. Sob esse ponto de vista, cabe à escola conhecer as diferentes práticas de letramento que tipificam a comunidade em que se insere e, a partir delas, organizar os eventos de letramento que lhe compete empreender, na busca de um padrão de excelência no uso da língua materna escrita por parte das crianças. Agir desse modo requer da escola conhecimento acerca das práticas de letramento que têm lugar na comunidade e dos valores subjacentes a elas. Cabe, aqui, com base em Barton (1994), aludir aos conceitos de *práticas* e *eventos* de letramento de modo que essa discussão se torne mais explícita. De acordo com o autor, os *eventos de letramento* implicam atividades humanas em que a escrita está presente, enquanto as *práticas* são formas culturais de fazer uso da escrita nesses *eventos*. Os *eventos de letramento* incorporam-se a ações da vida diária que envolvem a escrita, a exemplo de atividades pedagógicas, rituais religiosos em que há leitura, distribuição de panfletos informativos, troca de *e-mails*, além de um sem-número de outras ações do cotidiano.

Quanto às *práticas de letramento* dizem respeito às diferentes formas como as culturas lidam com esses *eventos*. É notório que um ritual religioso, ou mesmo uma aula, *eventos de letramento* corriqueiros em muitas culturas, assumem enquadramentos diversos de um lugar geográfico cultural para outro. Entendemos que agrupamentos culturais distintos lidam distintamente com os usos sociais da escrita, o que permite inferir que tais usos, ao se estabelecerem em um entorno cultural, tendem a contribuir para a caracterização de tal entorno em sua configuração antropológica. Essa discussão remete a Street (1984) e sua proposição de *modelo ideológico de letramento*,

conceito que possivelmente fosse mais bem caracterizado se denominado *modelo axiológico* de letramento, uma vez que envolve valoração cultural da escrita, o que decorre da funcionalidade e da importância que a língua escrita tem para diferentes comunidades. Parece certo que todas as culturas, mais grafocêntricas ou menos grafocêntricas, de um modo ou de outro, fazem uso social da escrita e que esse uso responde a necessidades específicas desses grupos sociais, traduzindo, em boa medida, seus valores, suas crenças, suas formas de ver o mundo e de lidar com ele. Segundo Street (1984), *letramento* deve ser definido a partir de práticas sociais concretas. Para o autor, modos de comunicação oral e escrita não devem ser dicotomizados de forma a suscitar estágios evolucionários do desenvolvimento humano; ao contrário, devem traduzir idiosincrasias culturais, dado que o uso da escrita apresenta variação espacial e temporal, atendendo a diferentes propósitos das relações interpessoais.

Muitas das generalizações que têm sido feitas sobre os impactos da escrita, no entendimento de Street (1984), não são sustentáveis como relações causais – o letramento sendo concebido como condição suficiente ou necessária para alguns estágios de desenvolvimento. Segundo ele, há outros fatores implicados nessa discussão: condições político-econômicas, estruturas sociais e ideologias locais. O foco, no entendimento de Street (1984), deve estar no letramento como uso e não como tecnologia – contraposição a argumentos tecnológicos deterministas e universais, já que os usos da escrita são particularmente admiráveis –, não se trata de observar meramente a adoção da escrita em si, mas o que ela faz e que papel assume nas relações sociais em cada cultura. (CERUTTI-RIZZATTI, EUZÉBIO; GOULART, 2008, p. 7; grifos dos autores)

Essas considerações teóricas eliciam uma discussão particularmente importante: Se as diferentes comunidades apresentam *práticas* distintas de letramento, é dado à escola manter um *padrão* abstrato e imanente, como indicador do *letramento escolarizado*? Aliás, *letramento escolar/escolarizado* é uma expressão que adotamos aqui e que vem ganhando espaço no Brasil nos últimos anos, a exemplo de escritos de Signorini (2006). Mas talvez caiba perguntar: É legítimo haver *um letramento escolarizado*? Em que pese a concepção dos teóricos que têm usado o termo, os quais advogam em favor de diversos tipos de letramento, vale insistir: É de fato legítimo sustentar o conceito de letramento *escolar* ou *escolarizado* se a escola é uma instituição que se insere em uma comunidade específica e por isso singular, o que lhe coloca em uma configuração necessariamente idiosincrática de letramento? Não caberia à escola construir seu modelo de letramento *a partir de e com base em* práticas de letramento da comunidade da qual faz parte?

Essa reflexão tem-nos ocupado nos últimos tempos, sobretudo em razão da inferência de que o fracasso escolar no ensino da língua materna escrita, em boa medida, tende a evocar a artificialidade do *modelo escolar de letramento* no âmbito da maioria das comunidades escolares brasileiras, caracterizadas, em grande parte, pelo desprivilegiamento socioeconômico. Assim, nas escolas públicas do Brasil, em que há largo contingente populacional marcado por tal desprivilegiamento, terá a escola o direito de manter *um modelo de letramento imanente, abstrato e único*, dado *a priori*? Novamente recorremos a Street (1984) e suas considerações sobre *modelo autônomo de letramento*, a contraface de sua proposta de *modelo ideológico* (para cuja denominação propomos a alternativa *axiológico*). O *modelo autônomo de letramento*, segundo o autor, dicotomiza *oralidade de escrita*, corporificando uma concepção de língua escrita marcada pela imanência, pela abstração, pela erudição. Em tese, esse seria o modelo historicamente adotado pela escola.

Escreve Kleiman (1995, p. 21):

A característica de “autonomia” refere-se ao fato de que a escrita seria, nesse modelo, um produto completo em si mesmo, que não estaria preso ao contexto de sua produção para ser interpretado; o processo de interpretação estaria determinado pelo funcionamento lógico interno ao texto escrito [...]

Sob essa perspectiva, à escola cabe o ensino da língua materna escrita com base em um padrão único, independentemente dos usos sociais que as diferentes comunidades emprestam a essa mesma língua escrita; ou seja, a despeito das *práticas de letramento* (BARTON, 1994) características de tais comunidades. Heath (1982) mostrou, de modo emblemático, como incompatibilidades entre práticas de letramento da família e da escola podem estar implicadas no fracasso escolar. Seu estudo, em três comunidades norte-americanas com práticas distintas de letramento, evidenciou como crianças oriundas de núcleos familiares de uma das comunidades cujas *práticas e eventos de letramento* eram similares aos da escola obtinham maior êxito no processo de escolarização do que aquelas crianças oriundas das outras duas comunidades nas quais essa compatibilidade não se verificava de igual modo. Parece legítima a inferência de que, ao manter um *modelo autônomo de letramento*, dado *a priori*, a escola privilegia determinados núcleos comunitários, exatamente aqueles que se constroem com base em uma dimensão axiológica muito semelhante à da escola. Este estudo pôde constatar a apropriação dessa inferência e reiterou, sob vários aspectos, os achados de Heath (1982), o que discutiremos a seguir.

3 Língua materna escrita: em busca da visão da escola e da visão da comunidade.

Nosso objetivo, neste estudo, foi identificar se o ensino de língua portuguesa, no modelo de letramento escolar, é sensível a valores e características do grupo sociocultural em que se insere a escola e contribui para a preservação e/ou enriquecimento desses mesmos valores e características. Para tanto, estabelecemos contato com uma instituição escolar, situada em um bairro de classe socioeconomicamente desprivilegiada, em Florianópolis, SC/BR, bem como com moradores do bairro os quais mantêm seus filhos na escola. Trata-se de uma escola pública de Educação Básica, na qual se desenvolvem atividades com alunos de Educação Infantil até o atual quinto ano, ou seja, o que, no Brasil, chamamos de Educação Infantil e Séries Iniciais da Educação Básica. A instituição funciona em um bairro de praia, povoado por migrantes de municípios interioranos da região Sul do Brasil, que têm afluído a Florianópolis em busca de melhores condições de vida.

Os pais das crianças, em sua maioria, ocupam-se com ofícios de menor remuneração, havendo grande número de pedreiros, auxiliares da construção civil, pintores e similares. Há, no bairro, pequenos supermercados, oficinas mecânicas de menor porte, muitos bares, mercearias e afins, estabelecimentos comerciais mantidos por cidadãos que possivelmente não tenham conseguido ocupações atraentes em outros setores, como revela um dos moradores: “Eu abri o bar porque cansei de trabalhar de pedreiro e não consegui arrumar um emprego melhor.” Quanto às mulheres, em sua grande maioria, são serventes de escolas, creches, hospitais ou empregadas domésticas e diaristas. Muitas delas mantêm-se como donas-de-casa porque estão desempregadas. Trata-se de uma população em que prevalecem casais jovens com filhos pequenos. Há, no bairro, um condomínio popular, de pequenas casas de construção uniforme, nas quais vive uma população de baixa renda. A escola funciona em um prédio precário, uma edificação de madeira já antiga, à beira da rua – uma rodovia movimentada que corta os pequenos bairros de praia. As condições de ensino são precárias. Turmas de alunos praticam Educação Física, com toda a algaravia comum aos momentos de jogos, exatamente em frente a salas de aula nas quais crianças estão sendo alfabetizadas. Enquanto alguns jogam bola, outros, nas salas, olham os colegas pelas janelas, instituindo uma injusta disputa de atenção entre o prazer do jogo e a fala monocórdia das professoras, algumas das quais têm de gritar para serem ouvidas; outras sugerem, em suas atitudes, desconforto com a situação e, até mesmo, certa irritação no trato com os alunos.

Os professores, em sua maioria mulheres graduadas em Pedagogia, muitos dos quais com cursos de especialização *lato sensu* em Educação ou áreas afins, parecem, em boa medida, ter assimilado um discurso estereotípico que possivelmente os exima de uma reflexão mais substantiva sobre o cenário em que se encontram. Quando interpelados sobre *a importância do domínio da leitura e da escrita para as crianças da comunidade onde se situa a escola*, os professores entrevistados repetem falas historicamente legitimadas, a exemplo do que diz a Professora 785: “Quem se comunica bem, tanto na fala como na escrita, na maioria das vezes tem condições de ir mais longe, de passar em um concurso, de se apropriar dos conhecimentos e descobertas.” Já a Professora 12 responde: “O domínio da escrita é importante para que aconteça um crescimento da criança, para que ela faça parte da comunidade em que vive e que possa contribuir para o crescimento da mesma.” O Professor 6, por sua vez, enuncia: “A importância do domínio da escrita é a criança sentir-se valorizada, útil no seu meio, elevando sua autoestima.” Esse olhar remete às discussões de Graff (1995) sobre o mito do letramento, o poder redentor da escrita. A fala do Professor 1 é emblemática sob esse ponto de vista. À nossa pergunta sobre *que impacto o ensino de língua escrita tem na comunidade de que a escola faz parte*, tal professor responde: “[...] espera-se que as crianças tenham sucesso na vida.” O Professor 11, a seu turno, diz: “[...] a escrita garante um futuro melhor, contribuindo na transformação da realidade, na solução dos problemas da comunidade.” Se esquadriharmos a fala desses professores, cotejando-a com a fala dos pais, a que faremos alusão a seguir, parece certo que o filtro pelo qual tais professores estão avaliando o impacto da escrita é um filtro de *modelo autônomo de letramento* (STREET, 1984), ou seja, uma escola que, a partir de um padrão dado *a priori*, estabelece esse padrão na comunidade, envidando esforços, a seu modo, para implantá-lo, mas desconhecendo a expectativa comunitária em relação à ação escolar; nesse caso, em relação ao domínio da escrita.

As vozes de pais, mães e avós testemunham em favor da dicotomia em relação à fala da escola. Quanto questionados sobre a convergência entre a ação da escola na língua materna escrita e as expectativas que eles próprios detêm em relação a essa ação, a Mãe 1 responde: “Eu não sei o que a escola está fazendo porque as crianças não sabem nem ao menos ler. Meu filho está no quinto ano e não reconhece as letras.” A queixa de analfabetismo de crianças que já não mais estão na primeira série é recorrente na comunidade. Pudemos verificar que grande parte dos alunos, estando no terceiro, quarto ou quinto ano de escolarização naquela instituição, não se mostra

inteiramente alfabetizada. A Mãe 6 enuncia essa queixa de modo mais radical: “[...] tem crianças no quarto ano que ainda não leem, mal conhecem as letras e trocam letras. Isso é um absurdo!” Parece haver uma dicotomização bastante explícita entre o discurso incorporado pela escola e as expectativas reais da comunidade. Importa registrar, porém, que muitas opiniões dos pais ficam mascaradas sob a incorporação de um discurso prototípico sobre a escola. O Pai 4 diz: “A escola ensina o que a gente tem que saber: ler e escrever, fazer cálculos, conhecer o país.” Já a Avó 7 enuncia: “A escola tem que ensinar as crianças a se comportarem, a respeitarem os mais velhos. Ah, é preciso que aprendam a ler e escrever.” Há exemplos de extensão dessa estereotipia às raias do extremo: “A escola deve ensinar as crianças a dar valor à Pátria, à questão da moral e cívica, cantar o hino nacional.”, fala da Mãe 14, em um discurso clássico sobre o civismo.

Observamos que essa incorporação do discurso prototípico acerca do papel da escola, papel vinculado ao *modelo autônomo de letramento* (STREET, 1984), mascara uma outra realidade também preocupante: o alheamento da comunidade em relação à ação da escola sob vários aspectos e, para as finalidades deste estudo, no que diz respeito ao trabalho com a língua materna escrita. Professores denunciam esse alheamento familiar. O Professor 15 diz: “Muitos pais não acompanham o estudo dos filhos.” Já o Professor 9 fala: “A maioria dos pais é analfabeta; não conseguem avaliar a importância da escola.” Falas como esta última parecem eliciar o distanciamento da escola em relação aos valores da comunidade de que faz parte. O alto contingente de pais analfabetos ou semi-alfabetizados, que pudemos verificar em nossa interação com a comunidade, testemunha os dados do INAF – Indicador de Alfabetismo Funcional do Brasil – que, no ano de 2007, mostrou que somente 28% dos brasileiros que têm entre 15 e 64 anos dominam plenamente a leitura e a escrita. Essa realidade de analfabetismo ou de semi-analfabetismo faz prevalecer na comunidade em questão *eventos de letramento* de menor complexidade, efetivados sob *práticas de letramento* (BARTON, 1994) nas quais a escrita assume funcionalidade secundária.

Muitos dos informantes de pesquisa na comunidade revelam grandes dificuldades de responder à nossa pergunta acerca de *quais conhecimentos você gostaria que seu filho aprendesse através da leitura*. A Mãe 13, analfabeta, diz: “Eu não tive estudo. Não sei nem como responder pra você, professora.” Já o Pai 8 enuncia: “Eu não fui à escola, não conheço a escola, não sei pra que ela serve.” Uma das informantes de pesquisa, a Mãe 2, recebeu-nos deitada em um sofá, sob um edredom, desculpando-se pelo mal-estar que a acometia. Essa interação foi particularmente marcante para nós porque, ao mesmo tempo em que revelou o desânimo da mãe em relação à escola, traduziu sua incapacidade de alimentar expectativas em relação ao papel da língua materna escrita na vida de seus filhos. Disse-nos ela: “Eu sou muito agradecida à Diretora, porque ela conseguiu mudar o turno de aula dos meus filhos; antes, eles ficavam na rua e eu não podia controlar, mas meus três filhos não sabem ler [todos três em classes avançadas; nenhum deles em classe de alfabetização] e eu acho que deveriam saber, não é? “Mais adiante, quando questionada sobre *suas expectativas em relação à escola*: “Olha, professora, eu acho que a escola não deveria dar só sopa na merenda e só suco com bolacha, porque eles ganham dinheiro para merenda, então não deveria ser assim, não é? “

A despeito de nossa insistência para que falasse sobre *o que gostaria que seus filhos aprendessem por meio da leitura*, o discurso dessa Mãe circulou sobre questões operacionais relacionadas ao tempo de permanência dos filhos na escola e o que lhes é oferecido para comer. Ao final, provavelmente exaurida por nossa insistência, arrematou: “Eu acho que se eles aprendessem as letras estava bom.” Na casa dessa família, a exemplo de muitas outras, não pudemos ver nenhum material escrito, nem materiais disponibilizados para o ato de escrever. No entorno, não havia nem mesmo placas sinalizadoras. Perguntamos às crianças se dispunham de livros, revistas, jornais, folhetos, brinquedos que envolvessem a leitura e obtivemos resposta negativa para a grande maioria desses itens. Se observarmos a contraface desse quadro, ou seja, a fala das professoras dessas crianças quando questionadas sobre *o que representa o ensino de língua escrita na escola*, obtivemos como resposta: “Não é passar apenas informações, mas capacitar o aluno para a apropriação de conhecimentos em diferentes linguagens, para leitura, compreensão e utilização da simbologia dos códigos, signos e sinais.” E, ainda: “A parte mais importante para a formação do educando é a leitura e a escrita, é o básico. É a base para o indivíduo fazer parte do grupo em que vive. É, sem dúvida, fundamental.”

Outra questão que merece olhar analítico em se tratando desse foco é a resposta dada pelos professores à questão *como você classifica o desempenho da maioria de seus alunos no domínio da leitura e da escrita*. Um total de treze dos quinze docentes entrevistados respondeu “desempenho satisfatório”, havendo as seguintes opções: *plenamente satisfatório, satisfatório, pouco satisfatório* ou *insatisfatório*. Tais respostas permitem-nos constatar que esses professores estão satisfeitos com o desempenho de seus alunos no domínio da língua materna escrita.

Em nossa concepção parece haver várias possíveis interpretações para dissensões tão expressivas entre o que se verifica na comunidade e o que concebem os professores: Tratar-se-ia de um discurso docente padronizado, incorporado pela cultura, imanente e dado *a priori*, por isso surdo à realidade contextual, ou tratar-se-ia do desconhecimento docente dessa mesma realidade contextual e, quem sabe, do desinteresse em conhecê-la de fato, do temor em assumi-la ou da suposição de impotência em relação a ela? Muitas explicações mantêm-se latentes; o que parece certo, no entanto, é que o discurso dos professores de crianças semi-alfabetizadas é um discurso de elevado apreço e de expressiva valoração pela língua materna escrita, mas os resultados de sua ação, em tese, parecem não legitimar esse mesmo discurso e, ao que parece, não legitimar sua suposição de *desempenho satisfatório* dos alunos nesse campo do saber. Evidentemente, variáveis de múltipla natureza podem estar implicadas na consolidação dessas dissensões, mas uma delas seguramente é a dicotomização entre concepções de escrita da escola e concepções de escrita da comunidade. O fato de a ação escolar não repercutir favoravelmente na comunidade, com impactos visíveis no comportamento infantil, seria uma das razões para a quase total ausência de expectativas em relação ao papel do domínio da língua materna escrita? E a ausência ou a denegação da auscultação aos anseios comunitários por parte da escola representaria um alheamento docente em relação ao impacto/não impacto do ensino de língua escrita na comunidade? Ficam as questões.

Importa que reiteremos, aqui, que essas dissensões remetem novamente a Street (1984): o *modelo de letramento autônomo*, de que a escola é herdeira, estaria, em tese, muito distante dos usos sociais da escrita que caracterizam o cotidiano da comunidade e que requerem da escola um olhar sob o ponto de vista do *modelo ideológico de letramento*. Os *eventos de letramento* (BARTON, 1994) que têm lugar na comunidade não parecem sofrer nenhum tipo de impacto efetivo decorrente do fato de existir ali uma escola. As *práticas de letramento* (BARTON, 1994) comunitárias endossam essa consideração. Não parece haver, na comunidade, uma demanda mais efetiva pelo domínio da escrita em língua materna, ao mesmo tempo em que, essa ausência de demanda gera uma ausência de expectativas em relação à ação escolar. Círculo vicioso? Possivelmente.

Com relação aos materiais pedagógicos de que se vale a escola, o livro didático prevalece, tanto quanto as abordagens clássicas da narrativa, do poema, dos textos literários. Assim, os valores da comunidade, seus dramas, suas particularidades parecem não ter lugar no ideário escolar. As crianças caracterizam-se por uma vivência de empregabilidade instável dos pais, de semialfabetismo generalizado, de ausência de materiais escritos no entorno. Na escola, por outro lado, o tratamento que recebem parece ser o tratamento estandardizado de educação em língua materna escrita. Teria sentido para elas tal tratamento? Ao que parece, não. Os estudos de Heath (1982) talvez nos autorizem a dizer que essa escola, do modo como está organizada, é uma escola para crianças de outros entornos sociais, que poderiam compartilhar valores ali vivenciados, fazendo das lides com a escrita em língua materna atividades significativas. O discurso dos docentes, porém, não revela suspeitas de que tal fenômeno possa estar se dando ali. Quando interpelados sobre *os impactos que o ensino de língua escrita têm na comunidade*, reiteram o discurso prototípico. O professor 10 diz: “A escola melhora as condições de vida do indivíduo, fazendo dele um ser pensante e atuante na comunidade.” Ou, como enuncia o Professor 2: “O ensino da escrita pela escola contribui para que as crianças sejam agentes transformadores da comunidade.”

Em contrapartida, a fala da Mãe 12 registra: “Meu filho nunca traz um livro para casa para ler; não há incentivo para a leitura. Deveria haver mais trabalho com livros.” A Avó 5, escolarizada até o nono ano, diz: “Eu ensino a meu neto as relações das letras com o som porque na escola eles não fazem isso. Meu neto está acabando a primeira série e não conhece as letras.” Falas como essas são recorrentes. A estada na comunidade termina por nos impregnar da sensação de que, contrariamente ao discurso docente, o impacto da escola está, em grande medida, na reprodução dos índices de semialfabetismo ali registrados. A maior queixa que ouvimos foi o fato de as crianças não saberem ler, o que circunscreve a expectativa comunitária em relação ao trabalho com a escrita em língua materna: a comunidade quer que as crianças, diferentemente da maioria dos adultos, sejam alfabetizadas.

Essa realidade remete aos resultados do PISA/2000786, exame segundo o qual o Brasil está em 49ª posição, em um total de 57 países cujos estudantes foram testados, no que diz respeito à proficiência em leitura. A fala de um dos professores, quando interpelados sobre *o que fazer para implementar o impacto da escola na comunidade, salvaguardando seus valores*, dá conta de questões infraestruturais mais amplas, mas termina por delegar ao aluno

86 O programa de Avaliação Internacional de Estudantes – PISA – é um exame realizado a cada três anos, considerado um dos mais importantes na área da educação. Esse programa resulta de uma parceria firmada entre as nações que compõem a Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD) e objetiva avaliar se jovens em fase final de escolarização obrigatória (média de quinze anos de idade) estão capacitados para fazer frente aos desafios que a sociedade lhes apresenta. O foco do PISA é a aplicação de conhecimentos e habilidades em situações reais do cotidiano, independentemente do domínio de um currículo específico. A última edição do exame envolveu 57 países, dentre os quais o Brasil ficou em 49º lugar em se tratando das habilidades de leitura dos alunos. Esses resultados revelaram um cenário preocupante. O Brasil obteve um dos piores escores de desempenho, mostrando o desenvolvimento de capacidades e habilidades que permitem uma leitura superficial e privilegiam a recuperação da informação explícita.

e à família a maior responsabilidade no processo de mudanças. O Professor 2 diz: “É preciso melhorar o trabalho pedagógico e a estrutura do ambiente escolar, melhorar as condições de trabalho e de formação dos profissionais.” Essa é uma fala recorrente dentre os docentes entrevistados. Outra fala recorrente é a traduzida pelo Professor 4: “É preciso resolver a falta de interesse dos alunos e o descaso dos pais.” São raras as falas que aludem à necessidade de a escola *conhecer* melhor a comunidade, o valor que a comunidade atribui à língua escrita, para planejar sua ação com base nisso. Na fala de poucos informantes, a exemplo do Professor 5, isso fica visível: “É preciso aproveitar o que existe de bom na comunidade.”

4 Considerações finais

Este estudo, focado nas relações entre *ensino de língua portuguesa e preservação cultural* buscou identificar se o ensino de língua portuguesa, no modelo de letramento escolar, é sensível a valores e características do grupo sociocultural em que se insere a escola e se contribui para a preservação e/ou enriquecimento desses mesmos valores e características. A estada na comunidade objeto de investigação e a estada na escola apontou para uma dissociação entre tal ensino de língua e a preservação cultural sob vários aspetos, passíveis de tratamento em dois vértices distintos. O primeiro deles diz respeito à erudição em si mesma. A escola, herdeira do *modelo autônomo de letramento* (STREET, 1984) e comprometida com ele, parece não conseguir impor esse mesmo modelo, uma vez que seus *clássicos* objetivos de erudição não têm-se consolidado, segundo pudemos depreender da voz da comunidade em que se insere essa escola. Ao assumir a apropriação da cultura erudita em língua portuguesa como ideal de ação, o que fica subjacente no discurso estereotípico dos professores e na priorização de textos literários, de poemas, de uma concepção de língua como norma clássica, a escola parece não ter êxito na escolha realizada, dado que um bom número de alunos em séries mais adiantadas não está ainda alfabetizado e muitos desses alunos sequer conhecem as letras, segundo denunciam pais e avós, os quais, por sua vez, não conseguem elaborar minimamente o significado que a escola tem para eles e as expectativas que nutrem em relação a ela.

Por outro lado, caso a escola optasse por assumir a preservação da cultura da comunidade em que se insere, teria necessariamente de conhecer essa cultura. Teria de entender em que os *eventos* e as *práticas* de letramento (BARTON, 1994) distinguem-se daqueles propostos por ela mesma e de que forma poderia compatibilizar essas dissensões de modo produtivo, contribuindo para que a comunidade tenha acesso à cultura erudita veiculada pela escrita em língua materna. Tal contribuição, em tese, facultaria à comunidade valer-se da apropriação de novos padrões de uso da escrita para ressignificar sua própria formação cultural, sem se descaracterizar como comunidade, mas ascendendo a novas formas de contato com a escrita e podendo complexificar suas *práticas de letramento* graças ao domínio e consequente efetivação de *eventos de letramento* diferenciados e mais complexos.

Uma ação dessa natureza exigiria da escola rever sua opção por um *modelo autônomo de letramento*, entendendo em que consiste um *modelo ideológico* (STREET, 1984) e em que medida essa compreensão pode favorecer a redefinição do encaminhamento da escrita no letramento escolar. As culturas são idiossincráticas por natureza. Como, então, poderá a escola persistir insistentemente em uma concepção de escrita comprometida com uma formação cultural específica, a das elites escolarizadas? Importa a auscultar aos valores comunitários para, a partir deles, construir um caminho que permita a todos, teoricamente, apropriarem-se dos bens culturais acumulados pela humanidade, perenizados por meio da língua escrita e passíveis de acesso por meio da língua escrita materna. Por outro lado, essa mesma língua escrita materna viabiliza a todas as formações culturais levarem sua própria cultura para o mundo e para a história, de modo a impregná-los, também e legitimamente, com a sua visão de mundo e de vida, colocando em xeque a uniformidade erudita apregoada pelo discurso escolar historicamente. Para isso, no entanto, precisam dominar a escrita.

5. Referências Bibliográficas:

- Barton, D. *Literacy* (1994) An introduction to the ecology of written language. Oxford: Blackweell.
 Cerutti-Rizzatti, M. E.; Euzébio, M. D.; Goulart, A. J.. (2008) Psicolinguística aplicada: categorização dos usos da escrita, letramento e inserção social. In: ReVEL, v. 6, n. 11.
 Dicionário Houaiss de língua portuguesa. (2001) Rio de Janeiro: Objetiva.
 Graff, Harvey J. (1995) Os labirintos da alfabetização: reflexão sobre o passado e o presente da alfabetização. Porto Alegre: Artes Médicas.
 Heath, S. B. (1982) What no bedtime story means: narrative skills at home and school. In: Language in Society, v. 11, p. 49-76
 Kato, M. (1986) *No mundo da escrita*. São Paulo: Ática.
 Kleiman, A. (1995) *Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola*. In: _____. (org.) *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras.
 Signorini, I. (2006) A questão da língua legítima na sociedade democrática: um desafio para a Linguística Aplicada contemporânea. In: Moita-Lopes, Luiz Paulo da. (org.) *Por uma linguística indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, p. 169-189
 Signorini, I; Cavalcanti, M.C. (orgs.) (1998) *Linguística Aplicada: perspectivas*. Campinas/SP: Mercado das Letras.
 Soares, M. (2001) *Letramento*. Belo Horizonte: Autêntica.
 Street, B. (1984) *Literacy in theory and practice*. Cambridge: CUP.
 Tfouni, L. V. (1995) *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez.

29.ª DO ROSÁRIO GIRÃO RIBEIRO DOS SANTOS E

Mª do Rosário Girão Ribeiro dos Santos doutorou-se na Universidade do Minho, com uma tese intitulada *À sombra de Baudelaire. Estudo da recepção de Baudelaire na Literatura Portuguesa. De finais do Romantismo ao Modernismo*. Desde então, tem vindo a lecionar disciplinas no âmbito da Literatura Comparada, Literatura Portuguesa/Literatura Francesa e Literatura e Mito, e a orientar teses de Mestrado e de Doutoramento. As suas últimas participações em Colóquios e publicações em Atas/Revistas vêm a seguir elencadas: “Natália Correia e Carlos Wallenstein: o tema da metamorfose” *in 3º Encontro Açoriano da Lusofonia*, São Miguel/Lagoa, 8-11 de maio de 2008, pp. 124-130. “Lucian Blaga, Teixeira de Pascoaes e Mircea Eliade” *in Colóquio Blaga 70*, que decorreu no Instituto Cultural Romeno e na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 5, 6 e 7 de maio de 2008 (a ser publicado na revista romena *Steaua*).

30. MANUEL JOSÉ SILVA

Manuel José Silva doutorou-se na Universidade de Caen, França, com um “Doctorat d’État” intitulado “*Quelques aspects de la complémentation verbale dans la phrase simple en français contemporain*”. Publicou, em 2008, um ensaio intitulado *La langue française et l’Histoire*.

Evocação plural de Vitorino Nemésio: Se bem me lembro... Mª DO ROSÁRIO GIRÃO RIBEIRO DOS SANTOS, Universidade do Minho, Instituto de Letras e Ciências Humanas [PORTUGAL] e MANUEL JOSÉ SILVA, Universidade do Minho, Instituto de Letras e Ciências Humanas [PORTUGAL]

Uma evocação plural de Vitorino Nemésio ou uma digressão pela sua obra multifacetada implica revisitar o criador do conceito de açorianidade, “um pioneiro da literatura comparada em Portugal” (ao quedar-se, como demonstrou Álvaro Manuel Machado, nas “fontes estrangeiras do romantismo português”), o exímio crítico de poesia (que tanto se deteve no Centenário das *Fleurs du Mal*, no “Pio Fauno” que foi Verlaine e nas *Poesias* do poeta romeno Mihail Eminescu, como no primado de Junqueiro, no relance de Gomes Leal e na apreciação de Teixeira de Pascoaes), o cronista ‘itinerante’ de notas de viagem e de breves ensaios coligidos no *Jornal do Observador* e o professor universitário (não pertencente à classe de “mochos”) biografado por José Martins Garcia. Do mesmo modo, homenagear esta inesquecível figura carrega a análise, conquanto sucinta, de “La voyelle promise” (poemas escritos em francês), da ficção visceralmente insular que constitui *O Mistério do Paço do Milhafre* e dessa novela original que se intitula *A Casa Fechada*, cujo fechamento, estruturado sob o signo da morte, tentaremos cotejar, no âmbito da domoanálise e numa perspectiva intertextual, com *O pastor das casas mortas* de Daniel de Sá. E que dizer daquele programa gravado semanalmente nos Estúdios do Lumiar? *Se bem me lembro...*



Retrato de Vitorino Nemésio, da autoria de um fotógrafo desconhecido, e considerado inédito até ser publicado no *Boletim Cultural* dedicado ao autor açoriano (1992:5).

Se há obra que convida a uma multimoda abordagem crítico-hermenêutica (nas suas vertentes sociológica, temática, psicanalítica, narratológica e estilística), a de Vitorino Nemésio, criador do conceito de açorianidade⁸⁷, surge indubitavelmente em primeiro plano. Açorianidade ou açorianidades, tendo em conta as distintas características definitórias desse “puzzle” de ilhas integrando o Arquipélago? Se entendermos por açorianidade a natureza específica da vida insular, isolamento⁸⁸ e abertura em simultâneo, a essência carateriológica do ilhéu⁸⁹, paradoxalmente sedentário e *homo viator*, os seus regionalismos típicos, numa dupla perspetiva lexical e fonética, as suas peculiaridades idiossincráticas, moldadas por um processo histórico complexo e vazadas num *modus vivendi* psicologicamente assumido, fácil se torna deduzir que a escrita nemesiana se enraíza neste fenómeno cultural decalcado na “hispanidad” de Unamuno.

Defluindo do emparedamento⁹⁰ - transplantação, que veicula o périplo transoceânico com vista à almejada reintegração⁹¹, assiste-se ao delineio progressivo de uma socialidade cujos vértices mais não são do que a tradição secular e a modernidade cosmopolita, o apego telúrico e a intrusão da novidade, conducentes à recorrência desse tema bem lusitano que é a Saudade⁹².

Ao percorrer *Corsário das Ilhas*, obra prefaciada por Afonso Lopes Vieira⁹³, é-se confrontado quer com a dicotomia Continente-Ilha⁹⁴, que os deíticos *cá* e *lá* traduzem⁹⁵, quer com a caracterização do ser insular, encarado como um ‘apátrida’ votado ao exílio ou ao desterro - “*O depaísamento é mais duro e inflexível que o transplante.*” (1998:185) -, e imbuído, no regresso, de franca perplexidade face ao que era, mas deixou de ser. *Esta antinomia tradição-modernidade está sobejamente patente nas elucubrações suscitadas pelo progresso*⁹⁶, que Vitorino Nemésio menospreza - “*ilha totalmente motorizada, - em terra, mar e ar, - [...]*” (1998:201) - em proveito da busca salvífica de uma “ilha perdida”⁹⁷, que “funciona no mais profundo espírito do autor como um arquétipo - logo, como forma estática, intemporal, omnipresente na sua ausência” (Garcia, 1978:83). Assim é que de um roteiro⁹⁸ que, segundo o autor, “não presta para nada, se não é o fio da saudade que o sustenta” (1998: 100), emerge o novo mundo fustigado pelo humor (entretecido de fugaz revolta e de irónica desilusão), manifesto tanto na enumeração tão exaustiva quanto desnecessária dos transportes modernos - “[...] a desconcertante profusão das marcas de carros ligeiros e a medonha variedade dos pesados: jipes, camiões singelos, camiões-tanques, camiões-comboios, autocarros, escavadeiras, fragonetas... [...]”; “*A tirania da celeridade jurou guerra de morte à locomoção a pé, - tanto à de pé do bípede como à de pé do quadrúpede.*” (1998:202-203) -, como na aliança de palavras - e sua imagética -, à partida e em princípio inconciliáveis: “os grandes avejões metálicos”, os “grandes albatrozes mecânicos”, bem como a patusca expressão “aerovacas”, com que os micalenses designam o aeroporto (1998:145 e 213-214). O velho mundo, em contraponto, vê-se brindado por diminutivos hipocorísticos - “Mas o tom do bairrozito [Corpo Santo] é fundamentalmente popular.” (1998:190) -, testemunhos de indelével ternura por um passado a ruir, que o antigo daguerreótipo e os pardacentos álbuns familiares emblematizam. Porém, ambos os universos, não assintóticos, se interpenetram paulatinamente, suspensos numa harmonia precária, facultando a constatação das suas respetivas mais-valias, posto que se “a técnica moderna é poderosíssima, a velha tectónica e o vulcanismo ainda muito mais o são.” (1998: 145 e 206). Nesta ordem de ideias, as Julietas insulares desatam a aprender o americano (por influência do Aeroporto das Lajes), as obras de Camilo são assinaladas com retalhos de jornais em inglês, na penumbra da adega insinuam-se, por entre as novelas camilianas, “magazines” cromaticamente sedutores e a mamã começa a utilizar na cozinha certos frascos de mostarda e de fermento. E quando a saudade se torna premente e acutilantes a sensação de ausência e o sentimento do vazio, Nemésio, avesso a confessionalismos⁹⁹ gratuitos e ao extemporâneo lirismo, cede a palavra e empresta a pena a Mateus Queimado, cujo estatuto se revela ambivalente: um *alter-ego*? Um narrador intradieético e, subseqüentemente, interposto? Longe de ser um heterónimo, porquanto desobediente à ‘regra’ da despersonalização, e até um pseudónimo, visto que coexiste pacificamente com o seu criador, Mateus Queimado tanto se socorre da oralidade, transmitindo a palavra mítica, como recorre à

⁸⁷ “Um dia [...] tentarei um ensaio sobre a minha açorianidade subjacente que o desterro afina e exacerba.” (Nemésio, *Insula*, 1932). Para Machado Pires (1988:59 e 67), que prefere a expressão “literatura de significação açoriana”, a “questão da literatura açoriana não está necessariamente no facto de se saber se se deve chamar ou não açoriana: está na essência conferida pela qualidade literária, na procura consciente e voluntária pelos próprios açorianos, enquanto leitores, está na inserção no todo do fenómeno cultural do Arquipélago.”

⁸⁸ Este conceito é definido por Vitorino Nemésio no seu ensaio intitulado “O poeta e o isolamento: Roberto de Mesquita” (1997:123): “Tomo aqui a palavra ‘isolamento’ no seu sentido etimológico: solidão de ilha. Um homem numa rocha e em volta o mar.”

⁸⁹ “Sou ilhéu; e tanto ou mais do que a ilha, o ilhéu define-se por um rodeio de mar por todos os lados. Vivemos de peixe, da hora da maré e a ver navios...” (1998:167); “[...] (o ilhéu não vê senão o seu palmo de chão e o mar que tudo envolve, transfigura e adivinha.)” (1998:130); “Não sou marinheiro, mas sou ilhéu e portanto embarcado.” (1998:121).

⁹⁰ “Não há nada que desenhe tão bem o emparedamento do ilhéu como esta constante referenciação do seu mundo abreviado aos outros pequenos universos rodeados de água salgada: [...]” (1998:93).

⁹¹ “Estranhado ontem no exílio, - agora, que torna à sua terra, o alheio e o estranho é ele.” (1998:185).

⁹² “Gosto da Horta como de nêspas! Tinha saudades do que fui, já nem sei bem como, aqui.” (1998:99).

⁹³ “Lendo as suas prosas, cuido discriminar, através de todas elas, o interno tema condutor que as move e anima: - o sentimento da sua terra, terra que é quase o próprio mar, o arquipélago lendário, brumoso e desfiado no Atlântico como colar de pérolas desgarradas do continente arcaico que as sustinha.” (Vieira, “Carta-Prefácio”, 2002:37).

⁹⁴ “Um continente é uma coisa muito grande e incerta para mim. A ilha é mais curta. Sai melhor das águas.” (1998:74); “[...] estas nossas portuguesas paragens, a que nós, os ilhéus, chamamos ‘o Continente’, de um ponto de vista telúrico que deve ter seu sentido em etnopsicologia.” (1998:102).

⁹⁵ “Uma cabrinha de barro - (escreve Mateus Queimado), - um paliteiro de Barcelos que o acaso me pôs, de pesa-papéis, na pilha de papel *extrastrong* ao lado da máquina de escrever, parece dizer-me do alto da sua pera preta e do assobio de barro:

Então, vais-nos deixar? Que vais tu lá fazer?

‘Lá’ - são as ilhas. ‘Cá’ - é o país da cabra de Barcelos: - ‘o Continente’, como diz todo o ilhéu, [...]” (1998: 57).

⁹⁶ “O cavalo ainda é um dos maiores amigos do homem, mesmo depois que o cavalo-vapor o tenta expulsar da comunidade terrestre.” (1998:201); “Nesta ordem chorosa de ideias percorro as poucas canadas da ilha que escaparam ao betão ou à calçada.” (1998:204).

⁹⁷ Margarida Clark Dulmo cultivava, por vezes, a ilusão de ter encontrado a ilha perdida: “Escurecera de todo. Do lado da terra, enrugada e quase a pino sobre aquela nesguinha de litoral abordável, tinha-se a impressão de um ermo, uma promessa de chão ainda por firmar - quem sabe se até por descobrir...?” (2004:292); “E se fosse o tio Roberto que estivesse a morrer longe dela? ... Que já tivesse morrido...? Talvez o navio de guerra que salvava mulheres com dores de parto numa ilha deserta ainda a viesse buscar.” (2004:347).

⁹⁸ Não deixa de ser interessante cotejar este “roteiro” com aqueleoutro de Júlio Verne, no que respeita sobremaneira à cidade da Horta: “Como esta [Horta], vista de perto, era menos atraente què *[sic]* de longe! Compõe-se quase exclusivamente de uma única rua, bifurcada na extremidade.” (Verne, 2003: 92); “Ao comprido da rua do Mar desenvolvem-se as casas; sobre a célebre rua única da cidade as travessas que descem da encosta trazem também a sua modesta contribuição de fogos e de trânsito.” (Nemésio, 1998:99).

⁹⁹ “Agora é o coração que se constringe. Vivi aqui e ali. [...] Desaforo expressivo... Excesso confessional... *[sic]* Vou-me conter. [...] Também eu vejo ao espelho do tempo que se foi o que me custa a envelhecer” (1998:110-111).

sua fixação por escrito, reclamando a autoria de certas histórias embutidas nos *Corsos* de Nemésio e de não poucas efabulações que o *Paço do Milhafre* (com “Mistério” ou não...) engloba. Algumas divergências surgem, no entanto, óbvias entre o autor empírico e o ficcional narrador: se Nemésio, historiador e geógrafo, cicerone avisado e etnólogo erudito, peregrino assumido e “oficial de escrever e de falar”**100**, reivindica o rigor científico como condição imprescindível de uma informação escrupulosa dada ao seu leitor, Mateus Queimado deleita-se a revisitar, arrimado à memória**101** - “O Rosalgar não tinha, como Mateus Queimado, uma máquina de escrever saudades de águas passadas” (1998: 117) -, o universo transato da infância (na Terceira) e da adolescência (na Horta) do seu inventor, o qual não se coíbe, por delegação, de traçar a genealogia e a envolvimento da mítica personagem**102**. A mesma técnica de preenchimento do narrador-personagem se aplica a John Derosa, autor de *Memórias*, professor norte-americano de História do Canadá na Universidade de Maguelona (2002:291), “bisneto de portugueses sem vintém” (2002:292), sobrinho-neto, pelo lado paterno, de António Machado da Rosa, marido da Solidão nomeada Nanette (2002:300) e amante ocasional de Kate e da italiana Vera. Enquanto John Derosa aparece esporadicamente, torna-se recorrente a presença de Mateus Queimado**103**, que havia tido como mestre o João Grande, bem como o Aldino, não raro assombrado pelo seu duplo - à semelhança do distinto médico Henry Jekyll que o assassino Edward Hyde assola - e conhecendo, por conseguinte, períodos de transe espoletados pela alternância existencial do *eu* e do outro. Interessante se afigura a demarcação de Nemésio no que respeita a Mateus Queimado, como se os relatos deste último se erigissem como atentado ao seu pudor e à sua intimidade. Com efeito, os sintagmas verbais “Conta Mateus Queimado” e “Escreve Mateus Queimado” somam um elevado número de ocorrências, surgindo grafados, por vezes, entre parênteses no *incipit* de novelas de inspiração açoriana, onde desfilam, num repto autobiográfico, episódios anedóticos, casos familiares e peripécias infantis. Quem se não lembra de “O Passarinho morto”, tentativa de salvamento vão do canário da terra, verde e dourado, instalado numa cestinha forrada de lã e medicado a colherinhas de água com açúcar? Ou, então, de “O Espelho da morte”, esse “desgraçadinho” filho da Catrina do Varau (da mesma idade do pequeno Mateus) visitado pelo Senhor dos enfermos no domingo de Pascoela? Ou, ainda, de “Cabeça de Boga”, história de amizade de Mateus Queimado Gomes de Meneses (que passou com distinção) e de Abílio Cardoso de Aguiar, cujo suficiente no exame basta para que Lucinda, sua namorada, o deixe? - “*E foi nos olhos dele que eu me senti distinto.*” (2002:257). Ou, por fim, de “A burra do Lexandrino” e desse seu coito sacrílego com o Fadistinha, garrano do Calceta, do qual nasce a mula do José Inácio “cor de café com leite” (2002:282)? Assim surge o mito de Mateus Queimado**104**, máscara/*persona* grata e aliciante disfarce de Nemésio, encarnação dos tempos despreocupantes da meninice cristalizados num cronótopo mítico: a infância do homem Vitorino mas, também, a infância do mundo... De realçar, neste contexto, a relevância dos nomes próprios e dos apelidos**105**, não ao acaso respigados num repositório nominal, mas mobilizados em função da sua simbologia não anódina: “Matesinho de S. Mateus” (2002:203) parece render preito tanto ao dia festivo consagrado ao Evangelista como à localidade epónima; Antonico Rato (2002:208) indicia, sem margem para dúvida, a caraterologia (mais a etopeia do que a prosopografia) da personagem: “*O Rato ficou calado com o nome que tinha*” (2002:208); Pirrilha (2002:253), irmão de Abílio, aponta inquestionavelmente (por analogia com pirralho) para um pequenito reguila; João Cachalote (2002:283) patenteia, por metonímia, a profissão de mestre trancador de baleias; quanto à vizinha Leandra (2002:261), o nome parece ter sido escolhido para efeitos de rima com “o seu dente de cana”... O caso mais curioso dá a sensação de ser o do “Velhinho”, que presente, antes da largada para o mar bravio, a má sorte que o espreita: se a primeira referência à personagem veicula a informação de que “fizera seis anos de casado” (2002:228), incutindo, porventura, no leitor a errónea convicção de um matrimónio tardiamente contraído por um homem maduro, a última firma, mediante jogo irónico a desembocar na surpresa, a sua idade real. Com efeito, o “Velhinho” morre afogado aos vinte e nove anos de idade. Nos antípodas deste processo, sonega Nemésio, por vezes, o nome à personagem, sobrelevando a topografia em detrimento da onomástica. É o caso do poema “*Jeune fille açoréenne à Marseille*” (*La voyelle promise*), que, tomada de empréstimo a Proust e sob a égide das proustianas *Jeunes filles en fleurs*, viaja no pacote das “Messageries”, desembarca no cais de Marselha, apanha o comboio rumo ao “Collège de Jeunes Filles/À l’enseigne du Lis” e recorda, nostálgica, o mugido das vacas do solo pátrio que não mais mungirá: “*Alors je me suis occupée/A effacer la craie douanière/Et à faire taire, l’huile aidant, le mugissement des vaches/Que je ne peux plus soigner ni traire, hélas!.*” (1989:80). A terra açoriana é, de novo, revisitada em “La nuit dans le port”, na véspera da primeira partida (1989:84), assim como no poema “La bouteille à la mer”, na pessoa, desta vez, de um tio que, nunca tendo saído da sua ilha, se apresta a viajar mentalmente em seu redor: “*Oncle Jean, [...] J’ai ‘saudades’ de voyager avec toi./Aux Açores, buvant la mer dans les carafes lointaines.*” (1989:96). Não se afigura despiciendo realçar, embora de modo sucinto, o impressionismo dos títulos das *Histórias de Mateus Queimado*, bem como os intitulados de sabor marítimo das composições poéticas nemesianas, onde perpassam, numa escrita fluida, imagens líquidas conotadas com o mar. Veja-se, a título de exemplo, “Le milan voyageur” (1989:76), “Thalassa à la Méditerranée” (1989:97) e “Les étangs d’aiguesmortes” (1989:98) de um Nemésio poeta que, confessando a impotência da sua musa (1989:83) - na senda, quiçá, daqueloutra “malade” de Baudelaire -, advoga, em “Art poétique”**106**, e ao invés de Verlaine, a precisão, e, nos antípodas de Gautier, a naturalidade (1989:82), mais caraterística da prosa do que da poesia, dando primazia a primeira à sinédoque, privilegiando a segunda a linguagem metafórica.

É este o Nemésio ficcionista, autor de novelas como *Negócio de pomba* (verdadeira obra-prima**107**) e *A casa fechada*, na qual nos quedaremos doravante, cotejando-a, numa perspetiva temática, com *O pastor das casas mortas* de Daniel de Sá.

Passamos a resumir, a traços largos, a intriga de *A casa fechada***108**: Luís, pai de Beto e de Mininha, viúvo de D. Margarida e marido de M^a Adelaide, regressa, três anos volvidos sobre o falecimento da primeira esposa, à casa das Penhas, “um caixote de alvenaria com um corredor ao meio e três quartos de cada lado, incluindo a cozinha.” (1995:157). À sua chegada, a empena cede com dificuldade, as portas estremecem “como fios arrepiados pelo ponto” (1995:158) e ouve-se o caruncho a roer subtilmente (1995:159). Duas frases proferidas (uma delas eventualmente...) por M^a Adelaide revelam-se, a todos os títulos, proverbiais: “M^a Adelaide, aflautando a voz, dissera que...era de mais...era de mais...mais lhe valera ter morrido também quando casara... [...] ‘Nesta casa os mortos mandam mais do que nós.’” (1995:159). Curioso se torna assinalar que as personagens são metonimicamente caraterizadas pelos objetos, cujo devir o advérbio **ainda** traduz: “Este ano era preciso trazer o sogro às Penhas, pensou Luís. Na mesinha de cabeceira, a palmatória **ainda** tinha o coto de vela derregado com que o velho lia até tarde. [...] Defronte [...] um cato de três orelhas num alguidar de faiança, de que **ainda** escorria um pingo estalado do fabrico. [...]” (1995:158)**109**. Ao cair da noite, vai-se o universo familiar povoando de presságios: junto do “espelho mareado” vê-se “uma blusa que o vento perturbou.” (1995:159); do mesmo modo, o bizarro sonho de Luís constitui a “transposição vital do seu amor por Margarida, acrescentado de um ciúme carnal que nunca tivera em vida dela.” (1995: 164). O terceiro capítulo abre com a notícia da chegada às Penhas dos cunhados de Luís, Veva e Tomás, da Brites e do Sr. Conselheiro Neto: porém, na “véspera da chegada - telegrama de Tomás confirmando, e M^a Adelaide doente.” (1995:169), doença a que se segue o ataque do pai de D. Margarida. A casa que, subitamente, começara a pulsar de outra maneira, como “se estivesse em ordem, cada quarto arranjado e com pessoas lá dentro” (1995:159), regride, com o repentino adoecimento de M^a Adelaide, ao seu fechamento mortífero - “A casa ao anoitecer parecia outra vez em desordem, fechada há anos.” (1995:170) -, permanecendo o quarto “silencioso e às escuras” (1995:169) e andando-se “na ponta dos pés” (1995:175). No período de hesitação sobre a identidade do prognóstico e subsequente vigília da enferma, Luís e Brites retomam a velha amizade que se iniciara com a agonia de Margarida: “Mas Brites estava a mesma, com os olhos cada vez mais no fundo daquelas duas arcadas de indecisão misteriosa, [...] Era a única nota melancólica de uma das caras mais frescas e fortes que Luís conhecia em mulheres. Uma tolice: Luís pensava-a sempre com um recuo focal de arquiteto, o cimento armado com uma granulação de calcário, uma coisa tola e secreta...” (1995:171). Esta cumplicidade entre as duas personagens vai gradualmente adquirindo, mercê da repetição da situação, a intensidade que havia atingido há cinco anos: “Há anos que não se viam assim, isolados na mesma casa, com uma vida a seu cargo num fio cada vez mais delgado.” (1995:176). É, verdade seja dita, a solidão estreitada pela partilha de temores no tocante à doença de M^a Adelaide que configura miticamente a casa como uma ilha habitada por mortos-vivos:

100 “Mas já me desenganei; - pois, como oficial de escrever e de falar, tenho de me agarrar ao pronome antipático e ostensivo ‘eu’, ‘eu’ a torto e a direito... [...] A primeira pessoa do plural, aliás, também não fica bem a quem não apascente ovelhas de redil humano.” (1998: 101 e 102).

101 “Assim, o passado vale duas vezes o presente... Uma - porque vale o que foi, exatamente quando era; outra - porque torna a valer esse valor quando o puxamos à memória, agora que não é precisamente senão aquilo que foi...” (1998:119).

102 O tio João, cuja bota naval se ouvia na escada (2002:243), a Madrinha com “uma saia ao Carmo” que parecia levitar (2002:243), a tia Quintanilha que “presidia aos ofícios” (2002: 243), o seu Pai ou o “rei dos Bem’sinados”, como lhe chamava Mari-Constance (2002:247), o tio Pe Meneses que se não inibia de comentar a vida conjugal do Matesinho de S. Mateus e de sua Esposa (2002:248), a sua mãe D. Rosinha, amiga da mãe de Abílio (2002:254), a criada Malagrida que “se punha a bufar nas brasas ao dar trindades da noite” (2002:255), as tias proprietárias de um casarão “quase um palácio” (2002:261), o primo Rosendo “todo ginástica e água fria” (2002:264) e o Sr. Isaías, íntimo do progenitor, caído em “precárias circunstâncias” (2002:265).

103 “Todos os meus caçaram bichos de pena e pelo: - só eu caço palavras sem sentido...além de apontar em vão à praga de saudades sem remédio. E até perdi a licença...” (1998:155).

104 “Pareceu-me então que a melhor maneira de entrar no espírito da instituição [Universidade de Aix-Marselha] seria falar de um mito [...] o mito do Sr. Queimado...” (1998:237).

105 Embora não caiba no âmbito deste modesto trabalho uma análise denodada dos nomes, damos razão a José Martins Garcia no que respeita ao interesse desse estudo: “Quanta coisa interessante jaz silenciosa sob o simples ‘nome próprio’ colado às criaturas dum autor!” (1978:81, nota 2).

106 “L’imprécision, caresse d’or,/Fuit mes doigts trop grossiers/Et, sur les dalles, mes pieds/Refoulent tout le décor.” (1989:82).

107 Ver, sobretudo, a dinâmica expressiva das comparações nemesianas: “Levantou-o [o candeeiro] como a um facho à beira-mar, [...]” (1995:85); “[...] depois a cal das casas, mas transfigurada e difusa como uma vela perdida.” (1995:93); “Esta palavra saía da boca de Lusiário como se se tratasse de um filho muito inteligente mas magrinho, [...]” (1995:112).

108 Para David Mourão-Ferreira (“Introdução”, 1995: 23), “não há dúvida de que a novela ‘A Casa Fechada’, além de ser efetivamente uma obra-prima, é uma das raras obras-primas que no domínio da novela entre nós se escreveram entre 1930 e 1940”.

109 O negroito é da nossa responsabilidade.

Programa do colóquio da lusofonia

“Agora caíam a cada passo nestes exames fisionómicos, pondo-se diante um do outro como se tivessem aportado a uma ilha deserta [...] O território da ilha era o silêncio da casa, o torpor de M^a Adelaide na febre, o Sr. Conselheiro na sua planície paralítica. [...] E este afloramento do letargo do velho [...] parecia a Luís movido por uma mão misteriosa que executava um desígnio irresistível, substituindo pouco a pouco os mortos já bem mortos por outros um pouco menos mortos, [...]” (1995:177-178). Assim, ao fechamento da casa contrapõe-se a ‘terra prometida’, cujo horizonte é simbolizado pelo erotismo não pouco velado que os seios de Brites emanam: “[...] os olhos [...] saíam dos arcos ósseos, rijos e cheios de vontade, com a tal inflexão melancólica que parecia uma atenuante voluntária ao que havia de duro em todo o corpo, uma grande solidez nos seios, [...]” (1995:173); “Brites tinha os seios extremamente duros; [...] Eram duas durezas tope a tope, a da tábua e a da blusa; e uma resistência visual por cima dos seios da Brites, quebrável em certas condições...” (1995:176); “Tinha [a Brites] um vestido muito simples, de quadrícula amarela em fundo branco, quase perfurados pelos seios.” (1995:179).

Já no *explicit*, em aberto, os enfermos, M^a Adelaide e o Conselheiro Neto, regressam à cidade, na companhia de Luís, de seus filhos e da Brites, voltando a casa das Penhas a ser fechada: “Luís [...] Voltou atrás para fechar a casa. Uma língua de escuro lambia o corredor. Ajustou os batentes com força, o trinco estalou.” (1995:181). Cabe, pois, ao leitor hermeneuta a tarefa de preencher os pontos de indeterminação, os silêncios, os “brancos” ou as elipses da narrativa: recuperará M^a Adelaide da sua maleita ou conhecerá sorte idêntica à de Margarida? A conhecê-la... casará Luís em terceiras núpcias com a Brites? A tornar a casar-se... será que Brites adoecerá, à imagem de Margarida e de M^a Adelaide? Persistem as dúvidas e as certezas desfazem-se no espaço íntimo de leitura de uma narrativa que sobreleva o caráter cíclico em detrimento da pura linearidade.

Transitemos para uma breve exegese de *O pastor das casas mortas* de Daniel de Sá - autor de *Génese*, de *Sobre a Verdade das Coisas*, de *O Espólio*, de *A Longa Espera* e de *Um Deus à Beira da Loucura*, para mais não citar -, agraciado, no transato dia 10 de junho, com a “Ordem Infante D. Henrique”¹¹⁰: o protagonista Manuel Cordovão, desde criança apaixonado por M^a da Graça (que contrai matrimónio com o Torre Velha), acaba por se casar com Teresa¹¹¹, a qual regressa de França cancerosa, vindo a falecer na aldeia. Após a partida de M^a da Graça, viúva¹¹² e já com netos, Manuel Cordovão, pastor de ovelhas viciado na leitura, passa a ser “senhor da aldeia inteira” (Daniel de Sá, 2007: 95) e a pastorear “casas mortas”, cujo despovoamento total se deve à emigração. Atentemos, de ora em diante, nalgumas afinidades e divergências entre a nemesiana “casa fechada” e as “casas mortas” de Daniel de Sá.

Algumas Afinidades/Divergências	<i>A casa fechada</i> de Vitorino Nemésio	O pastor das casas mortas de Daniel de Sá
Data de publicação e contexto histórico.	1937 - Novela publicada durante o “Estado Novo” (pano de fundo histórico não explícito).	2007 - Recriação dos decénios 60 e 70 (regime salazarista bem explícito): M ^a Angelina, afirmando que Salazar “livrara Portugal da Grande Guerra”, atribui a Deus “as culpas da fome e de outras misérias, porque até Ele parecia poder errar, só o homem de Santa Comba é que não.” (2007:84). Nos seus antípodas, Francisco Poços, no dia da morte do ditador, oferece um copo aos frequentadores da taberna (2007: 74 e 75).
Contexto social.	Cidade aldeia. A socialidade da novela é secundarizada em proveito da análise psicológica das personagens encarceradas nos seus destinos ¹¹³ e subsequentes percursos existenciais.	Deserção dos habitantes, desertificação da aldeia e desprezo pela cidade: “Visitara [M ^a da Graça] algumas vezes os filhos, que viviam nuns emaranhados de cimento e asfalto em Lisboa e no Seixal, [...]” (2007: 13). A socialidade da novela é privilegiada em detrimento da psicologia das personagens (chegada da eletricidade, Bibliotecas Itinerantes da Gulbenkian, guerra em Angola, aerogramas).
Situação geográfica/toponímica.	As Penhas “tinham uma dúzia de casas espalhadas à volta da igreja, [...] Mas ficavam longe do retalho do pinhal em que Luís abriera apenas o espaço necessário para a casa, [...]” (1995:157).	A Aldeia Nova da Serra tinha “duas ruas; a primeira com cinco casas de um lado e quatro do outro, [...] com uma ermida rústica ao fundo, [...] a segunda a trepar na direção dos cumes, e com três casas somente à direita na subida” (2007:12).
Estado de abandono e/ou de decadência.	“Uma aranha tecera um véu ao canto da janela; [...] A aranha, como uma veia estrelada de fiozitos de sangue, ganhou na parede e sumiu-se. [...] O cair da noite entrou, azulou a cama de tarja alta, o toucadorzinho irreconhecível do pó [...]” (1995:157 e 159).	Enquanto o berço de D. João Derradeiro se torna alvo de cobiça de “todas as aranhas da serra” (2007: 72), o relógio da casa do Manuel da Mota, embarcado para a Suíça, vê-se desautorizado “pelo pó, pelas aranhas, pelo tempo.” (2007:77).
Função.	Casa (segunda) de férias, de vilegiatura.	Casas primeiras tornadas segundas casas devido à onda de emigração para a França, para a Alemanha, para o Luxemburgo e para a América.
Descrição no âmbito da domoanálise.	Estrutura fechada - envolvida pelo pinhal - sob o signo da morte de Margarida, primeira esposa do arquiteto Luís.	Estruturas fechadas - rodeadas pela serra - sob a égide quer do falecimento dos seus antigos habitantes, quer da morte simbólica de todos os que emigraram.
Simbologia do cenário.	Cenário de vigília de Margarida, numa primeira fase, e de M ^a Adelaide, numa etapa segunda, aproximando Luís e Brites mediante erotismo não pouco velado.	Cenário de vigília de Teresa, esposa de Manuel Cordovão, e do Torre Velha, marido de M ^a da Graça, aproximando as duas personagens por laços de amor datando de quase meio século.
Estatuto do objeto.	Palco onde proliferam os objetos que, re-enviando metonimicamente à personagem, perdem a sua finalidade estética para enveredarem numa barthesiana “aventura semiológica”.	Endeusamento dos objetos figurando como títulos de capítulos (“XX – A cadeira; XXI – A cama; XXII – O Espelho; XXIII – O berço; XXIV – As Botas; XXV – O relógio; XXVI – O tear; XXVII – O terço), ponto de partida para a rememoração dos seus possuidores, que a memória afetiva de Manuel Cordovão vai revisitando.
Antinomia abertura (vida) e encerramento (morte).	Casa fechada por um processo circular de fechamento/abertura (provisória) e reencerramento. Dependendo da recuperação ou do falecimento de M ^a Adelaide... voltará a casa das Penhas a abrir-se?	Casas fechadas, mas redivivas por um processo dinâmico de desvitalização e de revitalização [porquanto ‘pastoreadas’ por Manuel Cordovão: “Depois o Torre Velha pedira: ‘Tomas-me conta da casa como tomas das outras’ [...]” (2007:13)]. O encerramento das casas transmuda-se em abertura, por iniciativa de Manuel Cordovão que decide acender, com rama seca de giesta, a lareira dos lares que por tantos anos guardara:

¹¹⁰ Esta informação em vídeo, bem como a nota biobibliográfica de Daniel de Sá, foram-nos disponibilizadas pelo Dr. Chrys Chrystello, Presidente dos Colóquios Anuais da Lusofonia, ao qual, desde já, manifestamos a nossa gratidão.

¹¹¹ “Casaram-se na ermida, com a Graça e o Torre Velha como padrinhos. [...] Manuel cuidou dela o melhor que pôde, e a Graça veio ajudar nos últimos dias, quando Teresa já mal podia sair da cama... [...] O tudo que a matou ao fim de três meses e meio de sofrimento partilhado.” (2007:70 e 71).

¹¹² “Quando o velho enfraqueceu ao ponto de não poder sair da cama, Manuel Cordovão dispôs-se a cuidar dele como se fosse seu filho. Desde que os três tinham ficado sozinhos na aldeia que se iam valendo entre si. [...]” (2007: 15); “O Torre Velha finou-se calmamente, como se apenas tivesse entrado num sono mais profundo.” (2007:14).

¹¹³ A este respeito, urge lembrar que Henrique Mendes havia solicitado a Vitorino Nemésio que gravasse uma “breve dissertação sobre as tradições perdidas do Natal”. Queixando-se ao conhecido apresentador televisivo que tal dissertação exigiria um tempo preparatório de que não dispunha, Vitorino Nemésio foi falando da “deserção da província ou do campo pelas ondas de emigração ou então pela solicitação do trabalho do proletariado industrial nas cidades e nos centros... E então a província morre, desaparece... Desaparecem a mamã e a titi e a avozinha, que ficaram longe; [...]”. (2002:107). Ora, não será este o contexto social que subjaz à novela de Daniel de Sá?

²⁸ “Entretanto o grupo saído da venda do Catrino, e submissamente seguido pelo Simplício e pelo Tenente, abrigara-se na arcada da cadeia, que, como dissera o P.e António Vieira num sermão da Bahia, ficara de pé depois do terramoto de 1624 para escarmento dos mortais.” (2002:192); “A Praia da Vitória entranha-se-me assim profundamente, com espigões mais rijos que as suas assentadas telúricas. Não era, aliás, muito firme. Em 1624 veio pela primeira vez abaixo, abalada por grandes terramotos, não ficando pedra sobre pedra senão na dita Misericórdia, no púlpito da Matriz e na Praça, na cadeia. O P.e António Vieira, que soube disso ao longe como Voltaire teve a notícia do terramoto de Lisboa, tirou, como é natural, efeitos patéticos do caso, num grande sermão de escarmento. Justiça, Verdade e Misericórdia nadam à de cima do Mundo: nada prevalecerá contra elas! Pouco mais ou menos assim extraiu a moral o pregador. [...] Ainda há quarenta anos a Praça era a Câmara que cá está, o Corpo da Guarda que se alteou, a casa de morgada vendida e carapuçada de cimento, a velha cadeia de Jerónimo Luís o Mau e do P.e António Vieira.” (1998:128 e 130).

Eis a homenagem de Vitorino Nemésio ao Padre António Vieira - “Homenagem contra o esquecimento”.

Programa do colóquio da lusofonia

		“Subiu à serra e sentou-se ao pé da rocha grande. O vento soprava na direção do vale, mas os olhos ardiam-lhe como se o fumo os queimasse.” (2007: 95).
Casa mítica.	O mito da ilha perdida.	O mito da ruralidade perdida - na senda de <i>As Cidades e as Serras</i> queirosianas e do neogarrettismo de Alberto de Oliveira? - e do tempo quase proustianamente re-encontrado.

Para concluir, recordemos uma das emissões mais populares do “one man show”, gravada no pequeno estúdio C do Lumiar, com uma duração aproximada de 22 a 24 minutos, em que Vitorino Nemésio cultivava a função fática, ao improvisar textos vários e ao controlar as reações do público (Listopad, 2002:104). Com efeito, *Se bem me lembro...* abordou os mais diversos temas em variegados domínios do saber. Passamos a palavra ao professor universitário - mas não “inteiramente mocho”, como confessa a José Régio numa missiva datada de 16 de agosto de 1937 (2007:44) -, ao crítico literário que tanto se quedou nas “leituras francesas prè-românticas [sic] e de românticos secundários” como escorçou a “Perspetiva portuguesa do romantismo francês. Madame de Staël e Chateaubriand” (1936:1 e 31), tendo-se tornado um “pioneiro da literatura comparada em Portugal” (Machado, 1998:662), ao estudioso do poeta romeno Eminescu, traduzido em português por Victor Buescu e Carlos Queiroz (1997: 34), ao cronista da “escola humana do instantâneo da rua e de bairro” na qual se fizeram os grandes pintores (1974:55), ao criador dessa figura inolvidável que é Margarida Clark Dulmo, cultora da ilusão da ilha perdida, ao estudioso do Padre António Vieira¹ e ao comunicador televisivo por excelência...

Bibliografia

Boletim Cultural. Vitorino Nemésio (1992), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas, VII série.
 Garcia, José Martins (1978) *Vitorino Nemésio. A obra e o homem*, Lisboa: Arcádia.
 Graff, Marc-Ange (1998) “A poesia francesa de Vitorino Nemésio” in *Vitorino Nemésio vinte anos depois*, Lisboa/Ponta Delgada: Edições Cosmos, 107-115.
 Listopad, Jorge (2002) “Se bem me lembro de Vitorino Nemésio” in *Nemésio, Nemésios. Um Saber Plural*, Edições Colibri, 101-104.
 Machado, Álvaro Manuel (1998) “Vitorino Nemésio: um pioneiro da literatura comparada em Portugal” in *Vitorino Nemésio vinte anos depois*, Lisboa/Ponta Delgada: Edições Cosmos, 661-667.
 Mendes, Henrique (2002) “O professor Nemésio e a televisão” in *Nemésio, Nemésios. Um Saber Plural*, Edições Colibri, 105-107.
 Nemésio, Vitorino [Mendes Pinheiro da Silva] (1936), *Relações francesas do Romantismo Português*, Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade/Cursos e Conferências de Extensão Universitária.
 Nemésio, Vitorino (1974) *Jornal do Observador*, Lisboa: Verbo.
 Nemésio, Vitorino (1989) *Poesia. Obras Completas* vol. I, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
 Nemésio, Vitorino (1995) *A casa fechada. Obras Completas* vol. VI, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
 Nemésio, Vitorino (1997) *Conhecimento de Poesia. Obras Completas* vol. XVII, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
 Nemésio, Vitorino (1998) *Corsário das Ilhas. Obras Completas* vol. XVI, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
 Nemésio, Vitorino (2002) *Paço do Milhafre. O Mistério do Paço do Milhafre. Obras Completas* vol. VII, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
 Nemésio, Vitorino (2004) *Mau tempo no canal*, Lisboa: Herdeiros de Vitorino Nemésio/SPA/Relógio d'Água Editores.
 Nemésio, Vitorino (2007) *Correspondência com José Régio. Obras Completas* vol. XXIX, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
 Pires, A. M. B. Machado (1988) *Raul Brandão e Vitorino Nemésio. Ensaio*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, col. “Temas Portugueses”.
 Sá, Daniel Augusto Raposo de (2007) *O pastor das casas mortas*, Ponta Delgada: Ver Açor. Lda.
Se bem me lembro... [série de programas gravados a partir das retransmissões no canal RTP Memória]
 Verne, Júlio (2003) *A Agência Thompson & C.ª*, Barcelona: RBA Coleccionables, S. A., col. “Biblioteca Júlio Verne”.

34. M^a ZÉLIA BORGES TRABALHO NÃO APRESENTADO REGINA HELENA PIRES DE BRITO E

Mestre e Doutora em Letras/Linguística pela Universidade de São Paulo. Professora titular de Linguística no Programa de Pós-Graduação e na Faculdade de Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Destaca-se em sua produção: participação em congressos nacionais e internacionais; pesquisa e publicação de artigos, capítulos de livros, bem como livro completo com estudos em Lexicologia e sobre peculiaridades do português do Brasil

Considerações acerca do conceito de língua crioula REGINA HELENA DE BRITO Universidade Presbiteriana Mackenzie, SÃO PAULO [BRASIL] M^a ZÉLIA BORGES Universidade Presbiteriana Mackenzie, SÃO PAULO [BRASIL] SINOPSE

Este estudo insere-se numa pesquisa maior que versa a respeito das relações entre língua e identidade no âmbito da lusofonia que, abordando o conceito de pertença identitária, apresenta o papel da língua portuguesa em realidades nacionais de diferentes regiões do globo e a sua relação com outras línguas locais.

Nesta direção, no contexto dos “espaços em que também se fala o português” – como costumamos sintetizar nossa ideia de lusofonia – a questão das línguas crioulas vem ganhando força. No Brasil, podemos verificar, sobretudo nos últimos anos, um incremento dos “Estudos de Crioulística” com a elaboração de dissertações e teses sobre a temática e com a formação de grupos e centros dedicados à compreensão e ao (re)conhecimento das línguas crioulas. Parece-nos, por isso, relevante que se coloque em pauta a própria definição do “crioulo”, considerando a sua importância para a construção das identidades nacionais lusófonas.

Deste modo, lembrando que a língua se constitui como uma das dimensões identitárias (dependente tanto do conhecimento que dela se tem, quanto do reconhecimento que dela se faz) e que abordar a identidade nacional significa esbarrar em aspetos multiculturais de uma sociedade, é nosso objetivo, com esta comunicação, apresentar, de forma contrastiva, alguns dos conceitos aplicados ao chamado “crioulo” de base portuguesa.

35. HENRIQUE SALLES DA FONSECA,

Henrique Salles da Fonseca, natural de Lisboa (1945) onde reside, casado, economista, cumpriu o Serviço Militar em Moçambique de 1971 a 1973. Dentre várias funções públicas, viu Portugal a partir do Terreiro do Paço onde chefiou o Gabinete do Ministro da Agricultura de 1981 a 1983. Ligado à indústria entre 1984 e 1990 como Administrador de empresas e na Associação dos Industriais de Vidro de Embalagem de 1991 a 1996, foi Diretor-geral do Fórum para a Competitividade entre 1997 e 2004, altura em que se aposentou. Dedicou-se atualmente ao estudo da Economia, nomeadamente na perspectiva do Desenvolvimento e à Lusofonia (sobretudo no Oriente). Participação regular em 2002-03 no Suplemento de Economia do semanário “O Independente”, na revista “Economia Pura” até 2006 e na revista “Indústria”, da CIP, a cujo Conselho Editorial pertence. Desde janeiro de 2004, dirige o blogue “A Bem da Nação” onde escreve regularmente. Foi Presidente da Sociedade Hípica Portuguesa no mandato de 1991-92. Autor do livro comemorativo dos 95 anos da instituição, “Hipismo em Lisboa”, publicado em 2005.

“Ética Lusófona e Sentido de Estado” HENRIQUE SALLES DA FONSECA, AUTOR DO BLOGUE “A BEM DA NAÇÃO”

- Onde está a Ética? - O ponto da nossa partida - Chegada à filosofia do poder
- Rumo ao futuro - Exigências comuns de uma educação ética
- Desvios do comportamento - O sentido e o controlo da responsabilidade

1. ÉTICA, O QUE É?

Moral é a questão dos princípios; Ética, a dos factos.

Para **Aristóteles** era a virtude implícita nos costumes; para **Espinosa**, a conformidade com as leis eternas, as da Natureza, com a determinação divina; para **Kant** era o dever e para **Hegel** a obediência. Hegel foi mesmo ao ponto de afirmar que *a ética não resulta de um contrato social mas sim de um crescimento natural que surge na família e culmina, no plano histórico e político, no Estado. A história do mundo – escreveu ele – consiste em disciplinar a vontade natural incontrolada, conduzi-la à obediência de um princípio universal e, nesse enquadramento, facilitar a liberdade individual.*

Ou seja, estamos perante um conceito do comportamento social conforme aos costumes virtuosos, às leis naturais, à Fé, ao voluntarismo e à disciplina.

Mas há uma outra fonte que atualmente não podemos ignorar: a razão. Nesta circunstância é de esperar que a ética assente no pensamento racional. E como este varia consoante a sociedade de que emana e da época em que é gerado, temos que reconhecer a ética como um valor relativo, não absoluto nem definitivo.

Eis como podemos e devemos conceber uma **Ética Lusófona para o séc. XXI**.

Podemos pelas razões referidas; devemos porque a isso nos obriga a História.

2. DONDE VIEMOS ...

Desde que os homens vivem em sociedade – ou seja, desde sempre – que a regulação moral da conduta se mostrou necessária ao bem-estar coletivo. E se certas normas só se impuseram pela ameaça da ira divina, outras houve que nasceram da vontade profana de líderes políticos. Assim nasceu uma perene miscigenação entre os poderes temporal e religioso. Assim foi nas mais antigas civilizações (egípcia, suméria, chinesa, grega), assim foi até há bem pouco tempo com os Luíses franceses a justificarem o seu poder na origem divina, com a Inquisição que em Portugal só foi extinta em 1821. E apesar da Revolução Francesa, da laicização progressiva da sociedade, da revolução bolchevista e respetivo processo de ateização sistemática, assim é ainda hoje na Arábia Saudita e no Irão por onde não passaram essas vagas revolucionárias e onde vigoram verdadeiras teocracias monopolistas. Pior: unicitárias, punitivas e vingativas. Do nosso lado da Civilização temos a teocracia vaticana que, limitada geograficamente a uma ínfima parcela da laica Roma, define o dogma da Fé e orienta a moral de uma parte importante da Humanidade já sem a Inquisição e seu mais temido instrumento, a pira.

Ao percorrermos a História deparamos com uma plêiade de pensadores, todos circunstanciais, sendo que nem sempre os eternos e universais assumiram em vida os papéis mais relevantes. Quantas e quantas vezes o sofisma se fez passar por dogma, a falácia vingou como verdade absoluta, os facinoras foram louvados como heróis. Nem sempre foi rápido o reconhecimento do mérito e com frequência o foi apenas a título póstumo. Contrariamente aos Prémios Nobel, é com muita cautela e demorada ponderação que se proclamam os Santos da Igreja Católica e num nível bem mais prosaico, é com a apreciação de toda a vida das personagens que se cria a toponímia da cidade de Lisboa. Seria fastidioso senão mesmo impossível resumir aqui o percurso da Humanidade pensadora pelo que bastará referir que foi por violentas convulsões, idealismos mais ou menos platónicos e por mares duramente navegados que...

3. ... CHEGAMOS À FILOSOFIA DO PODER

Uma filosofia em que o objetivo mais elevado é o poder e que resulta claramente de um espírito de permanente competição. Como cada vitória tenderá a elevar o nível dessa mesma competição, o final lógico de tal filosofia é o poder ilimitado e absoluto. Aqueles que buscam o poder podem não aceitar as regras éticas definidas pelos costumes, a tradição e, pelo contrário, adotam outras normas e regem-se por outros critérios que os ajudam a obter o triunfo. Tentam mesmo convencer as outras pessoas de que são éticos no sentido do objetivo supremo por eles definido tentando conciliar o poder e o reconhecimento da moralidade.

Assim foi que se sentaram na cadeira do poder muitos daqueles para quem a ética dos costumes virtuosos, das leis naturais, da Fé, do voluntarismo e da disciplina é palavra vã. Daí ao poder absoluto, à ausência de regras consensualmente construídas, à ausência de Direito e à dissolução do Estado de Direito, vulgo o fascismo, não dista muito ou não dista mesmo nada. Ignorados os princípios que definem o bem comum, instala-se o “salve-se quem puder”, instala-se a razão da força em oposição à força da razão. Globalizado o império da competição e sacralizados os critérios da competitividade, não mais resta qualquer esperança de sobrevivência aos que não sejam campeões. E a alternativa para os não campeões – em que o 2º classificado mais não é do que o 1º vencido – é unicamente a de serem servos. Servos mais ou menos mitigados, mais ou menos engravatados, numa gaiola mais ou menos dourada mas servos e apenas servos.

A aculturação das populações a um modelo *standard* e globalizado corta o acesso às raízes culturais mais endógenas e isso anula a **ética étnica**, essência da cultura mais endógena dos povos. A etnologia é hoje objeto morto de Museu escassamente visitado. Em simultâneo, quando esse desenraizamento conduz as pessoas para o mundo da globalização competitiva, então está-se a enviar populações inteiras para um mundo do «salve-se quem puder» em que tudo vale, incluindo tirar olhos. Se a isto somarmos a atração que as cidades exercem sobre as populações rurais flageladas pelas guerras, pela inviabilização da ruralidade e pela apologia do urbanismo, compreenderemos por completo a selva urbana em que Luanda se transformou. O mesmo se diga do Rio de Janeiro, de Lisboa, Maputo, etc. quer por causa de guerras bélicas quer por causa de outros conflitos de género menos castrense mas igualmente punitivas das sociedades que se sentem cada vez mais desamparadas, desenraizadas e entregues a um mundo sem rei nem roque. E nem todas as vítimas têm que ter a pele escura, ao estilo africano.

E como diz Gilles Lipovetsky no seu livro “O crepúsculo do dever”, (...) *A sociedade pós-moderna ou pós-moralista designa a época em que o dever se adocicou e tornou anémico, em que a ideia do sacrifício pessoal se ilegitiou socialmente, em que a moral já não exige que as pessoas se devotem a uma causa superior, em que os direitos subjetivos dominam os mandamentos. Na sociedade pós-dever, o mal transformou-se em espetáculo, o ideal pouco engrandecido. Se perdura a crítica do vício, o heroísmo do bem enfraquece. Os valores que reconhecemos são mais tidos como negativos do que como positivos. Por trás de uma falsa revitalização ética, triunfa uma moral indolor, último estádio da cultura individualista democrática.* (...)

Assim, neutralizadas tanto a moral como a ética, promoveu-se a competição. Tudo vale para subir na ostentação. E subir JÁ! A globalização fez isso aos países chamando-lhe competitividade. O que interessa é alcançar os objetivos. Como? Isso é o que menos interessa desde que eles sejam alcançados e, também nesta dimensão macro, JÁ!

Aqui chegados, urge perguntar que solução temos à nossa frente. Adotarmos a clausura monástica à espera que o perigo passe? Entregarmo-nos, à moda muçulmana, nas mãos do fatalismo indiscutível? Preconizarmos um regresso às origens étnicas, folclóricas?

Não me convencem atitudes de medo nem de recuo e não me parece que devamos cegamente obedecer à mão invisível ou à tutela anónima de um qualquer *big brother*.

Pelo contrário, proponho que...

4. ... PARTAMOS RUMO AO FUTURO...

... pois é natural a ânsia de progresso e o imobilismo não pode ser o centro do nosso panegírico.

Temos o direito de subir e temos a obrigação de promover a subida dos que nos rodeiam. Valorizemo-nos e deixemos que os outros se valorizem para podermos dizer como Nelson Mandela que “a educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal. É através da educação que a filha de um camponês se pode tornar doutora, que o filho de um mineiro se pode tornar chefe de uma mina, que o filho de trabalhadores agrícolas pode vir a ser Presidente de uma grande nação. É o que fazemos do que temos, não o que nos é dado, que distingue uma pessoa de outra.”

Mas façamo-lo cumprindo os valores da Ética.

Essa, a missão que se espera das elites e, mais concretamente, ao que devemos conduzir as elites lusófonas: a educar seguindo um conjunto de princípios éticos de inspiração universal mas sem descurar o enquadramento étnico tanto local como nacional de cada País de Língua Oficial Portuguesa. Chamemos-lhe EDUCAÇÃO CÍVICA ou outro nome que possa ser mais consensual, discutamos o conteúdo programático duma tal disciplina curricular do Ensino Oficial mas não deixemos a juventude sem um rumo ético como sucede na atualidade. É que, mais perigoso do que viver numa sociedade imoral, é deixarmos que se forme uma sociedade amoral. Esta questão é tanto mais grave quanto os pais se demitiram da função educativa dos filhos deixando essa tarefa para os professores, função para que estes não estão formalmente preparados e quando muitas vezes nem conseguem dar o programa curricular que lhes está consignado em matérias mais prosaicas do que éticas.

Professores que estão hoje no fio da navalha em que se transformou a sociedade atual. Lembram domadores de feras pois deixaram de ter como principal missão ensinar o programa oficial e passaram a ter que domar umas criaturas que os pais largaram na praça pública aos gritos de que tudo lhes é devido, que a tudo têm direito sem esforço. Foi disso que os demagogos convenceram os pais e estes transmitiram aos filhos todas essas irresponsabilidades transfiguradas em direitos. É claro que agora o esforço de retorno à vida responsável, ao inadiável realismo, vai ser um processo muito doloroso e os primeiros a dar de frente com o problema são os Professores. E como os pais não perceberam que a vida de irresponsabilidade que o regime de laxismo lhes incutiu já acabou, revoltam-se e ... vão às Escolas bater nos Professores. E quem não consegue bater-lhes, calunia-os, nomeadamente na Internet. Entretanto, conduzida a Justiça a um estado de evidente inoperância, isso sugere aos caluniados que não atuem pelas vias que seriam utilizadas numa qualquer sociedade em que a ética da responsabilidade fosse um valor no ativo.

Sem sombra de dúvida, educar é hoje uma missão muito difícil.

E como afirma Bento XVI, todos os pais se preocupam com o bem dos filhos. Sabemos que depende deles o futuro da sociedade e não podemos deixar de fazer o melhor pela formação das novas gerações. Temos que lhes dar uma forte capacidade de se orientarem na vida e de distinguirem o bem do mal.

A "rutura entre as gerações" de que tanto se fala, resulta da não transmissão de certezas e valores. Resulta da solução de continuidade que foi criada pela renúncia daqueles que deviam assumir a função educativa: os pais. Estão em causa as responsabilidades pessoais dos adultos, que são reais e não devem ser escondidas, mas também uma atmosfera difusa, uma mentalidade e uma forma de cultura que fazem duvidar do valor da pessoa, do próprio significado do bem. Então, torna-se difícil transmitir de uma geração para a outra algo de válido e de certo, regras de comportamento, objetivos credíveis com base nos quais construir a própria vida.

Estas dificuldades são a outra face da moeda que é a liberdade e esta constitui uma relação biunívoca com a responsabilidade. A liberdade de cada um de nós cessa onde começa a do nosso vizinho e se queremos ser livres, então temos que assumir a responsabilidade dos atos que livremente praticamos. Só é responsável quem é livre e a atual irresponsabilidade não é atributo por que devamos pugnar.

Contrariamente ao que acontece na engenharia ou na economia onde os progressos atuais se podem somar aos do passado, na formação moral e na prática ética não existe essa possibilidade de acumulação. A liberdade é sempre nova e portanto cada pessoa e cada geração deve tomar de novo, diretamente, as suas decisões. Também os maiores valores do passado não podem simplesmente ser herdados: devem ser assumidos tanto no plano individual como no coletivo.

Mas quando as bases são abaladas e faltam as certezas fundamentais, a necessidade desses valores volta a fazer-se sentir. E é disso que aqui tratamos: de uma educação que o seja verdadeiramente e não se limite ao simples débito de programas curriculares de mera base científica, sem qualquer orientação pró-ética. Felizmente há pais preocupados e muitas vezes angustiados com o futuro dos próprios filhos; muitos são os professores que sofrem com a degradação das escolas; a sociedade, no seu conjunto, vê postas em dúvida as próprias bases da convivência; e muitos são por certo os próprios jovens que não querem ser deixados sozinhos perante os desafios da vida.

Por tudo isto, parece urgente assentar naquilo que devemos apelidar de ...

5. ... EXIGÊNCIAS COMUNS DE UMA EDUCAÇÃO ÉTICA

Cada verdadeiro educador sabe que deve transmitir algo de si mesmo e que só assim pode ajudar os alunos a superarem egoísmos. Há na criança um grande desejo de saber e de compreender que se manifesta nas suas contínuas perguntas e pedidos de explicações. A educação reduz-se à dimensão de mera instrução quando se limita a dar noções e informações deixando de lado a grande pergunta que pode servir de orientação na vida: **o que é o bem?** E há que distinguir entre o **bem individual**, o **bem plural** e o **bem nacional** que servem para a vida dos governados, os contribuintes. Mas a essas dimensões do bem há que juntar o **Sentido de Estado**, ou seja, o bem a que devem obedecer os governantes, os contribuídos, a quem cumpre gerir a definição da causa comum.

E se a causa comum resulta duma discussão democraticamente desenvolvida, ela tem que assentar em princípios morais que derivem linearmente do conceito de bem, tudo conjugado num edifício a que deveremos chamar **política de base ética**. Ou seja, no plano nacional, a Ética e o Sentido de Estado estão ligados numa relação íntima em que nenhum dos dois conceitos pode existir sem o outro.

Outra questão, aliás bem delicada, tem a ver com o **equilíbrio entre a liberdade e a disciplina**. Educação bem-sucedida é a que dá formação para o reto uso da liberdade e as regras de comportamento, utilizadas no dia-a-dia, formam o caráter. Só um caráter bem formado permite aos jovens a preparação necessária para enfrentarem as vicissitudes que não faltarão ao longo da vida.

E é do disciplinado uso da liberdade que resulta com a maior naturalidade o sentido de **responsabilidade**, esse outro valor imprescindível para a harmonia e desenvolvimento social.

A responsabilidade começa por assumir uma dimensão individual e é partir dela que construímos a responsabilidade plural, como residentes numa cidade, como membros de uma nação.

E as ideias, os estilos de vida, as leis, as orientações gerais da sociedade e a imagem que dela dão os meios de comunicação ao exercerem uma grande influência sobre todos nós – tanto para o bem como para o mal – impõem-nos que devemos cuidar da formação das novas gerações de modo a que elas saibam com exatidão distinguir entre o que devem escolher e o que devem rejeitar, sem se deixarem influenciar por motivações menos transparentes dos fazedores de opinião pública tantas vezes a soldo de interesses mais sinuosos do que aquilo que queremos para os nossos.

E dentre todos os meios de comunicação hoje ao dispor – e são muitos – a televisão é seguramente o que maior influência exerce nas populações, em especial nas mais frágeis. E quando digo as mais frágeis refiro-me às que não dispõem de capacidade de defesa contra as influências perversas que lhes possam chegar mais ou menos sub-repticiamente: incitação à violência pela apologia da competição como conceito global, exploração mediática do desespero do derrotado, incitação da revolta contra o dominador, esse que até ao passo anterior era o deus da glória e assim sucessivamente num círculo contínuo de altos e baixos de euforia e desespero. Ciclos tão úteis para a instalação de ambientes propícios às subidas e quedas das Bolsas internacionais, à manipulação de preços, à gestão dos interesses especulativos de quem quer comprar na baixa para logo de seguida vender na alta. E se os célebres ciclos de Kondratiev¹¹⁴ não funcionam com o ritmo desejado, há que provocá-los pois não se pode perder tempo “à espera de Godot” ou, mais prosaicamente, “à espera da mulher da fava-rica”.

E porquê?

Porque os Fundos de Investimento têm que ser remunerados por taxas arrasadoras da concorrência que lhes é feita pelos outros Fundos de Investimento de que igualmente dependem as pensões de velhice de um número crescente de reformados, os tais que foram postos fora do mercado laboral por empresas que tinham que manter níveis de competitividade incompatíveis com ordenados elevados como os que têm os Quadros experientes e sabedores. E assim passaram à reforma compulsiva todos aqueles que já tinham regalias a mais. Deram lugar aos novos que se lançam na vida ativa sem vínculo laboral, com a espada de Dâmocles do desemprego sempre suspensa sobre a 2ª feira seguinte com o posto de trabalho eventualmente ocupado por alguém que veio lá de longe. Vindo lá de paragens de desespero, sem reivindicações maiores do que o ordenado mínimo nacional ou...ainda menos. Assim se veem os jovens num «salve-se quem puder», num mundo em que tudo vale para manter a cabeça à tona e não ser cilindrado pela torrente do desespero. Num mundo amoral em que a Ética foi conduzida ao anonimato, quase mesmo à clandestinidade.

E os mais velhos, votados ao ostracismo e sem mais saberem fazer do que o trabalho que tiveram toda a vida, entregam-se ao vazio desespero de matar as horas jogando às cartas na tasca lá do bairro até que as horas vazias os matem a eles.

Eis-nos chegados a um mundo sem sonhos, completamente manipulados por um “big brother” que efetivamente comanda a vida. E o mais grave é que nós, os que sabemos do que se está a passar, não temos sido suficientes para escapar a essa manipulação. Gente culta desesperada é hoje o pão-nosso-de-cada-dia porque o que está a dar é a apologia do sexo, da violência e do sensacionalismo. Voltamos ao velho pregão dos ardinias quando berravam **TRAZ O DESASTRE!!!**

Sim, também hoje os telejornais se acotovelam apregoando os maiores desastres que conseguem eleger porque «devemos oferecer às pessoas o que elas esperam».

Como podem dizer tal absurdo? Pelos níveis de audiência? E que opções alternativas são colocadas às pessoas? Como se comportariam os telespetadores se as alternativas o fossem efetivamente? Que leque de escolhas é dado aos telespetadores? Se esse leque fosse grande, como se comportaria o público? Mas se o leque variar entre programas sensacionalistas e violentos, o que restará como alternativa verdadeiramente construtiva? As telenovelas e o futebol? Serão estas as alternativas que se devem colocar a quem se perde num mundo sem esperança?

E quando a *vox-populi* é gerida num processo de climatização generalizada de vontades anónimas por uma mão invisível nunca identificável, então chegámos a uma situação em que até Karl Popper concluiu com tristeza ser a televisão um perigo para a democracia.

Como é que um espírito superior – assumido politicamente como um democrata e liberal convicto na perspetiva económica – pode concluir de modo tão chocante e surpreendente?

Só há uma resposta: a televisão é um perigo para a democracia por causa do mau uso que se lhe dá.

E, contudo, ela poderia ser um portentoso instrumento educativo. Mas não o é porque sacrifica tudo aos níveis de audiência, os que pagam a publicidade que a financia. E para atingir esses níveis de audiência os realizadores de televisão não olham a meios, argumentam com o tal sofisma de que «devemos oferecer às pessoas o que elas esperam» e abdicam mesmo dos princípios éticos sempre que estes se apresentam como escolhos aos objetivos traçados.

Porque não educa e frequentemente deseduca de múltiplas formas e de um modo repetitivo faz a apologia da violência e da razão da força (ganham os bons porque vence o mais forte) em vez de pugnar pela força da razão (ignorando que o vencido poderia ser o dono da razão). A televisão revela-se como uma potente inimiga da democracia cuja mais sublime vocação é a de permitir aos cidadãos que se elevem aos superiores níveis da cultura e, portanto, da dignidade. Sim, já quase nos esquecemos deste objetivo fundamental da democracia pois estamos cilindrados pelo mais badalado – e praticado – que é o relativo aos mais elevados índices de conforto material. Contudo, «nem só de pão vive o homem».

Mas não nos quedemos pelo diagnóstico e pela acusação: temos que encontrar uma solução para o problema. E essa solução consiste no regresso a valores éticos que condicionem o exercício da profissão de jornalista e de produtor de televisão. A exploração sensacionalista dos telejornais para quem só há gatunos, corruptos e vilões expande o ódio, desilude os crédulos, vicia na denúncia. Não haverá outros cenários menos trágicos? Não haverá outros temas que nos suscitem a busca de soluções construtivas?

O mundo da comunicação social vai ter que mudar muito até que se transforme num instrumento de desenvolvimento das populações a que se dirige.

Todos aqueles que participem na produção jornalística deveriam ser instruídos com nova formação específica – seguida de exame – com vista ao cabal desempenho dessa formidável função educativa. O objetivo desta formação seria levar os candidatos ao jornalismo – e em particular todos aqueles que produzam programas de televisão – a compreenderem que iriam participar num processo de educação de alcance gigantesco. Todas as pessoas que viessem a fazer televisão deveriam tomar consciência de que têm um papel de educadores pelo simples facto de a televisão ser vista por crianças e adolescentes. Nessa formação deveria ser abordado com especial atenção o risco existente para as personalidades vulneráveis de confundir realidade com ficção bem como os efeitos perversos que estas confusões podem desencadear. A autorização, licença ou carteira assim obtida poderia ser-lhes retirada definitivamente se alguma vez agissem em contradição com os princípios éticos que urge definir. A instituição com poder para retirar essa licença seria uma espécie de Ordem.

6. E PORTANTO...

Se isto não acontecer e o poder dos órgãos de comunicação não for totalmente esclarecido, a democracia poderá não subsistir de forma verdadeiramente duradoura. Até porque enquanto prevalecer o critério de que «devemos oferecer às pessoas o que elas esperam», os programas serão cada vez mais mediocres e então, como Popper conclui, (...) *só nos resta ir para o Inferno!* (...).

E se não quisermos ser cilindrados pelo fatalismo infernal, recordemos Hegel quando ele diz que é necessário disciplinar a vontade natural incontrolada, conduzi-la à obediência de um princípio universal e, nesse enquadramento, facilitar a liberdade individual.

Por tudo isto eu digo que nos espera um século de glória ou de desespero conforme consigamos ou não dar esperança ao Mundo Lusófono...

... Trazendo de volta os valores éticos de base étnica na dimensão individual e na coletiva devidamente harmonizados na nossa convivência pluricultural e internacional;

Se conseguirmos definir um novo código ético de conduta para a comunicação social;

Se conseguirmos impor aos governantes lusófonos que se rejam por um inultrapassável Sentido de Estado.

E como Georges Steiner afirma, “despertar noutra ser humano poderes e sonhos além dos seus; induzir nos outros um amor por aquilo que amamos; fazer do seu presente interior o seu futuro: eis uma tripla aventura como nenhuma outra”. Conseguiremos? Esperemos que sim pois, afinal, não faz sentido viver longe da utopia.

Tavira, 5 de agosto de 2008, Henrique Salles da Fonseca

BIBLIOGRAFIA:

Bento XVI – “Carta sobre a educação” – Libreria Editrice Vaticana, janeiro de 2008

Lipovetsky, Gilles – “O crepúsculo do dever” – Dom Quixote, 3ª edição, outubro de 2004

Mandela, Nelson – “Longo Caminho para a liberdade. Autobiografia de Nelson Mandela”

Monografias.com – Ética, <http://www.monografias.com/trabajos5/etica/etica.shtmlintro>

Mumford, Lewis – “História das Utopias” – Antígona, 1ª edição, 2007

Popper, Karl; Condry, John – “Televisão: um perigo para a democracia” – Gradiva, 3ª edição, fevereiro de 2007

Singer, Peter – “Um só Mundo – A ética da globalização” – Gradiva, 1ª Edição fevereiro de 2004

Sloterdijk, Peter – ‘Palácio de Cristal’, -Relógio d’Água, 1ª edição, fevereiro de 2008 (ética da responsabilidade)

Steiner, George – “As lições dos Mestres” – Gradiva, 2ª edição, outubro de 2005

36. ZAIDA PEREIRA

Zaida Pereira, docente da Universidade do Algarve desde 1993. Doutorada em Linguística na área de Lexicologia e Terminologia pela Universidade do Algarve. Membro do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, investigador responsável pelo projeto de construção de uma Base de Dados Lexicográfica Bilingue Crioulo-Português. Desde 2004 que tem lecionado, no âmbito dos cursos de Licenciatura do Departamento de Línguas Comunicação e Artes, a disciplina de Crioulos de Base lexical Portuguesa.

O PORTUGUÊS NA Guiné-Bissau: Tendências na Variação ZAIDA PEREIRA, UNIVERSIDADE DO ALGARVE/ CLNUL [PORTUGAL]

SINOPSE

A repartição clara do espaço ocupado pelo Crioulo e pelo Português constitui um dos aspetos mais conhecidos da realidade sociolinguística guineense. Contudo, as características, a especificidade e a dimensão dos fenómenos linguísticos resultantes desta situação não têm sido objeto de estudos sistemáticos. Isto explica-se, em parte, pelo facto de serem recentes as investigações centradas nos fenómenos de variação e mais precisamente na emergência de variedades do Português faladas nos países africanos lusófonos. Por outro lado, os estudos sobre os crioulos têm sido marcados por questões associadas à sua génese e formação, e mais recentemente também orientados para a descrição das gramáticas, no caso dos crioulos de base lexical portuguesa. Neste sentido, a variação resultante do contacto linguístico não tem sido privilegiada. É pois objeto desta comunicação apresentar alguns fenómenos que parecem traçar as tendências na variação do Português, justificada pelo contacto com o Crioulo guineense. As dificuldades metodológicas de uma investigação desta natureza são diversas, em especial na elaboração de um *corpus* de análise constituído por produções espontâneas de locutores de Português falantes de língua materna crioula. Existem igualmente as dificuldades teóricas. As fronteiras pouco claras entre variação e interferências, aspetos resultantes de situações de contacto linguístico, é uma delas. No entanto, a frequência dos fenómenos observados e também o facto de eles estarem presentes no discurso dos locutores de todos os graus de competência fazem-nos pensar que estamos perante uma regularidade. O léxico constitui entretanto a componente mais visível e aparentemente menos problemática do fenómeno da variação, por contraste com a morfossintaxe e a fonética.

TRABALHO FINAL NÃO ENTREGUE A TEMPO

AUSENTE RENATO EPIFÂNIO, MOVIMENTO INTERNACIONAL LUSÓFONO – MIL

http://www.agostinhodasilva.pt/images/docs/manifesto_nova%20aquia.pdf / (www.novaaquia.blogspot.com),